Atena
Editora
Ano 2021

HISTÓRIA:
Consensos e dissensos engendrados

DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

HISTÓRIA:
Consensos e dissensos engendrados

DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora

Atena
Editora

História: consensos e dissensos engendrados

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: consensos e dissensos engendrados / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-231-6
https://doi.org/10.22533/at.ed.316212806

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Quando lemos um bom texto e nos sentimos satisfeitos com a argumentação de qualquer autor a respeito de suas ideias, se parece coerente ou verossímil, isso acontece por que o autor ou autora foi bem sucedido em demonstrar suas ideias e sua metodologia, apresentando o seu paradigma. Mas pensar em paradigma ou ainda no que o teórico Jörn Rüsen chamou de matriz disciplinar vai além da qualidade argumentativa e metodológica das ideias de qualquer texto. Um paradigma funciona como uma espécie de base que é reconhecida por um número considerável de pesquisadores e em torno das quais muitas ideias, e hipóteses são apresentadas e testadas. São os diálogos entre os paradigmas e matrizes que ajudam o pesquisador no caminhar em busca da compreensão de questões sociais e históricas, quaisquer que sejam, que estejam movendo as pessoas que pesquisam e escrevem.

Dentro desses sistemas amplos, ou matrizes, que acabam movendo os diferentes profissionais e suas práticas, e que acabam por articular escolhas de formulação e pesquisas diversos, não podemos dizer que há sempre o consenso ou o caminho único, uma única teoria que prevaleça ou valide os olhares possíveis aos inúmeros objetos.

Justamente por sua natureza plural, o trajeto da pesquisa é permeado por consensos e dissensos… Ou seja, por mais que exista um núcleo comum em torno do método e dos valores de rigor em cada pesquisa, os diferentes caminhos possíveis marcam uma produção intelectual do campo em que multiplicidade deva ser reconhecida e respeitada como que realmente é: uma miríade de possibilidades válidas. Assim, é importante enquanto pesquisadores estarmos atentos e conhecermos a fundo tanto o que prevalece comum e consensual, como toda e qualquer possiblidade de falta desse consenso, como características da riqueza do conhecimento e da história, do fortalecimento do diálogo entre os pares e portanto, da própria ciência.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A ELITE INTELECTUAL *ÁULICA*: JORNAIS, IDEIAS E OS SEUS REDATORES NA CORTE FLUMINENSE (1822-1831)

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 11/05/2021

Nelson Ferreira Marques Júnior
Doutor em história. PPHR UFRRJ – CAPES
Rio de Janeiro
http://lattes.cnpq.br/8480751886376403

RESUMO: Esse artigo foi fruto de resultados preliminares do primeiro capítulo da minha tese, intitulada: "*O despertar do novo império independente*"*: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831).* O intuito deste artigo foi mostrar a existência de uma elite intelectual que caminhou de forma articulada com as ideias do governo imperial, cumprindo o papel de defesa da Monarquia Constitucional centralizada, capitaneada pela figura do imperador d. Pedro I. Essa elite intelectual foram *os áulicos*. A finalidade deste artigo foi evidenciar os redatores que compõe esse grupo na imprensa política, analisar seu perfil sócio-profissional, identificar o número de jornais *áulicos* redigidos no Primeiro Reinado e contribuir para os estudos sobre a imprensa política no Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: *Áulicos*; Elite intelectual; Imprensa.

THE INTELLECTUAL ELITE *ÁULICA*: NEWSPAPERS, IDEAS AND THEIR EDITORS IN THE FLUMINENSE COURT (1822-1831)

ABSTRACT: This article was the result of preliminary results of the first chapter of my thesis entitled: "The awakening of the new independent empire": *áulicos* and the formation of a Brazil project in the fluminense Court (1822-1831). The purpose of this article was to show the existence of an intellectual elite who walked in coordination with the ideas of the imperial government , fulfilling the role of defense of centralized constitutional monarchy , headed by the emperor d figure d. Pedro I. This intellectual elite were the *áulicos*. The purpose of this article was to demonstrate the writers that make up this group in the political press, analyze their socio- professional profile, identify the number of written *áulicos* newspapers in the First Reign e and contribute to studies of the political press in Brazil.
KEYWORDS: *Áulicos*; Intellectual elite ; Press.

ÁULICOS

Entende-se o grupo dos *áulicos* como aqueles indivíduos que apoiaram o governo de d. Pedro I, mais precisamente após a dissolução da constituinte de 1823, contra as facções políticas rivais e optaram pelo posicionamento político favorável à Monarquia Constitucional centralizada, sob o reinado e a representação política-administrativa de d. Pedro I. A imprensa *áulica* exerceu papel de destaque nesse período,

ao buscar defender a legitimidade do governo constitucional e a imagem de d. Pedro I perante a *opinião pública* (MOREL, 2005, p. 64) reafirmando seus postulados políticos por meio dos impressos. Os *áulicos* inicialmente tinham como ideias basilares a defesa dos ataques emanados pelos *partidos* (BERSTEIN, 2003, p.62-63) rivais; a manutenção da ordem pública e da integridade territorial; o reconhecimento internacional da independência e a construção de uma Monarquia Constitucional com forte poder centralizador.

Os *áulicos* no Primeiro Reinado foram responsáveis por sustentar politicamente d. Pedro I em meio a desconfianças, visto que o soberano possuía plenos direitos de intervir nas decisões políticas gerais, por meio do Poder Moderador. Esses homens ocupavam diferentes espaços: na imprensa, no Legislativo, especialmente no Senado, no Executivo, nos serviços domésticos da Casa Imperial do Brasil, nas ruas, mas de maneira difusa através de seus simpatizantes, e foram de suma importância para manutenção do imperador no poder, da imagem viva de uma monarquia integrada, mesmo com os inúmeros conflitos provinciais durante o período.

Entende-se na tese, que os *áulicos* se fizeram presentes no Primeiro Reinado, mesmo sendo, estruturalmente, desfalcados de um núcleo rígido organizado, ou seja, a presença do grupo foi uma representação, na qual sua parte física foi pouco ou quase nada percebida. Vale lembrar que a *representação* de um grupo ou de uma *cultura política* (BERSTEIN, 1998, p. 350-352) pode se representar e apresentar de maneira sensorial (direta) ou fazer-se presente, mesmo sendo ausente fisicamente. (FALCON, 2000, p. 46). Não há um amplo partido formalizado, institucionalizado, com reuniões periódicas para encaminhamento de propostas. Mesmo que tivesse só corroboraria a dimensão da parte física do grupo. Na verdade, a presença do grupo foi pouco percebida em sua materialidade, mas parte dessa ausência foi compensada pelo conjunto de ações, valores, ideias, tradições, linguagens que foram propaladas por esses indivíduos na imprensa e no Legislativo; ambos considerados *vetores de socialização* (BERSTEIN, 1998, p. 356-357) por excelência, mobilizando, portanto, símbolos, discursos e uma identidade coletiva que fornecia inspiração para a identificação de um projeto político de grupo, transformando em uma poderosa arma de defesa da Monarquia Constitucional perante a opinião pública. A participação política conjunta desses homens, nesse caso, foi decorrente da identificação aos valores defendidos, motivados por um conjunto de escolhas políticas que estavam em constante mudança. Contudo, tinham como princípio básico, a fidelidade que disponibilizaram ao Estado imperial e a d. Pedro I.

É importante ressaltar que, em geral, o apoio a d. Pedro I se deu de forma instável e oscilante. Além disso, a maioria da população que não estava no círculo dos debates políticos, por vezes, pouco inteiradas dos assuntos, também poderiam se identificar de outras formas com *os áulicos*. Isso acontece, na medida em que, para a maioria da população, boa parte da concordância com os governos se dá menos pelas ideias e mais pelos valores, tradições e costumes que são pregados e representados pelo grupo. A defesa

dos *áulicos* também se deu via valores tradicionais do conservadorismo político, mesclado ao constitucionalismo, com reformas pontuais, vagarosas e necessárias. Em um mundo que se transformava de maneira rápida, o conservadorismo liberal, à maneira de Edmund Burke, defendida pelos *áulicos*, atuava como freio que dosava o ritmo da aceleração. A população geral, acostumada com suas práticas e costumes mais tradicionais, viu nessa mudança controlada algo seguro. Foi no medo de uma reforma brusca, acompanhado dos distúrbios sociais difíceis de controlar que os *áulicos* ganharam força e terreno no cenário político fluminense que necessitava de proteção.

A definição de um grupo, por mais que se faça uma construção bastante delimitada e recortada, é um trabalho árduo e que remonta o próprio sentido da palavra *áulico* (MARQUES JR, 2013). Observa-se que tanto no dicionário de língua portuguesa de d. Rafael Bluteau revisado e acrescido por Antônio Morais e Silva (1755-1824), publicado em 1789, quanto no dicionário de língua brasileira, redigido por Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), publicado em 1832, o vocábulo áulico possui o mesmo significado gramatical; palaciano, cortesão. Contudo, eventos como, a permanência d. Pedro como regente e as discussões na Assembleia Constituinte de 1823 foram elementos circunstanciais para que esse adjetivo, no campo político, fosse ressignificado e ganhasse novos tons. Portanto, o trabalho tem por objeto parte dos *áulicos* – uso do itálico pra indicar a atribuição de um conceito no campo político – que, não necessariamente, foram palacianos ou cortesãos.

Os *corcundas* foram aqueles que apoiavam o governo de d. João e a monarquia luso-brasileira, pautada em um modelo de Antigo Regime, favoráveis ao absolutismo e avesso às ideias Constitucionais (NEVES, 2002, p. 132). Entretanto, com a entrada da folha impressa como principal meio de difusão de ideias, costumes e práticas políticas, o regresso de d. João VI para Portugal, a coroação de d. Pedro em primeiro de dezembro de 1822 como soberano legítimo do Brasil e a promessa dele de elaborar uma Constituição permitiram que outros tipos de monarquia, com preceitos Constitucionais, viessem a despontar fortemente no Brasil. O ápice dessas novas ideias Constitucionais, no entanto, manifestou-se somente no ano de 1823, quando se iniciou a discussão dos projetos de Monarquias Constitucionais na Assembleia Constituinte. A chegada dos ares Constitucionais pelo atlântico abriu novos caminhos políticos de governo no Brasil.

As ideias, que representavam os *corcundas* no período joanino, não são as mesmas ideias dos *áulicos* do Primeiro Reinado, apesar de boa parte dos homens egressos de d. João VI terem mudado para a ala Constitucional, unindo forças a seu filho d. Pedro e a nova Monarquia Constitucional centralizada. Para esses que migraram, além da atração pelas novas ideias vindas de Portugal, havia o interesse em manter seus privilégios. Todos esses fatores culminaram para que o significado político de *áulico e corcunda* seguissem caminhos opostos.

Os *áulicos* não se autodeterminavam como uma facção política. Eles não usaram o termo *áulico* para se auto identificar como um grupo. Contudo, mesmo esses indivíduos

não se autonomeando como *áulicos*, tiveram suas ideias e práticas políticas em comum permitindo reconhecê-los como um grupo. Esses homens gravitavam em torno de d. Pedro I e as suas órbitas ajudaram a direcionar muitos posicionamentos do imperador, isto é, não se tratava apenas de uma relação comensal dos *áulicos*, todos tinham participação na manutenção do Primeiro Reinado. A defesa dos *áulicos* por uma Monarquia Constitucional centralizada começou a ser discutida na Assembleia Constituinte de 1823, mas somente foi posta em prática após da dissolução da Constituinte de 1823, ordenada por d. Pedro I e a outorga da Constituição de 1824.

Foi defendido pelos *áulicos* do Primeiro Reinado a divisão de quatro poderes: três poderes fundamentados em Montesquieu (Executivo, Legislativo e Judiciário), por meio de uma Monarquia Constitucional e o quarto poder chamado de Poder Moderador, baseado nas ideias de Benjamin Constant de Poder Real ou Neutro, mas, que, no contexto brasileiro, foi ressignificado. Para Constant, o Poder Real servia para controlar os excessos dos outros poderes e mantê-los em equilíbrio (CONSTANT, 2007, p. 39-77). Pretendia conciliar a monarquia tradicional com o moderno governo representativo, afastando-se de qualquer radicalismo. José Joaquim Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, relator do projeto da Constituição de 1824, representante do Conselho de Estado, *áulico*, também enfatizava que no Brasil a única forma de manter a ordem e evitar o livre curso das paixões humanas era um equilíbrio sistémico, cuja modalidade fosse à monarquia constitucional e representativa, uma espécie de governo misto em que o Poder Moderador manteria o equilíbrio político, explicava Caravelas (LYNCH, 2014, p. 90-92). Além dele, outro célebre político *áulico*, senador vitalício a partir de 1826 e redator desde a chegada da imprensa no Brasil, foi José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú. Ele reforçou a defesa de d. Pedro I ao dizer que o Poder Moderador era: “a mais brilhante joia do diadema imperial” (VIANNA, 1945, p. 359) e que sem essa força o Brasil desviaria da rota da paz e da ordem. O Poder Moderador foi além das ideias do Poder Real e trouxe um tipo de organização política em que os outros três poderes giravam em torno dele, além de incentivar a integração do monarca no processo legislativo. Esse quarto poder concebido no Brasil apoiou o veto imperial e concedeu poderes extraordinários ao imperador.

As atribuições do Poder Moderador, “chave de toda a organização política”, “delegada privativamente ao imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante” (NOGUEIRA, 1987, p. 71), foram favoráveis aos *áulicos*, como: a nomeação de Ministros, a formação de um Conselho de Estado e a nomeação de Senadores por lista tríplice. Além disso, o imperador era encarregado de mais poderes: ele era “o Chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus Ministros de Estado” (IDEM, p. 72). Os direitos que Pedro I tinha no Executivo, também favoreceram os *áulicos*, como: nomear magistrados, prover mais empregos civis e políticos, nomear os Comandantes da força de terra e mar, nomear embaixadores, agentes diplomáticos e comerciais, conceder títulos, honrarias, ordens militares e distinções, nomear Bispos e prover benefícios eclesiásticos. Todos esses

cargos fazem parte de um grande tabuleiro de xadrez imperial, em que o rei possuía peças nobres e peões que serviram de estratégicas linhas defesa da Casa Imperial contra os ataques dos oponentes. Diante disso, evidencia-se a relevância em abordar os membros da imprensa *áulica* e os seus periódicos, visto que se trata do principal canal de defesa da Monarquia, responsável pelo papel político-pedagógico do grupo, frente à opinião pública.

Todas essas atribuições que a Constituição de 1824 delegou ao imperador favoreceram os indivíduos que estiveram mais próximos dele e o apoiavam politicamente. A concepção e o planejamento da Constituição de 1824 foram executados por indivíduos com larga experiência política e que perceberam que dando tais atribuições e poder ao imperador, os *áulicos* também estavam sendo protegidos.

Uma vez mais, a imprensa *áulica* atuou de forma incisiva como formadora da opinião pública e adotou uma posição política clara e definida. A grande maioria desses jornais afirmava adotar o recurso da imparcialidade nos seus escritos, com a intenção de mostrar veracidade no que estava sendo impresso para o leitor. Porém, ao ler esses jornais, percebe-se que os publicistas estavam mesmo interessados em demarcar e defender suas propostas, propósitos e ideias. No caso dos jornais *áulicos*, o objetivo comum era de circular o maior número de notícias que coadunassem com os preceitos da política imperial, a fim de mostrar que a Monarquia Constitucional, dirigida por Pedro I, era o modelo mais legítimo e eficaz de governo.

A ELITE INTELECTUAL *ÁULICA*: JORNAIS E OS REDATORES

A existência de uma imprensa áulica foi, primeiramente, apontada pela volumosa obra de Sodré. (SODRÉ, 1999, cap. 3). Contudo, os *áulicos* não foram trabalhados como um grupo político, mas apenas como um jornal oficial do império e redatores que serviam como funcionários ao governo. Um total de vinte periódicos fluminenses de tendência política *áulica* foram encontrados no período que circunscreve o Primeiro Reinado, especificamente, de 1823 a 1831, limites da formação e da desarticulação do grupo. Os jornais *áulicos* circularam durante todo o período mencionado, mas tiveram maior liberdade de circulação na fase em que a censura foi mais dura (1824-25), porque contava com o apoio do governo. Os jornais *liberais moderados* tiveram mais espaço a partir da reabertura da Assembleia Legislativa em 1826, período em que a censura arrefeceu, mas ainda era presente. Em geral, as folhas *áulicas* foram efêmeras, embora, algumas tenham sido mais longevas, alcançando algumas dezenas de edições, com conteúdos políticos em defesa do governo. Os quatro principais jornais que tiveram maior impacto junto à opinião pública e exerceram com afinco a defesa dos princípios políticos-pedagógicos de tendência *áulica* foram: *Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense; A Estrela brasileira*; *O Spectador brasileiro* e o *Honra do Brasil desafrontada de insultos da astrea expadaxina*.

Foram coletadas e analisadas as informações sobre os redatores dos jornais *áulicos*

da Corte fluminense, infelizmente nem todos foram possíveis de ser identificados. Para aqueles que foram viáveis a identificação, tomou-se por base a construção de um painel sócio-profissional com as principais características encontradas nos membros do grupo *áulico*. Foram escolhidas algumas categorias de análise, como: jornal, data de nascimento, origem, instituição de formação, grau de escolaridade, curso de formação, ocupação profissional, cargos políticos, emprego público e os títulos e honrarias. Esses integrantes são o que se pode dizer a **elite intelectual *áulica* do Primeiro Reinado**.

Redatores	Jornal	Nascimento	Origem	Instituição formadora	Grau de escolaridade
Jean Baptiste Aimé Desloye	*Estrela Brasileira*	1798	Francês	Universidade de Toulouse	Superior
Pierre Plancher	*Spectador Brasileiro*	1779	Francês	N.I.	N.I.
José da Silva Lisboa	*Atalaia; Grito da razão na Corte do Rio de Janeiro; Triumpho da legitimidade contra a facção de anarquistas e o Honra do Brasil desafrontada de insultos da astrea expadaxina.*	1756	Salvador	Universidade de Coimbra	Superior
José Joaquim de Carvalho	*Gazeta do Brasil*	1775	Rio de Janeiro	Universidade de Montpellier	Superior
João Maria da Costa	*Gazeta do Brasil*	N. I.	Português	N.I	N. I.
Francisco Vilela Barbosa	*Gazeta do Brasil* (colaborador)	1769	Rio de Janeiro	Universidade de Coimbra	Superior
Pedro Alexandre Cavroé	*O Analista*	1776	Português	Não fez	Secundário
Joaquim José da Silva Maia	*O Brasileiro Imparcial*	1776	Português	N.I.	Secundário
Francisco Vieira Goulart	*Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense*	1765	Português	Universidade de Coimbra	Superior
Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio	*Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense*	1778	Rio de Janeiro	Ordem Seráfica do Rio de Janeiro	Superior
José de Paiva Guedes de Andrade	*Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense*	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
Antonio José Falcão	*Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense*	N.I.	Santa Catarina	N.I.	N.I.
Januario da Cunha Barboza	*Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense*	1780	Rio de Janeiro	N.I.	Secundário

Quadro I - Elite intelectual *áulica*: jornal; data de nascimento; origem; instituição formadora e grau de escolaridade[1].

1 A abreviatura (N.I): Não indica.

Dos treze redatores analisados e identificados todos nasceram na segunda metade do século xviii. Isso demonstra que esses indivíduos, na sua fase adulta, viveram o momento de transição do Absolutismo para a Modernidade que se inicia no final do século xviii até o primeiro quartel do século xix. Esses homens transitaram em dois mundos: um de Antigo Regime e outro Moderno sob os preceitos constitucionais. Esses pequenos dados podem ajudar a compreender certas escolhas, mas não determiná-las.

A origem desses redatores não foram as mesmas, foram seis brasileiros, quatro portugueses e dois franceses. Diferente dos espaços políticos institucionalizados que tratavam o local de nascimento como uma questão de escolha política relevante, vide o *antilusitanismo* como uma construção política (RIBEIRO, 2003). A imprensa nesse período demonstrou ser um canal exclusivamente de exposição de ideias, doutrinas políticas, informações, anúncios etc., pouco ou nada associado a questões de nacionalidade como critério básico de inserção à elite intelectual.

Aproximadamente, 66,7% dos redatores *áulicos* identificados, fizeram ensino superior. José Murilo de Carvalho atentou que havia uma unificação ideológica da *elite política imperial,* por meio da educação superior (CARVALHO, 1981, cap. 3), isso se manifestou também na elite intelectual *áulica,* que, em sua maioria, seguiu caminho parecido, no que tange a formação superior. Sem dúvida, a educação superior foi um elemento facilitador para a coadunação das ideias dos *áulicos*, influenciados pelo pensamento constitucionalista que circulava nos principais centros universitários europeus, no final do século xviii.

Dos seis redatores identificados pela sua instituição formadora, três estudaram na Universidade de Coimbra, no período após a reforma universitária de 1772. A reforma na educação foi uma parte responsável pela construção de um iluminismo português que mesclava aspectos liberais, como a racionalização do Estado, a secularização das ideias; e as práticas de Antigo Regime, como a nomeação de Conselheiros de Estado, concessão de títulos e honrarias. Essa forma híbrida (antigo e moderno) de uma Monarquia Constitucional representativa influenciou esses indivíduos que viviam um mundo em transição, motivados por mudanças, mas sem remover as grandes estruturas da antiga Casa Imperial: escravidão, honrarias, poderes discricionários e os privilégios.

Redatores	Formação	Ocupação profissional	Cargo político	Emprego Público	Títulos e honrarias
Jean Baptiste Aimé Desloye	Direito	Comerciante Escritor	N. I.	N. I.	N. I.
Pierre Plancher	N.I.	Livreiro/ editor	N.I.	Oficial impressor imperial	N.I.
José da Silva Lisboa	Direito	Magistrado	Senador	Diretor da Impressão Régia e censor da Mesa do Desembargo do Paço	Visconde e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial
José Joaquim de Carvalho	Medicina	Médico	Senador	Médico honorário da Coroa	Imperial Ordem de Cristo
João Maria da Costa	N. I.	N. I.	N. I.	N. I.	N. I.
Francisco Vilela Barbosa	Matemática	Professor/ Militar	Conselheiro de Estado	Lente na Real Academia dos Guardas-marinhas em Lisboa	Marquês de Paranaguá e Grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro
Pedro Alexandre Cavroé	Belas artes	Redator e arquiteto	N.I.	Arquiteto da Câmara municipal e da Casa Imperial	N.I.
Joaquim José da Silva Maia	N.I.	Negociante	Vereador da Câmara Municipal de Salvador	Matriculado na Real Junta de Comércio do Rio de Janeiro	N.I.
Francisco Vieira Goulart	Filosofia	Professor	N.I.	Cônego Magistral da Capela Imperial	Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro
Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio	Teologia	Clérigo	N.I.	Examinador da Mesa de Consciência e Ordem e Censor Episcopal	N.I.
José de Paiva Guedes de Andrade	N.I.	N.I.	N.I.	Oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império	N.I.
Antonio José Falcão	N.I.	Militar	N.I.	Capitão de Mar e Guerra	N.I.
Januario da Cunha Barboza	Seminário	Clérigo	Deputado	Cônego da Capela Imperial	Cavaleiro da Ordem de Cristo

Quadro II – continuação dos dados referente à elite intelectual *áulica*: formação, ocupação profissional, cargo político, emprego público e títulos e honrarias.

Fontes: BLAKE. Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brazileiro*. 7 vs. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 (ed. fac-similar da original de 1883-1902). JAVARI. barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1979. PAULA, Sergio Goes de. *Um inventário pioneiro de biografias para os historiadores das ciências, História, Ciências, Saúde-Manguinhos,* ISSN 0104-5970, vol.5 no.1 Rio de Janeiro, 1998. SENADO FEDERAL. *Períodos legislativos do império* (1826-1889). Brasília: Portal dos Senadores, 2010. SILVA. Innocencio Francisco da e ARANHA, Brito. *Diccionario bibliographico portuguez*. Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses. CD-ROM. SISSON, S. A.

Galeria dos brasileiros ilustres. 2 vs. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 1999. SUCHAUX, L. *Galerie Biographique du département de la Haute-Saône*. Vesoul: Typographie de A. Suchaux. 1864. VASCONCELLOS, barão de, e VASCONCELLOS, Smith barão de. *Arquivo nobiliarquico brasileiro*. Lausanne: Impremere la Concorde.

Dando continuidade ao estudo prosopográfico desses indivíduos, no quesito formação, verifica-se que não há a predominância de um curso de formação, evidenciando que, no treinamento, a elite intelectual áulica *não* era homogênea. Afinal, para um publicista o que valia era suas ideias e a sua capacidade de comunicação, pouco importou para um publicista o seu curso de formação, diferente daqueles que alçaram as carreiras políticas. Para escrita de um impresso, a formação superior e a ocupação profissional foram elementos facilitadores, mas não exclusivos. Mesmo aqueles que não possuíam nível superior poderiam adquirir as habilidades necessárias por estar em contato com outros tipos de ocupação, tal como: o comércio, mercado editorial e o mundo dos impressos. Fica mais claro, quando se analisa o caso de Plancher, Maia e Cavroé. Os dois primeiros redatores estavam ligados ao negócio dos impressos, antes mesmo de despontarem como redatores *áulicos* no Primeiro Reinado; e, Cavroé, além de negociante, tinha a arte correndo em suas veias, principalmente no campo da poesia e às belas artes.

Cinco jornalistas *áulicos* foram também identificados como membros da *elite política imperial*, atuando no Executivo ou no Legislativo, ou seja, esses redatores áulicos não ficaram reservados somente à *elite intelectual*. Esses homens circularam em diferentes camadas de discussão, levando suas ideias e propostas das assembleias para os impressos que era o atalho mais próximo para chegar às ruas e formar a opinião pública. A imprensa se tornou um espaço intermediário entre o poder institucionalizado e o cotidiano. A mistura da vida pública e privada fica ainda mais evidente, quando analisamos os itens: emprego público e títulos e honrarias. Foram revelados que 85% dos redatores *áulicos* tinham empregos públicos próximos à Coroa; e, 38,5%, tinham títulos e honrarias reconhecidos diretamente por d. Pedro I. Para elite intelectual *áulica* a imprensa foi um caminho possível para almejar melhores oportunidades de emprego público, títulos e, inclusive, cargos políticos, tanto no Executivo como no Legislativo.

Os apontamentos desses componentes iluminam como era feito o processo de proteção da imagem e do governo imperial. Paralelamente às suas atividades de publicista, esses homens passaram em diversas instâncias de poder (administrativo, político e imprensa), muitas vezes, assumiam, simultaneamente, a batalha nesses diferentes espaços para ampliar seus canais de comunicação e convencimento.

Por fim, vale ressaltar que esse artigo é um desdobramento inicial do primeiro capítulo da minha tese. Esse artigo é um esforço inicial para ampliar a discussão sobre os *áulicos*, especificamente, sua elite intelectual, da qual não há estudos.

REFERÊNCIAS

BASILE, M. **O Império em construção**: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: U.F.R.J./ I.F.C.S., 2004.

BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François**. Para uma História Cultural.** Estampa, 1998.

____________. Os partidos. In: RÉMOND, R (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. **Representações***: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem***:* a elite política imperial. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

______________; BASTOS, L (orgs.). **Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no oitocentos.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

______________; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). **Às armas, cidadãos**! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2012.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. – 3° ed. – São Paulo: EDUSP, 2012.

HUNT, L. (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

LESSA, M.L. & FONSECA, S.C.P. de B. (orgs.). **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889).** Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836). Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MARQUES JR, N. F. "**Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação":** áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826). Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, UERJ, 2013

MONTEIRO, T. R. **História do Império:** *o 1º Reinado*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, v. II, 1982 p. 9-10.

MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, L.M.B.P. das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

________. *"***A guerra de penas***"*: os impressos políticos e a independência do Brasil. Rio de Janeiro: Tempo, 1999.

________.(org.). **Livros e impressos**: retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

_________. **Opinión Pública**: Brasil. In: SEBASTIÁN, J. F. (dir). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850,*vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1013-1014.

PIRES, M.P.B. **Impressão, sociabilidades e poder**: três faces da *tipografia do diário* na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

RIBEIRO, G. S. *A* **liberdade em construção***: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado.* Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

SODRÉ, N. W. **A História da imprensa no Brasil** – 4° ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 20.

VIANNA, H. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

CAPÍTULO 2

A FACE INVISÍVEL DAS MULHERES IMIGRANTES POLONESAS NO BRASIL

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 05/04/2021

Isabella Czamanski Rota
Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História - Bolsista CAPES
Passo Fundo - RS
http://lattes.cnpq.br/9081736808937665

RESUMO: Ainda que não fosse permitido que mulheres imigrassem sozinhas da região que hoje corresponde ao território polonês para o Brasil, elas se fizeram amplamente presentes no movimento migratório que se iniciou no final do século XIX, já que famílias inteiras desembarcaram em solo brasileiro objetivando se tornarem proprietárias de terras cultiváveis. As mulheres polonesas que vieram ao Brasil ocuparam, principalmente, os papéis de mães e filhas no princípio. Posteriormente, comunidades inteiras da etnia polonesa foram estabelecidas, além de outras com grupos mistos de imigrantes, tornando a mulher parte imprescindível da sociedade formada a partir do movimento migratório em diversas partes do país, com destaque para a região sul, ainda que suas contribuições não fossem vistas como importantes em uma sociedade industrial. Nas últimas décadas, muito se tem discutido acerca das questões de gênero dentro da História e outras áreas das ciências humanas e sociais. As mulheres, outrora ignoradas, senão, excluídas, passam a protagonizar estudos que buscam compreender suas contribuições para a sociedade e suas percepções da realidade. O presente artigo busca desenvolver reflexões sobre a importância de estudos acerca da mulher imigrante, com foco na polonesa, identificando questões já abordadas dentro do tema e outras que ainda podem vir a ser respondidas a partir de diferentes fontes, como a fotografia, que torna visível a face até então invisível destas mulheres, e abordagens, como através da História Oral, onde as vozes das mulheres que compõe o grupo identitário das imigrantes polonesas podem ser ouvidas, revelando seus pontos de vista, seus sonhos e expectativas sobre suas vidas longe de sua terra natal.
PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Identidade. Imigração. Mulheres.

THE INVISIBLE FACE OF POLISH IMMIGRANT WOMEN IN BRAZIL

ABSTRACT: Although women were not allowed to immigrate alone from the region that today corresponds to Polish territory for Brazil, they were widely present in the migratory movement that began in the late 19th century, since entire families landed on Brazilian soil aiming to become owners of arable land. Polish women who came to Brazil mainly occupied the roles of mothers and daughters at the beginning. Subsequently, entire communities of Polish ethnicity were established, in addition to others with mixed immigrant groups, making women an essential part of the society formed from the migratory movement in different parts of the country, with emphasis on

the southern region, although their contributions weren't seen as important in an industrial society. In recent decades, much has been discussed about gender issues within history and other areas of the human and social sciences. Women, formerly ignored, if not excluded, start to become protagonists in studies that seek to understand their contributions to society and their perceptions of reality. This article seeks to develop reflections on the importance of studies about immigrant women, with a focus on the Polish women, identifying issues already addressed within the theme and others that may still be answered from different sources, such as photography, which makes visible the invisible face of these women, and approaches, such as through Oral History, where the voices of women that are part of the identity group of Polish immigrants can be heard, revealing their views, their dreams and expectations about their lives far from their homeland.
KEYWORDS: Culture. Identity. Immigration. Women.

1 | INTRODUÇÃO

Ainda que não fosse comum que mulheres imigrassem sozinhas da região que hoje corresponde ao território polonês para o Brasil, elas se fizeram amplamente presentes no movimento migratório que se iniciou na metade final do século XIX, já que famílias inteiras desembarcaram em solo brasileiro objetivando se tornarem proprietárias de terras cultiváveis. Estas mulheres que vieram ao Brasil ocuparam, principalmente, os papéis de mães, esposas, filhas ou noras dos chefes de família, detentores do passaporte coletivo (BASSANEZI, 2012, p. 175).

Comunidades inteiras da etnia polonesa foram estabelecidas a partir da reunião das famílias imigrantes, além de outras com grupos mistos de imigrantes, tornando a mulher parte imprescindível da sociedade formada a partir do movimento migratório em diversas partes do país, com destaque para a região sul, ainda que suas contribuições não fossem vistas como importantes em uma sociedade industrial por causa dos papéis domésticos que foram delegados e adotados por elas (SIKORA; SILVA; NASCIMENTO, 2013, p. 11). Estas mulheres, além de amplamente presentes em contextos familiares, também participaram no trabalho no campo e nas pequenas indústrias que emergiam em um Brasil do início do século XX.

Nas últimas décadas, muito se tem discutido acerca das questões de gênero dentro da História e outras áreas das ciências humanas e sociais. As mulheres, outrora ignoradas, senão, excluídas, passam a protagonizar estudos que buscam compreender suas contribuições para a sociedade e suas percepções da realidade. Dentre estas mulheres até então esquecidas pela história se encontram as imigrantes, cujas faces se encontram preparadas para serem lembradas.

O presente artigo busca desenvolver reflexões acerca da importância de estudos acerca das mulheres imigrantes, com foco nas polonesas, identificando questões já abordadas dentro do tema através de uma breve revisão bibliográfica e outras que ainda

podem vir a ser respondidas a partir de diferentes fontes, como a fotografia, que torna visíveis os rostos até então invisíveis destas mulheres, e abordagens, como a História Oral, onde as vozes das mulheres que compõe o grupo identitário das imigrantes polonesas podem ser ouvidas, revelando seus pontos de vista, seus sonhos e expectativas sobre suas vidas longe de sua terra natal, bem como suas dores e angústias.

O desenvolvimento deste artigo é dividido em duas partes. Na primeira, intitulada "A imigração polonesa no Brasil", como o nome sugere, contém uma revisão bibliográfica acerca do processo migratório de indivíduos da etnia polonesa para o Brasil, considerando suas especificidades, para que seja possível visualizar o contexto social em que as mulheres imigrantes polonesas estavam inseridas.

Na segunda parte, "A mulher imigrante", alguns papéis ocupados pelas mulheres imigrantes são apresentados, como a sua presença nos mais diversos setores da sociedade, através de uma breve revisão bibliográfica de pesquisas desenvolvidas considerando o protagonismo feminino e a imigração, além da discussão acerca de algumas das possibilidades de estudos históricos com estas personagens em destaque, com sugestões de fontes ainda pouco exploradas dentro do tema.

2 | A IMIGRAÇÃO POLONESA NO BRASIL

Como no caso de outras etnias, o processo imigratório dos poloneses para o Brasil não é simples de ser descrito e interpretado, ainda que possam ser feitas generalizações acerca dos motivos que fizeram milhares de pessoas se deslocarem para um continente desconhecido por elas entre o final do século XIX e início do século XX.

Segundo Wenczenovicz (2020, p. 3),

> As razões da emigração polonesa eram diversas e profundas. No século XIX, à semelhança de outros países europeus, a Polônia vivia grave crise econômica, política e social, o que obrigou milhares de indivíduos a migrar para o Novo Mundo. Na Polônia era quase inviável tornar-se proprietário de terra, pois nos séculos XVIII e XIX o poder político e econômico estava nas mãos da nobreza. A pequena e média burguesia progredia com dificuldade, enquanto a alta burguesia, ligada à alta nobreza, acelerava o passo, sem questionar a estrutura vigente.

O camponês não tinha formas efetivas de buscar a ascensão social e econômica, passando a ser visto apenas como mão de obra amplamente disponível e barata. A perspectiva de possuir suas próprias terras, ainda que em um país tão distante e de cultura tão diferente, foi motivo crucial para a vinda de milhares de poloneses. O recrutamento de imigrantes se dava através de agentes, que circulavam por entre as aldeias polonesas tentando convencer os aldeões a emigrarem para o Brasil com a promessa de que se tornariam proprietários de terras (MAZUREK, 2016, p. 55).

A imigração polonesa em território brasileiro se deu com maior ênfase durante o

final do século XIX e início do século XX, ocorrendo em quatro diferentes fases[1]. É difícil precisar quais foram os primeiros poloneses a chegarem no Brasil, porque, conforme escreve Doustdar (1990, p. 76),

> Em fins do século XVIII, a Polônia desapareceu como nação livre e independente, transformando-se num pedaço de chão da periferia oriental dos grandes centros de decisões localizados no ocidente da Europa. Frente a uma Europa que emergia da Revolução Industrial, a Polônia sofria os efeitos das forças medievais, principalmente de uma população camponesa feudalizada. Associada a isso, havia o domínio da ação conjunta de três potências ocupantes: a Áustria, a Prússia e a Rússia.

Aqueles que faziam parte da etnia polonesa chegavam ao país e eram, muitas vezes, registrados de acordo com o país a qual a região de onde haviam saído pertencia, portanto, muitos poloneses foram registrados como russos, austríacos e prussianos, potências que, desde 1815, ocupavam o território polonês (essa ocupação se daria até 1918), tornando mais complexo identificar famílias etnicamente polonesas que chegaram ao Brasil (SOCOLOSKI, 2018, p. 12-13). Também por este motivo, o número total de poloneses que chegaram ao Brasil é desconhecido, ainda que Gardolinski (1958, p. 20) estime que mais de 100 mil poloneses emigraram para o Brasil entre o final do século XIX e início do século XX.

Além disso, conforme aponta Wenczenovicz (2020, p. 5),

> É importante ressaltar a dificuldade em se apresentar estatísticas quanto ao número de imigrantes egresso da Polônia, visto que em grande parte das fontes estatísticas são elencados na categoria "outras nacionalidades" por questões essencialmente econômicas e políticas vivenciadas pela Polônia (partilhas, guerras, dentre outras).

Essa identificação atualmente depende de outras informações que não apenas os registros de chegada, como outros tipos de documentos oficiais (certidões de casamento, passaportes, censos), ou mesmo escritos de cunho intimista, como diários, memórias, álbuns de fotografias com textos para identificação dos cenários e pessoas fotografados.

Os poloneses estabelecidos no Brasil, até então de maioria religiosa cristã, se fixaram sobretudo nos três estados da região sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de São Paulo, em menor quantidade até 1940 (WEBER; WENCZENOVICZ, 2012, p. 160).

Após 1933, poloneses judeus começaram a emigrar para o país, como resultado da perseguição aos judeus ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Diferente dos imigrantes poloneses de até então, que vinham com o objetivo de trabalhar no campo, os

---

1 Essas fases são divididas por Gluchowski (2005, p. 45) da seguinte forma: de 1871 a 1889, quando as primeiras comunidades de poloneses no Brasil foram criadas; de 1890 a 1894, quando ocorreu o que foi chamado de "febre brasileira", pela grande quantidade de poloneses que chegaram ao país; de 1895 a 1900, quando houve uma diminuição significativa nas imigrações; e de 1900 a 1914, quando ocorreu uma segunda "febre brasileira", onde novamente uma quantidade expressiva de poloneses emigrou para o Brasil, quando se deu a construção da estrada de ferro que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo, onde muitos imigrantes trabalhavam para pagar o empréstimo a longo prazo feito para o governo brasileiro para adquirir suas terras (CASSOL, 1979, p. 30).

judeus eram refugiados políticos que emigravam para tentar garantir sua sobrevivência (CARNEIRO, 2018).

Durante o Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas promoveu campanhas visando a nacionalização, onde se pretendia “assimilar” imigrantes e seus descendentes à cultura brasileira. Muitos imigrantes poloneses não falavam português e não viam a necessidade de aprender, visto que algumas colônias eram bastante isoladas e hegemônicas, por vezes não possuindo escolas brasileiras. Os imigrantes acabavam por formar suas próprias escolas, onde o polonês era a principal língua ensinada.

Em 1938, o governo brasileiro proibiu o uso de línguas estrangeiras em espaços públicos em todo território brasileiro e a circulação de jornais, revistas ou quaisquer publicações impressas em línguas estrangeiras. Além disso, foi vetada a participação de estrangeiros na política, em medidas que afetaram especialmente as comunidades polonesas, que possuíam além de escolas próprias, sociedades e associações que foram obrigadas a encerrar suas atividades (ZEN, 2010).

A assimilação cultural ocorrida desde então não significou a extinção de diversos hábitos culturais, como festas populares e produção de pratos típicos, porém relegou outros elementos, como a língua polonesa, a grupos de estudos voltados a descendentes e curiosos. Através de arquivos e museus, além do trabalho de historiadores, se tem realizado um processo de reapropriação das raízes étnicas brasileiras, trazendo à tona diversidades que, outrora, haviam sido reprimidas.

As mulheres, por sua vez, estiveram presentes em todo o processo migratório, não apenas no polonês, desde a vinda ao país, até o trabalho doméstico, no campo, nas escolas, sociedades, associações, nos eventos culturais e religiosos, na produção de bens de consumo para uso familiar e para venda, entre outros, como poderá ser observado através de alguns trabalhos históricos com o protagonismo das mulheres imigrantes polonesas apresentados no tópico a seguir.

3 | A MULHER IMIGRANTE

A historiadora francesa Michelle Perrot (2020, p. 197) discorre que, além da historiografia ter sido escrita majoritariamente por homens até o século XX, as fontes utilizadas por eles também eram produzidas por homens, principalmente se for levado em consideração que as fontes tidas como úteis para a escrita histórica até então eram os documentos escritos de cunho oficial. Os atores da história escrita até este período seguiam a mesma lógica, sendo eles homens, em sua maioria famosos, detentores de poder e riquezas, com seus grandes feitos sendo narrados, não raro de forma ainda mais inflada.

Quaisquer outros indivíduos incluídos nestas grandiosas narrativas sobre grandes homens não passavam de suportes para apresentar os feitos destes homens especiais,

com caráter divino. E, mesmo estes coadjuvantes raramente eram mulheres, a não ser que fossem o objeto de afeição do homem, ou então parte de sua família, muitas vezes sem mesmo um nome, relegadas eternamente ao seu papel único dado dentro da história destes homens.

Desde o final do século XX, porém, as mulheres têm ganhado cada vez mais destaque nos estudos históricos, através dos quais os pesquisadores – e, também, pesquisadoras – estão tornando visíveis suas contribuições sociais, seus feitos individuais e coletivos, seus medos e anseios. Mais do que mães, filhas e esposas de grandes homens, elas passam a surgir como partes fundamentais dos mais diversos aspectos da sociedade, donas de suas próprias histórias complexas.

Desta forma, ao se pensar em processos migratórios ocorridos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, é possível desenvolver estudos que coloquem as mulheres imigrantes em papéis protagonistas. Ainda que quando pertencentes a famílias imigrantes, elas vieram ao Brasil junto de seus maridos, pais e irmãos, sendo parte importante do processo migratório em si, bem como das comunidades formadas onde as famílias fixaram moradia (BASSANEZI, 2012, p. 175).

Com a expansão populacional proporcionada pelos imigrantes visando a mão de obra para um acelerado desenvolvimento econômico, as mulheres também se viram inseridas em contextos laborais, seja trabalhando no campo, seja em atividades industriais desenvolvidas em alguns municípios onde fixaram residência (MATOS; TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2018, p .3).

Para ilustrar a diversidade do protagonismo feminino, serão vistos a seguir quatro pesquisas históricas que envolvem a mulher polonesa em protagonismos de diferentes níveis, tornando possível perceber a riqueza de informações que ainda estão para serem desbravadas e tornadas públicas.

Os cientistas sociais Sikora, Silva e Nascimento (2013) publicaram um artigo intitulado “O papel da mulher polonesa na dinâmica da família tradicional: Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná”, onde aspectos da vivência feminina polonesa são apresentados, como seu papel na família, nos afazeres familiares, trabalho, matrimônio, religiosidade e sua expectativa de vida, considerando como cenário a Colônia Dom Pedro II, de Campo Largo, no Paraná.

A pesquisa, que teve como metodologia a História Oral, ainda que os autores não utilizem esta nomenclatura para se referir a ela, onde foram feitas observações e entrevistas, objetivou

> discutir aspectos do trabalho da mulher polonesa na dinâmica da família tradicional [...] que permitiram a reprodução e a permanência de saberes culturais da tradição ancestral polonesa, fundamentais para o sucesso dos sonhos de progresso e felicidade (SIKORA; SILVA; NASCIMENTO, 2013, p. 13).

Os pesquisadores afirmam que, no caso das imigrantes polonesas, o trabalho doméstico era sua responsabilidade, porém também era esperado que elas auxiliassem no trabalho no campo, junto de outros membros da família (SIKORA; SILVA; NASCIMENTO, 2013, p. 20).

As construções das comunidades polonesas, como casas, galpões e moinhos, eram feitas pelos próprios colonos, que consideravam uma grande prole fundamental para sua própria sobrevivência. Quanto mais filhos uma família possuísse, mais mão de obra estaria disponível para o trabalho doméstico, no campo e para construções, ainda que o gênero fosse importante para delimitar as prevalências em determinadas funções nestas comunidades.

Dentre os imigrantes poloneses cristãos, as mulheres não possuíam muitas opções para seguir na vida adulta. Ainda segundo Sikora, Silva e Nascimento (2013, p. 22),

> Como destino, à mulher cabia a escolha do matrimônio ou da vida religiosa. Quando envelheciam solteiras, ficavam subordinadas ao domínio dos pais e irmãos casados com quem conviviam. Por vezes, eram exploradas, desprezadas e maltratadas. A “tia solteirona” devia cuidar de sobrinhos porque não tinha conseguido a felicidade do casamento.

A partir das diversas observações feitas pelos autores acerca das mulheres polonesas de Campo Largo, eles concluíram que

> Embora a mulher polonesa tivesse grande influência na formação sociofamiliar, e exercesse diferentes papéis, ela não deixou de restringir seus “voos” de liberdade, sobretudo, para contestar o sistema patriarcal. Ela continua se dedicando ao trabalho, à família e cultivando a religião e as crenças. Seus papéis como mãe, trabalhadora rural, dona de casa continuam no cenário da Colônia, porém a modernidade a tem ajudado a redefinir suas formas de existência na sociedade liberal (SIKORA; SILVA; NASCIMENTO, 2013, p. 28).

Já o artigo “Devir-mulher em meio à imigração: constituindo gênero em comunidades polono-brasileiras do Alto Uruguai/RS”, da historiadora Paloma Czapla (2018), traz relatos orais de descendentes de imigrantes poloneses, que contam as dificuldades enfrentadas pelos antepassados que viveram em uma Polônia conquistada por outros países. Segundo Czapla (2018, p. 4), “as entrevistadas, apesar de não terem vivido o que seus pais ou avós viveram, têm em suas mentes uma Polônia imaginada e compartilhada, uma Polônia de invernos rigorosos, de uma vida sofrida, de opressões.”

O artigo também apresenta relatos das dificuldades enfrentas pelas imigrantes durante a viagem de vinda ao Brasil, seguida pela espera, ocorrida em barracões com imigrantes de outas etnias, da designação dos lotes, a viagem até os mesmos e, ao chegarem em seus novos lares, elas “encontravam terras ainda cobertas pela mata, longínquas e com péssimo relevo para a agricultura” (CZAPLA, 2018, p. 4).

As mulheres ainda narram sobre suas atividades domésticas e no campo, iniciadas muito cedo, narrativas estas que elas contam com o que Czapla (2018, p. 5) observa

como orgulho, apesar das dificuldades descritas por elas. Mais do que donas de casa, estas narrativas corroboram o papel da mulher imigrante polonesa como trabalhadoras do campo, em uma jornada de trabalho que se iniciava quando acordavam e só finalizava ao se deitar para dormir, à noite.

O sofrimento permeia as narrativas anteriores e posteriores à imigração, ilustrando as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, em especial as mulheres, que precisaram empregar esforços consideráveis para sobreviver em sua nova realidade, como na geração e criação de seus diversos filhos e a conciliação de suas atividades domésticas com as do trabalho no campo.

A dissertação de mestrado da historiadora Wilma Bueno (1996), intitulada “Curitiba, uma cidade bem-amanhecida: vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX”, por sua vez, discorre sobre os trabalhos tomados pelas mulheres imigrantes em Curitiba, capital do Paraná, como é o caso das carroceiras e leiteiras.

As mulheres descritas nesta pesquisa, que também é baseada em relatos, foram responsáveis pelo transporte e venda dos produtos alimentícios produzidos em suas propriedades, como frutas, hortaliças, leite e derivados, no verão, e, além do leite, manteiga, requeijão e ovos, também pinhão, milho e abóbora, no inverno, entre outros tipos de cultivos sazonais (BUENO, 1996, p. 61).

O trabalho de Bueno demonstra que a influência da mulher ia muito além do seu lar e da terra cultivável de sua família, tornando o espaço urbano também um lugar a qual ela pertence e altera, com frequência e naturalidade. Ele também esclarece que haviam mulheres polonesas proprietárias de terras em Curitiba (BUENO, 1996, p. 40), indo na direção oposta ao imaginário popular, em que apenas homens poderiam ser donos de terras em uma época em que mulheres eram tratadas mais como propriedade do que como cidadãs independentes.

Já na tese de doutoramento de Neli Teleginski (2016), intitulada “Sensibilidade na cozinha: a transmissão das tradições alimentares entre descendentes de imigrantes poloneses no centro-sul do Paraná, século XX”, são abordadas as tradições alimentares transmitidas entre os descendentes de poloneses que hoje residem na região centro-sul do Paraná, também se baseando na oralidade para a obtenção de fontes primárias.

Apesar de seu objeto de estudos ser a alimentação e não haver nenhuma discussão acerca de gênero, a pesquisa apresenta diversas mulheres, descendentes e, também, não pertencentes a etnia polonesa, mas que, por seus motivos, estão envolvidas com a cozinha tradicional, visto que a cozinha foi e, ainda hoje, permanece sendo um espaço considerado de domínio do universo feminino.

Através de hábitos alimentares, a historiadora foi capaz de registrar informações acerca da divisão de gêneros na hora do preparo e consumos das refeições, neste caso específicas de casamentos, onde

> os homens cuidavam do preparo das carnes, principalmente da matança de animais maiores e as mulheres das comidas cozidas, também assando os frangos nos fornos à lenha. Durante o baile, em geral, as mulheres bebiam cerveja caseira e os homens os licores e cachaças (TELEGINSKI, 2016, p. 296).

Uma depoente faz menção a um ritual de passagem da mulher solteira para a condição de casada, onde o banquete seria parte fundamental dele (TELEGINSKI, 2016, p. 296). Outra manifestação significativa das mulheres nesta pesquisa ocorre quando a autora narra que, em suas buscas por receitas, ao fazer contatos, ela expõe que "muitas vezes as conversas direcionavam-me para mulheres 'as mais indicadas' para falar das receitas 'polacas'" (TELEGINSKI, 2016, p. 42).

Ainda que as quatro pesquisas vistas anteriormente se baseiem, principalmente, em oralidades, apoiadas por outros tipos de fontes, como textos escritos, pode ser observado que nenhuma delas considerou a imagem como parte importante para as investigações históricas, sem fugir do seu uso como mera ilustração de textos.

Considerando essa inexistência, uma possibilidade de pesquisa acerca das mulheres imigrantes que tem passado despercebida pelos historiadores é o uso das fotografias para buscar compreender as formas como as mulheres eram representadas ou se desejavam representar.

Fotografias, ainda que não largamente disponíveis como nos dias atuais, foram feitas dentro do recorte temporal do movimento migratório polonês, desde cenas mostrando a chegada dos imigrantes em navios, até retratos familiares feitos esporadicamente por famílias para que fossem objetos de memória utilizados de forma a decorar suas moradias depois de já estabelecidos em suas terras.

Assim como os poloneses, a fotografia também chegou ao Brasil trazida por navios europeus e foi, pouco a pouco, sendo levada para o interior do país, onde os mais diversos cenários e indivíduos foram sendo registrados. Se combinadas com a oralidade, as fotografias são capazes de se tornarem objetos que revivem memórias e narrativas, algumas delas até então desconhecidas, que podem ser obtidas através de entrevistas para posterior análise, tornando historicamente visíveis personagens pouco conhecidos, como é o caso das mulheres imigrantes.

Outro tipo de fonte desconsiderado nas pesquisas históricas vistas acima, mas que pode suscitar diversas questões culturais, são músicas, cantigas e poemas que os imigrantes trouxeram consigo e passaram aos descendentes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os processos migratórios estejam sendo estudados através de várias perspectivas desde o final do século XX, pesquisas históricas considerando o protagonismo feminino ainda não são tão recorrentes. Questões de gênero estão sendo abordadas em

diferentes aspectos da história, tornando visíveis personagens até então esquecidas ou ignoradas propositalmente.

As mulheres imigrantes, em especial as polonesas, conforme tratado no presente artigo, também são personagens passíveis de serem temas de pesquisas históricas. Entender quem eram estas mulheres, o que ansiavam, quais eram seus sofrimentos, como contribuíram para as sociedades das quais pertenciam, que papéis ocuparam, quais aspectos culturais foram trazidos e mantidos por elas, a forma como a identidade de imigrante polonesa se deu de início e se modificou com o passar das gerações, são todos assuntos com potencial de se tornarem pesquisas históricas interessantes.

Mesmo que sendo apenas alguns poucos exemplos, através dos quatro trabalhos históricos considerando o protagonismo da mulher polonesa expostos no decorrer deste artigo, foi possível perceber a riqueza de informações acerca do papel feminino na sociedade, em que apenas a superfície foi explorada até então. É possível fazer perguntas semelhantes escolhendo contextos diferentes para se obter respostas das mais diversas, tornando visíveis as complexidades que a própria identidade da mulher imigrante carrega.

As pesquisas históricas também podem se dar através de diferentes fontes, fazendo uso das escritas, como documentos oficiais, jornais, revistas, livros, cartas e diários; orais, como entrevistas; e imagéticas, como as pinturas, ilustrações e fotografias, entre outras. As imagens, por sua vez, são abundantes, porém comumente utilizadas como ilustração de textos e não como fonte primária em estudos, ainda que seu potencial seja grande, principalmente ao se considerar questões culturais, como eventos sociais, a vida familiar e no campo, e sua associação com a oralidade e a memória.

Como pode ser observado nos trabalhos expostos, fontes orais também são um bom ponto de partida para este tipo de estudo, tendo em vista que mulheres filhas e netas de imigrantes podem relatar em primeira mão as experiências de como as mulheres viviam, o que sentiam e ansiavam, a forma como eram tratadas, como sua identidade era constituída e mantida pelo grupo, além de diversos outros assuntos, incluindo a vida familiar e a alimentação, citando alguns exemplos entre as pesquisas já realizadas.

Este artigo, portanto, visou desenvolver uma breve revisão bibliográfica acerca do protagonismo das mulheres imigrantes polonesas em estudos históricos desenvolvidos no Brasil, bem como algumas possibilidades acerca de trabalhos futuros, considerando, principalmente, o uso de fotografias.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 169-193.

BUENO, Wilma de Lara. **Curitiba, uma cidade bem-amanhecida:** vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. 1996. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 1996.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Travessia sem volta: judeus poloneses refugiados no Brasil, 1939-1945. **Revista del CESLA**, International Latin American Studies Review, n. 22, pp. 7-52, 2018.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Instituto Social Padre-Berthier, 1979.

CZAPLA, Paloma Almada. Devir-mulher em meio à imigração: constituindo gênero em comunidades polono-brasileiras do Alto Uruguai/RS. In: **Encontro Nacional de História Oral**, XIV, 2018.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **Imigração Polonesa:** raízes de um preconceito. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - UFPR, Curitiba, 1990.

GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia Rio-Grandense.** Vol. 5: Imigração. Canoas: Editora Regional, 1958.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil:** subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 3, p. 1-25, 16 maio 2018.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

SIKORA, Mafalda Ales; SILVA, Maclovia Corrêa da; NASCIMENTO, Décio Estevão do. O papel da mulher polonesa na dinâmica da família tradicional: Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná. **Revista Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 7, n. 25/26, p. 11-30, jan. a jun. 2013.

SOCOLOSKI, Thaimon da Silva. **Cultura e território da imigração polonesa no município de Áurea/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSM, 2018.

TELEGINSKI, Neli Maria. **Sensibilidade na cozinha:** a transmissão das tradições alimentares entre descendentes de imigrantes poloneses no centro-sul do Paraná, século XX. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes –UFPR, Curitiba.

WEBER, Regina; WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. **História UNISINOS**, v. 16, 2012, p. 159-170.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. Cultura, identidade(s) e memória na imigração polonesa no Rio Grande do Sul. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 20, n. 3, p. 135-152, 22 set. 2020.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. **Imigracão e Revolução**: Lituanos, Poloneses e Russos sob Vigilância do Deops. São Paulo: Edusp, 2010.

CAPÍTULO 3

A POSSIBILIDADE DE LEITURA DO RELATO DE VIAGEM SOB A ÓTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA

Data de aceite: 23/06/2021

Douglas Pastrello
Mestre e Doutorando em História política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá-PR

RESUMO: Os estudos contemporâneos da História se veem cercados cada vez mais por novos métodos e abordagens em fontes históricas já familiares. Pensando nisso o objetivo deste trabalho é buscar uma correlação entre as fontes "relatos de viagens" e o conceito "lugar de memória", visando demonstrar que o relato de viagem pode se valer um método de análise que propicie a ele o encanto de um "lugar de memória". Para tal, se partirá dos escritos metodológicos de Alburquerque García(2011), Paula Cristina Ribeiro da Rocha Cunha(2012) e do apoio conceitual de Michel Pollak(1989), Ioshikuni Igarashi(2011), Yi-Fu Tuan(1974) e Pierre Nora(1993). De modo sucinto, busca-se elencar as características gerais de um "relato de viagem", evidenciar as abordagens técnicas necessárias para analise deste tipo de fonte, como autor da fonte pode ser interpretado com os conceitos "topofílicos" ou "topofóbicos" de Tuan(1974) na medida em que se desloca de seu ambiente de conforto rumo ao "outro". Paralelamente se demonstrara como os relatos podem ser vistos como narrativas deliberadamente criadas que visam serem lidas por um terceiro que reproduz mentalmente o proposto pelo autor, se tornando assim uma fonte de uma memória – muitas vezes distante – para o leitor que na grande maioria das vezes tem os relatos como o único meio de conhecimento sobre determinado meio.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar de Memória; Relatos de Viagens; Memória.

ABSTRACT: The contemporary studies on the History field becomes more and more surrounded by new methods and approaches on already familiar objects. The objective of this paper is to search for a correlation between the "travel journal's" and the concept of "Place of memory", aiming to show that the journal could be analyzed from the memory perspective. Thus this works will range from the methodological works of Albuquerque Garcia(2010), Paula Cristina Ribeiro da Rocha Cunha(2012) and the concepts from Michael Pollak(1989), Yoshikuni Igarashi(2011), Yi-Fu Tuan(1974) and Pierre Nora(1993). Succinctly seeking to list the general characteristics of a "travel journal", highlighting the technical approach needed to analyze this type of source, and how the author of the journal could be interpreted with the "topophilics" or "topophobics" concepts of Tuan (1974) when he moves to unknown lands towards the "other". At the same time demonstrating how the journals could be interpreted as a deliberated creation of its author who writes for a third party – many times far apart on time – making the journal a memory itself of a time only know from these kinds of sources.

KEYWORDS: Place of memory; Travel Journals; Memory.

1 | INTRODUÇÃO

Dentro da história já percebemos que o conceito de memória não é uníssono e muito menos pré-estabelecido, ele é dinâmico e apresenta as mais variadas formas, temos há exemplo as questões ponderadas por Pollak(1989) que constitui uma memória nacional e individual, muitas vezes em uma relação conflituosa. Ou até mesmo o conceito de memória trabalhado por Yoshikuni Igarahi(2011), em seu livro "corpos da memória", que parte do princípio de o corpo do individuo também carrega uma memória vivida; e ainda poderíamos nomear "os lugares de memória".

A problemática dos lugares de memória na História tem sido uma grande contribuinte para compreensão da memória local. Como aponta Igarashi(2011) há sempre um conflito intrínseco entre a memória local, individual e a memória nacional.

A relevância desta problemática reflete no cerne da História ao demonstrarmos que o saber historiográfico é plural e seu núcleo concentra-se no sujeito-historiador e não na fonte e objeto, cabendo ao historiador adaptar suas metodologias para trabalhar os mais variados temas com diferentes objetos. Pressupondo está lógica é possível pensar na pluralidade que os lugares de memória apresentam uma vez que uma determinada fonte histórica pode apresentar um simbolismo de memória mediante um grupo, sociedade ou indivíduo.

2 | OS LUGARES DE MEMÓRIA E A RELAÇÃO DO INDIVIDUO PARA COM O LUGAR

É preciso lembrar que um lugar de memória, segundo Pierre Nora, seria um indicador empírico que carrega uma memória viva, simbólica, sendo um gatilho para se recorrer a determinada história de um grupo, considerando também que, de acordo com Nora, "Eles são lugares nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente[...]" (NORA,1993. P.21)

Esses lugares de memória surgem da ideia de que não há uma memória pronta, eterna ou espontânea, eles surgem com a necessidade de "se criar arquivos"; toda celebração, aniversário, atas, existem, mas não são naturais, resultando tanto em uma existência autenticada na materialidade e na individualidade.

Pensando nisso, surge a seguinte questão: de que forma os lugares de memória são criados? De início retomemos o dito anteriormente de que não há espontaneidade, eles surgem e são criados intencionalmente, mas não se resumem ao oficial, o extraoficial também é manufaturado e pode vir a se tornar um lugar de memória, alguns intencionalmente e outros ao acaso. O denominador comum definidor é uma aura simbólica que os envolve.

Essa aura simbólica por sua vez é a partir da relação sujeito-lugar de memória, que carrega diversos elementos *a priori* no documento, buscando determinadas narrativas e memórias já pré-estabelecidas que utilizariam destes para uma reafirmação de sua própria

narrativa. Os relatos de viagem podem vir a ser um bom exemplo de como lugares de memória são criados pela recorrência ao documento e não como algo necessariamente intencional por parte do autor.

Como relato de viagem, Alburquerque Garcia (2011) compreende documentos criados sob três critérios: relatos factuais, descritivos e um relatos objetivos dotados de pitadas subjetivas. O relato também remeteria a topografia – descrição da paisagem geográfica - podendo aqui apontar a relação entre o elo afetivo do indivíduo com o lugar a partir de Yi-Fu Tuan(1974). Considerando, desta forma, que a pessoa estabelece laços afetivos ao lugar em que desbrava, que eventualmente seria/será descrito no seu relato, partindo sempre do referencial que é o seu próprio centro cultural. Logo, pensa-se que o individuo sempre parte de si ao escrever.

De acordo com Yi-Fu Tuan há uma relação pessoal do indivíduo com outros lugares que parte de sua própria cultura. Conforme a distância geográfica aumenta entre o seu centro cultural e o "outro", mais bárbaro é considerado o ambiente e seus costumes. Assim, as relações entre o viajante e o lugar seriam feitas a partir de uma relação topofílica e\ ou topofóbica, isto é, se ele se relaciona com o lugar a partir de sentimentos positivos ou negativos, respectivamente.

3 | O RELATO DE VIAGEM COMO FONTE HISTÓRICA SOB O CONCEITO DO "LUGAR DE MEMÓRIA"

O autor do relato de viagem, usualmente imerso em um local estranho à sua origem, adjetiva o lugar com base em seus preceitos e preconceitos. Essa adjetivação é obrigatoriamente uma valoração do lugar, as vezes remete a ele sentimentos nostálgicos, positivos ou carregada de uma carga altamente negativa. Nas descrições negativas o "fantástico" assume uma forma monstruosa e anormal, entretanto ambas as valorações partem do fato de serem adjetivadas com base na própria história e experiencia pessoal do viajante.

O viajante busca criar uma descrição objetiva em seus relatos, tendo o lugar geográfico como primeiro ponto de encontro entre sua experiencia, preconceitos enraizados e sua escrita. Porém, como explanado acima os escritos trazem seus bastidores a própria memória e história do viajante que imersos nesta experiencia afetiva do autor transformam o relato em o que Garcia(2011) nomeia de: um a descrição objetiva subjetiva.

O caráter objetivo do descrito adquire sua forma por meio do testemunho do autor. A veracidade factual do relato de viagem é impressa por meio do próprio autor que teria testemunhado "a olhos nus" o que descreve, confidenciando ao relato uma conceituação de "lugar de memória" por torná-la uma referência no assunto/povo trabalhado pelo viajante

Entre outras características que permitem a interpretação dos relatos de viagens enquanto "lugares de memórias", temos a paratextualidade e a intertextualidade. A

primeira pode ser compreendida como os textos extras que acompanham uma obra a fim de contextualizá-la para o leitor: notas de rodapé ou um prefácio, por exemplo. A intertextualidade, por sua vez, é o referenciamento feito pelo texto a outros trabalhos anteriores do mesmo gênero.

Para Garcia, há de se considerar que a paratextualidade reforçaria a problemática de que um relato é um “lugar de memória”, pois leva adiante a ideia de que o autor intenta a leitura de sua obra por um terceiro ao contextualizar sua obra com informações extras. Essas informações “extras” ajudam o leitor situar-se no texto original, propiciando um entendimento facilitado de diversos assuntos ali tratados. Logo, espera-se que o relato de viagem sirva como referência para a compreensão do lugar ali representado.

A intertextualidade cria um diálogo do gênero consigo mesmo, dando referência a outros relatos anteriores que servem como base para a escrita do itinerante, segundo o autor

> La intertextualidad, por su parte, nos alerta sobre las diferentes y variadas familias de relatos que dialogan entre sí, cuyas resonancias nos há blan de tradición e influencias culturales.(GARCIA, 2011. P.18)

Portanto, ao referenciar relatos anteriores, que embasam as novas eventuais descrições feitas por novos viajantes, criam uma tradição literária e cultural sobre a forma que se cria um relato. Deste modo, tal como a paratextualidade, a intertextualidade sedimenta as bases para que o relato de viagem se torne uma fonte segura de conhecimento e aprendizado.

O autor aponta, também, que o relato de viagem divide fronteiras com outras fontes literárias, isso, todavia não seria necessariamente negativo para categorização do relato de viagem enquanto lugar de memória, vide que a literatura já serviu como inspiração e ela própria já teria tido grandes obras escritas no formato de relato. Obras como a “Odisseia” ou até mesmo a “Eneida” , por exemplo, são literaturas possuem em seu núcleo um viajante como protagonista (GARCIA,2011. P.20). Consideremos então que em caráter documental a literatura também serviria como fonte para um determinado grupo buscar informações e delimitar conhecimento sobre algum assunto, independente da veracidade da fonte.

Fora da literatura poderíamos encontrar exemplos na própria historiografia, tais como os escritos de Heródoto. Segundo Garcia, Heródoto faz uma análise minuciosa dos povos bárbaros, dando autoridade em seu relato por meio do seu próprio testemunho ocular. Logo, Heródoto teria buscado ser referência de um conhecimento específico – no caso sobre os povos bárbaros – argumentando que sua objetividade era garantida pelo testemunho.

Heródoto ainda teria sido quem imortalizou os “bárbaros” gregos através de seus relatos, segundo os quais haveria feito de maneira quase que simbólica uma caracterização da selvageria do mito na realidade (WOORTMANN, 2000). Todavia, como argumentado momentos antes, essa representação simbólica parte da própria subjetividade do autor

que se insere no texto contaminando a objetividade dos escritos com sua própria vivência.

Essa caracterização selvagem do diferente não parece que caminha em distância do que Yi-Fu Tuan nos transcreve através do conceito de "topofilia". Quanto mais distante se caminha geograficamente de uma cultura, maior se encontra a alteridade, nos gregos ainda há o relato das citas, "povo que vivia na borda do mundo", representando o extremo oposto da cultura grega helênica,

> Os citas, habitantes dos limites do mundo, foram um desses povos; sintomaticamente, as amazonas desempenham um papel fundamental na construção grega da alteridade dos citas. No imaginário dos gregos os citas são a antítese da civilização, possibilitando o contraste para a construção da identidade helênica. (WOORTMANN, 2000. P. 22)

A partir de uma análise de Aristófanes que categoriza um de seus personagens por "cita", Woortmann nos demonstra como esses relatos de viagens na antiguidade eram usados como uma forma de catalogar o mundo. Porém o que ele nos mais trás é a riqueza com que podemos aprender não só daquele que é representado como também daquele que faz o relato.

Ao longo da História o uso do relato para catalogar o mundo e compreendê-lo foi amplamente utilizado. Durante a Idade Média e início da modernidade há o advento das grandes navegações que expandem o universo europeu às outras partes do mundo. Missões diplomáticas, relatos do novo mundo, todas servindo como manual para outros indivíduos que talvez se interessem pela viagem ou pelo lugar em questão, formando um molde pré-definido de como estes indivíduos compreenderiam aquele lugar, ou até mesmo como o indivíduo/grupo que é representado utilizaria posteriormente o documento para legitimar sua própria cultura e tradição.

Quando Pero Vaz de Caminha descreve que "Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas."(CAMINHA, P.2), ele nos narra o evento a partir de sua própria bussola moral, ao falar em vergonhas devido ao fato dos nativas estarem nus, pensando a partir da sua própria perspectiva europeia: o civilizado é usar roupas, o íntimo é para marido e esposa, deve-se resguardar seu corpo dos outros.

A "Carta de Pero Vaz de Caminha", de fato serve como um lugar de memória para compreensão da história brasileira anterior aos portugueses e legitimar o mito do descobrimento português. Interessante notar que mesmo o documento sendo estudado na historiografia brasileira como parte da literatura de viajantes, ou de literatura de informação, ela ainda é um referencial, que desde estudiosos podem evocá-la luz da memória do descobrimento até para brasileiros leigos que veem o documento como uma certidão de nascimento de sua própria cultura. Esse aspecto "fundador" que a carta carrega na história do Brasil enuncia como este relato carrega uma aura simbólica que surpassa o papel: assim como a carta participa do "mito fundador" brasileiro, ela não só descreve o Brasil de 1500 como, também, fundamenta o português do mesmo período através de Caminha.

O aspecto do relato enquanto um “lugar de memória” ficou evidente a partir do Iluminismo quando viajar se torna um ato instrucional dentro da concepção da época. Logo, as viagens, guias, e conhecer o diferente se tornam como parte da educação necessária para moldar a mente do jovem estudioso em ascensão.

Paula Cristina Cunha (2012) considera que durante o iluminismo há uma acepção filosófica, para com ao que ela referencia como “literatura de viagens”, a partir de uma abordagem rousseana ligada ao bom selvagem e o mito do civilizador maligno. Entretanto, a obra ainda seria vista como uma referência na qual um determinado grupo a busca para legitimar sua própria noção de história.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio temos na história contemporânea o relato de Ruth Benedict (1997) em seu livro “O crisântemo e a espada”. No livro a antropóloga que havia sido encarregada pelo governo norte-americano de estudar a cultura japonesa no fim da Segunda Guerra Mundial passa a descrever inicialmente os japoneses como a antítese completa dos estadunidenses.

A forma como os próprios japoneses discursam nos relatos presentes no livro também nos demonstram como não só o norte-americano deixava claro em seu relato a diferença cultural, ou o maniqueísmo em que as culturas eram descritas, como os próprios japoneses assim o faziam. Não necessariamente atribuindo características diferentes ao inimigo, mas com valores diferentes, em outras palavras: muitas das mesmas características que os norte-americanos davam aos japoneses para representá-los como o mal absoluto, eram as características que os próprios japoneses colocavam em si para enaltecer sua cultura e superioridade frente ao mundo.

Isso significa que um mesmo evento, ou ideia, pode ser visto diferente por duas culturas distintas. Isso porque cada centro cultural analise essas questões sob sua própria régua moral. Cria-se, assim, distanciamentos interpretativos de um mesmo fenômeno, isso tudo ainda considerando que essas cisões culturais aumentam conforme a distância geográfica entre os envolvidos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande questão do relato de viagens enquanto lugar de memória não paira somente no passado, mas juntamente no presente: qual o sentido de viajar em um mundo globalizado em que as motivações e necessidades da viagem já não são óbvias como eram antes.

Para responder a pergunta voltemos ao Yi-Fu Tuan em paralelo aos textos de Alburquerque Garcia e Paula Cristina Cunha. Os relatos partem do individuo que sai de sua terra originária para outro lugar, porém independente da época o relato se torna uma jornada de autoconhecimento, pois toda descrição envolvida no relato será sempre a partir do “*self”*(si) para o outro.

Toda descrição de um lugar que envolva no fim os sentimentos topofílicos ou topofóbicos vai ser conceituada a base de seus gostos e contragostos. Na mesma lógica se insere a etopeia, segundo a teorização proposta pelo geografo, que também teria como ponto de partida a cultura do viajante, formando assim a possibilidade de existência de três lugares de memória em um único relato. Esses três lugares de memória dependeriam do ponto de partida da leitura: da cultura do viajante, da cultura representada ou de uma terceira cultura *outsider* do relato.

A primeira leitura poderia ser vista como um lugar de memória do *self* quando confrontado com o diferente, identidade a partir da não identidade; a segunda leitura poderia pesar as noções culturais dos representados por eles mesmos, também, partindo da ideia de que eles reforçariam seus traços culturais baseados na descrição do estrangeiro que aprova ou desaprova tais características. São identidades pela não identidade.

A terceira leitura se aproximaria do relato enquanto documento histórico. Entretanto, não há uma passagem desta fonte pelo divã da análise, tal como faz o historiador. Nesta leitura, o relato apenas é confirmado como uma história verídica documentada pelo viajante que atesta a veracidade dos fatos. Logo, está abordagem apenas reforça padrões e narrativas já pré-estabelecidas que utilizam do relato para permutar sua própria aura simbólica.

Segundo Cunha(2012, P.170), o relato apresenta uma natureza permeável e intimista, que em sua essência seria autobiográfica, cabendo ai, para além destas três possibilidades do relato enquanto lugar de memória, criar um subgênero da primeira leitura, batizando-o de um lugar de memória autobiográfico. Nesta leitura do lugar de memória o individuo partiria de si, sua experiência e subjetividade para ratificar os traços culturais de seu grupo social.

O que todas as leituras têm em comum é que elas possuem uma carga simbólica, um jogo entre história e memória, uma eterna espiral entre o coletivo e o individual. O fato de que o leitor delas pressupõe no relato a possibilidade de um lugar de memória, buscando nele alguma forma de pertencimento, identidade, legitima determinadas crença ou um traços culturais-sociais.

Assim, denotamos que é possível atribuir ao relato de viagem o valor conceitual do lugar de memória, levando em consideração que mesmo nas nuances do gênero, suas próprias lógicas internas, não interferem negativamente, uma vez que o relato carrega uma aura simbólica e poderá ser evocado para afirmar e reafirmar identidades, traços culturais e comportamentos. Não obstante, é sempre uma descrição do outro a partir do *self* e sua subjetividade permeado em um relato objetivo, que autentica-se pelo testemunho ocular e pelo registro escrito.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE-GARCÍA ,Luis. El ‘relato de viajes’: hitos y formas en la evolución del gênero. **Revista de Literatura**, 2011, enero-junio, vol. lxxiii, n. 145, p. 15-34.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada:** Padrões da Cultura Japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CAMINHA, Pero Vaz De. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Ministério da cultura: Fundação biblioteca nacional. Acesso online, disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Último acesso em 10 de Janeiro de 2019.

CUNHA, Paula Cristina Ribeiro da Rocha. Apontamentos teóricos sobre Literatura de Viagens. **Caracol**, [S.l.], n. 3, p. 152-173, june 2012. ISSN 2317-9651

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória:** Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970) Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

TUAN,Yi-fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel. 1974.

WOORTMANN, Klaas. **O selvagem e a História:** Heródoto e a questão do outro. São Paulo: Revista de antropologia. v.43 nº1. 2000.

CAPÍTULO 4

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889)

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 06/04/2021

Nara Viviany Moura de Oliveira
Universidade Federal do Piauí
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil
Teresina-Piauí
http://lattes.cnpq.br/0661214354934453

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves
Universidade Federal do Piauí
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil
Wall Ferraz- Piauí
http://lattes.cnpq.br/0794333520310154

Texto adaptado de versão publicada em *Anais do I Congresso Internacional de gênero, práticas e epistemologias:* abordagens contemporâneas (2020).

RESUMO: A partir da segunda metade do século XIX, com a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, novos aspectos passaram a rodear a mentalidade e o dia a dia da jovem cidade. Planejada por Isidoro França e José Antônio Saraiva, a planta da cidade feita em 1851, trazia entre seus aspectos, moldes que buscavam um ar de salubridade e higiene. Além de buscar uma melhor higienização à cidade, prédios públicos passam a ser formulados no sentido de trazer organização aos espaços. Entre esses prédios, destacamos a construção da Santa Casa de Misericórdia em1861. Contrária a toda essa inovação e modernidade, as ruas de Teresina presenciavam em seu cotidiano, a existência de um alto números de flagelados, que eram acometidos por diversas doenças. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de fundação da Santa Casa e sua relação com o processo higienista, no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Teresina. Salubridade. Santa Casa de Misericórdia**.**

THE HOLY HOUSE OF MERCY AND THE RELATIONSHIP WITH THE HYGIENE PROCESS IN THE CITY OF TERESINA BETWEEN THE YEARS (1852-1889)

ABSTRACT: From the second half of the 19th century, with the transfer of the capital from Piauí de Oeiras to Teresina, new aspects began to surround the mentality and the daily life of the young city. Planned by Isidoro França and José Antônio Saraiva, the city plan made in 1851 brought, among its aspects, molds that sought an air of wholesomeness and hygiene. In addition to seeking better hygiene in the city, public buildings are now being formulated in order to bring organization to spaces. Among these buildings, we highlight the construction of the Santa Casa de Misericórdia in 1861. Contrary to all this innovation and modernity, the streets of Teresina witnessed in their daily lives, the existence of a high number of flagellates, who were affected by various diseases. In this sense, the present work aims to analyze the founding process of Santa Casa and its relationship with the hygienist process, in the XIX th century.

KEYWORDS: Teresina. Healthiness. Holy House of Mercy.

1 I INTRODUÇÃO

No século XIX, o projeto de Brasil, que fincará a concepção de nacionalidade e de cidadão, tem por base um contexto eminentemente europeu. Ser cidadão significava ser civilizado, agir de acordo com normas estabelecidas, maneiras de se portar legitimadas em um todo social. Assim, o conceito de civilização empregado neste artigo é referente ao contexto do século XIX, que entendia civilização de dois modos: primeiro, a ideia associada ao comportamento do homem, a maneira de se portar em sociedade, o cidadão civilizado; segundo, civilização ligada a um processo e evolução da humanidade e da nação enquanto civilizados, um processo civilizador. No âmbito da cidade, civilização deveria ser manifestada dentro desses dois pontos mencionados, e é partindo deles que buscamos enxergar o que era ser civilizado na nova capital do Piauí, Teresina. Porém, ressaltamos que o enfoque para entender a urbe civilizada partiu da higienização.

O estudo em questão analisa como a Santa Casa de Misericórdia influenciou no processo de organização dos espaços e na busca por higienização e salubridade. A Santa Casa de Misericórdia como uma das protagonistas no processo de limpeza e higienização da cidade, apesar de todo o desejo na busca de uma cidade salubre, Teresina conseguiu, naquele período, se inserir nesse padrão.

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo contribuir para o aumento da produção historiográfica sobre o processo de higienização na cidade de Teresina e a formação da Santa Casa de Misericórdia, especialmente na cidade de Teresina entre 1852 até 1889.

2 I PROGRESSO *VS* ATRASO: O SONHO DE UMA NOVA CAPITAL

Teresina, cuja fundação está diretamente relacionada aos interesses e motivações previamente estabelecidos, foi construída com a finalidade de ser a sede do poder administrativo da província do Piauí. Possuía um clima de intencionalidade estética, pois foi planejada para trazer melhoramento para administração da província. Assim, a cidade de Teresina é vista como a primeira capital planejada do Brasil, com seu sítio urbano traçado na forma de um tabuleiro de xadrez, um traço urbanístico em voga no Brasil de meados do século XIX, ou seja, Teresina, assim como as cidades construídas pelos espanhóis em suas colônias nas Américas, teve seu planejamento urbanístico e este já traçado com o intuito de ser a sede do governo (HOLANDA, 1995).

Edifícios como, por exemplo, igrejas, cemitérios, praças públicas, Câmara Municipal, foram construídos com o objetivo de desenvolver e promover a urbanização da nova cidade e contribuir para levar a província ao progresso. Na planta feita por Isidoro França e José Antônio Saraiva é possível ver como a cidade foi planejada e arquitetada em 1851, ano

anterior à sua fundação.

Na planta da cidade de Teresina, desenhada por Isidoro França, o mestre de obras deixa claro a sua proposta para o local, ruas retilíneas foram construídas priorizando a arquitetura urbana e praças foram propostas para a construção, cruzando-se no entorno de algumas ruas. Também foi definido um espaço para o cemitério fora do ambiente urbano. Assim, a historiadora Mariana Antão Carvalho Rosa (2015, p. 17) ressalta que:

> O lugar determinado por Isidoro para a construção do 'Campo Santo' era afastado do sítio urbano sugerido por Saraiva, isso mostrava que os idealizadores de Teresina tinham alguma preocupação com a salubridade e higiene da futura cidade, também, denota que eles tinham ciência dos 'perigos' causados às pessoas em virtude dos enterramentos nas igrejas e em cemitérios intramuros.

O processo de construção dos primeiros prédios de Teresina foi analisado pela historiadora Genimar Machado Resende de Carvalho (2013). Ela foca sua análise na participação dos educandos artífices e dos escravizados da nação no processo de construção das obras públicas da cidade. Seu trabalho é de grande importância para a compreensão do processo de construção das principais obras públicas que serviram como marco inicial da cidade de Teresina, a exemplo, da igreja Nossa Senhora do Amparo, primeiro prédio público a ser construído.

No que tange à construção da igreja matriz de Teresina, a historiadora destacou que "tão logo iniciada a obra, deparou-se com a falta de materiais, trabalhadores e recursos financeiros, chegando a ficar paralisada por 35 dias devido à falta de cal" (CARVALHO, 2013, p. 38). Ela acrescenta que os recursos utilizados nas construções das obras da Igreja Matriz foram, em grande parte, conseguidos através de doações, e mesmo assim eram poucos. Mas, "mesmo com todas as dificuldades e a passos lentos, a construção da igreja matriz se desenvolvia, contando com recursos vindos das mais variadas fontes" (CARVALHO, 2013, p. 40). De acordo com Carvalho, além da crônica falta de dinheiro, as obras da igreja enfrentaram também problemas devido à falta de ferramentas.

Outro prédio criado e que visava uma melhoria na estrutura da cidade além de uma melhor higienização do espaço público, foi a Santa Casa de Misericórdia. O presidente da província, Luís Carlos de Paiva Teixeira escreveu nas *Leis Piauienses de 1853* a respeito da resolução 361, §1° que haveria em Teresina um hospital de caridade, para o qual passará o pessoal do que foi estabelecido na cidade de Oeiras. A administração da Santa Casa de Misericórdia era de competência do administrador geral, como nos indica o vice-presidente da província, José Manoel de Freitas (*apud* FREITAS, 1988, p. 33):

> O hospital de caridade começou a funcionar em 1 de janeiro de 1854, na parte pronta do quartel de polícia, visto não existir casa própria, em virtude da disposição do art. 7 da Lei n° 361 de 14 de setembro de 1853, que mandou aproveitar provisoriamente o referido quartel.

Assim, passava a existir na cidade de Teresina um hospital de caridade, que tinha

a função de receber, principalmente, pessoas pobres, escravos da nação e soldados. A sua construção foi iniciada na antiga capital da província, Oeiras, em julho de 1835. Com a transferência da capital para Teresina, o hospital começou a funcionar em 1854 como hospital de Caridade, sendo fundado no ano de 1860 a Santa Casa de Misericórdia, na capital do Piauí.

O vice-presidente da província José Manoel de Freitas escreveu na sua resolução de n. 598 de 6 de agosto de 1866, capítulo 1, art. 2°, a respeito das irmandades já instaladas na Santa Casa de Teresina: "a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, sob invocação de N.S. das Dores, sua Advogada e Padroeira, tem por fim a prática de obras pias e de misericórdia, que suavizem as dores dos enfermos desvalidos" (PIAUÍ, 1866).

Sendo assim, "no que se trata das funções das irmandades no Brasil, é importante ressaltar que elas foram criadas no período colonial por conta da necessidade de suprir a distância do governo colonial com a assistência social" (SILVA, 2016, p. 24). Formados por uma maioria leiga, as irmandades voltadas à Santa Casa de Misericórdia faziam um papel assistencialista onde a ajuda material, corporal e espiritual aos mais necessitados era uma das maneiras de prestar sua benevolência frente à sociedade. Desta forma, "as irmandades eram associações coorporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais" (REIS, 2009, p. 51).

Apesar de construção social e toda sua importância na constituição da Santa Casa de Misericórdia, foi observado que a irmandade era uma instituição filantrópica responsável pela Santa Casa e muitas vezes não cumpria o seu papel de auxílio. No relatório do estado dos negócios da Santa de Misericórdia, o secretário do Hospital, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, destaca no ano de 1871:

> É doloroso dizer-se, mas é força confessá-lo. Bem poucos são os irmãos da Santa Casa de Misericórdia, que não se acusão ao... pagamento dos seus débitos, segundo se evidencia das dificuldades que encontram nestas cobranças os empregados dela encubidos, e dos recolhimentos que se tem feito, a respectiva, proveniente deste ano da receita da irmandade. Assim, parece evidente que as despesas do hospital da Santa Casa de Misericórdia, são feitas unicamente as custas da província, isto é, com a importância da subvenção que recebe mensalmente dos cofres provinciais, a vista do que, e na impossibilidade de obter-se os meios precisos para colocar-se a irmandade num estado mais lisonjeiro, visto como ela não tem patrimônio nem rendimento algum, me parece impossível a continuação de sua existência, a menos que a província não se queira onerar, com uma despesa muito maior do que a que atualmente faz com aquele estabelecimento, despesa que aliás eu considero já bastante crescida, em relação também ao estado atual das suas finanças (CASTELO BRANCO, 1871).

Conforme citação acima, podemos perceber que a Irmandade de Misericórdia, apesar de tentar cumprir o seu papel como uma instituição filantrópica, encontrava dificuldades para a realização dos seus pagamentos mensais. No referido relatório, além das dificuldades em relação ao cumprimento de pagamento, é destacado que entre os

anos de 1870 e 1871, a irmandade não devolveu nenhuma quantia que devia. Seu débito chegava à quantia de "R$ 208$000, não obstante ser o débito da irmandade, proveniente de joias e anuidades vencidas, de R$ 2.736$000 conforme o último quadro organizado" (CASTELO BRANCO, 1871). Dessa maneira, o secretário da Santa Casa de Misericórdia, relata que:

> Neste Lastimável estado de coisas, seria, talvez, mais razoável que se extinguisse a irmandade, e que a província, que faz as despesas do respectivo hospital, o recebesse e dirigisse, fazendo-lhe as reformas que julgasse mais precisas, no sentido de diminuir as suas despesas(...) (CASTELO BRANCO, 1871).

Apesar de toda busca por uma civilidade, seja a partir da construção de prédios que visavam a organização e limpeza das cidades, esses discursos civilizatórios tinham algumas imprecisões e dificuldades na consolidação do seu processo. Como nos descreve o presidente da província do ano de 1872, Dr. Pedro Affonso Ferreira: "achando-se em completo estado de ruína o edifício a qual funciona o hospital a cargo da respectiva Irmandade, foi autorizada pelo meu antecessor a construção de outro" (FERREIRA, 1872).

Como é possível perceber no referido relatório, o hospital da Santa Casa passava por dificuldades em sua estrutura, mesmo doze anos após a sua instauração na cidade de Teresina. As dificuldades encontradas para a realização da obra de infraestrutura na Santa Casa de Misericórdia, constituíam diversos motivos, seja pela falta de dinheiro que se ressentiam os cofres provinciais, ou pela falta de uma planta e orçamento para a construção, além das dificuldades na execução da obra. Assim nos relata o presidente da província, no ano de 1872:

> Não só pela falta de dinheiro de que ainda se ressentem os cofres os cofres provinciais, como por que não existe planta e nem outro orçamento para a construção dessa obra, além do respectivo e deficiente termo do contrato, tenho tido embaraços em mandar executar. Todavia, de acordo com o contratante, designei o lado norte da praça Campo de Marte, entre os edifícios da cadeia e quartel, para ela ser construída (FERREIRA, 1872).

Nesse relatório, além da dificuldade na execução da obra, é frisado que o antecessor do Dr. Pedro Affonso Ferreira via a necessidade da construção de um novo prédio para a Santa Casa de Misericórdia, existindo uma certa preocupação por parte do gestor. Segundo o contrato existente, o edifício novo da Santa Casa de Misericórdia deveria ter 125 palmos de cumprimento com 20 de altura ,12 janelas e uma porta da frente. Dessa maneira a intenção era criar um prédio grande e ter uma boa funcionalidade, que fosse arejado, auxiliando na organização do espaço e no tratamento aos doentes. Entretanto, como é destacado no relatório, apesar das dificuldades que a gestão pública e o próprio contratante encontram para a execução da obra, estas já estavam iniciadas, e a pretensão era aumentar ainda mais a Santa Casa de Misericórdia.

A partir de documentos analisados no Arquivo Público do Piauí é possível perceber

que, mesmo com o passar dos anos, a estrutura e construção do prédio referente a instituição de saúde, persistia com as mesmas dificuldades, como assim destaca o Provedor da Santa Casa, José Joaquim Avelino em ofício enviado ao Senhor Doutor Graciliano de Paula Baptista, em julho de 1877:

> Constando-me no contrato existente entre essa presidência e o construtor do edifício em que funciona o hospital de misericórdia desta cidade, foi estipulada a condição de se responsabilizar o mesmo construtor, por espaço de seis meses, pela solidez e boa conservação do mesmo edifício, e acontecendo ter desabado completamente duas vidraças das janelas do referido prédio, que ficaram reduzidos a pedaços, e isto pela nenhuma segurança que houve na colocação das mesmas, defeito este que se recente todas as outras vidraças das demais janelas do mencionado edifício, levo o ocorrido ao conhecimento de Vossa Excelência, a fim de que se digna providenciar como for de direito. Deus Guarde a Vossa Excelência Teresina 1 de julho de 1877 (AVELINO, 1877).

A partir da análise do ofício, podemos perceber que as condições da Santa Casa em termos de estruturas não eram as mais adequadas ou organizadas, que favorecessem tratamentos de saúde, ou o recebimento de doentes. As construções de péssima qualidade são denunciadas pelo administrador, José Joaquim Avelino, exigindo melhorias na infraestrutura do local. Além disso, as condições de salubridade existentes no hospital não eram favoráveis ao tratamento de saúde.

Segundo documento encontrado nos manuscritos da Santa Casa de Misericórdia, o provedor do hospital, Odorico Brazilino de Albuquerque Rosal, em relatório enviado ao presidente da província, Manoel do Rego Barros Sousa Leal no ano de 1871, relata queixa sobre a falta de presas para realizar as faxinas no hospital, prejudicando a higiene do local, que já durava cinco dias. No documento, o gestor responsável pela Santa Casa descreve a necessidade do envio dessas presas para a realização da faxina, bem como a necessidade de manutenção da salubridade do local, como podemos observar abaixo:

> Fazem, cinco dias hoje que não se faz a necessária limpeza ou faxina no hospital da Santa Casa da Misericórdia, por que tendo sofrido alteração a ordem do serviço da cadeia, de modo que os presos que fazem ali a faxina não podem em seguida fazer a do hospital, como antes era; dos quartéis nem da guarda da cadeia querem fornecer as necessárias praças para acompanhar os presos que especialmente devem fazer um tal serviço. Tendo de balde reclamado contra isso ao Senhor Doutor Chefe de Polícia, porque até este momento nenhuma providência ainda apareceu em ordem a fazer cessar tão grave inconveniente em um hospital; para que não continue um tal escândalo, que pode muito comprometer a salubridade publica pela acumulação de matérias pútridas durante tantos dias, recorro a Vossa Excelência para que se digne providenciar para que esse serviço se faça com a indispensável regularidade (ROSAL, 1871).

Não diferente da Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia enfrentou graves problemas em sua estrutura. A necessidade de melhorias em seu prédio contrastava com

a falta de investimentos, seja por meio das irmandades que eram responsáveis pela obra filantrópica da Santa Casa, ou pela necessidade de um maior investimento financeiro por parte da província, o que dificultava os trabalhos e a melhoria nos serviços de saúde oferecidos no local. Além disso, a necessidade de um ambiente com uma infraestrutura de qualidade, além de higiênico para o recebimento e tratamento de doentes, auxiliaria na relação do hospital com a cidade como um todo.

A partir do ano de 1888, a administração do cemitério passou a pertencer a Santa Casa de Misericórdia:

> Pela resolução n° 1170, de 25 de junho de 1888, ficou o cemitério público de Teresina pertencente à Santa Casa de Misericórdia. Pelo art. 72 § 5 da constituição da república, o cemitério passou a ser administrado pela autoridade municipal (FREITAS, 1988, p. 159).

Com o advento da República o cemitério continuou a ser gerenciado pela Santa Casa de Misericórdia, e os enterramentos passaram a ser de sua responsabilidade. Em pesquisa nos documentos da Santa Casa de Misericórdia encontramos a tabela de cobranças de enterros e preparos mortuários feitos pela Santa Casa de Misericórdia. Divididos em 3 classes, a Santa Casa de Misericórdia, expõe os preços para caixões de primeira, segunda e terceira classe, informando os objetos que acompanhavam o caixão, o que tornava o velório mais vistoso.

Nos enterros de primeira classe acompanhavam o moribundo um caixão coberto de veludo preto, seda preta, ou cetim de cores, formado de cetim e enfeitado com galões finos, custando 100$000 contos de réis para adultos ou maiores de 11 anos; 70$000 contos de réis para menores de 11 anos e, 40$000 contos de réis para crianças de qualquer tamanho ou até 5 anos. Já os enterros de segunda classe traziam em sua pompa um caixão coberto de belbutina preta forrado de solante e enfeitados com galões de segunda qualidade com cadeados e argolas de latão. Os preços cobrados por esse caixão para adultos maiores de 11 eram de 60$000 contos de réis, para menores de 11 anos cobrava-se 40$000 contos de réis e, 20$000 era o preço do caixão de segunda classe para crianças de qualquer tamanho até cinco anos. Os caixões de terceira classe, caixões mais simples, vinham acompanhados por um lutum preto ou lã de cor, enfeitados com galões de segunda qualidade com cadeados e argolas. Custavam em torno de 40$000 contos de réis para adultos maiores de 11 anos, 25$000 contos de réis para menores de 11 anos e 15$000 contos de réis para crianças até 5 anos (PIAUÍ, 1855).

A tabela de cobranças de enterros mortuários da Santa Casa de Misericórdia apresenta alguns preparos mortuários, dos quais destaca-se: a compra de missas e velas, missas ditas, porta velas, entre outros. Assim, também, deixando descritas algumas observações:

> A Santa Casa recebe o cadáver vestido por conta e custo da família. Declinando, porém, a família disto a mesma Santa Casa se incube de mandar

> vestir o cadáver, mediante ajuste prévio. As demais despesas a fazer-se com o enterro bem como sepultura, padres, irmandades e música para o acompanhamento etc., etc. correrão também por conta dos interessados encarregando-se, porém de tudo a Santa Casa pela forma indicada pelos mesmos interessados, pagando estes depois as respectivas despesas (PIAUÍ, 1855).

No final do século XIX ocorreram algumas alterações em relação aos enterramentos sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, como os preços cobrados. No entanto, algumas permanências podem ser observadas, como os ritos pré e pós-morte que acompanham o moribundo desde a antiguidade (PIAUÍ, 1855).

3 I TERESINA, CIDADE SALUBRE OU APENAS UM TERMO USUAL?

A transferência da capital para a cidade de Teresina, além de trazer consigo novos conceitos, trouxe diferentes modos de pensar, agir e viver em sociedade. A construção de um cemitério fora do sítio urbano trazia "conceitos" de civilidade e desenvolvimento presentes desde o início do século XIX. Assim, é possível afirmar que para as pessoas que viviam no Piauí, principalmente para as classes mais abastadas, o progresso estava chegando. Apesar de haver uma preocupação em colocar o cemitério afastado da cidade, a população da nascente capital foi acometida por epidemias e doenças.

Problemas de saúde como, por exemplo, a cólera e a febre amarela, faziam-se presentes nas principais capitais do país devido às más condições de saúde e salubridade. Para muitos, a criação de cortiços e casebres contribuía para a falta de saneamento básico em áreas de difícil acesso e a carência no tratamento de água dificultavam o melhoramento e o acesso à higienização, facilitando o aumento de epidemias e moléstias. Dessa maneira, políticas higienistas se intensificaram com o intuito de conter epidemias e melhorar o aspecto físico do espaço urbano nas principais cidades do Brasil, no século XIX (CHALHOUB, 1996).

Desta forma, o discurso higienista e desenvolvimentista presente no cotidiano de cidades brasileiras influenciava o dia a dia da jovem cidade Teresina. Maria Mafalda Baldoíno Araújo (1995, p. 20) destaca que "a aspiração pelo progresso, revelada nos discursos e na prática, pode ser traduzida nos projetos políticos e nas lutas por iluminação pública, estradas, telégrafos, encanamento d'agua e estrada de ferro". Teresina em seu processo de construção organizou-se de forma planejada, momento em que aspectos médicos-higienistas e civilizatórios se fizeram necessários, buscando colocar ordem, além de projetar cidade de uma forma limpa e saudável, onde doenças, epidemias, surtos ou endemias não imperassem. Porém, mesmo com essas iniciativas, as epidemias e doenças sugiram na capital.

Dessa forma, alguns organismos que buscavam controlar populações carentes, promovendo princípios médicos-higienistas e conferir um ar de salubridade e sistematização

para a cidade foram criados, sendo fundados locais como:

> O Colégio dos Educandos Artífices, Santa Casa de Misericórdia, Asilo dos Alienados, e Asilo de Mendicidade, que tinham por fim afastar os loucos, coibir a mendicância das ruas, disciplinar o processo migratório, regulamentar o trabalho e prevenir a 'ociosidade' e a 'vagabundagem' (ARAÚJO, 1995, p. 20).

Os diferentes contrastes presenciados nos discursos, e no cotidiano da mais nova capital, mostra diferentes faces de uma mesma realidade, pois "enquanto a elite política do Piauí defendia, em sua fala, a necessidade de uma prática progressista, do outro lado emergia uma parte da população de Teresina vivendo do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários" (ARAÚJO, 1995, p. 35).

Através da análise documental é observável que nos anos de 1852 e 1853 houve, no lançamento do exercício fiscal, gastos relativos à epidemia de febre amarela em quase todas as províncias do Brasil, menos no Piauí, embora nas províncias vizinhas, Ceará e Maranhão, tenham existido gastos um tanto tímidos (300$000 e 33$240 respectivamente) (BRASIL, 1852). Desta forma, Clodoaldo Freitas em seu livro *História de Teresina* (1988), escreveu a respeito do relatório do médico Dr. Simplício de Souza Mendes, publicado no relatório do presidente da província Junqueira, em 1857, tratando assim das moléstias existentes em Teresina:

> Considerando agora a salubridade geral da província, eu me desvaneço de afirmar a V.Exc. que felizmente, tem a população do Piauí gozado da inapreciável ventura de não ter dentro de si as desoladoras e infernais pestes dos tipos *cólera-morbus*, febre-amarela, etc., que tantos e tão repetidos estragos hão feito de vidas e fortunas nos habitantes das província do litoral do império e se não fora a sífilis, moléstias comum e geral nestes climas, desenvolvida e até adquiridas em consequência do pouco asseio, incúria e tendência sensual da população; as intermitentes, catarrões, oftalmias e pleúrises, devidas a fortes e constantes embates de causas físicas, que operam sua ação sobre a pele e membranas mucosa e aérea, certamente que se poderia dizer, feliz o estado da saúde pública que só se considera alterada em princípios e fins de inverno, na estação da primavera e durante os rigores de um longo estio[...] (FREITAS, 1988, p. 19-20).

Como escrito por Clodoaldo Freitas, o Dr. Simplício Mendes descreveu o estado da saúde e da salubridade existentes na província no ano de 1857. Assim, o Piauí, na opinião do médico, mostrava ser um local higienizado, que em seu cerne moléstias e epidemias não imperavam, apenas alguns problemas de saúde, como as febres intermitentes, sífilis, catarrões e outros problemas causados pela falta de higienização do povo e as diversas cheia e seca dos rios que alteravam o clima, causando na população problemas de saúde.

Entre os anos de 1850 e 1862 os gastos com a saúde no Piauí foram equilibrados, exceto ao ano de 1859, quando um surto de *Cholera Morbus* acometeu a província. Dessa forma, foi necessário um maior investimento na área da saúde. Uma quantia de 750$000 contos de réis foi aplicada com o objetivo de conter o surto e amenizar o sofrimento dos

habitantes. Em comparação ao número de verbas recebido do Governo Imperial em relação a outras províncias do Brasil como, por exemplo, o Ceará, que recebeu no ano de 1859, 13$000 réis, é verificável que o Piauí recebia pouca verba. Além disso, a província passava por um aumento repentino no número de casos de cólera, ocasionando um surto epidêmico (BRASIL, 1850-1862).

Abaixo, na tabela 1, pode ser visto os gastos feitos na saúde, entre os anos de 1850 e 1862, no Piauí. Investimentos como médicos, enfermeiros-mor, enfermeiros simples, medicamentos, condução de medicamentos, cirurgiões, água e luz foram alguns dos gastos feitos à saúde nesse período na província do Piauí (BRASIL, 1850-1862):

GASTO	1850-1851	1852-1853	1856-1857	1859-1860	1861-1862
SEGUNDOS DITOS	0$000	0$000	1:787$500	2:310$267	3:615$494
MÉDICOS CONTRATADOS	0$000	0$000		641$999	
ENFERMEIRO MOR	0$000	297$204	36$500	182$666	249$000
ENFERMEIROS SIMPLES	0$000	146$000	36$500	152$400	180$090
MEDICAMENTOS, DIETAS E SANGUESUGAS	0$000	2:873$674	3:104$851	2:832$300	2:823$897
ROUPAS E UTENSILIOS	7$360	264$340		289$300	1:798$320
CONDUÇÃO DE MEDICAMENTOS	1:946$263	0$000		75$800	
CIRURGIÕES	410$666	199$992			
ÁGUA E LUZES	110$620	70$960			

TABELA 1: MINISTÉRIO DA GUERRA CORPO DE SAÚDE.

Podemos afirmar com base nos números dos livros de receitas e despesas da Coroa Imperial do Brasil, que os gastos com a higiene e a sanitização de Teresina eram praticamente inexistentes, o que nos leva a crer em um quadro constante de doenças ligadas à falta deste tipo de política pública. Já epidemias causadas por vetores externos, como a febre amarela, são mais raras (BRASIL, 1850-1862). Assim, o surto de cólera ocorrido no ano de 1859 é um exemplo do tipo de epidemia que afetava a capital do Piauí naqueles tempos. Doenças relacionadas com a falta de higiene e de tratamento adequado da água eram o grande desafio para os sanitaristas que se predispunham a trabalhar em Teresina. Vale ressaltar que esses trabalhadores eram um pequeno número até o início do século XX.

A busca por melhorias nas questões salubres e higiênicas na cidade de Teresina era

de suma importância. Na década de 1870, os problemas na Santa Casa de Misericórdia se agravavam, tendo como motivação principal a seca dos anos (1877-1879), que assolou parte do Nordeste do Brasil, causando problemas estruturais de cunho econômicos e políticos.

Durante muito tempo, o Piauí serviu como corredor de passagem e local de refúgio para os flagelados das províncias vizinhas. Com o aumento populacional causado pela migração das pessoas que fugiam da seca, o hospital de Teresina, conhecido como Santa Casa de Misericórdia, desde 1861, passou a enfrentar ainda mais problemas. Era função do hospital receber doentes, como escravos das fazendas nacionais, pessoas pobres e soldados, e a partir da década de 1870 passou a receber também alto número de migrantes, vindos das diferentes províncias do Nordeste.

Entre os anos de 1877 e 1879 houve um aumento no atendimento da população pobre na Santa Casa de Misericórdia, quando a maioria das pessoas que deram entrada eram flagelados, acometidos pela seca. Segundo a historiadora Maria de Araújo (1995, p. 36), "a presença de homens, mulheres, velhos e crianças nas ruas da cidade de Teresina, nos anos de 1877-1879, foi considerado um fenômeno de desordem". As ruas da cidade ocupadas por pessoas pobres demonstravam o reflexo de um flagelo que acometeu uma massa de nordestinos. A entrada de migrantes no Piauí aumentou, consequentemente, o número de casos de doentes. Isso se devia, provavelmente, à própria insalubridade a que eram submetidos, visto que muitas pessoas já chegavam doentes ao Piauí.

Segundo o quadro demonstrativo do movimento de enfermarias da Santa de Casa de Misericórdia de Teresina, do ano de 1877-1878, feito pelo secretário Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, observamos que 90 (noventa) pessoas deram entrada no hospital, nos devidos anos, sendo que dessas 90 (noventa) pessoas, 28 (vinte e oito) eram homens pobres, 45 (quarenta e cinco) eram mulheres pobres, 15 (quinze) eram soldados e 2 (dois) eram escravos (CASTELO BRANCO, 1877-1878).

Abaixo podemos ver a tabela que mostra as entradas e saídas realizadas nesse período no hospital da capital:

1877 a 1878	Pobres		Soldados	Escravos	Soma
	Homens	Mulheres			
Existiam	5	6	2	0	13
Entrarão	23	39	13	2	77
Soma	28	45	15	2	90
Sairão curados	15	30	13	1	59
Falecerão	4	11	1	1	17
Existem	9	4	1	0	14
Soma	28	45	15	2	90

TABELA 2: ENTRADA E SAÍDA NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1877-1878).

Observando a tabela, percebemos que o número de entrada de mulheres pobres se iguala ao número somado de casos entre homens pobres, soldados e escravos. Dessa forma podemos entender que na maioria das vezes as mulheres estavam mais suscetíveis ao contágio de certas doenças, considerando também que o maior número de falecimentos nos anos de 1877-1878 era de mulheres.

As péssimas condições, aliadas a falta de higiene e a insalubridade a que essas mulheres viviam podem ser as causas para o alto índice de entrada e falecimento delas. A presença desses “derregadores sociais” constituía para a elite uma ameaça cotidiana, eles eram vistos como os principais responsáveis pelo aumento das mortes na cidade. Além disso, o medo do contágio de doenças e do perigo ocasionado nas ruas pelo aumento do número de imigrantes pobres gerava uma insatisfação por parte da elite local, onde a sociedade, por meio do seu imaginário progressista, buscava organizar e reordenar o espaço urbano de uma forma salubre e sadia, adequada ao convívio das pessoas. A necessidade de uma melhoria na cidade perpassava por objetivos políticos e econômicos de crescimento.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teresina entre os anos de 1852 e 1889 passava por um processo de modernização e desenvolvimento, onde o discurso de ordem e progresso se fazia presente na nascente capital. Construída com aspecto planejado, Teresina tinha como uma de suas principais obras públicas a Santa Casa de Misericórdia. A fundação do hospital buscava principalmente adequar a nova capital aos modelos higienistas do período, tornando-a um lugar adequado para a população, isso em termo de salubridade. Buscando cada vez mais um ambiente limpo e livre de impurezas, governantes e pessoas da elite teresinense, que tinham um pensamento progressista, criaram leis e desenvolveram projetos com o fito de organizar o espaço público.

Apesar de todo esforço desses grupos, o Hospital de Misericórdia sofria com dificuldades em sua estrutura, além de não ser um local adequado e salubre para o recebimento e tratamento de doenças, o que colocava em dúvida o ideal progressista pregado pela elite piauiense. Dessa maneira, é perceptível que a transferência da capital, embora auxiliasse no crescimento da província, ainda apresentava alguns problemas de ordem pública e sanitária a se resolver. Portanto, a criação de locais como a Santa Casa de Misericórdia, que enfrentou problemas, como a higienização e a estrutura dos espaços, auxiliou muitas pessoas no tratamento de saúde, principalmente pessoas pobres e indigentes, entre outras classes que recebiam atendimennto pelo devido hospital.

Como descreve Durval Muniz de Albuquerque Júnior no livro *O tecelão dos tempos*: novos ensaios de Teoria da História (2019), a respeito das narrativas e das contruções historiográficas:

> Sem o sopro de vida das narrativas historiográficas, as brasas que restaram do fogo das batalhas do passado, das fogueiras das vaidades ou das revoluções, e que jazem ainda crepitando mortiças sob as cinzas do tempo, fagulhas de esperanças, de projetos, de desejos, de sonhos, restos das chamas das paixões e das rebeliões humanas, não voltariam a brilhar, a crepitar, a queimar, em nosso tempo, a nossa carne e a nossa consciência (ALBUQUERQUE, 2019, p. 31).

Como destaca Durval Muniz, as narrativas historiográficas são como "fagulhas de esperança. Projetos, desejos". Assim, entendendo o que o autor acrescenta, podemos afirmar que o presente trabalho oferece contribuição importante para ampliar os debates e indicar caminhos para novas pesquisas em torno de alguns temas, dentre eles o processo de modernização e higienização da cidade, bem como a necessidade do assistencialismo representado pela Santa Casa de Misericórdia de Teresina.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e Pobreza*: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

AVELINO, José Joaquim. *Ofício enviado ao Presidente da Província Graciliano de Paula Baptista.* Teresina, 1877.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Balanços da receita e despesa do Império*: nos exercícios de 1852-1853. Estado da dívida ativa e passiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes*: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873). Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

CARVALHO ROSA, Mariana Antão. *Cemitério São José*: Entre a história e a memória dos enterramentos em Teresina. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Relatório do estado dos negócios da Santa de Misericórdia.* Teresina, 1871.

_________. *Demonstrativo do movimento de enfermarias da Santa de Casa de Misericórdia*. Teresina, 1877-1878.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiço e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

FERREIRA, Pedro Afonso. *Relatório dos Presidentes da Província.* Teresina, 1872. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/brazil . Acesso em: 24 jan. 2021.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *O tecelão dos tempos:* novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019.

OLIVEIRA, Elene da Costa. *A arte de bem morrer:* a cultura funerária na cidade de Teresina, Piauí (1852-1896). 2014. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_________. O cotidiano no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando. (org.) *A história da vida privada no Brasil Império*. São Paulo: companhia das letras, 1997.

ROSAL, Odorico Brazilino de Albuquerque. *Relatório enviado ao presidente da Província Manoel do Rego Barros Sousa Leal*. Teresina, 1871.

SILVA, Rafaela Martins. *As faces da Misericórdia*: a Santa Casa de Teresina na Assistência Pública (1889-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2016.

CAPÍTULO 5

SENSORY EVALUATION OF FOOD AND ITS EVOLUTION OVERTIME

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 29/03/2021

Alice Vilela
CQ-VR - Chemistry Research Centre, Department of Biology and Environment, School of Life Sciences and Environment, University of Trás-os-Montes and Alto Douro (UTAD)
Vila Real, Portugal
https://orcid.org/0000-0002-1615-2418

ABSTRACT: Humans have used their senses to evaluate food for several thousands of years. Given that so many phytotoxins and bacterial metabolites are bitter and sour, humanity had probably used sensory evaluation since before *Homo sapiens* were human. As civilization developed and the trading and selling of goods became commonplace, the first seeds of food sensory testing as we know it was planted. Tasting methods, as a form of sensory analysis of foods, were applied for the first time in Europe, a long time ago, to control the quality of breweries and distilleries. In the United States, during World War II, it arose from the need to produce quality foods that were not rejected by army soldiers. From this need the methods of application of the tasting appeared, establishing the sensorial analysis as a scientific basis. The food industry traditionally viewed sensory evaluation in the context of the company "expert" (the N of 1) who through years of accumulated experience was able to describe company products and set standards of quality by which raw materials would be purchased and each product manufactured and marketed. Examples of such "experts" include the perfumer, flavors, brew-master, winemaker, and coffee and tea tasters. Nowadays, small-scale internal consumer tests provide a company with a cheap way to get valuable information regarding the advantages and flaws of their products. Therefore, the demand for possibilities to do this kind of test has increased. With the advance of electronics and biosensors, it is also possible to use in sensory evaluation trials, e-noses, and e-tongues, mainly when human panels cannot/should not be used, due to ethical reasons such as poisonous or extreme condition samples.
KEYWORDS: Sensory scientist, consumer choices, sensory data analysis, e-nose, e-tongue.

AVALIAÇÃO SENSORIAL DE ALIMENTOS E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DO TEMPO

RESUMO: Há milhares de anos que os humanos usam os sentidos para avaliar os alimentos. Dado que muitas fitotoxinas e metabólitos bacterianos têm gosto amargo ou ácido, a humanidade provavelmente usou a avaliação sensorial desde antes que o *Homo sapiens* fosse considerado "humano". À medida que a civilização se desenvolveu e o comércio e a venda de mercadorias se tornaram comuns, começou a surgir a necessidade da realização da avaliação sensorial dos alimentos. Os métodos de degustação, foram aplicados pela primeira vez na Europa, com o objetivo de controlar a qualidade de cervejarias e destilarias. Nos USA, durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu a

necessidade de produzir alimentos de qualidade que não fossem rejeitados pelos soldados do exército. A partir dessa necessidade surgiu a análise sensorial como base científica. Tradicionalmente, a indústria alimentar via a avaliação sensorial no contexto da empresa como sendo realizada pelo "expert" (N = 1) que através de anos de experiência era capaz de descrever os produtos e estabelecer padrões de qualidade desde a matéria-prima até ao produto final. Exemplos de tais "especialistas" incluem o mestre-cervejeiro, o enólogo, os provadores de café (baristas) e chás. Hoje em dia, os testes internos de consumidor, proporcionam à empresa uma alternativa barata para a obtenção de informações valiosas sobre as vantagens e falhas dos seus produtos. Portanto, a procura por possibilidades de fazer esse tipo de teste aumentou. Com o avanço da eletrónica e dos biossensores, também é possível usar em ensaios de avaliação sensorial, narizes e línguas eletrónicos, principalmente quando os painéis humanos não podem / não devem ser usados, devido a razões éticas, como amostras venenosas ou em condições extremas.
PALAVRAS-CHAVE: Cientista sensorial, consumidor, análise de dados sensoriais, e-nose, e-tongue

1 I INTRODUCTION

There is a class of scientists who specialize in the analysis of the sensory qualities of merchandise – the color, sound, smell, taste, and feel of things. The original name for this area of research was "organoleptic", and the person who performed the analysis the "*Organoleptician* (HOWES, 2015).

It is difficult for us to understand how people, in the past, perceived their world in sensory terms. Can we ever reach an understanding of what smells meant to 18th century Parisians? Maybe, if we read the book "Perfume: The Story of a Murderer*"* - a 1985 literary historical fantasy novel, by the German writer Patrick Süskind, we get an idea! The novel explores the sense of smell and its relationship with the emotional meaning that scents may have! Or can we ever uncover the meanings of taste in a pre-refrigerator age? The historian Mark M. Smith places these questions in his article "The explosion of sensory history" (SMITH, 2010). Of the many sectors of consumer products industries (food/beverage, personal care products, pharmaceutical, fabrics, and clothing…), it was on the food and beverage sectors that grew the interest in sensory evaluation (STONE; SIDEL, 1985). Its origins can be traced back to the 1930s when the Arthur D. Little industrial consulting firm, in the U.S., devised a "Flavour Profile Method" and "Hedonic Index" for use by commercial food and beverage companies, and the first panel on "Flavour in Foods" was presented at the 1937 meeting of the American Chemical Society (HOWES, 2015).

During the 1940s-1950s, sensory evaluation received additional motivation through the U.S. Army Quartermaster Food and Container Institute, which supported research in food acceptance for the armed forces (SIDEL; STONE, 1993). For the military, in combat, the importance of flavor and acceptability for a particular product was recognized. It was not enough to present to the military, food-products with an adequate level of nutrition. This

aspect of food did not guarantee food acceptance by military personnel (SIDEL; STONE, 1993). For instances, several studies were published on "Browning" – As to the objectives of the conference, those immediately apparent were: To report the status of Quartermaster Corps contract research on browning; to evaluate research progress, and to assess the value of the different approaches selected by the various investigators in attempting to understand the mechanisms and control of browning (C) and also about "Color in foods" (QFCIAF, 1953; BERENSTEIN, 2018). So, funds were assigned to studies of the problems of identifying what foods were preferred as well as the more fundamental issue of the measurement of food acceptance.

After the war, a new impulse was made in sensory science and sensory history. The White Sands Proving Ground became the center of V2 Rocket Research, and the nearby Holloman Aeromedical Field Laboratory and the associated Wright-Patterson Air Force Base Aero-Medical Laboratory began working on what would become known as the "Project Mercury", the first U.S. space program. Soon, scientists found that the exploration and conquest of space by humans would require more than merely surviving, like a fly, a monkey, or a mouse. Once the man was "up there", enclosed in a spacecraft alone or together with other courageous humans, a question was raised. What would they have for lunch? (BERENSTEIN, 2018). In space, every aspect of metabolism becomes a problem! Food scientists calculated that 5 pounds a day per person, or 1 ton a year is the amount of food needed (BERENSTEIN, 2018), for a man to survive in space. Given this, the conclusion was "reduce everything to its essences, the most basic form": nutrient pellets, titrated to meet, precisely, the body's needs, to sustain bare life and function.

Lieutenant Colonel David Simons, a medical officer, was the first human to dine in space-equivalent conditions (over 100,000 feet up, above 99 percent of the earth's atmosphere). Dr. Simons had been one of the designers of the experiments that rocketed animals into near space. He and his co-workers, at Holloman and Wright-Patterson, developed a scheme to lift a human to the upper limits of the atmosphere using a giant, helium-filled balloon. This work was named the project "Man High" (BERENSTEIN, 2018).

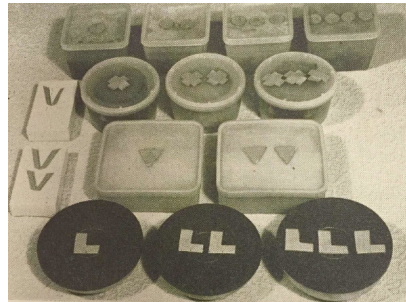
Beatrice Finkelstein, research nutritionist, and dietitian at Wright AFB Aero Medical Laboratory was the scientist responsible for designing Dr. Simons' low-residue diet (Figure 1 A) (BERENSTEIN, 2018). In a series of experiments at Wright AFB, Finkelstein confined human subjects within a sensory deprivation chamber to examine "the means they employ to defend themselves against the effects of isolation." The test subjects spent 72 hours alone in a pitch-dark, soundproof room. The room had a cot, a chair, a chemical toilet, and a refrigerator. The refrigerator held little Tupperware-style containers of food, lids marked with tactile symbols, which indicated their contents. Subjects could palpate the lids in the dark and select the substance of their meals (Figure 1 B).

A **B**

Figure 1. (A) Beatrice Finkelstein in her research lab; (B) Small Tupperware-style containers and system of coding various food-groups.

In her report, Finkelstein wrote "*The significance of food during these trials has varied (…) Some subjects have spent excessing amounts of time eating, nibbling or counting food; others have become angry at the food or overly fond of it.* (…) *While some snacked continually, others stuck to a routine of three or four meals a day. Brownies, ordinarily a favorite, lost savor; in contrast, canned orange juice, which is usually rated low, was enjoyed. All meat tasted the same* (…)" (BERENSTEIN, 2018). Moreover, she concluded: "*Evidence is strong that food is used as a tool to obtain personal satisfaction*" (BERENSTEIN, 2018). For those alone and in the dark in conditions meant to mimic the stress and isolation of high-altitude spy flights, or voyages into space, food was one of the only available comforts.

All these issues were forgotten during the 1960s and early 1970s due to the implementation of the U.S. federal government program "War on Hunger". The government's desire to feed the starving and undernourished met with frustration when product after the product was rejected by the target consumers, primarily because no one troubled to determine whether the sensory properties of these products were acceptable to the targeted groups (SIDEL; STONE, 1993).

Mainly due to the government's successes and failures in sensory evaluation, the food industry began to provide support for this developing science and various studies were custom-built to find out how to make the food more acceptable (PANGBORN, 1964).

2 I THE EVOLUTION OF THE "SENSORY SCIENTIST"

The title of "*Organoleptician*" has since been dropped and replaced by "Sensory professional" or "Sensory scientist". The sensory evaluation of food products remains central to the practice of these professionals of the "sensory science", but the scope of the products studied has expanded significantly to include everything from personal care to household cleaning (HOWES, 2015).

However, the food industry traditionally viewed sensory evaluation in the context of

the company "expert" (the N of 1) who through years of accumulated experience was able to describe company products and set standards of quality by which raw materials would be purchased and each product manufactured and marketed. Examples of such "experts" include the perfumer, brew-master, winemaker, and coffee and tea tasters (SIDEL; STONE, 1993).

Sensory professionals also have an effort to expand their role within the companies they worked for, seeking to convince management that the application of sensory evaluation techniques is crucial to every stage of product development, from product conception to product consumption. They usually use the language of driving, as in "*sensory properties drive consumer acceptance and emotional benefits*" (HOWES, 2015), and it has had the desired effect.

The science of sensory evaluation can be integrated into the "aesthetic-industrial complex" context and It is one of the "sciences of subjectivity" which, as Shapin (SHAPIN, 2012) suggests, "are world-making".

Nevertheless, one crucial question can be made: what sort of world are these sensory scientists making out of our senses? Can it be proven as an exact science?

The science of sensory evaluation rests on a vital paradox: "*Most sensory characteristics of food can only be measured well, completely, and meaningfully by human subjects*" as opposed to scientific instruments. But it is considered necessary that human subjects behave as much like scientific instruments as possible: "*When people are used as a measuring instrument, it is necessary to control all testing methods and conditions to avoid errors caused by psychological factors*" (HOWES, 2015).

Meilgaard, Carr, and Civille (2010) affirm that the key to sensory analysis is: "(…) *to treat the panelists as measuring instruments. As such, they are highly variable and very prone to bias, but they are the only instruments that will measure what we want to measure so we must minimize the variability and control the bias by making full use of the best existing techniques in psychology and psychophysics* (…)".

The controls techniques mentioned by Meilgaard and co-workers (MEILGAARD; CARR; CIVILLE, 2010) include: (i) Standardization of the test conditions, e.g. constant single lighting conditions, temperature, humidity, test station design; (ii) Elimination of all disturbance variables (sounds, odors, light-stimuli, the exertion of persons, uncomfortable sitting position); (iii) Ensuring that "irrelevant" sensory factors, such as the size of the samples, do not interrupt the panelists' judgment; (iv)Train panelists to evaluate products "monadically" (to assess one sensory characteristic at a time); (v) Isolating one panelist from another by having them perform their tasks in individual booths or cubicles (Figure 2); (vi) Instructing the panelists not to discuss samples before evaluation (since this might create expectations); (vii) Instructing the panelists to work in silence, since "comments or noises" made out loud can influence sensory judgments. Moreover, now, several industries are working on "Sensory equipment" from tasting cabins to sample preparation rooms (Figure

2), (THIEMT, 2019).

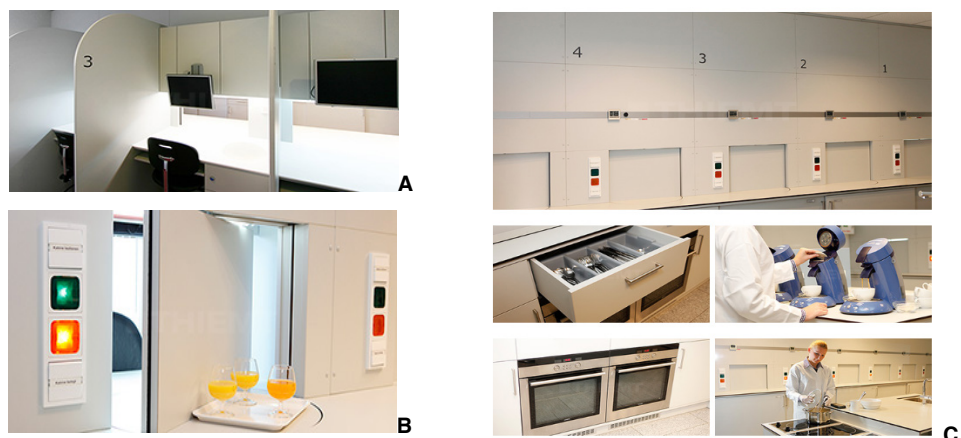



Figure 2. Individual booths or cubicles (A) and sample delivery system (B). The backside of the test cabin acts as a wall unit of the preparation room (C). The sample preparation and coding, such as the presentation takes place right here. The materials of the ceilings, walls, and floors should be odorless and olfactory inert, such as the furnishings (THIEMT, 2019).

3 | THE EVOLUTION OF THE "SENSORY TESTS" AND DATA ANALYSIS

Nowadays, there are three kinds of tests used in sensory evaluation procedures. "Discriminative tests" are used to determine if a difference exists among samples. "Descriptive tests" employed to identify and quantify sensory characteristics (descriptors) that are important in a product. "Affective" or "hedonic tests" are used to measure how much a panelist (or just a simple consumer) likes a product sample. The variability of responses is controlled using standardized questionnaires and standard numerical scales (STONE; BLEIBAUM; THOMAS, 2012) as well as through statistical analysis (MEILGAARD; CARR; CIVILLE, 2010). The results of the experiments, and the plotting of such results in the form of graphs and tables. Only results that are "statistically significant" are considered "meaningful." In other words, while sensory evaluation experiments are concerned with assessing the qualities of products, it is the quantification of sensation that counts. Averages are usually calculated so that any trace of the "subjective associations" of individual panelists can be eradicated from the overall picture of a product's sensory qualities (STONE; BLEIBAUM; THOMAS, 2012). The degree of sensory restriction to which the sensory professional is subjected allows the reproducibility of the results that are "precise and consistent" (POSTE et al., 1991).

Many of the papers published in the field are concerned with the development of "sensory lexicons". The construction of these vocabularies (a group of words, commonly called a lexicon), is essential both for standardization and communication among sensory

professionals working in different countries, and the communication of product sensory attributes to the consumers. Sensory lexicons are applied using descriptive sensory analysis techniques. They provide a source list to describe products (wine, bread, beer, coffee, chocolate). Over the years, descriptive lexicons represented in wheel form, have been developed for wine (NOBLE et al., 1984), (Figure 3 A), beer (MEILGAARD; DALGLIESH; CLAPPERTON, 1979), and spirits (LEE et al., 2001), among others alcoholic beverages like Pink Port Wines (MONTEIRO; VILELA; CORREIA, 2014) and chocolate (Figure 3 B).

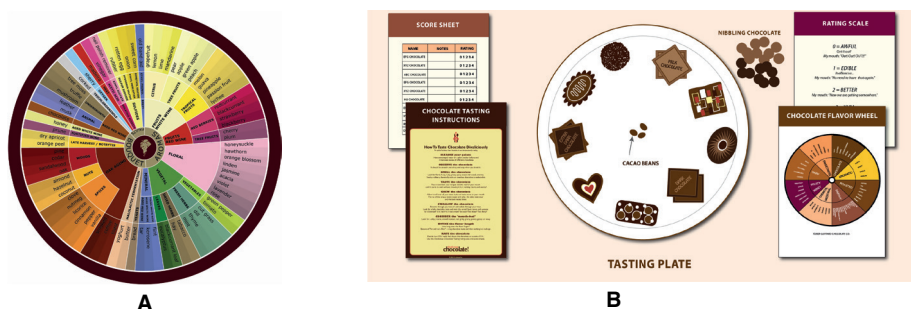



Figure 3 – (A) An example of the wine aroma wheel (AROMASTER, 2019) first developed by Nobel and co-workers (NOBLE et al., 1984); (B) An example of the chocolate aroma and flavor wheel and a chocolate tasting plate (SØRENSEN, 2019).

Characteristics of flavor lexicons to be used in food/beverage products sensory profiles have been discussed by Lawless and Heymann (1998). And, according to the authors, a vital characteristic of a good flavor lexicon is that it must be discriminative, as well as, descriptive, if possible. For a descriptive language to be discriminating, it must be able to differentiate the products for which it was developed. One example is the work performed by Vilela et al. (2015). The work aimed to develop strawberry, raspberry, and cherry jams with a more acceptable nutritional profile but maintaining their sensory characteristics in comparison with the traditional formulation with sucrose. Sucrose was replaced by fructose, sorbitol, or fructooligosaccharides (FOS), given the potential low glycemic index and the reduced calories in the case of sorbitol and FOS, and enrichment with dietary fiber, in the case of FOS. After sensory lexicon development sensorial and application of quantitative descriptive analysis test, the authors found that the sweeteners used interfered, significantly, in the parameters measured. For exemplification, the sensory profile, and the strawberry jam sensory attributes, prepared with different sweeteners (osmotic dehydration agents), can be seen in Figure 4, a spider graph, one of the most used types of graph for sensory profile presentation.

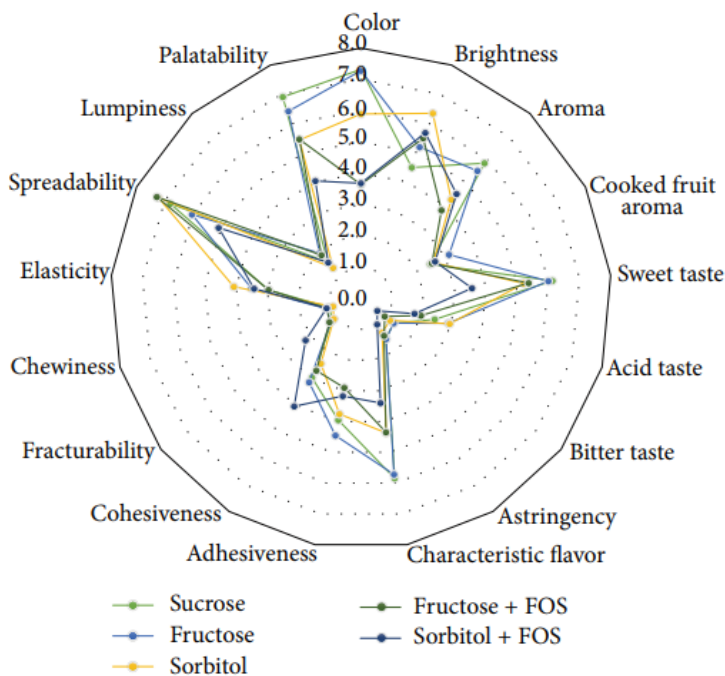



Figure 4: Sensory profile of strawberry jams prepared with five different OD agents or combinations of two. Adapted from Vilela et al.(2015).

Another interesting data analysis and representation is CATPCA (as Categorical Principal Components Analysis). In a work performed by Monteiro and co-workers (MONTEIRO; VILELA; CORREIA, 2014), the applicability of sensory techniques in the Pink Port Wine sensory evaluation was studied. The work aimed to differentiate between five Pink Port Wine brands, positioned on the Portuguese market. The authors, with the Porto Cruz company´s help, where the work was performed, selected and trained a group of panelists by using discriminative tests. Then the identification and selection of descriptors was performed and finally, the establishing of the wines sensory profile, using the developed sensory lexicon, and non-parametric multivariate analytical techniques such as CATPCA. Interestingly, from the five brands studied, three of them were similar in terms of attributes, while the other two presented different sensory characteristics. The two-dimensional CATPCA explained more than 87% of the total amount of initial variance and a scatter plot, with each attribute and each wine plotted along with Principal component 1 and Principal component 2 was obtained (Figure 5), (MONTEIRO; VILELA; CORREIA, 2014).

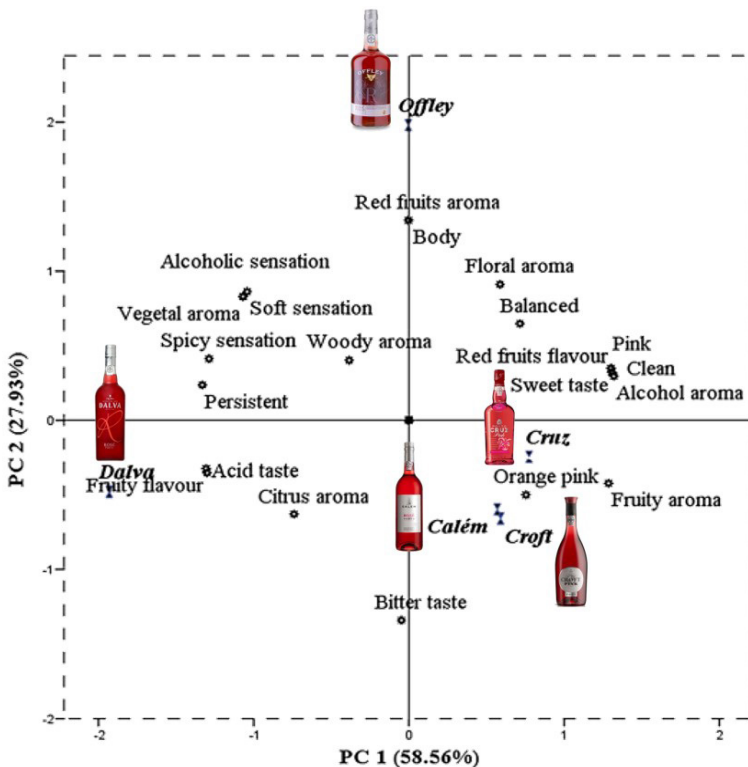



Figure 5. Principal components loadings and scores of the sensory attributes and wines for PC1 and PC2, after CATPCA analysis. Adapted from Monteiro, Vilela and Correia (2014).

In 2018, Vilela and co-workers (VILELA et al., 2018) published a study on three Vinho Verde monovarietal wines from the grape varieties, Alvarinho, Loureiro, and Arinto. The “sensory lexicon” developed by the trained panelists could be used by marketers allowing the articulation of flavor perceptions to consumers. Moreover, a second-order factor analysis statistical model (SEM) was developed for each grape-variety wine, based on the data-set of the sensory attributes, allowing a new perspective on the sensory characterization of these wines (Figure 6). This work also shows that Structural Equation Modelling (SEM), is a good statistical tool to be used in sensory analysis data treatment, once SEM explicitly considers the measurement errors associated with the variables under study, and can encompass two sub-models, according to the relational structure between the variables: a measurement model and a structural model that allowed as to characterize the monovarietal wines according to their main sensory descriptors.

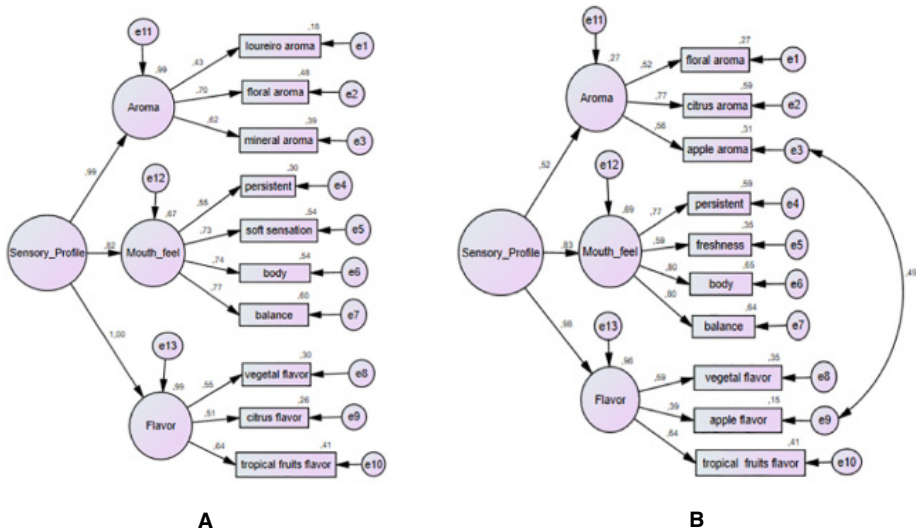



Figure 6 - Schematic representation and values of the standardized factor weights and the individual reliability of each of the items in the final second-order CFA model for the sensory profile of monovarietal Loureiro (A) and Alvarinho (B) wines. Adapted from Vilela et al. (2018).

4 I ELECTRONIC NOSES AND TONGUES

Electronic noses (e-noses) and tongues (e-tongues) are sensors designed to mimic the sensorial abilities of humans in the detection of complex mixtures of chemical substances, also of biological origin. They are created to mimic the Human nose in its ability for entrapment of odors and sensory transduction mechanisms. E-noses usually possess cross-reactive sensing displays that upon odor contact generate modeled responses and analytical algorithms that catalog these responses (LOUTFI et al., 2015). For aroma detection by the e-nose, volatile molecules must come into physical contact with the detectors. This phenomenon occurs by contact with the detectors; or by moving the carrier air to the detector or by moving the detector through the air allowing it to contact the volatiles (LOUTFI et al., 2015).

E-noses devices can contain up to 40 sensors, each one standardized for a precise chemical compound. Compounds and sensors combined to provide a measurement pattern. To be able to detect, analyze and process the information, an e-nose device must be built putting together three components, each with a specific function (VILELA et al., 2017). A sample delivery system consisting of a multisensory array; a detection system such as an Artificial Neural Network (ANN); and a computing system with appropriated software (digital pattern-recognition algorithms and reference-library databases) (WILSON; BAIETTO, 2009), Figure 7.

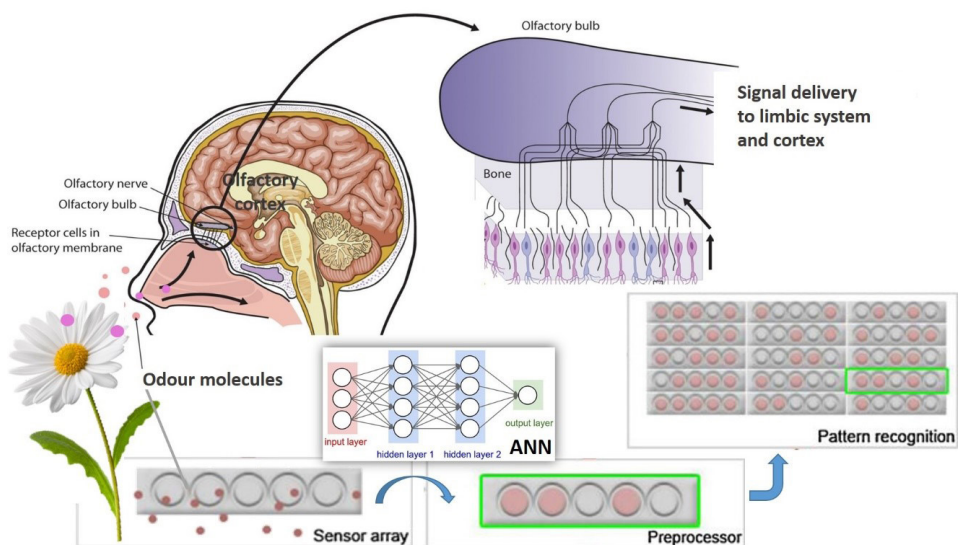



Figure 7. Schematic representation of an e-nose device, with the analogy to Human Nose. Retrieved from Vilela et al. (2019).

Besides e-noses, the sensory scientist also can use electronic tongues. They are electronic devices with specific sensors that can mimic the Human gustatory system. The first e-tongue appeared in the 1990s. They were developed for application in ions and heavy metals analysis (LAVIGNE et al., 1998) as well as in the evaluation of taste (TOKO, 1996). E-tongue is a useful instrument when human panels cannot/should not be used, due to food process circumstances; poisonous/extreme condition samples, and cost-effective reasons (PODRAZKA et al., 2018).

E-noses and e-tongues are being used to discriminate volatile aroma compounds (ZENG et al., 2021) and taste profiles, including spoilage detection in food (ZAUKUU et al., 2021) as also the possible adulteration and fraud in some processed food products, that would be unethical to be detected by Human panelists.

5 I FINAL REMARKS

Sensory evaluation involves the development and use of principles and methods for measuring human responses to food and beverages. This science depends on guidelines for the preparation and serving of samples under controlled conditions so that biasing factors can be minimized.

Sensory perception is a learned and active practice and not a passive reflex. Sensations are held to arise “neither from the food/beverage nor from the consumer, but from the encounter between them”, that is, it is neither taste nor taster, but *tasting*.

Universal objectives and universal language “lexicons” must be developed. As, also,

new statistical methods, graphical representations, and data analysis must be studied, so that sensory experts and consumers can contribute, both, for a better food/beverage sensory quality evaluation.

The world of flavor has evolved, from the sensory scientist to Human taster or panelists, to electronic sensors. The advances are not only in terms of chemistry, biochemistry, microbiology, or simple sensory analysis, but also mathematics, computer and electronics help the flavor development technologies that allow faster, safer, economic, and precise aroma/flavors compounds analysis, characterization, and quantification.

ACKNOWLEDGMENTS

We appreciate the financial support provided to the Research Unit in Vila Real (CQ-VR) [grant number UIDB/00616/2020 and UIDP/00616/2020], FCT - Portugal, and COMPETE.

REFERENCES

AROMASTER/aromaster.com [CC BY-SA 3.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0)], accessed 26th May 2019.

BERENSTEIN, N. Eating at 100,000 Ft. : Man High and the Origins of Space Food. 2018. Retrieved from: http://nadiaberenstein.com/blog/2018/3/8/eating-at-100000-ft-man-high-and-the-origins-of-space-food, accessed 6th June 2019.

HOWES, D. *The Science of Sensory Evaluation: An Ethnographic Critique*. Adam Drazin and Susanne Kuechler, eds., The Social Life of Materials, published by Bloomsbury Academic, p. 81-97, 2015.

SØRENSEN, S.M. Fine chocolate tasting. Retrieved from: https://www.slideshare.net/sveinmagnus/fine-chocolate-tasting, accessed 26th May 2019

LAVIGNE, J.J.; SAVOY, S.; CLEVENGER, M.B.; RITCHIE, J.E.; MCDONIEL, B.; YOO, S.-J.; ANSLYN, E.V.; MCDEVITT, J.T.; SHEAR, J.B.; NEIKIRK, D. Solution-based analysis of multiple analytes by a sensor array: Toward the development of an electronic tongue. *Journal of American Chemistry Society*, vol. n. 120, p. 6429–6430, 1998.

LAWLESS, H.T.; HEYMANN H. Sensory Evaluation of Food: Principles and Practices. Chapman & Hall, New York, 1998.

LEE, K.M.; PATERSON, A.; PIGGOTT, J.R.; RICHARDSON, G.D. Origins of Flavor in Whiskies and a Revised Flavor Wheel: a Review. *Journal of the Institute of Brewing*, vol. n. 107, p. 287-313, 2001.

LOUTFI, A.; CORADESCHI, S.; MANI, G.K.; SHANKAR, P.; RAYAPPAN, J.B.B. Electronic noses for food quality: A review. *Journal of Food Engineering*, vol. n. 144, p. 103-111, 2015.

MEILGAARD, M.C.; DALGLIESH, C.E.; CLAPPERTON, J.F. Beer Flavor Terminology. *Journal of the Institute of Brewing*, vol. n. 85, p. 38-42. 1979:

MEILGAARD, M.; CARR, B.T.; CIVILLE, G.V. *Sensory Evaluation Techniques*, 3rd edition. Boca Raton, FL: CRC Press, 2010.

MONTEIRO, B.; VILELA, A.; CORREIA, E. Sensory profile of pink port wines: Development of a flavor lexicon. *Flavor and Fragrance Journal*, vol. n. 29, p. 50-58, 2014.

NOBLE, A.C.; ARNOLD, R.A.; MASUDA, B.M.; PECORE, S.D.; SCHMIDT, J.O.; STERN. P.M. Progress Towards a Standardized System of Wine Aroma Terminology. *American Journal of Enology and Viticulture*, vol. n. 35, p. 107-109, 1984.

PANGBORN, R.M. Sensory Evaluation of Food: A Look Forward and Back. *Food Technology*, vol. n. 18, p. 1309-1324, 1964.

PODRAZKA, M.; BACZÝNSKA, E.; KUNDYS, M.; JELÉN, P.S.; NERY, E.W. Electronic Tongue—A Tool for All Tastes? *Biosensors*, vol. n. 8, p. 3. 2018.

POSTE, L.; MACKIE, G.A.; BUTLER, G.L.; LARMOND, E. *Laboratory Methods for Sensory Analysis of Food*. Ottawa, Agriculture Canada, 1991.

QFCIAF (Quartermaster Food And Container Institute For The Armed Forces) (U.S.). *Contributions of browning research to ration item stability; a conference on the status of browning reaction research and a review of its contributions to stabilized packaged rations*, the conference held 1 February 1952 at the Quartermaster Food and Container Institute for the Armed Forces, Chicago, Illinois, Research and Development Division, Office of the Quartermaster General, 1952.

QFCIAF (Quartermaster Food And Container Institute For The Armed Forces) (U.S). *Color in foods*, a symposium sponsored by the Quartermaster Research and Development Command, U. S. Army Quartermaster Corps, Oriental Institute, Kenneth T. Farrell Edts. University of Chicago, November 3-4, 1953.

SHAPIN, S. The Sciences of Subjectivity. *Social Studies of Science*, vol. n. 42, p. 170-184, 2012.

SIDEL, J.L.; STONE, H. The role of sensory evaluation in the food industry", *Food Quality and Preference*, vol. n. 4, Issues 1–2, p. 65-73, 1993.

SMITH, M.M. The explosion of sensory history, *In Looking Bach*, vol. n. 23, p. 860- 863, 2010.

STONE, H.; SIDEL J.L. *Sensory Evaluation Practices*. Orlando: Academic Press, 1985.

STONE, H.; BLEIBAUM, R.; THOMAS, H. *Sensory Evaluation Practices*, 4th Edition. San Diego, CA, Academic Press, 2012.

THIEMT. Special equipment for sensory product control. Retrieved from https://thiemt.com/legacy/laboratory/sensory-labs/general-information/, accessed 25th May 2019.

TOKO, K. Taste sensor with global selectivity. *Materials Science and Engineering: C – Journal*, vol. n. 4, p. 69–82, 1996.

VILELA, A.; BACELAR, E.; PINTO, T.; ANJOS, R.; CORREIA, E.; GONÇALVES, B.; COSME, F. Beverage and Food Fragrance Biotechnology, Novel Applications, Sensory and Sensor Techniques: An Overview. *Foods,* vol. n. 8, p. 643, 2019.

VILELA, A.; MARQUES, C.; CORREIA, E. Structural Equation Modelling (SEM) applied to sensory profile of Vinho Verde monovarietal wines. *Food Research International,* vol. n. 111, p. 650-660, 2018.

VILELA, A.; MATOS, S.; ABRAÃO, A.S.; LEMOS, A.M.; NUNES, F.M. Sucrose Replacement by Sweeteners in Strawberry, Raspberry, and Cherry Jams: Effect on the Textural Characteristics and Sensorial Profile—A Chemometric Approach". *Journal of Food Processing*, Article ID 749740, p. 14, 2015.

VILELA, A.; PINTO, T.; GONÇALVES, B.; BACELAR, E.; CORREIA, C.; JORDÃO, A.M.; COSME, F. Food analysis: From structure, chemistry and flavour to foodomics. In *Science within Food: Up-to-date Advances on Research and Educational Ideas*, Méndez-Vilas A. Edt., Formatex Research Center: Badajoz, Spain, p 95-115, 2017.

WILSON, A.D.; BAIETTO M. Applications and advances in electronic-nose technologies". *Sensors*, vol. n. 9, issue 7, p. 5099-5148, 2009.

ZAUKUU, J.Z.; GILLAY, Z.; KOVACS, Z. Standardized Extraction Techniques for Meat Analysis with the Electronic Tongue: A Case Study of Poultry and Red Meat Adulteration". *Sensors (Basel),* vol. n. 21, issue 2, p. 481, 2021.

ZENG, C.; WEI, Q.; PU, F.; LIU, Y.; SUN, W.; CHE, Z.; HUANG, Y. Discrimination of *Zanthoxylum bungeanum* Maxim through volatile aroma compounds analysis with artificial neural network". *Journal of Food Biochemistry*, vol. n. 45, issue 2, 2021: e13621. doi: 10.1111/jfbc.13621.

CAPÍTULO 6

CELEBRAÇÕES CÍVICAS REALIZADAS PELO GINÁSIO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA-BA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 28/03/2021

Marconey de Jesus Oliveira
Mestrando em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II/ Alagoinhas. O presente trabalho foi realizado com o apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001
Alagoinhas-Bahia
http://lattes.cnpq.br/5710868874532097

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as celebrações cívicas realizadas pelo Primeiro Ginásio Municipal de Serrolândia-Ba durante o período da ditadura civil-militar brasileira. As práticas cívicas, dentro do sistema educacional brasileiro, visavam a normatização e disciplinarização do corpo estudantil, além do ufanismo patriótico que se alinhava as ideologias do regime autoritário instaurado a partir 1964. Criado em 1962, na recém emancipada cidade de Serrolândia a 320 quilômetros da capital Salvador, o Primeiro Ginásio Municipal seguiu os preceitos cívicos propostos pela ditadura civil-militar. Os desfiles, sessões solenes, hasteamento da bandeira e cânticos de hinos patrióticos eram frequentes no cotidiano desse centro educacional, principalmente nas datas comemorativas: Sete de setembro, dia da bandeira, aniversário da cidade etc. Além dessas datas, consideradas tradicionais, o Ginásio Municipal celebrou entre 1971 a 1973 três aniversários da "revolução" de 1964, que tinha como único objetivo a exaltação do próprio regime e o Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Para a consecução desse artigo, foram utilizados como fonte a documentação do Ginásio; as Atas das celebrações cívicas, reuniões e exame admissão, produzidas no período estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Ginásio Municipal de Serrolândia; Práticas Cívicas; Celebrações; Ditadura.

CIVIC CELEBRATIONS CARRIED OUT BY THE FIRST MUNICIPAL GYMNSASIUM OF SERROLÂNDIA-BA IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP PERIOD (1864-1985)

ABSTRACT: This article aims to analyze the civic celebrations carried out by the First Municipal Gymnasium of Serrolândia-BA during the Brazilian civil-military dictatorship. The civic practices, within the Brazilian educational system, sought to standardize and to discipline the student body, besides the exacerbated patriotism which aligned to the authoritarian regime ideologies established in 1964. Created in 1962, in the newly emancipated town of Serrolândia-BA, 320 kilometers from its capital, Salvador-BA, First Municipal Gymnasium followed the civic precepts proposed by the civil-military dictatorship. The parades, solemn sessions, hoisting of flag and patriotic hymns singing were frequent in the routine of the referred educational center, mainly in commemorative dates: September seventh (Brazilian Independence Day), Flag Day, Serrolândia's anniversary. In addition to

the aforementioned commemorative days, considered traditional, the Municipal Gymnasium celebrated between 1971 and 1973 three anniversaries of the 1964 “revolution” whose sole purpose was the exaltation of the own regime and the Sesquicentenary of the Brazilian Independence in 1972. For the consecution of this article, were used as source of information the documentation of the Gymnasium: the minutes of the civic celebrations, meetings and admission exam, produced in the studied period.
KEYWORDS: Municipal Gymnasium of Serrolândia; Civic practices; Celebration; Dictatorship.

1 I INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 1964 foi deflagrado um golpe civil-militar que abriu caminho para a ditadura que comandou o Estado brasileiro por 21 anos. Esse processo foi fruto das perturbações sociais e econômicas vividas desde o início da década de 1960. Podemos colocar também a figura de um presidente negociador, que tentava atender as demandas políticas de diferentes setores da sociedade. A “revolução”, como denominada pelos seus artífices, teve uma data para começar e outra para terminar – nas eleições de 1965 – só que, os diversos Atos Institucionais (AI), Leis e Decretos assinados pelos governos militares foram prolongando, calando e perseguindo a oposição no Brasil.

Diante dessa nova conjuntura política, montada a partir de 1964, o sistema educacional brasileiro foi compreendido como um espaço bastante propício para as ações legitimadoras do novo regime. Ficaria sob a responsabilidades das instituições escolares a formação dos futuros cidadãos comprometidos com o destino do país. A ordenação, disciplinarização e normatização dos alunos e do espaço escolar estavam na pauta da vez. Devemos lembrar que a ditadura civil-militar não foi a única – nem a pioneira – que se utilizou do sistema educacional para difundir suas ideologias, em qualquer regime de governo, essa prática se mostra bastante comum.

Nesse contexto conturbado da política brasileira na primeira metade de 1960, nascia uma pequena instituição de ensino na cidade de Serrolândia no interior da Bahia a 320 Km da capital Salvador. Batizada inicialmente de Ginásio Municipal de Serrolândia, esse estabelecimento foi fundamental, ficando “responsável” pelo desenvolvimento das práticas cívicas da sociedade serrolandense. Apesar de estar longe dos grandes centros urbanos do país, o Ginásio Municipal fazia questão de seguir o afago patriótico solicitado, comemorando em 1971, 1972 e 1973 o aniversário da “Revolução de 1964” e no mesmo ano de 1972 festejou, com um grande evento, o Sesquicentenário da Independência do Brasil.[1] Além de corriqueiramente promover desfiles durante as comemorações do 7 de setembro e dia da Bandeira.

Criado em 1962 a história desse Ginásio Municipal confunde-se com a própria trajetória da cidade de Serrolândia, que teve sua emancipação política no mesmo

1 COLÉGIO ESTADUAL DE SERROLÂNDIA (CES). **Livro de Atas N° 1.** Ano de Abertura: 1971. Local, Ginásio Municipal, Serrolândia, Bahia, Brasil. Arquivo do CES.

ano. Dessa forma a instituição nasceu para atender as necessidades locais e diminuir a dependência que o novo munícipio tinha com a comarca de Jacobina. Esse primeiro estabelecimento ginasial da cidade, aparentemente, seguia as normas patrióticas propostas pela ditadura civil-militar, desempenhando um papel bastante significativo na formação do cidadão nacionalista, disciplinado e plácido para com a sociedade. O caráter nacionalista e de patriotismo se manifestava nas datas comemorativas, os desfiles cívicos ganharam destaque na cidade e o ginásio preocupava-se com a montagem dos desfiles. Era comum que a fanfarra ensaiasse com meses de antecedência para executar suas apresentações nas celebrações cívicas.

A partir da década de 1970, as comemorações cívicas foram bastante presentes no cotidiano do primeiro Ginásio Municipal de Serrolândia. Durante esse período a ditadura civil-militar investiu em um discurso otimista, do país que crescia motivado pelo "milagre econômico" e as celebrações cívicas ganharam maior destaque nas instituições educacionais brasileira. Para Janaina Cordeiro (2015, p. 21), a "(re)educação da juventude foi percebida, na década de 1970, com o antídoto necessário para curar as ideologias estranhas, que poderiam seduzir facilmente os jovens". No ginásio municipal da pequena cidade de Serrolândia não foi diferente, através das atas encontradas no acervo da escola, podemos analisar o crescimento dessas atividades cívicas.

Esse artigo é uma síntese da monografia intitulada "*Cotidiano, memória e política*: celebrações cívicas no primeiro Ginásio Municipal de Serrolândia-Ba no período da ditadura civil-militar (1964-1980)", defendida e aprovada em julho de 2018, na Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, sob a orientação do prof. Dr. Thiago Machado de Lima. Iremos utilizar algumas fontes (atas de celebrações e reuniões, livro de exame de admissão e matrículas, além de fotografia) e dados que pertencem a referida monografia.

2 | GINÁSIO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA

Na década de 1960 o povoado do Serrote deixa a condição de Vila, pertencente ao município de Jacobina, e com isso foi elevada à categoria de cidade. A recém emancipada Serrolândia contava com cerca de 11.971 habitantes sendo que a imensa maioria, 10.311 morava na zona rural e apenas 1.660 na zona urbana.[2] Na década de 1970, a população alcançou 19.812 habitantes, número bastante significativo para uma cidade pequena no sertão baiano.[3] Mesmo com essa taxa de crescimento considerável entre as décadas de 1960 e 1970 a dinâmica de ocupação espacial não mudou muito e a maioria da população continuava a residir na Zona Rural (17.445) e minoria expressiva na *Urbe* (2.367). É dentro desse contexto que o Primeiro Ginásio Municipal de Serrolândia nasce, uma instituição criada para "romper" a dependência que o novo município tinha com sua antiga comarca.

2 VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Evas e Marias em Serrolândia:* práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade de interior (1960-1990). Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dissertação (Mestrado em História Social), 2006.

3 IBGE, Censo Demográfico de 1970.

Apesar de contar com uma população significativa na cidade, o número de alunos que prestava o exame de admissão, para a entrada no ginásio, era bastante acanhado. Os dois livros de Atas para admissão de alunos, encontrado durante a pesquisa, mostram que nos dez primeiros anos – de 1962 a 1972 – a instituição teve 125 alunos de 1° a 4° série ginasial.[4] Fazendo a leitura da obra de Vânia Vasconcelos (2006), percebemos que nesse período, na zona rural, os valores em torno do trabalho superavam a importância da educação formal. Possivelmente, a cultura escolar não era tão valorizada nesse período, ou até mesmo persistia a falta de estimulo para estudar em contraponto ao trabalho.

A instituição de ensino, Ginásio Municipal de Serrolândia – apesar de ser o único espaço de formação ginasial da cidade – não tinha grandes proporções. Na verdade, o educandário resumia-se a poucas salas de aula em um único pavilhão. Na fotografia abaixo, podemos ver como era essa estrutura da escola entre as décadas de 1965 a 1970:

Ginásio Municipal de Serrolândia 1968.

Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Jonas Ferreira Gonçalves.

Essa fotografia é da sede do próprio Ginásio, que foi provavelmente construído a partir de 1964. O pesquisador Valter Oliveira (2017, pág. 30), destaca que “a fotografia é testemunha de uma época e está intimamente marcada nas práxis social.” Na imagem podemos observar que as dependências do Primeiro Ginásio Municipal eram cercadas de árvores. Como estamos tratando de uma região bastante seca e quente, esses arbustos eram de extrema importância para o sombreamento do Ginásio. Ainda analisando a imagem podemos visualizar um local para o hasteamento das bandeiras e a presença de várias pessoas, que tudo indica serem alunos da instituição.

A partir de 1970 o Ginásio Municipal de Serrolândia teve um crescimento bastante significativo. Foi a partir dessa década também que as práticas cívicas, dentro das

4 COLÉGIO ESTADUAL DE SERROLÂNDIA (CES). **Atas de Exame de Admissão 1962 a 1976**. Ano de Abertura: 5 de abr. 1962. Local Ginásio Municipal, Serrolândia, Bahia, Brasil. Arquivo do CES.

instituições de ensino, se intensificaram. Segundo Cordeiro (2015, p. 22), a década de 1970 foi marcada pela reativação das tradições cívicas, tendo como principais combustíveis a atmosfera de modernização e o discurso do "milagre econômico" brasileiro, aumentando assim um otimismo da população. Caberia as escolas e aos centros educacionais, dentro de suas singularidades e especificidades, irradiarem conhecimento cívicos e patrióticos para "ocupar a mente vazia dos jovens", passar os valores nacionais e combater as ideias comunistas.

A autora Telma Faltz Valério (2012, p. 55), aborda que "a educação e, mais propriamente, o ambiente escolar foram compreendidos, pelos militares, como importantes meios de controle social, visto que por meio destes educavam-se os futuros cidadãos." Disso podemos compreender a importância que as instituições de ensino representavam. Em Serrolândia, o Ginásio tratava-se de uma instituição de educação nascida poucos anos antes das primeiras leis e acordos educacionais que tiveram como intenção restringir os espaços escolares a meros reprodutores de conhecimentos pré-estabelecidos. Contudo, devemos reconhecer que existiam resistência e burlas por parte das instituições escolares, nada era aceito de forma pronta e acabada. Valério continua:

> No ambiente escolar do período, as escolas públicas deveriam funcionar como modelos de ordem e disciplina. Esse civismo se diferenciava do cívico-militar, até por que quem ministrava aos alunos a prática cívica era os próprios professores. Em consonância com esses objetivos, fazia-se o culto à bandeira, a organização em filas para a entrada dos alunos, o uso do uniforme escolar e etc. Dava-se o treinamento da obediência às regras e à ordem, muitas dessas compreendidas pela comunidade das escolas como questão importante de respeito, bons modos e asseio. (VALÉRIO, 2012, p. 55)

O espaço escolar seria o local ideal para a propaganda da ditadura civil-militar. Nela, palavras como disciplinarização e normatização estavam em pauta. A escola seria um dos principais espaços para legitimar o poder do regime, as ofensivas propagandísticas que prezavam pelo patriotismo, pelo civismo e por um cidadão que respeitava as normas de seu país, atingia diretamente os alunos e indiretamente eram levados para as casas e divididos com as famílias. Na pequena cidade de Serrolândia, encrustada no coração do sertão baiano, não fazia diferença, era grande o alvoroço nas principais datas comemorativas e os pais faziam questão de ver seus filhos participarem dos desfiles.

3 | PRÁTICAS CÍVICAS NO GINÁSIO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA

Ao dissertar sobre o conceito de comemoração e rememoração Helenice Silva (2002, p. 1), ressalta que em busca do consenso nacional o poder político investe nas lembranças das grandes datas, buscando no passado uma legitimidade para consolidar a memória coletiva. Assim sendo, o projeto cívico-escolar comandado pela ditadura civil-militar visou uma "nova educação" da juventude. Era imprescindível a realização das comemorações

cívicas nos ginásios, escolas, colégios e em todas as repartições populares na qual os valores conservadores pudessem penetrar.

Entre as principais datas comemorativas, registradas pela documentação do Ginásio, o sete de setembro (Independência do Brasil), quinze de novembro (Proclamação da República) e dezenove de novembro (Dia da Bandeira), foram as celebrações que mais apareceram. Também foi possível encontrar alusões as celebrações do vinte e três de setembro (Início da Primavera), o dois de julho (Independência da Bahia) e o vinte e três de julho (Aniversário da emancipação política de Serrolândia). Nem sempre eram realizados grandes desfiles pelas ruas da cidade, algumas ocasiões ficavam restritas a sessões solenes dentro do próprio Ginásio Municipal e aconteciam sem grandes alardes.[5]

O sete de setembro era a data cívica com maior destaque, na ata de reunião aberta em 1971 e tendo registros até 1973 as comemorações da Independência do Brasil apareceram em todos os anos.[6] O ritual do sete de setembro tinha sua celebração praticamente idêntica: sessão solene com hasteamento da bandeira nacional no Primeiro Ginásio Municipal e depois os alunos desfilavam até a praça Manoel Novais, local onde havia um palanque com as figuras políticas e no qual a população serrolandense, da sede e das zonas rurais, esperavam ansiosamente pela passagem das escolas e da banda marcial/fanfarra do Ginásio Municipal.

As práticas cívicas não atendiam só ao Primeiro Ginásio Municipal, a população estava envolta nas comemorações e em sua preparação. Outros estabelecimentos escolares de ensino infantil participavam compondo alas nos desfiles. O município do "Serrote" se alvoraçava e se espremia na praça Manoel Novais, então apoteose cívica serrolandense, para ver os alunos desfilarem. Vejamos como a ata de sete de setembro de 1973 descreve tal entusiasmo da população.

> Aos sete dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e três. As oito horas deu início as comemorações do dia da Independência. *Hasteamento da Bandeira Nacional sob a direção do professor de Educação Moral e Cívica, Sarg. Raimundo Almeida*; os alunos em forma ao som do Hino Nacional brasileiro deu-se a cerimônia de hasteamento. Daí seguiu em desfile para a praça Dr. Manoel Novais, ponto de concentração onde estava armado o palanque municipal. A ***população se deslocava para a praça onde se via grande massa da população deste município***. (Grifos meus)[7]

Esse trecho retirado da ata n° 16 de 1973 nos fornece informações ricas para entender as práticas cívicas no Ginásio Municipal. No primeiro momento somos informados que o início do evento aconteceu dentro da instituição com hasteamento da bandeira e cântico do hino nacional, logo após, sobreveio o desfile onde "a população se deslocava para a praça – seguindo o desfile – onde se via grande massa popular deste município". Podemos

5 COLÉGIO ESTADUAL DE SERROLÂNDIA (CES). **Livro de Atas N° 1.** Ano de Abertura: 1971. Local, Ginásio Municipal, Serrolândia, Bahia, Brasil. Arquivo do CES.

6 Idem.

7 COLÉGIO ESTADUAL DE SERROLÂNDIA (CES). **Livro de Atas N° 1, ata 16.** Ano de Abertura: 1971. Local, Ginásio Municipal, Serrolândia, Bahia, Brasil. Arquivo do CES.

acompanhar nessa narrativa a importância que o desfile tinha na cidade. Outro ponto que chama bastante a atenção é a presença de um militar ocupando o cargo de professor do Ginásio. Aqui somos apresentados ao Sr. Sarg. Raimundo Almeida que aparece como professor de Educação Moral e Cívica (EMC). Segundo a ata, ficou na incumbência de tal sargento, comandar o hasteamento da bandeira ao som do hino nacional brasileiro.

Além de contar com as comemorações das datas tidas como "tradicionais" – sete de setembro (Independência do Brasil), quinze de novembro (Proclamação da República) e vinte e três de novembro (Dia da Bandeira) – o Ginásio Municipal de Serrolândia fez questão de incorporar ao seu rol de celebrações o aniversário da "Revolução de 1964". Em 31 de março de 1971, foi realizado a sessão solene em comemoração do sétimo aniversário da "Revolução 1964". Além de 1971, a comemoração foi realizada em mais duas ocasiões, 1972 e 1973.[8] Durante esses três anos, dois militares ficaram responsáveis pela organização desse evento, Sarg. Aloisio Barbosa e Sarg. Raimundo Oliveira Almeida.

Seguindo Cordeiro (2015), veremos que no contexto estudado, o 31 de março de 1964 era encarado, pela força propagandística do governo, como um "novo renascer" da sociedade brasileira:

> [...] aquela que inaugurou esse novo tempo, que salvou o país da decadência moral e material e que operava um verdadeiro milagre: o 31 de março de 1964 não foi esquecido pela propaganda da festa. E a rememoração da data se fazia também tomando parte da grande euforia otimista que caracterizava o país naqueles anos. (CORDEIRO, 2015. p. 117).

O investimento nas lembranças de datas consideradas importantes, buscam a legitimação de grupos, políticas e sistemas de governos. Através das práticas cívicas nas escolas e também nos meios sociais a ditadura civil-militar legitimou o dia da "revolução" no calendário festivo. Nas três atas que encontramos, sobre os festejos da "Revolução de 1964" entre 1971 a 1973, percebemos que os festejos aconteceram de formas distintas, ora com desfiles cívicos pelas ruas da cidade, outrora apenas com sessão solene e jogos de resistência

Outro grande evento patriótico que marcou o Ginásio Municipal de Serrolândia foi a comemoração do Sesquicentenário da Independência da República. Esse evento foi pensado pelos artífices da ditadura civil-militar para torna-se um grande marco na história do país. Além da data, o que estava sendo festejado eram os efeitos do "milagre econômico" que a nação vivenciava. Janaina Cordeiro (2011) afirma que:

> Desde janeiro de 1972 vivia-se no país sob a expectativa do início das comemorações, mas foi em 21 de abril, dia de Tiradentes, que as festas começaram oficialmente, para somente serem encerradas no dia 7 de setembro. A ideia era iniciar as comemorações com os chamados "Encontros Cívicos Nacionais", evento que deveria acontecer em todas as cidades do país. (CORDEIRO, 2011. p. 1).

8 COLÉGIO ESTADUAL DE SERROLÂNDIA (CES). **Livro de Atas N° 1, ata 02, 09 e 13.** Ano de Abertura: 1971. Local, Ginásio Municipal, Serrolândia, Bahia, Brasil. Arquivo do CES.

Mais que rememorar a Independência brasileira, o 21 de abril deveria ressaltar o "progresso" do presente. A festa do Sesquicentenário da Independência não seria trabalhada apenas no 21 de abril de 1972, ela começou a partir de sua promulgação pelo presidente Emílio Garrastazu Médici em outubro de 1971 e colocada em prática em janeiro do ano seguinte. Assim como exposto por Cordeiro, essa comemoração deveria acontecer em todas as cidades brasileiras. Vejamos como ela foi realizada em Serrolândia:

> Aos (21) vinte e um dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois as (5) cinco horas. Deu-se início as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, nesta cidade tendo havido sessão entre alunos do ginásio municipal e o povo, principalmente os pais dos alunos. Enviou-se para a praça onde se achavam armado o palanque oficial, e grande massa aglomerada aplaudia com grande entusiasmo aos oradores e ao Ginásio. [...] nesta data [21 de abril] falaram vários personagens, das quais são dignos de serem ressaltados. O Sr. Prefeito Municipal Florisvaldo Magalhães Sousa, Sr. Delegado de Polícia Sarg. Raimundo Oliveira, Sra. Delegada Escolar Arionete Guimarães Sousa [...] houve uma brilhante passeata, ***o povo se uniu com um só pensamento e ideais***, a fim de melhor dar ênfase à festa. ***Durante a festividades foram cantadas pelo povo vários hinos patrióticos,*** acompanhado com o conjunto musical desta cidade e a banda marcial do ginásio. (Grifos nossos).[9]

O início desta celebração começou nas dependências do Ginásio Municipal e se estendeu para as ruas de Serrolândia. Não era comum a realização de sessão solene e desfile cívico na mesma celebração, mas no 21 de abril de 1972 essas duas ações comemorativas foram realizadas juntas. No Sesquicentenário, além dos alunos, pais e professores o ginásio estava aberto ao povo da cidade. Em toda ata, percebemos que a prática comemorativa do dia 21 de abril extrapolou os muros da escola e tornou-se um festejo para os populares que "aglomerados aplaudia(m)" os desfiles, orações e ações dos alunos. As informações contidas na ata são bastante detalhadas, além de descrever o transcorrer da comemoração ela nos mostra, ou pelo menos tenta mostrar, o sentimento suscitados ou atribuídos aos presentes.

Com Sessão Solene no ginásio, Desfile pelas ruas, Discursos de autoridades locais, Passeata brilhante organizada pelo povo serrolandense e União de ideais em torno do Sesquicentenário e a ditadura civil-militar faltava mais alguma coisa para o fechamento dos festejos? Faltava sim! Faltava os cânticos patrióticos dos hinos cívicos, que foram entoados animadamente pela população e seguidos pelo conjunto de música da cidade e pela banda marcial do Ginásio Municipal. Depois dessa programação a festa de 21 de abril chegou a seu final. Segundo Cordeiro (2015) "Uma das características que garantiram o sucesso da festa foi justamente sua capacidade de mobilizar e tocar a vida cotidiana das pessoas." O governo de Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), investiu intensamente em propaganda para que o sesquicentenário da República se tornasse uma festa popular,

9 COLÉGIO ESTADUAL DE SERROLÂNDIA (CES). **Livro de Atas N° 1, ata10.** Ano de Abertura: 1971. Local, Ginásio Municipal, Serrolândia, Bahia, Brasil. Arquivo do CES.

tudo indica que essa publicidade, requerida pela ditadura civil-militar, chegou as casas e ao ginásio de Serrolândia.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como pretensão analisar as práticas cívicas dentro do Primeiro Ginásio Municipal de Serrolândia. A ditadura civil-militar instaurada após o golpe de 1964 buscou na educação, e em outros meios, uma forma de legitimação de seus poderes. O afago patriótico, o respeito aos símbolos nacionais, a disciplinarização e normatização dos corpos e dos comportamentos gerou uma prática cívica que foi amplamente desenvolvida no sistema educacional brasileiro.

Por meio da documentação encontrada no Primeiro Ginásio Municipal de Serrolândia podemos observar construção de um discurso embasado na normatização, disciplina e controle dos corpos. Sutilmente percebemos que a moral cívica, o ufanismo patriótico e as "boas condutas", pregadas pelo sistema de ensino, deveriam combater o inimigo ideológico oculto do comunismo. Além das práticas cívicas desenvolvidas nas datas comemorativas e nas disciplinas EMC e OSPB o Ginásio Municipal de Serrolândia tratou de criar o Centro Cívico.

Por fim esse artigo buscou mostrar como as comemorações ultrapassavam os limites do ginásio e adentravam na sociedade serrolandense. É bastante propício analisarmos como uma instituição de ensino no interior da Bahia, dentro da sua singularidade, aderiu aos apelos e deveres nacionais, cântico do hino pátrio, hasteamento da bandeira e outros preceitos patrióticos. Os alunos do Ginásio Municipal preparavam-se durante vários dias para fazerem desfiles nas principais ruas e povoados do município, a população também se preparava para assistir, com bastante entusiasmo, as apresentações. A cidade toda alvoraçava com a aproximação dos festejos, principalmente o sete de setembro. Trazendo para seu calendário cívico as comemorações da "Revolução" de 31 de março de 1964 e os festejos do Sesquicentenário da Independência da República em 21 de abril de 1972.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Janaina Martins. ***A ditadura em tempos de milagre*: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_______________. **As comemorações do Sesquicentenários da Independência em 1972: uma festa esquecida?** *Anais XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*. São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Valter de. ***"Offereço meu original como lembrança*": circuito social de fotografia nos sertões da Bahia (1900-1950).** Salvador: EDUNEB, 2017.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **"Rememoração"/Comemoração: as utilizações sociais da memória.** *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

VALÉRIO, Telma Faltz. **Ideologia Política na Ditadura Civil-Militar e o Ensino Secundário de Segundo Grau a partir da Lei 5.692/71.** In: GONÇALVES, Nadia G; RANZI, Serlei M. F. (Orgs**).** ***Educação na Ditadura Civil-Militar*****: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: Ed. UFRP, 2012.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. ***Evas e Marias em Serrolândia:*** **práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade de interior (1960-1990).** Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dissertação (Mestrado em História Social), 2006.

CAPÍTULO 7

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS E DOS CUIDADOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA EM PORTUGAL

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 05/04/2021

Maria José de Oliveira Santos
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior de Saúde, Vila Real
https://orcid.org/0000-0003-1253-2912

Elisabete Soares Ferreira
Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto
https://orcid.org/0000-0003-0079-3429

Anabela Martins Pinto de Figueiredo
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior de Saúde, Vila Real
https://orcid.org/0000-0001-5902-1322

Manuela Maria da Conceição Ferreira
Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde, Viseu
https://orcid.org/0000-0003-4853-0150

RESUMO: O entendimento sobre o conceito de saúde sexual e reprodutiva (SSR) é relativamente recente e tem conhecido transformações substanciais ao longo do tempo, resultado de um conjunto de fatores socioculturais, políticos e médico-científicos, que permitiram reconhecer que os indivíduos têm o direito a desfrutar da sexualidade de uma forma livre e esclarecida. As mudanças no contexto histórico, social e cultural que atravessaram todo o século XIX e XX influenciaram claramente a SSR em Portugal. Mudanças que foram mais significativas na segunda metade do século XX, observando-se nas décadas de 1960 e 1970 a promoção da contraceção e planeamento familiar, a legislação sobre sexualidade juvenil e o acesso dos jovens às consultas de planeamento familiar. Na década de 1980 e seguintes, a generalização do acesso à contraceção e os debates sobre a sexualidade juvenil e políticas de educação sexual. Nestas décadas, surgem novas preocupações relacionadas com pandemia do VIH/SIDA, que obrigam a equacionar os comportamentos sexuais como fator de risco para a saúde. Entre 2000 e 2010, assiste-se à integração da educação sexual em todos os níveis de ensino, com exceção do pré-escolar, numa aceção verdadeiramente democrática da educação sexual. Mais recentemente, realidades emergentes como a democratização do uso da internet e das redes sociais, levantam novos desafios e novos riscos para a saúde que não devem ser negligenciados. Com este artigo pretendemos descrever e analisar o desenvolvimento político-social e dos cuidados na SSR em Portugal, como garantia do direito à informação e a serviços de saúde de qualidade, acessíveis a todos os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados de saúde; Políticas; Saúde sexual e reprodutiva.

DEVELOPMENT OF SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH POLICIES AND CARE IN PORTUGAL

ABSTRACT: The understanding of the concept of sexual and reproductive health (SRH) is relatively recent and has undergone substantial

transformations over time, as a result of a set of sociocultural, political and medical-scientific factors that have allowed the recognition that individuals have the right to enjoy of sexuality in a free and enlightened way. Changes that were most significant in the second half of the twentieth century saw the promotion of contraception and family planning and legislation on youth sexuality in the 1960s and 1970s. In the 1980s and beyond, the generalization of access to contraception and debates on youth sexuality and sexual education policies In recent decades, new concerns about the HIV / AIDS pandemic have arisen, and there is a need to address risky sexual behavior. Between 2000 and 2010, the integration of sex education at all levels of education, with the exception of preschool, in a truly democratic sense of sex education is observed. More recently, emerging realities such as the democratization of the use of the Internet and media, pose new challenges and new risks to health that should not be neglected. With this article we intend to describe and analyze the socio-political development and care in the SRH in Portugal, as a guarantee of the right to information and quality health services, accessible to all citizens.
KEYWORDS: Care Health; Policies; Sexual and reproductive health.

1 I INTRODUÇÃO

Na maioria dos países, a saúde sexual e reprodutiva (SSR) emergiu como uma área prioritária a considerar nas políticas e programas de saúde, revelando uma preocupação com os potenciais problemas de saúde que podem afetar, direta ou indiretamente, o bem-estar dos indivíduos e das comunidades, com custos elevados ao nível do capital humano e da produtividade (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO, 2005), entendimento sobre os conceitos de saúde reprodutiva e saúde sexual são relativamente recentes e têm conhecido transformações substanciais ao longo do tempo, em resultado de um conjunto de fatores socioculturais, políticos e médico-científicos, que permitiram reconhecer que os indivíduos têm o direito a desfrutar da sexualidade de uma forma livre, segura e esclarecida. A queda generalizada da fecundidade no mundo facilitou a mudança de paradigma do planeamento familiar (PF) para os direitos sexuais e reprodutivos. Estes passam a ser considerados direitos individuais, independentemente da idade, género, orientação sexual, religião ou etnia e abrangem a sexualidade e a fecundidade, o direito à informação e o acesso aos serviços de saúde, através de uma abordagem interdisciplinar e não apenas biomédica (VILAR, 2009).

Na abordagem das políticas de SSR em Portugal, devemos considerar diferentes fases que refletem alguns dos factos mais relevantes a nível nacional e internacional, que permitiram o desenvolvimento das políticas de SSR. Com este artigo pretendemos descrever e analisar o desenvolvimento político-social e dos cuidados na SSR em Portugal, como garantia do direito à informação e a serviços de saúde de qualidade, acessíveis a todos os cidadãos.

2 | DESENVOLVIMENTO

Políticas e cuidados de saúde sexual e reprodutiva em Portugal

As mudanças no contexto histórico, social e cultural que atravessaram todo o século XIX e em particular a segunda metade do século XX influenciaram as políticas de saúde reprodutiva em todo o mundo e também em Portugal. A discussão sobre as questões relacionadas com a reprodução e natalidade surgiram com *Thomas Malthus* (1766-1834), considerado o pai da demografia, que publicou em 1798 "Um Ensaio Sobre o *Principio da População*", onde apresentou uma posição pessimista e conservadora relativa às políticas de natalidade. *Malthus* argumentava que a população tendia sempre a crescer mais rapidamente do que os meios de subsistência, pelo que o crescimento e o progresso seriam utópicos e não estariam ao alcance da maioria da população (SILVA, 2014). À problemática levantada por *Malthus* relativa à explosão demográfica veio juntar-se, no século XIX, um conjunto de fatores sociais, tais como o desenvolvimento da sociedade industrial, a entrada da mulher no mundo do trabalho e o avanço do conhecimento médico, que permitiram uma diminuição significativa das taxas de mortalidade infantil e o aumento da esperança média de vida, conduziram a um aumento populacional que criou a necessidade de implementar políticas de controlo da natalidade (MANUEL, 2007).

No início do século XX, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos da América, multiplicaram-se atividades pioneiras no domínio da maternidade livremente assumida e do controlo da natalidade. Nos EUA Margaret Sanger, enfermeira, educadora sexual e ativista foi a primeira mulher a popularizar o termo "*birth control*" e a abrir a primeira clínica de controle de natalidade nos EUA (1916) e outros estabelecimentos ligados à organização *Planned Parenthood Federation of America.* Nos anos 20 foi fundada a Liga Internacional com o objetivo de difundir este movimento e promover a realização de Conferências Internacionais da População. Depois da contraceção e regulação da natalidade, apenas nos anos 30, se chega ao conceito de PF, que antecedeu o conceito de saúde reprodutiva. Esta designação encerra dois significados destintos, por um lado, a separação do sexo da reprodução pelo uso de métodos contracetivos e, por outro lado, um esforço no controlo do crescimento populacional, como medida de combate ao subdesenvolvimento social e económico (MANUEL, 2007). Nas décadas de 1950-1960, observou-se o maior crescimento demográfico de toda a história da humanidade, difundindo-se o medo da "*explosão populacional*". Foi neste ambiente de alto crescimento demográfico e sob influência do pensamento neomalthusiano, que ocorreram as primeiras Conferências Internacionais de População e Desenvolvimento organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), iniciando-se o debate sobre os direitos humanos, bem-estar social, igualdade de géneros e, em especial, sobre a saúde e direitos reprodutivos (CORRÊA, ALVES e JANNUZZI, 2006).

Na segunda metade do século XX a saúde e o bem-estar passaram a ser

considerados direitos dos indivíduos, aceitando-se que um elevado número de filhos poderia ser prejudicial para a saúde das mulheres e dos recém-nascidos, o que resultou na afirmação da necessidade de espaçamento entre as gravidezes, aceitando-se os métodos contracetivos não só como medida de controlo da natalidade, mas também como forma efetiva de planear os nascimentos de acordo com os desejos de cada família. Quando as pesquisas demográficas passaram a mostrar que o número desejado de filhos, por parte das mulheres e casais, era menor que a fecundidade, passou a dar-se importância às necessidades não atendidas de contraceção. Em 1952, foi fundada, na conferência de Bombaim, a *International Planned Parenthood Federation*, proclamando-se que o PF é um direito humano fundamental, mas só em 1968 a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o PF como componente fundamental dos serviços de saúde (GOMES, 1988). A nível internacional, os movimentos de apoio ao PF estavam em franco desenvolvimento procurando legalizar e afirmar o acesso à contraceção que, à semelhança de Portugal, era ilegal em países como os EUA ou a França. Em 1960, nos EUA foi aprovada a venda da Enovid-10®, a primeira pílula anticoncecional e que deu inicio à revolução sexual no mundo ocidental. Esta pílula foi desenvolvida pelo cientista *Gregory Pincus,* aparentemente a pedido *Margaret Sanger* e a milionária *Katherine McCormick*, que apoiaram a investigação para o desenvolvimento de uma pílula contra a gravidez que fosse fácil de usar, eficiente e barata. Esta pílula foi desenvolvida durante cinco anos como um medicamento para aliviar os sintomas da menstruação, pois os contracetivos, até 1965, estavam oficialmente proibidos nos EUA (HARTL, 1960).

Em Portugal, nos anos 60, o PF era ainda considerado subversivo e semiclandestino, aceitando-se apenas os métodos naturais propostos pela igreja católica, como o coito interrompido e as irrigações vaginais, apesar do preservativo e a pílula já serem comercializados em Portugal desde 1962, mas a pílula contracetiva era usada apenas com indicação terapêutica para regular o ciclo menstrual.

O início do PF em Portugal tem como referência a criação da Associação para o Planeamento Familiar (APF), em 1967, que permitiu que um conjunto de profissionais de saúde, dedicados à prestação de cuidados da família, iniciasse o debate sobre a necessidade de implementação do PF em Portugal. A partir dos anos 70, o direito de escolha e a liberdade de decisão nos assuntos sexuais e reprodutivos tornam-se aspetos inegociáveis nas agendas políticas dos diferentes países, ganhando relevância as questões relativas à saúde integral da mulher e à SSR, incluindo o acesso à contraceção e ao aborto seguro (CORRÊA, ALVES e JANNUZZI, 2006). Mas, apenas em 1974, após a Revolução de 25 de abril, um texto oficial do Programa de Ação do Ministério dos Assuntos Sociais, fez a primeira referência expressa à necessidade de se informar os cidadãos sobre o PF. A elevada taxa de mortalidade infantil (59,2/1.000) e materna (84,6/100.000, quase uma mulher em cada mil), sobretudo como resultado de complicações por aborto clandestino terão justificado as medidas que se seguiram. Em 1976, o Dr. Albino Aroso, considerado o

pai do PF em Portugal, determinou a criação de consultas de PF em todos os centros de saúde do país, integradas nos serviços de saúde materna e infantil. Nesta perspetiva, a constituição portuguesa é uma das raras no mundo a consignar, já em 1976, o direito dos cidadãos ao PF (artigo 67º), apontando como deveres do Estado, assegurar esse direito. O controlo da conceção iniciou um percurso mais consistente a partir de 1974 e, apesar das assimetrias existentes, a história da contraceção em Portugal foi pautada por algum sucesso. No início da década de 1980, encontrava-se em funcionamento cerca de 400 consultas de PF nos centros de saúde e hospitais, com os cuidados a serem prestados por enfermeiros, no âmbito das consultas com o médico de família, ou ainda em consultas especializadas. Apesar dos avanços legislativos, o PF continuava a ser desconhecido e ainda menos usado por uma grande parte da população, e as políticas de saúde reprodutiva centraram-se quase exclusivamente na promoção do acesso à contraceção e educação contracetiva das mulheres.

A década de 1980 foi o momento de viragem nas questões específicas da saúde dos adolescentes e jovens. Iniciaram-se múltiplas experiências de promoção da saúde, atendimento, investigação, formação e planeamento e organização de cuidados de SSR centrados neste grupo.

Em termos legislativos, foram marcos essenciais na afirmação da SSR dos jovens em Portugal, a Lei nº 3/84, de 24 de março, que estabelece o direito e à educação sexual e define as formas de acesso ao PF, a Lei nº 4/84, de 5 de abril, que regula a proteção e defesa da maternidade e paternidade, a Lei nº 6/84, de 11 de maio, que estabelece a exclusão de ilicitude de alguns casos de interrupção voluntária da gravidez e a Portaria nº 52/85, de 26 de janeiro, que regula o funcionamento das consultas de PF e centros de atendimento a jovens. Embora com dezenas de anos de atraso em relação à legislação dos restantes países europeus, Portugal passa a dispor dos instrumentos legais para que a parentalidade não seja fruto do acaso, mas uma escolha livre, consciente e responsável (GOMES, 1988).

Foi também no início dos anos 80 que a OMS começou a utilizar o conceito de saúde sexual, transpondo o tradicional conceito de saúde para a área da vivência da sexualidade (VILAR,1986). Na construção deste conceito, a pandemia do VIH/SIDA teve um papel importante, uma vez que houve necessidade de equacionar a saúde reprodutiva não apenas centrado na saúde materna, mas também nas questões da saúde sexual, com ênfase particular na prevenção do VIH/SIDA e nos comportamentos sexuais de risco. O combate à infeção pelo VIH/SIDA foi assumido como um objetivo prioritário, implementando-se inúmeras campanhas de prevenção da infeção e promoção do uso do preservativo. Esta nova abordagem permitiu a definição de políticas públicas de saúde focadas na diversidade de comportamentos sexuais, o que representa um avanço significativo nas questões da sexualidade. Os comportamentos sexuais passaram a ser considerados uma questão de urgência social e epidemiológica, como um fator que pode influenciar diretamente a saúde

dos indivíduos e determinar as políticas de saúde pública (FERREIRA e CABRAL, 2010).

A década de 1980 centra-se, sobretudo, na generalização do acesso à contraceção, nos debates sobre a sexualidade juvenil e das políticas de educação sexual, tendo como dinamizadores o parlamento e as organizações não-governamentais que se posicionam de forma mais liberal ou mais conservadora sobre as políticas relacionadas com a sexualidade juvenil (VILAR, 2009).

Nos finais da década de 1990, deu-se a fase de institucionalização com a convergência de três processos: a organização do Serviço Nacional de Saúde (SNS), os debates parlamentares sobre PF, educação sexual e aborto e o debate promovido pela APF sobre o acesso dos jovens à contraceção (VILAR, 2009). Dois acontecimentos a nível internacional tiveram reflexos significativos na evolução das políticas de SSR neste período, a aprovação da Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos pela IPPF e a consagração dos direitos reprodutivos com delineamento de políticas de saúde a nível mundial, resultado da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994 e, posteriormente, em 1995, a Conferência Internacional Sobre a Mulher, realizada em Pequim (ONU, 1995; VIOTTI, 2005). A Conferência do Cairo foi um dos marcos mais significativos na redefinição de políticas de SSR, ao denunciar práticas coercivas e ao iniciar a discussões sobre temas polémicos, como o aborto clandestino e ao considerar a relação entre população e desenvolvimento. Observou-se, desde então, uma mudança na abordagem nos temas da demografia, com as perspetivas de controlo populacional a perder força em favor do PF, pautado pelos direitos reprodutivos, como uma das ferramentas fundamentais de promoção da SSR, suportados por políticas sociais e económicas para reforçar os direitos das mulheres (SANTOS *et al*, 2011). Desde então reconhecesse à mulher o direito de regular a sua própria fecundidade, direito que deve ser garantido por programas e políticas de PF, destacam-se as condições que os serviços de saúde devem garantir, para que as mulheres possam ter uma gravidez vigiada e um parto seguro. Estes direitos são reafirmados na Conferência de Pequim, salientando-se que a falta de atenção aos direitos reprodutivos limita as oportunidades da mulher na vida pública e privada, bem como o acesso à educação e ao exercício de outros direitos sociais e políticos (VIOTTI, 2005; PIMENTEL *et al.,* 2016).

O Programa de Ação do Cairo, apontou ainda para a necessidade de se abordar a SSR dos jovens de uma forma integral, centrada na pessoa e no respeito pelo outro, com o objetivo de reduzir a gravidez adolescente e os comportamentos de riscos associados às infeções sexualmente transmissíveis (ISTs) e de promover a igualdade de género na definição de políticas de SSR.

Foi no decurso destas conferências internacionais que o conceito de saúde reprodutiva foi ampliado e redefinido como sendo:

> *“ um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidades, em tudo o que se relaciona com o*

> *sistema reprodutivo, às suas funções e processos"*(WHO, 2009; IPPF, 2009).

Desta forma, a saúde reprodutiva constitui-se como parte integrante do conceito universal de saúde da OMS, e implícito na sua definição está o direito dos indivíduos à informação, o acesso aos métodos contracetivos e ao PF eficazes, seguros e financeiramente compatíveis com a sua situação económica. Assim como o acesso a serviços e cuidados de saúde apropriados que capacitem as mulheres para a gravidez e o parto e que proporcionem aos casais as melhores oportunidades de terem filhos saudáveis.

O conceito de saúde sexual surge mais tarde como resultado de um Convénio Internacional de Saúde Sexual, promovido pela OMS em 2002. A saúde sexual passa a ser definida como "um estado de completo bem-estar físico, emocional, mental e social associado à sexualidade e não só a ausência de doença ou enfermidade" (WHO, 2006). Esta definição mais abrangente e positiva, reforça a noção que a saúde sexual deve pressupor, a existência de

> "*experiências prazerosas e sexo seguro, livre de coerção, discriminação e violência. Para se alcançar e manter a saúde sexual, os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e satisfeitos*" (WHO, 2006).

Nesta perpectiva podemos considerar que o conceito de saúde sexual é parte integrante do conceito de saúde reprodutiva, que visa potenciar a vida, as relações pessoais e o bem-estar geral, dado que, nas sociedades contemporâneas, a sexualidade não está limitada apenas à reprodução (WHO, 2011). Os conceitos de SSR tornam-se mais abrangentes, ultrapassando a dimensão médica e preventiva a que tradicionalmente as questões de saúde aparecem associadas. Passam a considerar os comportamentos individuais, as relações de intimidade, a proteção da saúde física e mental, os direitos individuais e sociais e o direito à informação e acesso aos serviços e cuidados de saúde (VILAR, 2009).

Beneficiando da conjuntura internacional, no final dos anos 90 é aprovada em Portugal a Lei nº 120/99, de 11 de agosto, regulamentada pelo Decreto-lei nº 259/2000, de 17 de outubro, integrando já o novo conceito de SSR, que veio reforçar as garantias do direito dos indivíduos à saúde reprodutiva, abordando temas como a promoção da educação sexual e a saúde reprodutiva, a prevenção de ISTs, métodos contracetivos, PF e interrupção voluntária da gravidez (IVG). A Lei nº 12/2001 de 29 de maio, vem regulamentar a distribuição gratuita de contracetivos, incluindo a contraceção de emergência, em todas as unidades de saúde da rede de cuidados de saúde primários e hospitalares.

Entre 2000 e 2002, assiste-se ao desenvolvimento da educação sexual nas escolas (Decreto-lei nº 259/2000, de 17 de outubro). Este decreto-lei veio contemplar a implementação de programas de promoção da educação sexual na escola, adequados aos diferentes grupos etários, com envolvimento da comunidade educativa, serviços de saúde da área, associações de estudantes e de pais/encarregados de educação. Preconiza,

ainda, a prevenção das ISTs, considerando a importância da utilização do preservativo na prevenção das mesmas e a disponibilização do preservativo a todos os estabelecimentos de ensino secundário e superior. Prevê também o acesso dos jovens a consultas de PF, nos centros de saúde ou a nível hospitalar, mesmo que fora da área de residência, bem como a criação de consultas de PF integradas nos serviços de saúde, nos estabelecimentos de ensino superior, com o objetivo de aconselhar e dar apoio técnico na utilização dos métodos contracetivos.

No âmbito da educação sexual, seguiram-se outros os marcos legislativos importantes, como foi a publicação do despacho nº 19737/2005, de 13 de setembro, que determinou a criação de uma comissão independente - Grupo de Trabalho em Educação Sexual GTES – para avaliar os conteúdos dos programas de educação sexual e propor os parâmetros gerais de educação sexual em meio escolar, numa perspetiva de promoção da saúde dos jovens. No seu relatório final, apresentado em 2007, este grupo de trabalho recomendou que a abordagem da saúde sexual considerasse o entendimento da sexualidade como uma das componentes da pessoa, no contexto de um projeto de vida que englobasse valores e uma dimensão ética, a compreensão dos aspetos relacionados com as principais ISTs, a maternidade na adolescência, a IVG e o uso de métodos contracetivos, em particular o preservativo para a prevenção da gravidez e das ISTs (RAMIRO *et al.,* 2011). Porém, só com a Lei nº 60/2009, de 6 de agosto, a educação sexual nas escolas foi tornada obrigatória, ao estabelecer o regime da educação sexual em meio escolar, em todos os níveis de ensino, com exceção do ensino pré-escolar. A Portaria nº 196-A/2010, de 4 de abril, procede à sua regulamentação, estabelecendo a obrigatoriedade de educação sexual em todas as instituições de ensino básico e secundário, público e privado, a nível nacional, numa aceção verdadeiramente democrática (MATOS *et al*., 2014). A lei prevê, ainda, que a educação sexual tenha o acompanhamento de profissionais de saúde e a possibilidade de serem estabelecidas parceria com entidades credenciadas na área da educação para a saúde e educação sexual para o desenvolvimento de projetos específicos, através das unidades de saúde pública locais. Apesar do quadro legislativo atual, as dificuldades na implementação da educação sexual nas escolas mantêm-se. O último relatório sobre comportamentos sexuais de risco em adolescentes portugueses, revelou que a educação sexual formal se reduziu à lecionação dos conteúdos que fazem parte das disciplinas escolares, não havendo oportunidade para os alunos desenvolverem competências psicossociais, que estão na base dos comportamentos sexuais saudáveis (Ramiro *et al*., 2019).

Mais recentemente, realidades emergentes como, por exemplo, a democratização do uso da internet e as redes sociais, levantam novos desafios e preocupações nesta área. As novas tecnologias de informação criam um ambiente extremamente apelativo e com novas oportunidades de vivência da sexualidade, mas também com novos riscos que devem ser antecipados.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de políticas de SSR em Portugal foi marcado, na segunda metade do século XX, por algum sucesso, e foi acompanhando os intensos debates morais e políticos, nomeadamente a promoção da contraceção e PF nas décadas de 60 e 70, a legislação sobre sexualidade juvenil e o acesso dos jovens às consultas de PF, nos anos 80 e seguintes, a formalização da contraceção de emergência e o aborto legal e seguro, que percorre todo este período e, mais recentemente, a implementação da educação sexual nas escolas. È incontornável que todo o quadro legislativo que surgiu nas décadas de 1980/90 foi de extrema importância para o desenvolvimento das políticas de SSR em Portugal, permitindo que, no início deste século, estivessem reunidas as condições para uma efetiva aplicação das orientações constantes da legislação. Diversas questões de SSR, como a sexualidade juvenil, a educação sexual, o acesso à contraceção e a IVG, foram alvo de novos enquadramentos legais e novas políticas no contexto da educação, juventude e saúde, e foi neste confronto ideológico e político que se foram produzindo e implementando as políticas de SSR. Os resultados alcançados nestas quatro décadas são claramente positivos, pelos direitos alcançados, pelos ganhos de saúde, autonomia e de empoderamento das mulheres, sobretudo através do acesso à contraceção e às consultas de PF como instrumento de controlo da fecundidade e por inerência pelo controlo do próprio percurso de vida (VILAR, 2009).

É incontestável que, nos últimos anos, Portugal registou melhorias significativas dos indicadores relativos à SSR, nomeadamente: i) na utilização dos métodos contracetivos, incluindo dos métodos menos dependentes, ou não dependentes da utilizadora (ÁGUAS; BOMBAS e SILVA, 2016), iii) na diminuição progressiva do número de interrupções de gravidez por opção da mulher (DGS, 2016), e iv) na diminuição de complicações maternas por aborto inseguro (DGS, 2015). Contudo, as modificações sociais que se têm registado nos últimos anos, a par das dificuldades económicas e da necessidade de contenção das despesas no SNS, colocam desafios acrescidos que devem ser equacionados de forma a não comprometer os ganhos em saúde já alcançados (DGS, 2010). São as leis e políticas em vigor que protegem os indivíduos mais vulneráveis, garantindo o direito à informação e serviços de saúde, e que são capazes de garantir cuidados e serviços de saúde de qualidade, acessíveis, de uma forma equitativa a todos os cidadãos (WHO, 2011). Pelo exposto, é nosso entendimento que a evolução das políticas de SSR só será possível se existir a crença fundamental na sociedade de que a SSR é parte integrante da saúde e bem-estar, um direito fundamental de todos os indivíduos ao longo do ciclo de vida e uma garantia para a autonomia e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ÁGUAS, F., BOMBAS, T., SILVA, D. Avaliação das práticas contracetivas das mulheres em Portugal. **Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa**, v.10, nº3 p.1-9, 2016.

CORRÊA, S., ALVES, J. E. D., JANNUZZI, P.M**. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: Marco teórico conceitual e sistema de indicadores. Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, 2006.

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE (DGS). Divisão de Saúde Sexual Reprodutiva Infantil e Juvenil. **Relatório dos registos das interrupções da gravidez dados de 2015**. Lisboa: DGS, 2016, p.28.

FERREIRA, P. M., CABRAL, M.V. **Sexualidades em Portugal: Comportamentos de risco**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2010.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (FNUAPA). **Situação da população mundial 2005: A promessa de igualdade: equidade em matéria de género, saúde reprodutiva e objetivos de desenvolvimento do milénio**. FNUAPA, 2005. Disponível em http://www.unric.org/pt/actualidade/6259. Acesso em 24 abril 2017.

GOMES, B. Para a história do planeamento familiar. **Revista da Associação para o Planeamento Familiar***, v. 37*, p. 2-5, 1988.

HARTL, J. *1960:* ***Primeira pílula anticoncecional chega ao Mercado***. 2018. Disponível em https://p.dw.com/p/2Z0qhttps Acesso em 04 maio 2019.

INTERNATIONAL PLANNED PARENTHOOD FEDERATION (IPPF). **Reproductive Health**. UK: IPPF 2009 Disponível em: https://www.ippf.org/en/Resources/Glossary.htm?g=R. Acesso: 04 abril 2021.

MANUEL, H.I. **Conhecimentos, atitudes e práticas sobre planeamento familiar de mulheres timorenses residentes em Portugal**. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007.

MATOS, M. G. SIMÕES, C., CAMACHO, I., REIS, M., EQUIPA AVENTURA SOCIAL. **A saúde dos adolescentes portugueses em tempos de recessão, dados nacionais 2014***.*

RAMIRO, L., REIS, M., MATOS, M.G. **Comportamentos sexuais de risco nos adolescentes: resultados do estudo HBSC 2018**. Lisboa: Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais /IHMT/UNL, FMH/ Universidade de Lisboa, 2019, p 149-158. Disponível em: Comportamentos_sexuais_HBSC.pdf (ul.pt). Acesso em: 04 de março de 2021.

MATOS, M. G., REIS, M., RAMIRO, L., PAIS-RIBEIRO, J.L., Leal, I. Educação sexual em Portugal: Legislação e avaliação da implementação nas escolas. ***Psicologia, Saúde & Doenças,*** v. 15, nº2, p.335-355, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **IV Conferência mundial sobre a mulher. Plataforma de Ação**. Pequim: ONU, 1995.

PIMENTEL, M.H., PRETO, L., ALVES, M.J., Monteiro, A.M. Comportamento sexual e estudantes do ensino superior**. Psicologia, Saúde & Doenças**, v.17 nº3, p.352-367, 2016.

PORTUGAL. *Decreto-Lei nº 259/2000*, de 17 de outubro. Regulamenta a Lei n.º 120/99, de 11 de agosto (**reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva), fixando condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens a cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento famili**ar. Diário da República, 240. Série I-A.

PORTUGAL. Despacho nº 19737/2005, de 13 de setembro. Cria um grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Educação com o objetivo de estudar e propor os parâmetros gerais dos programas de educação sexual em meio escolar, na perspetiva da promoção da saúde escolar. Diário da República, 176. Série 2.

PORTUGAL. Lei n.º 3/84, de 24 de março. **Estabelece o direito à educação sexual e define as formas de acesso ao planeamento familiar**. Diário da República, 71. Série I.

PORTUGAL. Lei nº /84, de 11 de maio. **Exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez.** Diário da República, 109. Série

PORTUGAL. *Lei nº 12/2001*, de 29 de maio. **Contraceção de emergência**. Diário da República, 124. Série I-A.

PORTUGAL. *Lei nº 4/84*, de 5 de abril. **Proteção da maternidade e paternidade**. Diário da República, 81. Série I.

PORTUGAL. Lei nº 60/2009, de 6 de agosto. **Estabelece o regime da aplicação da educação sexual em meio escolar.** Diário da República, 151. Série I.

PORTUGAL. Portaria nº 196-A/2010, de 4 de abril. Regulamenta a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, que **estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar**.

PORTUGAL. *Portaria nº 52/85*, de 26 de janeiro. **Regulamento das consultas de planeamento familiar e centros de atendimento para joven**s. Diário da República, 22. Série I.

RAMIRO, L., REIS, M., GASPAR, M.G., DINIZ, J, SIMÕES, C. Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 29, nº1, p.11-21, 2011.

SANTOS, A. E., LEÃO, F. M., ARAÚJO, L. S., & FERREIRA, L.T. **Saúde sexual e reprodutiva: Direitos e desafios em um mundo multicultural**, p. 491- 517, 2011

SILVA, W. S. *Teoria populacional Malthusiana*. Centro Universitário Fundação Santo André, 2014. Disponível em : https://www.infoescola.com/geografia/teoria-populacional-malthusiana/. Acesso em: 04 abril 2021.

VILAR, D. **Contributos para a história das políticas de saúde sexual reprodutiva em Portugal**. Lisboa: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2009, p.28.

VIOTTI, M. L. R. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim,1995)**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 04 abril de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Defining Sexual Health. Report of a technical consultation on sexual Health**. Geneve: WHO, 2006. Disponível em: https://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf?ua=1 Acesso em: 04 abril 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The sexual and reproductive health of younger adolescents: Research issues in developing countries**. Geneve: WHO, 2011. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44590/1/9789241501552_eng.pdf. Acesso em 04 de abril 2021.

CAPÍTULO 8

DIVULGAÇÃO DAS CIÊNCIAS GEOLÓGICAS POR MEIO DA LINGUAGEM VISUAL: O PAPEL PEDAGÓGICO DO LIVRO DE TEXTO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 04/05/2021

Heitor Assis Júnior
Pesquisador de Pós-Doutorado
Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências
http://lattes.cnpq.br/7525993833161563
https://orcid.org/0000-0003-1625-8738

Pedro Wagner Gonçalves
Professor Livre Docente
Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências
http://lattes.cnpq.br/0287343325100831
http://orcid.org/0000-0001-6151-0926

RESUMO: A elaboração de ilustrações e registros é parte integrante do fazer científico nas últimas décadas do século XIX. Os naturalistas eram acompanhados por desenhistas ou por fotógrafos na representação das feições de interesse científico, que se tornavam objetos naturais. A representação visual se tornou parte integrante das áreas de conhecimento, tais como Geologia, Botânica, Zoologia e Antropologia. John Casper Branner elaborou a obra Geologia Elementar - publicada em duas edições (1906 e 1915) - destinada a estudantes brasileiros, e o presente trabalho visa valorizar o aspecto intrinsecamente pedagógico de suas ilustrações. A instrumentalização com elementos iconográficos, permite o estudo das Ciências e Ciências da Terra, tornando-os objetos científicos por evidenciarem influências e percepções do autor dos textos na escolha das imagens que os ilustram. No caso da Geologia Elementar, textos de artigos anteriores foram reutilizados com linguagem didática, da mesma forma, as imagens, pois o mesmo original foi utilizado em diferentes publicações ou foram, por vezes, convertidos em esquemas ou desenhos explicativos. Há um papel ilustrativo e complementar das pinturas, desenhos e fotografias para a ciência, e de fato, há uma interação desses campos de conhecimento que se retroalimentam. As representações visuais não apenas difundem os conhecimentos que os naturalistas possuíam dentro do grau de desenvolvimento das ciências de suas épocas, mas também inculcam explicações, ideologias e amplo conjunto de valores que eram considerados verdadeiros. Trata-se de uma valorização de elementos empíricos em vez de privilegiar teorias ou explicações gerais, sendo que a aprendizagem por meio do livro é uma apreensão das representações dos objetos naturais e manifestação de uma epistemologia da representação visual.

PALAVRAS-CHAVE: História das Ciências, Geologia Elementar, Educação em Geociências, Branner, J. C., Ilustrações Científicas.

DISSEMINATION OF GEOLOGICAL SCIENCES THROUGH VISUAL LANGUAGE: THE PEDAGOGICAL ROLE OF THE TEXTBOOK IN THE FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY

ABSTRACT: The elaboration of illustrations and records is an integral part of scientific practice

in the last decades of the 19th century. Naturalists were accompanied by designers or photographers to represent features of scientific interest, which became natural objects. Visual representation has become an integral part of areas of knowledge, such as Geology, Botany, Zoology and Anthropology. John Casper Branner elaborated the work Elementary Geology – published in two editions (1906 and 1915) –, aimed at Brazilian students, and the present work aims to enhance the intrinsically pedagogical aspect of his illustrations. The instrumentalization with iconographic elements allows the study of Sciences and Earth Sciences, making them scientific objects by showing influences and perceptions of the author of the texts in the choice of images that illustrate them. In the case of Elementary Geology, texts from previous articles were reused with didactic language, and in the same way, the images, since the same original was used in different publications or were sometimes converted into explanatory schemes or drawings. There is an illustrative and complementary role for paintings, drawings, and photographs for science, and in fact, there is an interaction of these fields of knowledge, which feed on each other. Visual representations not only spread the knowledge that naturalists had within the degree of development of the sciences of their times, but also instill explanations, ideologies and a wide range of values that were considered to be true. It is an appreciation of empirical elements instead of privileging theories or general explanations, and learning through the book is an apprehension of the representations of natural objects and the manifestation of an epistemology of visual representation.
KEYWORDS: History of Science, Elementary Geology. Geosciences Education, Branner, J. C., Scientific illustrations.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é tratar do livro *Geologia Elementar*, produção intelectual de John Casper Branner destinada ao ensino de Geologia para estudantes brasileiros, voltando o olhar para a construção do seu texto baseada nos seus estudos prévios do solo e das águas brasileiros, que resultaram em artigos do próprio autor e de autores contemporâneos que excursionaram em pesquisas científicas pelo Brasil no século XIX e início do século XX. Os elementos iconográficos da obra são fotos, mapas, desenhos e esquemas de autoria do próprio autor e de outros autores, tanto na edição de 1906, como na de 1915, sendo que esta última foi atualizada a partir de seus artigos e de terceiros, publicados no intervalo de tempo entre as duas edições.

A instrumentalização com elementos iconográficos como objetos científicos permite o estudo das Ciências e das Ciências da Terra e evidencia as influências e percepções do autor na escolha das imagens que ilustram seus textos. No caso da *Geologia Elementar*, textos de Branner anteriores à sua publicação foram reescritos com linguagem didática e fotografias de diferentes publicações foram reutilizadas e, por vezes, convertidas em esquemas ou desenhos explicativos.

As relações mútuas entre artistas, fotógrafos e naturalistas no desenvolvimento científico e o estudo de desenhos e pinturas botânicas, antropológicas, urbanas, rurais e paisagens naturalísticas revelam a linguagem visual como um suporte importante do fazer

científico no século XIX. Há um papel ilustrativo e complementar das pinturas, desenhos e fotografias para a ciência: de fato, há uma interação desses campos de conhecimento que se retroalimentam. As representações visuais não apenas difundem os conhecimentos que os naturalistas possuíam dentro do grau de desenvolvimento das ciências de suas épocas, bem como inculcam explicações, ideologias e amplo conjunto de valores que eram considerados verdadeiros.

A trajetória de Branner revela um esforço de construir uma carreira científica vinculada ao intercâmbio entre diversos círculos científicos, uma espécie de rede que articulou profissionais de distintas universidades e membros do *staff* governamental envolvidos na criação dos serviços geológicos (como o Serviço Geológico de Arkansas, a Comissão Geológica do Império e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo).[1]

A evidência dessas ligações está refletida na sua produção científica cujo foco é uma combinação de estudos geológicos e biológicos. Branner também voltou seu olhar para os processos ligados aos mecanismos de diversificação das espécies e tomou posição favorável às explicações de Charles Darwin, em momentos de grandes polêmicas no que se refere às ideias deste naturalista, contidas em sua obra de 1959, *A Origem das Espécies*.

CONSTRUÇÃO DE UMA OBRA DIDÁTICA

A presença de Branner na Comissão Geológica do Império (CGI, 1875-1877) influenciou suas publicações posteriores. Um bom exemplo é a formação geológica resultante da ação erosiva das águas do mar, conhecida como Portão (*Figuras 1 e 2*), localizada na Ilha de Fernando de Noronha e visitada por Branner pela primeira vez em 1875, que resultou na sua publicação de 1889 sobre a geologia de Fernando de Noronha (BRANNER, 1889), que foi posteriormente utilizada em sua obra didática, *Geologia Elementar* (BRANNER, 1915).

1 Embora durante esta pesquisa não tenham sido encontradas evidências da participação direta de Branner na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, diversas publicações dela resultantes foram utilizadas como fontes durante as atualizações feitas para a publicação da segunda edição de *Geologia Elementar* de 1915. Esse fato demonstra o interesse do geólogo pelos trabalhos da Comissão, mesmo depois de 1904, quando Orville Derby deixou de ser seu diretor.

Figura 1 - Portão da Ilha de Fernando de Noronha (BRANNER, 1889, p. 158).

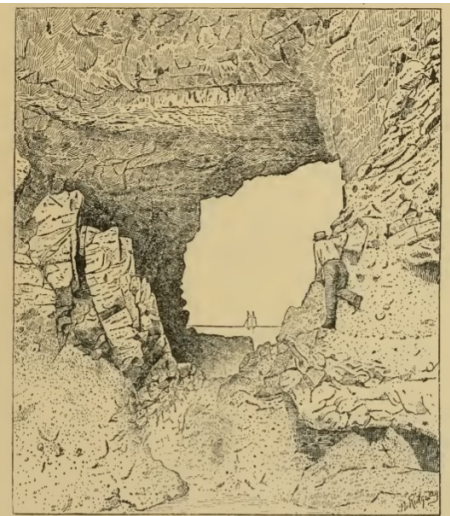



Figura 2 - O portão, abertura cortada pelas vagas a sudoeste de Fernando de Noronha (BRANNER, 1915, p. 77].

Deve-se observar que a imagem de seu artigo foi posteriormente utilizada para ilustrar sua obra didática nas duas edições, de 1906 e 1915. O artigo sobre o arquipélago de Fernando de Noronha, de 1889, traz a explicação sobre a origem do Portão a partir de camadas de tufos, isto é, de rochas piroclásticas de baixa densidade originadas a partir de detritos vulcânicos:

> Os fragmentos individuais nos quais se rompe com a desintegração raramente têm mais de dois centímetros de diâmetro, e a superfície desgastada das camadas tem uma aparência irregular e áspera. As camadas são estratificadas regularmente, o material marrom escuro sendo listrado com faixas mais claras e mais escuras. Eles mergulham para sudoeste e sudeste em um ângulo de quase 45°, a abertura sendo cortada em uma espécie de sinclinal cujo eixo desce para o sul. Sobrejacente ao tufo, encontra-se um leito de rocha dura contendo muitos cristais retangulares, cujos espécimes infelizmente não foram preservados. Essa rocha dura, mas muito articulada, preenche a pequena depressão, ou sinclina, no tufo e forma um teto quase horizontal para esse túnel natural... As paredes de pedra do Portão de uma face para a outra têm pouco menos de trinta metros de espessura; o telhado está a cerca de dezoito metros acima da água, na maré média, e a abertura tem cerca de quarenta pés de largura[2] (BRANNER, 1889, p.158).

Na Geologia Elementar aparece a explicação didática no capítulo intitulado “Formas das costas produzidas pelas vagas”, facilitando a compreensão, uma vez que a obra era voltada para alunos iniciantes no estudo das Ciências da Terra:

2 1 pé = 30,48 centímetros.

> A figura mostra o grande portão na extremidade nordeste da ilha de Fernando de Noronha. Neste ponto a escavação do mar formou um istmo que tem sido solapado pelas vagas escavando as rochas mais moles de baixo e deixando um arco bem firme de rochas duras. (BRANNER, 1915, p.76 e 77].

Vale assinalar a figura humana que observa através da abertura, que além de servir de escala, dando ideia das dimensões do Portão, sugere que se olhe em direção ao horizonte traçado por uma linha, cuja distância é sugerida pelo pequeno tamanho da embarcação ao fundo. Em primeiro plano as rochas ígneas com os "muitos cristais retangulares" característicos da ilha de Fernando de Noronha, parte de um arquipélago de origem vulcânica.

No mapa do arquipélago de Fernando de Noronha (*Figura 3*), a formação Portão aparece indicada na parte inferior e também aparecem, em escuro, os arenitos mais recentes resultantes de processos de litificação.

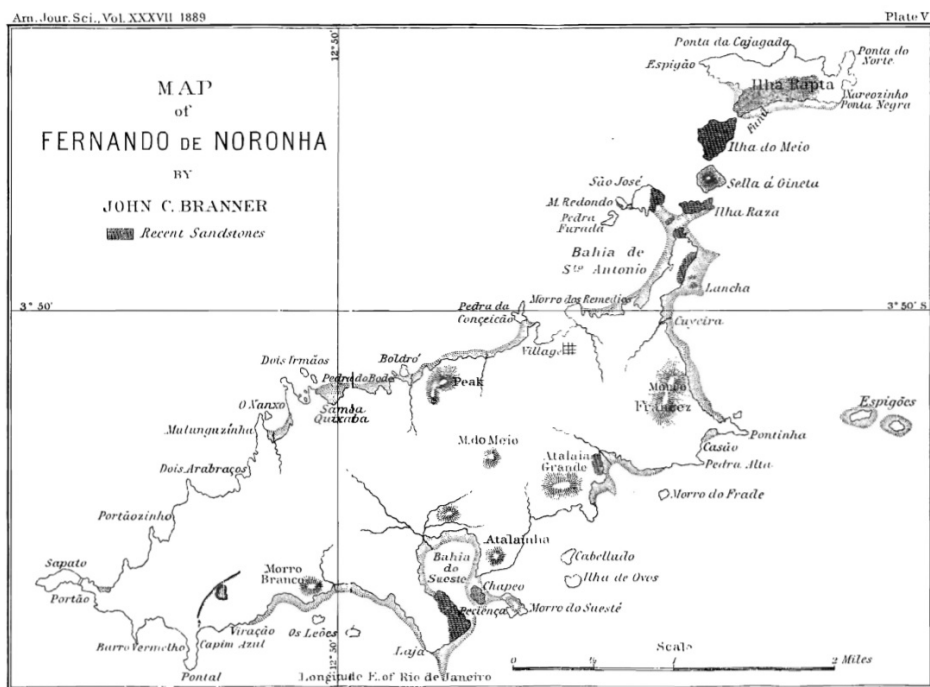



Figura 3 - Mapa com a localização do Portão em Fernando de Noronha no canto esquerdo inferior do mapa (BRANNER, 1889, p. 162).

Este mapa não aparece na *Geologia Elementar,* no entanto, sugere a preocupação do geólogo com o tempo necessário para a formação dos "arenitos recentes", posteriores aos processos ígneos que deram origem ao arquipélago e à ilha de Fernando de Noronha. Neste caso, a escala em milhas sugere as dimensões locais, assim como a localização do

arquipélago dada pelas coordenadas geográficas.

Outras formações decorrentes da ação erosiva das águas sobre as rochas costeiras foram documentadas por Branner, inclusive, utilizando fotografias como base para esquemas, sendo que em seu artigo de 1904 sobre os recifes de areia (BRANNER, 1904), elas aparecem num anexo ao final. Dentre as fotografias se incluem algumas de Marc Ferrez, porém, sem a referência devida ao fotógrafo autor e que foi companheiro de Branner durante a Comissão Geológica do Império (1875-1877).

Neste caso, os corais aparecem como agentes geológicos, como é o caso da *Figura* 4, que localiza os recifes de coral margeando os recifes de pedra e mostra que estes podem ficar expostos durante a maré baixa, mas ficam submersos durante a preamar ou maré alta. No caso dos corais, mesmo na maré baixa, ficam submersos para poderem respirar e filtrar o plâncton que lhes serve de alimento.

Duas linhas indicam os dois níveis da maré, e as duas imagens sugerem a passagem do tempo, pois na segunda, à esquerda, a parte superior do recife de pedra se rompeu após a erosão de sua parte inferior, menos resistente, a mesma ação erosiva que havia ocorrido na formação portão de Fernando de Noronha. É possível notar o recife de coral no lado voltado para o mar.

Figura 4 - Estrutura dos recifes de pedra do Rio Formoso, Pernambuco, Natal, Santa Cruz etc. (Branner, 1915, p. 218).

Esta imagem utilizada para ilustrar a edição de 1915 havia sido utilizada, de forma mais pormenorizada em sua publicação sobre os recifes de pedra (BRANNER, 1904). Observar como a *Figura 5* foi simplificada em Geologia Elementar (1915) e resultou na *Figura 4.*

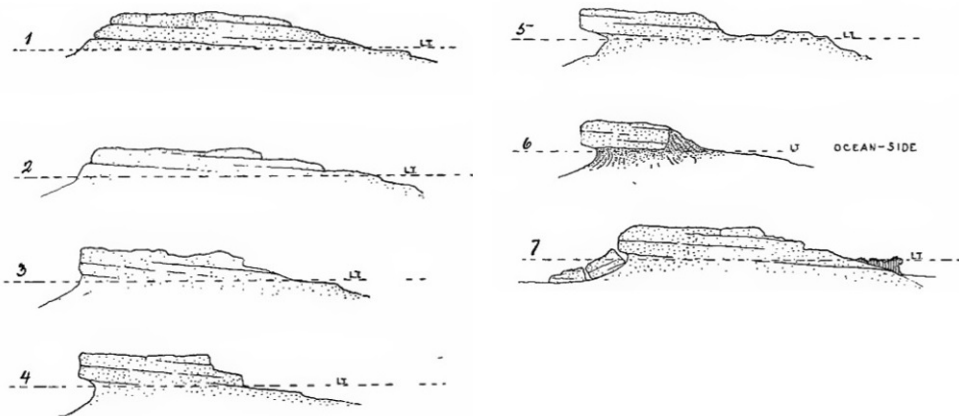



Figura 5 - Seções através do recife de arenito do Rio Formoso (BRANNER, 1904, p. 86).

Observar na *Figura 6* (uma continuação dos processos mostrados na *Figura 5*), como cresceu a formação coralínea na parte voltada para o oceano e, como a parte desabada no lado oposto, se apresenta mais desgastada do que a mostrada na seção 7 da *Figura 5*. Assim, o autor sugere a dinâmica terrestre em seus processos de formação e destruição por meio de agentes físicos e biológicos. As porções mais escuras são corais.

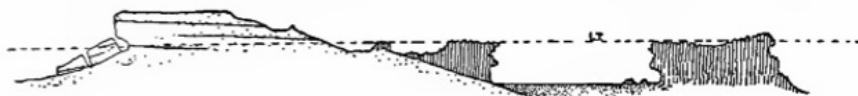



Figura 6 - Recifes de pedra e de corais do outro lado do Rio Formoso (BRANNER, 1904, p. 87).

Observar, na *Figura 7*, o recife do coral voltado para o oceano e o de areia voltado para o continente. Além dos recifes, também foram representados os mangues, os arbustos e as casas.

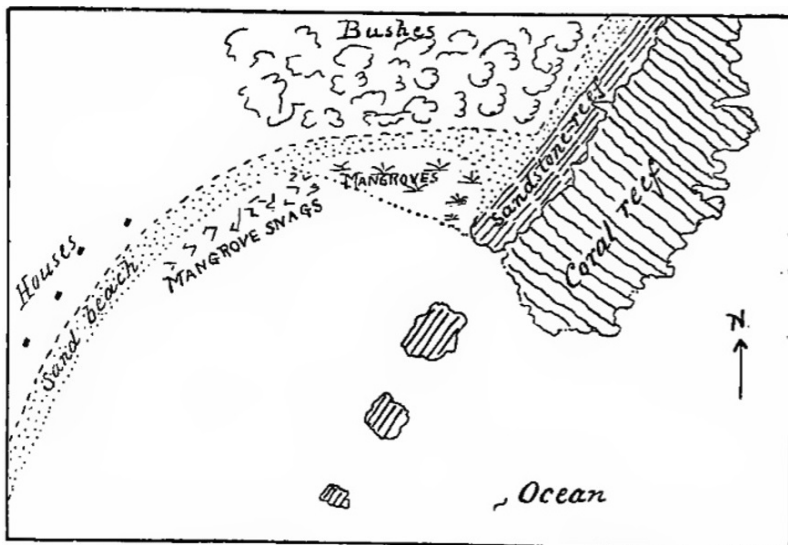



Figura 7 - Esboço do mapa do extremo sudoeste do recife de pedra em Paripueira, Alagoas (BRANNER, 1904, p. 90).

Enquanto os corais ficam voltados para o oceano, no lado do recife de areia voltado para o continente, existem arenitos de origem orgânica cimentados por vermes (*Figura 8*) e que Branner afirma só ter visto nos recifes ao sul de Cunhaú em Natal, RN. Assim sendo, os vermes, além dos corais, também atuam como agentes geológicos construtores.

> As rochas do extremo sul do recife interno são cobertas com grandes quantidades de arenito de origem orgânica - um tipo de rocha que vi apenas nesta costa norte do Brasil. Essas rochas são formadas por vermes que cimentam grãos de areia em massas semelhantes a rochas de arenito. Eles parecem sempre ser construídos sobre bases de rocha dura. O material não é duro onde é encontrado nas praias, mas pode ser facilmente escavado com a ponta de um martelo geológico. Excelentes exemplos cobrem grande parte da praia ao norte da Bahia Formosa, onde foram tiradas as vistas reproduzidas nas pranchas. Os exemplos mencionados como tendo sido observados no extremo sul do recife de Cunhaú são os únicos vistos em um recife de pedra (BRANNER, 1904, p. 44-45).

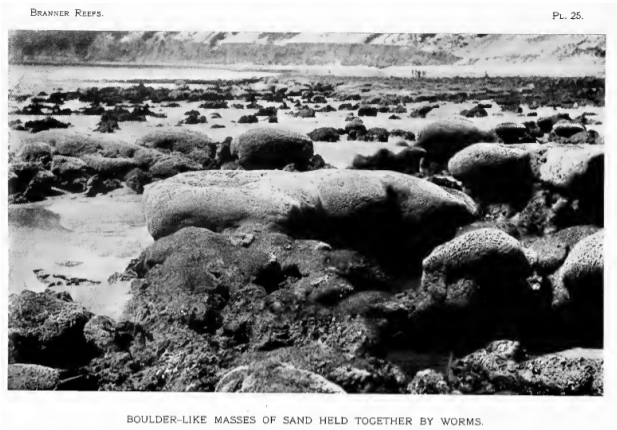



Figura 8 - Massas de areia semelhantes a pedregulhos, mantidas juntas por vermes (BRANNER, 1904, PL 25).

A *Figura 9* exibe uma fotografia, obtida por Marc Ferrez, de corais do gênero *Siderastraea* carcomidos por ouriços num recife de Candeias em Pernambuco. É interessante notar que Branner utiliza esta imagem em duas obras, a primeira sobre os recifes de pedra de 1904 (*Figura 10*) e na *Geologia Elementar* (*Figura 11*), porém, identificando a rocha carcomida como sendo riolito.

Figura 9 - *Siderastraea* carcomida por ouriços. Recife de Candeias, Pernambuco[3] (Marc Ferrez).

Branner utilizou a imagem de Ferrez em duas de suas obras (*Figuras 10* e *11*), no entanto, os ouriços cavam rochas ígneas e não o coral *Siderastraea*, como aparece na foto

3 Fonte: http://www.getty.edu/art/collection/objects/234784/marc-ferrez-siderastraea-arcomida-pelor-ouircos-recife-de--candeiras-pernambucos-brazilian-1875-1876/. Acesso em: 04 maio 2021.

de Marc Ferrez da *Figura 9*.

Figura 10: Rocha do recife de Pernambuco (BRANNER, 1904, PL 50].

Figura 11: Rocha dura (riolito compacto) cavada por ouriços do mar. Ilha de Santo Aleixo, na costa de Pernambuco (BRANNER, 1915, p. 176).

Na foto de Marc Ferrez, 1875-6, a inscrição afirma tratar-se de coral carcomido por ouriços do mar no recife de Candeias. Já no esquema derivado da foto de Geologia Elementar (1915), a legenda afirma tratar-se de riolito na Ilha de Santo Aleixo (a distância entre as duas localidades passa de 60 quilômetros).

Branner observa os fatos geológicos influenciando os seres vivos, da mesma forma que Darwin o fez nas suas *teorias da formação de recifes de coral*:

> A maior área de recifes de coral do mundo é atualmente a da parte tropical do Oceano Pacífico desde cerca de 128º oeste até a costa oriental da África. Os recifes daquela região, mais especialmente aqueles entre 128° oeste e 130° leste, foram os primeiros que despertaram a atenção dos geólogos pelos estudos de Darwin, naturalista inglês, e depois pelos trabalhos de Dana, geólogo norte-americano (BRANNER, 1915, p. 196).

A Geologia Elementar trata das condições para a formação dos recifes de corais:

> I. Uma temperatura de 21 a 21,6 graus centígrados (atualmente Celsius). Assim é claro que recifes de coral só podem medrar, nos oceanos tropicais.
>
> II. Uma profundidade de 46 metros mais ou menos; a profundidade mais favorável é de 15 metros e menos (...). Este fato é também de importância no estudo da história dos movimentos verticais da crosta da terra. Evidentemente é impossível para um recife de coral ter uma espessura maior do que quarenta e seis metros, a menos que os recifes se afundassem enquanto os corais crescem para cima.
>
> III. Água salgada clara (...) explica a ausência de recifes em alguns mares rasos e quentes onde as outras condições são aliás favoráveis. O grande volume d'água doce derramado no oceano pelo rio São Francisco e a água doce lamacenta despejada pelo rio Amazonas explicam a ausência de recifes de coral ao longo da costa nas proximidades das bocas daqueles rios.
>
> IV. Uma mudança constante d'agua, pela necessidade de cal e oxigênio

> (BRANNER, 1915: 191-192).

Notar que Branner dá esta explicação sobre a formação dos recifes de corais com base nos três princípios básicos da *Teoria da Seleção Natural* de Darwin:

a) Variabilidade

b) Seleção Natural pelo meio ambiente.

c) Adaptações

Assim sendo, os corais não crescem mesmo em águas límpidas próximas da foz de um grande rio, pois sendo água doce, altera muito a salinidade da água do mar tornando-a imprópria para o desenvolvimento dos corais. Por outro lado, se a água for barrenta, pode diminuir a luminosidade necessária ao desenvolvimento do plâncton que serve de alimento aos corais, assim sendo, tais organismos corais crescem após as barreiras formadas pelos recifes de arenito, onde as condições ambientais lhes são favoráveis.

Por outro lado, os vermes podem crescer na parte dos recifes de arenito voltada para o continente, podendo alimentar-se filtrando os restos dos lodos formados próximos à foz de um rio, assim como das partículas alimentares trazidas por este. Assim sendo, devido às suas diversidades, corais e vermes, são selecionadas pelo meio ambiente e vivem nas respectivas regiões às quais são adaptados e, portanto, conseguem alimento, espaço e condições adequadas para procriação, perpetuação e construção geológica ao longo do tempo. Evidências de seu passado geológico - por meio de fósseis, marcas no substrato em que viveram e construções - deixam sinais de sua existência e revelam evidências da dinâmica da crosta terrestre no tempo presente.

Branner apoiou a Teoria de Subsidência proposta por Charles Darwin para explicar o surgimento dos atóis:

> Darwin, depois de seus estudos, propôs a teoria de subsidência para explicação das formas peculiares e características dos recifes de coral. De acordo com esta teoria, a maioria dos recifes de coral se originou como recifes em franja nas ilhas da costa, e pela depressão lenta da região e pelo crescimento dos corais que originam recifes de barreira e ainda depois circulares (BRANNER, 1915, p. 196).

Assim sendo, a formação dos atóis de recifes coralíneos ocorre em 3 estágios (*Figura 12*):

1) O recife surge em franja próximo à praia de uma ilha;

2) Surgimento vagaroso de uma depressão e o crescimento dos corais sobre a parte já existente origina um recife de barreira (*Figura 13*, fotografia voltada para o sul e tirada durante a maré baixa);

3) Com o aumento da depressão a ilha fica abaixo do nível do mar, e os corais crescem em volta da ilha, formando o recife circular, que recebe o nome de nome de atol.

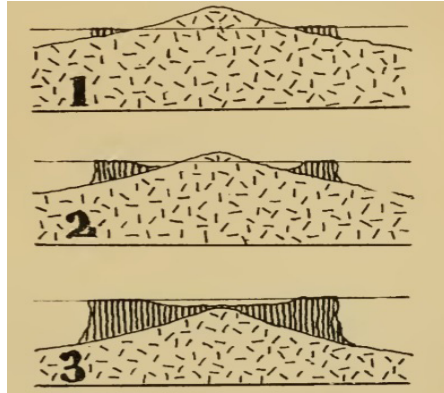



Figura 12 - Subsidência originando um atol (BRANNER, 1915, p. 197).

Figura 13 - Recife de Barreira na costa da ilha de Itaparica, Bahia (BRANNER, 1915, p. 192).

A teoria da subsidência dos recifes de corais se apoia em quatro evidências e relaciona-se à leitura de trabalhos de Darwin:

1) A intergraduação das formas de recife em estágios sucessivos de formação, de franja a circular (atol) (*Figuras 12* e *13*);

2) A subsidência efetiva de algumas ilhas de corais, hoje mortos, existentes em áreas não mais encobertas pela maré;

3) Esqueletos calcários de corais mortos têm sido encontrados em profundidades de até 300 metros, como decorrência da depressão lenta sofrida pela região; "um afundamento súbito, de mais de quarenta e seis metros, levaria os pólipos a uma profundidade na qual eles não poderiam viver, e o recife cessaria de crescer" (BRANNER, 1915, p. 197);

4) "A elevação de certos recifes os tem colocado a algumas centenas de metros fora d'água" (BRANNER, 1915, p. 197).

Branner cita o texto *Geological Observations* de Darwin na "marcha das mudanças do nível", como variando enormemente em diferentes regiões da Terra como no ano de 1871, quando:

> recifes de corais foram elevados tão subitamente na ilha de São Thomaz, Antilhas, que os pólipos morreram sobre a praia posta em seco. Darwin diz que um baixio rochoso próximo à Ilha de Santa Maria na costa do Chile, perto de Concepcion, foi levantado tão subitamente em 1834 que os mexilhões morreram onde estavam presos à rocha (BRANNER, 1915, p. 169).

Outro tipo diferente de recife é conhecido como recife lixa e constitui, segundo Branner, "alguns dos maiores recifes (...) são manchas irregulares nos mares rasos e parecem não ter relações definidas com as costas circunvizinhas. Assim é o grande recife da Lixa (*Figuras 14* e *15*) ao largo da costa sul da Bahia nas vizinhanças de Caravelas" (BRANNER, 1915, p. 195).

Figura 14 - Recife de coral lixa perto do extremo norte (BRANNER, 1904, PL 82b).

Figura 15 - Recife da Lixa em maré baixa na costa sul da Bahia (BRANNER, 1915, p. 194).

Em sua obra sobre os Recifes de Pedra de 1904, Branner descreve os Recifes de Coral Lixa ao largo de Caravelas:

> "Grupo mais extenso de recifes de coral do litoral brasileiro. Eles têm um comprimento total de cerca de trinta e três quilômetros e uma largura máxima de cerca de vinte quilômetros. Eu os visitei apenas uma vez - em setembro de 1899 -, mas atravessei quase todo o seu comprimento e largura em um barco de baleia que me permitia passar livremente pelas partes mais rasas dos canais. No entanto, não vi a extremidade leste extrema dos recifes, onde eles recebem as ondas mais pesadas. A parte mais alta dos recifes do Parcel das Paredes fica no extremo norte e é conhecida como Recife da Lixa, ou Recife de Tubarões, devido ao grande número de certos tipos de tubarões nessa parte. Mas todo esse grupo, de um extremo ao outro, e sem exceção, é completamente coberto pela água na maré alta. Veremos que esses recifes estão muito longe da costa. Para passar um segundo dia com eles, era necessário ancorar nosso barco e permanecer ali durante a noite. Quando a maré estava alta, exceto que o mar não estava muito agitado, para todas as aparências poderíamos estar ancorados no meio do oceano" (BRANNER,

1904, p. 251 e 252].

Percebe-se mais uma vez, como Branner (1904) utilizou seu artigo sobre os recifes de pedra para atualizar sua versão de 1915 da *Geologia Elementar*, pois a descrição anterior poderia ter sido ilustrada com a *Figura 16*, que, no entanto, aparece somente em sua obra didática sobre a geologia do Brasil.

Figura 16 - Esboço do recife da Lixa em frente da costa de Caravellas, estado da Bahia. (BRANNER, 1915, p. 193).

Observando-se esta imagem de 1915 nota-se o barco ancorado e quase cercado pelo recife lixa e, mais uma vez os dois personagens em primeiro plano aparecem como escala e dão ideia da profundidade do local e a noção do barco estar praticamente encalhado no meio do recife durante a maré baixa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Geologia Elementar* foi escrita visando o ensino da Geologia, do Brasil em particular, embora estabeleça relações com os mesmos fenômenos encontrados em outros locais do planeta Terra.

No decorrer das pesquisas e leituras necessárias para a elaboração deste trabalho científico, notou-se que seu autor, John Casper Branner, abrandou a linguagem utilizada nos seus artigos científicos, quando tratou do mesmo assunto em seu livro com finalidade didática.

As ilustrações presentes na *Geologia Elementar*, vão de simples esboços, esquemas elementares, mapas com legendas manuscritas e fotografias. Estas últimas foram obtidas

pelo próprio autor e pelo fotógrafo profissional Marc Ferrez que, provavelmente, ensinou ou aperfeiçoou Branner nesta técnica durante o convívio na Comissão Geológica do Império. Um fato que merece ser relatado é que nem sempre Ferrez recebeu os créditos devidos quando suas fotografias foram utilizadas.

Entre 1874 e 1922, período de sua atuação no Brasil e de publicações de sua autoria, foram encontradas em jornais notícias de seus trabalhos geológicos para o governo imperial brasileiro - na Comissão Geológica do Império (CGI) - e para outras ocasiões, para instituições norte-americanas universitárias ou não, como suas prospecções sobre fibras vegetais úteis para confecção do filamento incandescente da lâmpada elétrica de Thomas Edson.

São dados que ressaltam a importância deste autor para o desenvolvimento da pesquisa científica e do ensino das Ciências da Terra no Brasil, pois o mesmo transitou pelo país e escreveu sobre eventos geológicos e sua história, inclusive, utilizou em sua obra didática conhecimentos sobre a história geológica da Terra, tal qual eram conhecidos antes da Deriva Continental de Alfred Wegener e da Tectônica de Placas. Trata-se, portanto, de um campo fértil para futuras pesquisas e publicações sobre o Ensino e História de Ciências da Terra.

REFERÊNCIAS

BRANNER, J. C. Geology of Fernando de Noronha; Part 1. **American Journal of Sciences**, Series 3, vol. 37, p. 145-161, 1889.

_____. **Geologia Elementar**. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1906.

______. **Geologia Elementar**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

______. The stone reefs of Brazil, their geologic and geographical relations in the chapter of costal reefs. **Bulletin of the Museum of Comparative Zoology**, vol. 44, *Geology Series*, n. 7, Harvard College. Massachusetts, 1904.

DARWIN, Charles. **The structure and distribution of coral reefs**. 3d. ed. London [s.n.], 1889.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Brazilian geology for Brazilian students: The general geology textbook published by John Casper Branner in 1906. **Earth Sciences History**. v. 35, n. 2, 2016, p. 375-386.

FLORENCE, G. **Exploração do Rio Grande**. *Comissão Geográfica e Geológica do estado de S. Paulo*. 1913.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O litoral do Nordeste do Brasil como objeto científico darwinista: as prospecções de John Casper Branner, 1899-1911. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, v. 21 n. 3, p. 931-949, aug./sept. 2014.

PENROSE JR, R. A. F. **Biographical Memoir John Casper Branner**, *1850–1922.* Washington: National Academy of Sciences. 1927.

______. “Memorial of John Casper Branner”. **Geological Society of America Bulletin**, v. 36, p. 15–44, 1925.

CAPÍTULO 9

GEOGRAFIAS DA REPRESSÃO POLICIAL - RELIGIOSOS DA FREGUESIA DE SANT'ANNA NO RIO DE JANEIRO (1890 – 1929)

Data de aceite: 23/06/2021

Valquiria Cristina Rodrigues Velasco
Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Comparada
Universidade Federal do Rio de Janeiro
http://lattes.cnpq.br/7157938183307578
http://orcid.org/0000-0001-5007-0232

RESUMO: A República Brasileira nasce laica em 1889. Porém, nem todas as experiências religiosas possuíam liberdade para pleno culto. O Código Penal de 1890, promulgado antes mesmo da primeira Constituição da República, atrelava práticas de determinadas religiões como crime. Nesse trabalho buscaremos apresentar um recorte de uma pesquisa maior, onde construímos as Geografias dessa repressão. Neste artigo apresentaremos a repressão na Freguesia de Sant'Anna, o perfil dos religiosos afetados pela violência policial e o próprio perfil da freguesia entre os anos de 1890 e 1929.
PALAVRAS-CHAVE: Repressão Policial; Código Penal; Rio de Janeiro; Georreferenciamento.

GEOGRAPHIES OF POLICE REPRESSION - RELIGIOUS FROM THE PARISH OF SANT'ANNA IN RIO DE JANEIRO (1890 - 1929)

ABSTRACT: The Brazilian Republic was born secular in 1889. However, not all religious experiences had freedom for full worship. The Penal Code of 1890, promulgated even before the first Constitution of the Republic, linked practices of certain religions as a crime. In this work we will try to present an excerpt from a larger research, where we built the Geographies of this repression. In this article we will present the repression in the Parish of Sant'Anna, the profile of religious affected by police violence and the profile of the parish between the years 1890 and 1929.
KEYWORDS: Police Repression; Penal Code; Rio de Janeiro; Georeferencing.

1 I INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresentamos se constitui como um desdobramento da pesquisa realizada entre os anos de 2017 e 2019 no Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor Titular André Leonardo Chevitarese, contando com auxílio de Bolsa da Capes. Na ocasião da Dissertação pretendíamos construir e apresentar as Geografias da Repressão policial que religiosos, principalmente afro-brasileiros, sofreram entre os anos de 1890 e 1929 na Cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, buscamos nesse artigo, a partir das fontes trabalhadas na construção da Dissertação, apresentar o perfil da Repressão Policial no período de 1890 e 1929 para a Freguesia de Sant'Anna, localizada no centro da Cidade do Rio de Janeiro. A escolha dessa Freguesia para esse artigo dá-se pela presença

significativa de africanos entre os mais reprimidos pela polícia, o que nos possibilita verificar o perfil da Repressão e compreender melhor a própria Cidade do Rio de Janeiro e seus moradores para os primeiros anos da República.

A Repressão aqui tratada se relaciona ao Código Penal de 1890, primeiro conjunto de Leis criminais publicadas na República, antes mesmo da publicação da Constituição (1891). O Código Penal de 1890 era uma quase fiel cópia do Código Penal do Império (1830) com algumas exceções, como o caso dos três artigos que são úteis no levantamento das fontes que aqui apresentaremos: os artigos 156, 157 e 158, que preveem respectivamente crimes na prática da medicina ilegal, uso de magias, cartomancias e talismãs e por último a prática de curandeirismo. Em parte, significativa dos casos por nós levantados em periódicos de circulação diária na Cidade e documentações policiais e judiciais percebemos como as acusações incluem muitas vezes os três artigos em um "combo" de crimes "Contra a saúde pública".

Construir Geografias de um processo político e social, de poder, força e resistência está relacionado à uma teoria ampla de observação dos personagens históricos, para além daqueles que sempre foram protagonistas da História, para além das elites e homens dominantes da sociedade. Buscamos compreender e retirar do silêncio as histórias de homens, mulheres e espaços subalternizados pelas elites e pela própria História (HOBSBAWN, 2013). Dessa forma acreditamos que para falar de pessoas comuns, seus espaços e suas crenças, é fundamental o resgate de suas experiências (THOMPSON, 1981). E mesmo que resgatadas a partir de fontes produzidas pelos opressores é possível traçar as pistas e os indícios necessários para essa produção.

2 | CRIMES DE "FEITIÇARIA"

Os artigos do Capítulo "Crimes contra a saúde pública" do Código Penal de 1890, determinam que certas experiências religiosas (Art. 157 e 158), além de criminosas, são um problema para a saúde da população, tal como a prática ilegal da medicina (Art. 156). O que se verifica, porém, é que a repressão às experiências religiosas acaba por ser muito mais intensa do que uma campanha pública contra falsos médicos, dentistas e farmacêuticos, menos quando esses estão também envolvidos com as práticas das experiências religiosas.

No levantamento feito no Arquivo Nacional foram encontrados um total de cinquenta e seis (56) eventos de repressão, "batidas policiais" que aconteceram entre os anos de 1894 e 1929. A natureza dessa documentação é em maioria feita de Inquéritos Policiais, nesses observamos o grande cuidado dos policiais com a descrição do ocorrido no ato da batida policial, encontramos o depoimento dos policiais envolvidos nas batidas e as testemunhas, em alguns casos (não raros) os mesmos policiais responsáveis pela batida se apresentam também como as únicas testemunhas, na maioria dos Inquéritos há também a presença

dos relatórios periciais, onde "especialistas" analisam as provas colhidas no ato da prisão buscando confirmar os crimes. Há ainda os pedidos de Habeas Corpus com narrativas e apelações de advogados em defesa de seus clientes, tal como a posição dos juízes e os pedidos de Revisão de Processo, e nesses temos para além das narrativas policiais, o posicionamento dos advogados de defesa que recorrem em nome de seus clientes.

Em conjunto com os Processos realizamos também um levantamento nos periódicos impressos de circulação diária na Cidade do Rio de Janeiro, visto que essas fontes estavam cotidianamente noticiando e fazendo circular pela cidade as informações sobre as "batidas"[1] policiais. Os jornais possuem ainda um papel interessante na lógica da repressão, muitas vezes são responsáveis pela investigação, pelo levantamento de provas e pela denúncia de espaços e pessoas envolvidas com a "feitiçaria". Para a construção das Geografias, tais como nos Processos, nos periódicos a informação do endereço da batida policial é de extrema importância.

O discurso presente, em quase todos, os jornais quando tratam das "devassas às macumbas" é de como "são perigosos e destruidores da moral" aqueles espaços e de como aquelas reuniões se "proliferavam" pela cidade como uma "doença". E principalmente como aquelas práticas religiosas "bárbaras" são crimes morais ao projeto de civilização e branqueamento pelo qual passava a Cidade. Em sua sanha por justiça moral os jornais produzem campanhas de repressão, indo à frente da polícia ao campo, investigar e localizar o que chamam de "antros".

Detectando o lugar, por denuncia ou investigação jornalística eles passam a produzir matérias diárias convocando a polícia para o "cumprimento da lei", e assim se dá como desfecho o caso de prisão dos "baderneiros". O caso de "Papae Felix", ilustra como o Jornal do Brasil participa e lidera todas as etapas, da investigação, do levantamento de provas, anunciando quase que diariamente durante mais de um mês as informações sobre as "escabrosas práticas do feiticeiro", até a prisão do mesmo, ainda acompanhando por um tempo os desdobramentos da justiça sobre o caso.

Nesse caso em específico, o que mais se ressalta, é que para além do empenho da equipe jornalística, que por si já caracteriza o espírito que encarnam os jornais em casos de "feitiçaria, são os detalhes das informações que trazem ao público sobre as características de Felix, sua residência e a rotina do "feiticeiro":

> O Antro em que Papae Felix faz as suas práticas é de aspecto tenebroso.
>
> Muito úmido, muito escuro, um odor acre e nauseabundo, é quase inabitável, pela sua atmosfera abafadiça e quente. O teto, muito baixo, muito sujo, torna difícil a respiração e os movimentos. É um verdadeiro cubículo nojento e infecto.
>
> As paredes são forradas com um papel azul claro já desmaiado pelo tempo.

1 Outra terminologia utilizada para compreender a ação da polícia no contexto da repressão aos religiosos e curandeiros.

> A claridade mal penetra por uma pequena janela que dá para a área existente entre o quarto e a sala de jantar.
>
> A mobília compõe-se de uma cama grande para casal, uma mesa sobre a qual está um pequeno oratório, dois bancos de pau, uma cadeira e uma outra mesinha, coberta com uma toalha que não prima pela limpeza.
>
> Esta está colocada defronte da janela e perto da porta que comunica com o corredor da cozinha.
>
> Nela está colocada as imagens de S. Francisco e Santo Antônio, um pequeno objeto que se assemelha a um fogareiro, uma lamparina, um castiçal, pedaços de giz branco, dois espelhinhos redondos, um canivete e um pequeno copo com água até o meio [...]
>
> Nosso auxiliar notou mais, que nas paredes estavam pendurados diversos quadros de imagens, rosários e diferentes raízes e ervas.[2]

Ainda na primeira reportagem sobre "Papae Felix", "O novo Jucá Rosa", o Jornal do Brasil envia um representante para investigar o "physico" daquele homem, e o descrevem:

> Papae Felix é um preto pequenino, retinto, magro e já curvado pelo peso dos anos.
>
> A cabeça é pequena, pontiaguda, eriçada de cabelos rentes e grisalhos, a testa curta e curva, olhos pequenos, porém coriscantes, nariz achatado, faces encovadas e cheias de rugas, bigode falhado, boca rasgada e nenhuma barba. Nas gengivas notam-se alguns restos de dentes, muito alvos e limados.[3]

O caso de Papae Felix nos mostra como eram feitas as denúncias quando essas partiam dos jornais, e apresenta um pouco da visão da sociedade (a imagem das elites) sobre esses "feiticeiros". Seguiremos a diante, buscando apresentar o perfil dos religiosos reprimidos entre o período de 1890 e 1929 na Freguesia de Sant'Anna.

3 | O PERFIL DOS "FEITICEIROS" E A FREGUESIA DE SANT'ANNA

Para a construção das Geografias da Repressão policial que nos dedicamos, nos baseamos metológicamente naquele que foi o primeiro a trabalhar com dados da repressão dessa forma, Roger Bastide no Capítulo **"Macumba Paulista"** em sua obra **Estudos Afro-Brasileiros** ([1946] 1983). Bastide, na ocasião, investigava a repressão a religiosos afro-brasileiros de São Paulo a fim de conhecer as características da religião naquela região e para isso se valia dos processos policiais ocorridos entre os anos de 1938 e 1944 como fontes para sua pesquisa. Dessa maneira, Bastide estava fazendo um reconhecimento, não apenas das "Macumbas paulistas", mas da repressão às "Macumbas paulistas" mesmo que não mencione isso em nenhum momento da obra.

Bastide ([1946] 1983) trabalha com o número de 559 indivíduos, desses ele reconhece 387 com homens e 172 mulheres. Das categorias de crimes o mais numeroso é o de Curandeiro com 321 pessoas processadas. Apenas os crimes que ele caracteriza

2 JORNAL DO BRASIL. "**Papae Felix O novo Juca Rosa.**" 17. Abr. 1897, Ed. 107, p. 1.
3 JORNAL DO BRASIL. "**Papae Felix O novo Juca Rosa.**" 17. Abr. 1897, Ed. 107, p. 1.

como “Feiticeiro e Cartomante”, “Baixo Espiritismo e Macumba”, “Macumbeiro e feiticeiro”, “Cartomante e macumbeiro” é que reúnem uma parcela maior de mulheres que homens processados, sendo as três últimas categorias apresentadas sem a presença de homens. Sobre a Nacionalidade, Bastide reconhece também no crime de curandeirismo a presença massiva de estrangeiros, assim como entre os “Feiticeiros” a presença de estrangeiros é maior ([1946] 1983, p. 201).

No perfil racial, há um fator interessante no levantamento de Bastide ([1946] 1983), ele ressalta o “fato que impressiona imediatamente o espírito”, o fato de ser uma maioria de brancos os “detidos”. Vai aí explicar a presença dos imigrantes que para ele “introduz formas deturpadas de religião negra” ([1946] 1983, p. 202). Sua hipótese para a presença significativa de brancos em comparação aos negros é a menor incidência de negros africanos em São Paulo durante o período escravocrata. Dessa maneira, Bastide ([1946] 1983) concorda com o que já havia afirmado Mattos (MATTOS: 1938, p. 156), ao encontrar os mesmos índices raciais.

Décadas mais tarde, Maggie (1992) observaria uma presença maior de brancos entre os processados pelos artigos 156, 157 e 158 no caso Carioca. Enquanto Mattos (1938) e Bastide ([1946] 1983) compreendem isso como uma característica da formação de São Paulo, Maggie (1992) que trabalha com uma “Cidade Negra” como o Rio de Janeiro terá outra hipótese. Roger Bastide que influenciou com sua visão boa parte das pesquisas sobre as religiões afro-brasileiras, observara a presença de brancos, entre os cultos negros, como uma “deturpação” de tais práticas. Indo além, Bastide ([1946] 1983, p. 241) apresentava os negros como seres passivos nessa deturpação, principalmente os de origem “Bantu”[4], por sua cultura mais “fraca” esses negros “observavam impassíveis” a tomada de suas práticas religiosas pelos brancos. Maggie (1992) não discorda das afirmações de Bastide, porém pretende buscar “mais à fundo” as questões que considera terem ficado superficiais com Bastide.

Explicando a presença de uma maioria branca sendo reprimida Maggie (1992) afirma estar diante de uma Guerra de Orixás[5], onde para a autora ficam evidentes as tensões nas relações sociais de negros e brancos no Rio de Janeiro, tendo os negros “aparentemente”, levado vantagem na disputa sobre a repressão, pois foram os menos envolvidos nas tramas da polícia, enquanto os brancos aparecem como grandes alvos:

---

4 Era comum entre os autores no século XX o uso do termo Bantu ou Banto para designar um grupo com características linguísticas e culturais advindos da África Centro-Ocidental para as Américas na condição de escravos. Mas hoje sabemos que não existe um povo Bantu, mas sim um agrupamento por parte do colonizador que os reconheciam como povos de mesmo “tronco linguístico”, povos como: Bacongo, Ambundo, Ovimbundos, Jaga, Tio, Vili, Zombo entre tantos outros da região Centro-Ocidental africana. MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis Negros no Brasil Escravistas:** História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

5 Guerra de Orixá é o título do Livro de Yvonne Maggie resultado de sua dissertação de mestrado onde observa os conflitos que envolvem um terreiro de Umbanda no Rio de Janeiro com sua breve existência. Yvonne Maggie Alves Velho, **Guerra de Orixá:** um Estudo de Ritual e Conflito, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
Usamos o termo aqui sem uma referência direta ao conteúdo da obra, mas sim ao seu próprio significado na disputa que a autora compreende entre os religiosos em questão.

A maior porcentagem de brancos e imigrantes, em relação à população total do estado no período, pode significar que os negros foram melhores acusadores... Ou seja, não se podem tomar os dados obtidos na polícia como se representassem a população total de participantes do culto (MAGGIE: 1992, p. 69).

Para o período de 1890 a 1929 temos um total de trezentas e oitenta e seis pessoas envolvidas na repressão, e traçamos diante das informações levantadas nos Processos, inquéritos policiais e nos jornais as características de raça (GRAFICO 1) dessas pessoas. Diferentemente dos autores que nos precederam, encontramos índices baixos de brancos em relação aos negros\pretos e daqueles onde a informação racial não consta.

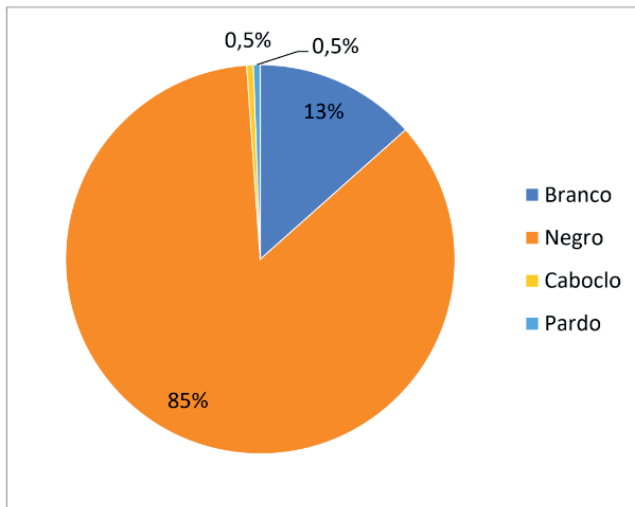



Gráfico 1 – Perfil de Raça-cor consolidado (1890-1929).

Fonte: VELASCO, 2019.[6]

Para nós é de importância ímpar que essa questão racial seja elucidada. O número de processos em que a questão da raça não é citada, supera os demais, no entanto a hipótese que se confirma sobre isso, é que as autoridades policiais, tal como os responsáveis pelas publicações nos periódicos possuíam eles próprios um "perfil" de feiticeiro padrão, formado por suas considerações racistas e civilizadoras. Dessa maneira na maioria dos casos em que não são citadas as informações de raça, lendo mais atentamente e buscando os indícios sutis nas fontes, percebe-se logo que não era necessário caracterizar a raça do envolvido, ele necessariamente era negro, ou se enegrecia por estar envolvido na crença dos negros.

6 O gráfico nesse artigo exclui os valores dos considerados como informação inexistente, na fonte todos os dados são considerados.

3.1 A freguesia negra de Sant'anna

A repressão seguiu adentrando a Cidade do Rio de Janeiro, em direção ao subúrbio, seguindo a linha do trem e os caminhos abertos pelos bondes, essa é a conclusão geral em que chegamos, no entanto existem espaços da cidade em que a repressão se faz presente de forma ininterrupta e que merece destaque diante de um processo generalizado como o da violência do Estado aos religiosos compreendidos como "feiticeiros". Dessa forma apresentamos o gráfico 2 em que apresentamos os valores consolidados de casos divididos entre as vinte e sete freguesias (distritos) que contava a cidade em 1929 (esse valor se modificou ao longo dos anos, crescendo conforme a cidade se desenvolvia e se ampliava para além dos limites do "Centro").

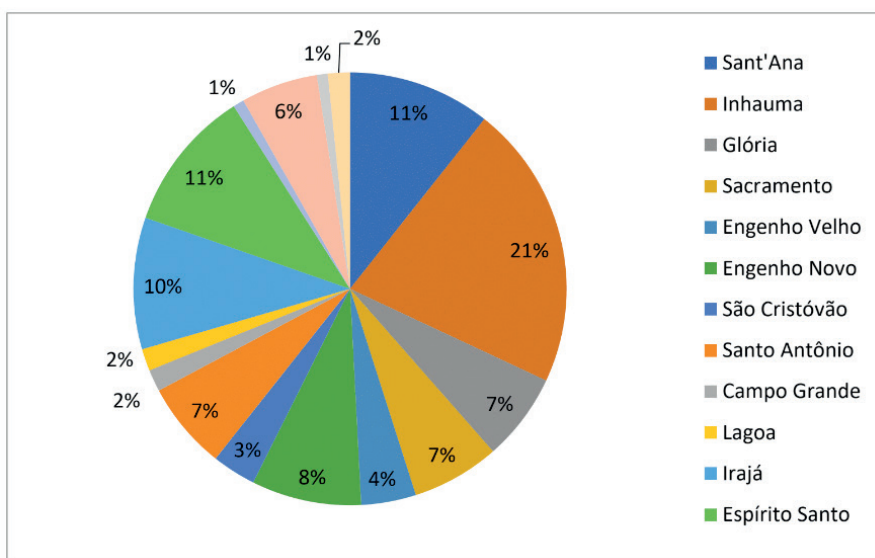



GRAFICO 2 – Números consolidados da repressão entre as freguesias (1890 – 1929).

Fonte: VELASCO, 2019.

Entre 1890 e 1929, período que dedicamos análise os casos na freguesia de Sant'Anna (FIGURA 1) fica em segundo lugar com 11% das ocorrências. No entanto apenas a partir de 1916 é que a freguesia de Inhaúma tomou a dianteira nos casos, representando o aumento da fiscalização e consequente repressão na região suburbana. Até aí Sant'Anna encarava o primeiro lugar nos casos de repressão com mais de 36% dos casos (VELASCO, 2019, p. 113). A mancha da repressão (MAPA 1), deixa bem evidente a presença marcada dessa na região de Sant'Anna, e isso não é uma aleatoriedade.

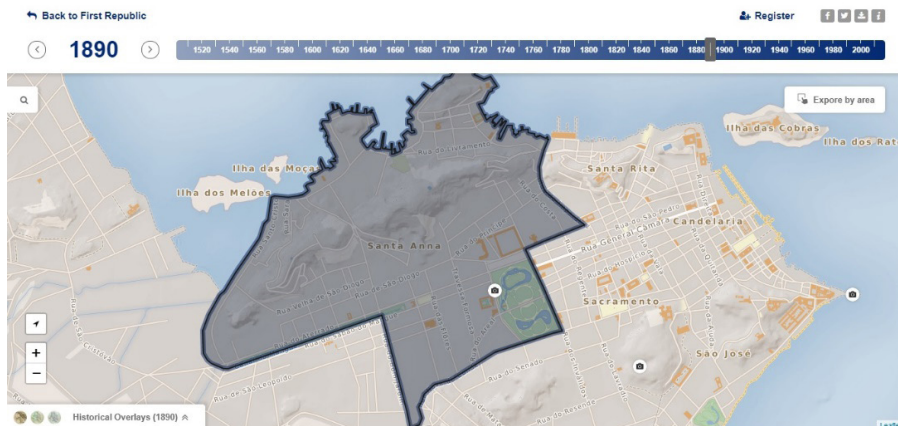
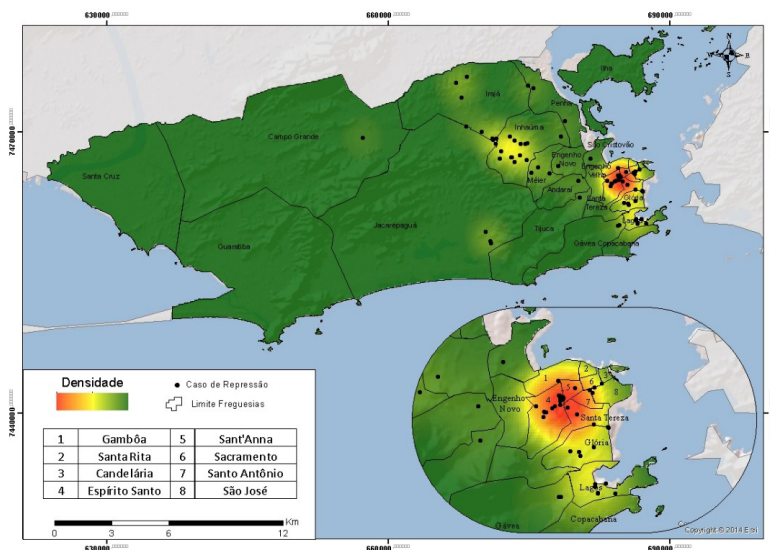



FIGURA 1- Freguesia de Sant'Anna.

Fonte: ImagineRio.

MAPA 1 – Mancha da repressão (1890 – 1929).

Fonte: VELASCO, 2019. Desenvolvido no Software ArqGis 10.4.

A Freguesia de Sant'Anna compreende o espaço desde a Baía de Guanabara pelos lados do Santo Cristo, seguindo de um lado pela Rua Santo Cristo e de outro lado pela Rua da Imperatriz, essa até a Rua São Joaquim, contornando os Jardins da Praça da República (Antigo Campo de Santana), descendo a Rua do Conde até a Rua Bom Jardim, essa até a Rua do Sabão, seguindo pelo Canal do Mangue até encontrar novamente as águas da Baía. Todas as ruas nesse perímetro constituem a Freguesia de Santana (1890 - 1929). Utilizamos a tecnologia de Georeferenciamento para localizar os locais onde aconteceram eventos de repressão. A partir do Projeto ***ImagineRio*** (https://

imaginerio.org/#en), onde Mapas históricos da Cidade do Rio de Janeiro são dispostos em sobreposição georreferenciada em linha do tempo, permitindo a observação das mudanças ocorridas no Rio de Janeiro desde 1500 até os dias atuais, nos foi permitido conhecer melhor o espaço geográfico dessa freguesia.

Em 1890 a Freguesia de Santana era a Freguesia com maior população da Cidade, entorno 67.533 habitantes e segundo Carvalho (1995), 329 cortiços abrigavam média de 13.000 pessoas, era de fato onde estavam a maioria dos cortiços na época. O cortiço mais famoso da cidade, por exemplo, o "Cabeça de Porco", estava justamente nessa região até 1893 quando foi demolido por ordem do Prefeito Barata Ribeiro (1892 -1893).

Viajantes estrangeiros descreviam as cercanias como uma região de pobres e negros, "incultos e ignorantes", o "zé povo":

> São as ruas da Cidade Nova, da Gamboa, da Saúde, de Frei Caneca, que sempre foram a habitual residência da gente pobre (...) E, assim, reunida, aglomerada, essa gente – trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodega, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem as casas de cômodos (...), divididos em tapumes de madeiras. Às vezes nem as divisões de madeiras: nada mais que sacos de aniagem estendidos verticalmente em septos, permitindo quase a vida em comum, numa promiscuidade de horrorizar. A existência ali, como se pode imaginar, detestável" (BACKHEUSER,1905, p.90).

Na Freguesia de Sant'Anna, uma área que ia da dos trapiches ao Morro da Conceição na Saúde recebeu o "apelido" que marcou a história por seus importantes moradores. A região da Pequena África[7], só nos faz ressaltar a importância dessa Freguesia para a população negra e pobre do início da República. Não obstante disso, a polícia faz seu papel em reprimir de maneira intensa as práticas consideradas "bárbaras" e "incultas", comuns à essa população.

4 | CONCLUSÃO

Nesse artigo buscamos apresentar a repressão policial baseada nos artigos 157 e 158 do Código Penal de 1890. O Código Penal esteve vigente até 1942, no entanto essa análise foi construída com informações levantadas em fontes datadas de 1890 a 1929, por considerarmos que as mudanças sofridas a partir de 1930 demandam análise mais específica aos pesquisadores que virão.

Aqui pretendemos trabalhar os perfis encontrados para os casos na freguesia de

7 Com o tombamento Arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio Arqueológico pela UNESCO a região da "Pequena África" ganhou grande destaque. No entanto a região tem seu destaque em estudos sobre a cultura negra no Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1983 com a obra de Roberto Moura (1983) "Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro", onde o autor estuda a trajetória da "comunidade afro-baiana" que se constitui na localidade. Trabalhos muitas vezes voltados para a História do Samba estão sempre voltando na História da comunidade que nomeia de Pequena África uma localidade que é no entanto muito mais ampla e diversa. Fania Fridman (2007) ao estudar o "bairro judeu" na Cidade do Rio de Janeiro vai trabalhar a mesma região na Freguesia de Santana, o que demonstra que a localidade está repleta de "indesejados", negros, judeus, Portugueses empobrecidos, uma população pobre e lida como marginal em essência.

Sant'Anna e apresentar um pouco dessa freguesia, marcada pela presença de negros africanos na diáspora. O processo que envolve a repressão está seriamente interligado ao pensamento racista e civilizador que tentava "pintar" no Rio de Janeiro as cores de Paris.

Dessa forma consideramos que a presença significativa da repressão durante mais de vinte anos, tendo a Freguesia de Sant'Anna como principal alvo das ações, deixando apenas próximo da década de 1920, de ser a primeira, dando esse lugar à freguesia de Inhaúma, e esse processo é parte das mudanças sensíveis que a repressão vai tendo nos anos. Mudar o foco o espacial da repressão não significa, porém que um espaço deixa de ter a repressão, isso não acontece em nenhum momento, apenas há mais ou menos casos em determinada região considerando sobretudo as campanhas levadas à cabo pelos jornais. Adentrando os subúrbios com o passar dos anos, seguem os rastros das populações menos abastadas, fazendo-as mudar constantemente seus espaços para sobreviverem, aqueles que insistem em se manter em seu lugar, por necessidade ou resistência à luta, hora ou outra é importunado em suas atividades.

Poderíamos nos estender sobre a incoerência legal que havia por detrás do Código Penal em seus artigos 157 e 158, no entanto a proposta desse artigo era de apresentar a repressão no Espaço da Freguesia de Sant'Anna, que se destaca pela cor e origem das pessoas reprimidas. Sant'Anna era a Freguesia da Cidade mais populosa segundo o Censo de 1890 com grande percentual de pessoas negras, africanos libertos e seus descendentes. Viviam, nessa região aglomerados em casas de cômodos, antigos casarões, sobrevivendo e resistindo. As experiências religiosas que praticavam, tal como suas próprias existências eram fruto da resistência, e as mantinham dessa forma, provando os dissabores da repressão e traçando estratégias de resistência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor:** diferença e igualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2014.

BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia:** rito nagô. São Paulo: Nacional, *1978*.

BASTIDE. Roger. **A Macumba Paulista.** In:. Estudos Afro-brasileiros. São Paulo Editora Perspectiva, [1983] 1946.

BASTIDE. Roger. **As religiões africanas no Brasil:** contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, EDUSP, 1971.

BENCHIMOL, J. L. "Pereira Passos: um Haussmann tropical". Rio de Janeiro: SMCTT, 1990.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra nas Ruas:** povo e a polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1997

CONDURU, Roberto. **"Das casas às roças:** comunidades de candomblé Rio de Janeiro desde o fim do século XIX". Revista Topoi. V. 11, N. 21. Jul. – Dez. 2010.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Volume I: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana.** Lisboa: Livraria Sá da Costa [1980] 1969.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. **O conceito carioca de subúrbio:** um rapto ideológico. Revista da FAU UFRJ, v. 2, p. 8-15, 2010.

FRIDMAN, Fânia. **Paisagens Estrangeiras.** Memórias de um Bairro Judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo, **"O Inquisidor como Antropólogo",** in:. **América**, Américas, Revista Brasileira de História, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, n. 21 - setembro 90/ fevereiro91, pp, 9-20.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos:** uma história da condenação e legitimação do

GOMES, Flávio & COSTA, Valéria (ORG). **Religiões Negras no Brasil.** Da escravidão à Pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2016.

GOMES, Flávio & COSTA, Valéria. **Procurando Fortuna!** Notícias sobre africanos e candomblés no Rio de Janeiro e no Recife oitocentista. In: GOMES, Flávio & COSTA, Valéria (ORG). Religiões Negras no Brasil. Da escravidão à Pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2016.

GOMES, Flávio. **A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX:** algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.81-106.

GOMES, Tiago Melo de Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930 Afro-Ásia, núm. 30, 2003, pp. 175-198

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África:** projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 248p.

HOBSBAWM, E. **Sobre a História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HODGE, Ileana Limonta. **Do dito ao vivido:** experiências de repressão à santería e aos candomblés. Salvador: CIPS – Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, 2008. Acesso em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Cuba/cips/20130315023105/ileana5.pdf>.

HOEHNE, F.C.: **O que Vendem os Hervanários da Cidade de São Paulo:** Estudo sobre as plantas e outros produtos de origem vegetal vendidos nos ervanários de São Paulo: Casa Duprat, 1920.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço:** relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992.

MATTOS, Dalmo Belfort de. **“As macumbas em São Paulo”. Revista do Arquivo Municipal** (São Paulo) XLIX (julho-agosto), 1938, Ano V. p. 151 – 160.

ORTIZ, Fernando. ***Los Negros Brujos.*** *Apuentes para um estúdio de etnologia criminal.* Madrid: América, 1906.

PRANDI. Reginaldo. **As religiões negras do Brasil.** Revista USP, São Paulo, dez./Fev. 95-96, pp. 64 -83.

RATZEL, F. ***Las razas humanas.*** Barcelona: Montaner y Simon, 1906. v 1.

READERS. **D. Pedro II e o conde de Gobineau (correspondências inéditas).** São Paulo: Companhia Editoria Nacional. 1938.

ROCHA, Oswaldo Porto. **Era das demolições.** Cidade do Rio de Janeiro (1870 -1920). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.

RODRIGUES, N. **O Animismo Fetichista dos negros baianos.** Rio de Janeiro: Fundação biblioteca Nacional, [1988] 1932.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil.** São Paulo: Madras. [2008] 1977.

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. **As Freguesias do Rio Antigo**: vistas por Noronha Santos. Introdução, Notas e Biobibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro, 1965.

SCHLOTE, Alex August. **GEO_OP:** Sistema de Mapeamento Geográfico de Ocorrências Policiais. Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Regional de Blumenau. Monografia, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, [2017] 1993.

SCHWARCZ, Lilia. **Muito Lastro, Pouca Vela:** A Herança Incômoda De Nicholas Wade. *Afro-Ásia*, Universidade Federal da Bahia, núm. 53, 2016, pp. 323-327.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

VELASCO, Valquíria Cristina Rodrigues. **Geografias da Repressão:** Experiências, Processos e religiosidades no Rio de Janeiro (1890-1929).

CAPÍTULO 10

HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTOLOGIA E DE PATOLOGIA

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 12/04/2021

Ana Margarida Calado
Centro de Ciência Animal e Veterinária (CECAV)
Departamento de Ciências Veterinárias,
Laboratório de Histopatologia
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
(UTAD)
Vila Real, Portugal
ORCID ID: 0000-0002-1962-8928

RESUMO: A história da histologia e da patologia celular, bem como o ensino destas disciplinas nas escolas médicas por todo o mundo, é indissociável da história da microscopia. Desde o seu início, o ensino destas disciplinas revelou-se um enorme desafio enfrentado pelos professores. Ao longo dos anos foram desenvolvidos inúmeros esforços, e implementadas várias estratégias e metodologias no sentido de melhorar a retenção dos conhecimentos por parte dos estudantes. A historia revela que, inicialmente foi fundamental que os estudantes tivessem formação de base como microscopistas que: dominassem a manipulação do microscópio; resolvessem problemas técnicos e instrumentais; adquirissem competências na preparação das amostras biológicas; desenvolvessem acuidade visual para correta observação microscópica; interpretassem as imagens observadas elaborando desenhos, esquemas e diagramas ilustrativos das observações; e além disso que comunicassem numa linguagem descritiva utilizando palavras e expressões adequados que pudessem ilustrar com fidelidade as observações microscópicas. Ao longo dos anos de ensino destas disciplinas foram projetados espaços progressivamente mais adequados ao ensino com microscópios. Inicialmente o número de estudantes era muito restrito e cada um tinha apoio muito próximo do professor, posteriormente as salas de aula com mesa circular permitiram o acesso direto ao microscópio a um número considerável de estudantes, mais tarde as bancadas laboratoriais com microscópios partilhados ou de uso individual e finalmente a era da microscopia virtual. Independentemente das estratégias utilizadas, os estudantes devem ter consciência e compreender a importância da morfologia microscópica normal para poderem adquirir conhecimentos em patologia, uma vez que só reconhecendo tecidos normais e saudáveis é possível a identificação e a interpretação de imagens de histopatologia.

PALAVRAS-CHAVE: Histologia; patologia; microscópio; ciência; ensino; medicina.

HISTORY OF HISTOLOGY AND PATHOLOGY TEACHING

ABSTRACT: The history of histology and cell pathology, as well as the education of these disciplines in medical schools around the world, is inseparable from the history of microscopy. Since then, teaching of these subjects has proved to be an enormous challenge to teachers. Over the years, numerous efforts have been made, and various strategies and methodologies have been implemented to improve the retention of knowledge by students. The history of teaching

reveals that, initially, students were trained as microscopists, and that was essential: the correct manipulation of the microscope; to solve technical and instrumental problems; to acquire skills in preparing biological samples; to develop visual acuity for correct microscopic observation; to interpret the observed images by drawings illustrating the observations; and furthermore to communicate in a descriptive language using appropriate words and expressions that could faithfully illustrate the microscopic observations. Over the years of teaching these subjects, spaces progressively more suitable have been designed for teaching with microscopes. Initially the number of students was very limited and each one had a very close support from teacher, afterwards classrooms with a circular table allowed direct access to the microscope available to a larger number of students, later, laboratorial benches were equipped with microscopes for individual or shared use and finally arrived the era of virtual microscopy. Regardless the strategies used, the student must be aware and understand the importance of normal microscopic morphology to acquire knowledge in pathology, since only by recognizing normal and healthy tissues it is possible to identify and interpret histopathological images.
KEYWORDS: Histology; pathology; microscopy; science; teaching; medicine.

INTRODUÇÃO

Ao longo de um período de cerca de 4.000 anos, os conceitos de medicina sofreram alterações profundas, mas foram sempre impulsionadas por homens e mulheres extraordinários, e mais recentemente o progresso tecnológico contribuiu para uma verdadeira reviravolta nesta área científica. Ao procurar a causa de uma doença, os primeiros médicos não sabiam onde nem como investigar, e muitas vezes a causa era apontada para deuses, estrelas e corpos celestes. A partir da primeira metade do século XIX, a utilização sistemática de microscópios para observação de fragmentos biológicos, contribuiu para a reorganização dos conceitos hierárquicos de órgão, tecido e células. Estes conceitos conduziram rapidamente ao estabelecimento da histologia e da patologia celular como ciências, que passaram a estar interligadas e a serem lecionadas de forma integrada nos curricula das escolas médicas de todo o mundo (van den Tweel & Clive, 2010).

A ERA PRÉ-MICROSCOPIA

Nos primórdios da medicina, eram observados e descritos aspetos muito geralistas de doenças, acompanhadas pelas suas manifestações e por numerosas teorias relacionadas com as causas e com o desenvolvimento dessas mesmas doenças. Ainda privados de ferramentas tecnológicas, os médicos da época usavam o empirismo e a observação de algumas dissecações para compreender o processo da doença. Apesar de já se realizarem algumas autópsias, a observação e descrição de órgãos e de lesões, eram feitas num contexto meramente macroscópico (Custers & Olle, 2018).

Durante grande parte da Idade Média, a dissecação de cadáveres e, em muitos casos, até de animais, era considerada uma profanação gravíssima, punível com a

excomunhão. Ainda assim, alguns pensadores e médicos, com o desejo de melhor entenderem as doenças, realizaram dissecções e autópsias. Um desses médicos foi Antonio Benivieni (1443-1502) que publicou um livro com mais de 100 casos, 20 deles com a descrição de autópsias realizadas pelo próprio. O seu trabalho "*De abditis Nonnullis ac Mirandis Morborum et Sanationum Causius*" que se pode traduzir como "Sobre as causas ocultas de doenças" é o primeiro registo de publicação em que resultados de patologia aparecem descritos de forma sistemática (van den Tweel & Clive, 2010; Silva *et al.,* 2016).

Durante o Renascimento a crescente curiosidade e apreciação por ciência, culminou em obras como as de Giovanni Morgagni (1682-1771) que publicou um livro onde foram descritas mais de 600 autópsias, com as respetivas correlações clínicas e achados macroscópicos (Ghosh, 2017).

A ERA DA MICROSCOPIA, DOS TECIDOS E A BASE CELULAR DAS DOENÇAS

A Revolução Francesa, reconhecida por um marco histórico que conduziu a profundas alterações políticas e sociais, teve também um impacto significativo a nível da abordagem em ciência. Enquanto rolavam cabeças nas guilhotinas instaladas na Place de la Bastille, Marie François Xavier Bichat (1771-1802), um cirurgião francês, foi autorizado a dissecar os corpos recém-guilhotinados. Uma das principais estratégias utilizadas por Bichat foi submeter partes dos corpos a elevadas temperaturas. Posteriormente a este tratamento, que se tratava duma espécie de "cozedura", foram avaliados parâmetros como por exemplo a consistência e a cor. Desta análise, Xavier Bichat, conseguiu identificar cerca de 21 tipos diferentes de tecidos, sem o recurso a qualquer ferramenta microscópica. Apesar deste fato, Xavier Bichat foi considerado o Pai da Moderna Histologia pois foi responsável por avanços significativos na compreensão do corpo humano, introduzindo o conceito de tecido e contribuindo para a conceção de que as doenças afetavam os tecidos e não todo o órgão (Shoja *et al.,* 2008).

O microscópio construído em 1590 por Zaccharias Janssen e melhorado no formato composto em 1655 por Robert Hooke, foi o grande impulsionador da Patologia durante o século XIX, altura em que a sua utilização para o estudo de fragmentos biológicos humanos e de doenças foi muito popularizado. Naquela época, em que as bases anatómicas e orgânicas já eram de alguma forma conhecidas pela comunidade científica, iniciou-se uma procura por detalhes e por explicações acerca dos mecanismos envolvidos nas diversas doenças (Inaya *et al.,* 2015).

Johannes Müller (1801–1858) foi um dos primeiros pedagogos a usar o microscópio na análise de fragmentos biológicos enquanto ensinava na universidade de Berlim. Em 1830, Müller iniciou estudos na área da embriologia e da fisiologia e posteriormente focou-se na patologia de tumores, concluindo que os tumores malignos resultavam do crescimento

de células anormais em diferentes tecidos. Os seus estudos resultaram na publicação em 1838 da obra em forma de livro "*Ueber den feinern Bau und die Formen der krankhaften Geschwülste*" que se pode traduzir como "Sobre a Estrutura Mais Fina e Forma de Tumores Mórbidos". Müller equipou o seu laboratório com os mais recentes microscópios compostos, apostando na qualificação dos seus assistentes como microscopistas. As contribuições de Müller para a patologia são inúmeras, mas acima de tudo, é atualmente considerado um dos pioneiro da histopatologia e da patologia celular (Lohff, 2001).

Entretanto, um discípulo de Johannes Müller, Karl Julius Vogel (1814-1880), recebeu o seu diploma em patologia pela Universidade de Munique em 1840, e tornou-se professor de patologia em Göttingen, na Alemanha. O seu livro, intitulado "Vogel's Pathological Anatomy", publicado em 1847 foi o primeiro texto abrangente em patologia, e consistia em 482 páginas de texto, cerca de 10 planches com aproximadamente 100 ilustrações de patologia macroscópica, de histopatologia e de citopatologia. As legendas destas ilustrações ocupavam cerca de 42 páginas. Além das ilustrações de amostras cirúrgicas, foram também publicadas ilustrações de seções histológicas, em que a maioria apresentava células benignas e malignas. Entre essas imagens foram descritas células de granuloma tuberculoso, fígado cirrótico, tecido de granulação, gangrena do pé, coágulo de sangue, pólipos nasais, tumor de parótida, encondroma, tumor papilar da bexiga, tumor polipoide do útero, lipoma e carcinomas da mama, pulmão, útero e testículos. Vogel também incluiu citologias obtidas de secreções em casos de pneumonia, bronquite e traqueíte, bem como células pleurais e pericárdicas. A maior parte das figuras das suas obras ilustram pela primeira vez as características microscópicas das lesões patológicas. Vogel enquanto pedagogo daa Escola Médica lecionava conteúdos de histopatologia, usando as suas publicações como fonte bibliográfica para os seus estudantes (Jacyna, 2008).

Um outro nome que não pode ser omitido foi Hermann Lebert (1813-1878), que se dedicou ao ensino e à prática clínica e das suas publicações mais marcantes salienta-se a obra "Physiologie Pathologique de Lebert" que contém mais de 1000 páginas, com um atlas de 22 planches compostas por cerca de 249 figuras, algumas delas pintadas à mão. As legendas destas figuras são muito detalhadas e ocupam ao todo 33 páginas. O texto e as figuras desta obra além de incluírem histologia são dedicados a alterações inflamatórias, lesões infeciosas, tumores benignos e malignos e descrições de imagens macro e microscópicas. As ilustrações mais notáveis do atlas incluem um abscesso cerebral, granulomas no cérebro, linfadenite tuberculosa, cistos sebáceos, colesteatoma, células de papiloma escamoso, lesões condróides pulmonares, fibroadenoma, tumores da mama, meningiomaa, dermatofibrossarcomas, tumores do colo do útero, do colón, da maxila, do pulmão, da mucosa bucal e do estomago. Lebert não foi apenas um excelente patologista microscópico, mas também publicou o primeiro atlas microscópico de patologia, que serviu de base para o ensino da época e impulsionou contemporâneos seus como Rudolph Virchow, que posteriormente desenvolveram novos conceitos na área da histologia

e das lesões de tecidos e órgãos (Hajdu, 2011).

Nesta altura, foi fundamental o avanço proporcionado pelos trabalhos de Rudolf Virchow (1821-1902), que apostava no estudo da estrutura celular através da microscopia, para uma melhor compreensão das doenças. Virchow disseminou o uso da microscopia e elaborou numerosas descrições acerca das características microscópicas dos tecidos e órgãos analisados, com proveniência em autópsias. Em 1858, Virchow apresentou estudos em diferentes tecidos, publicado em seu trabalho "Die Cellular Pathologie" Virchow é atualmente, e por merecido mérito, reconhecido como o Pai da Patologia Moderna. (van den Tweel & Clive, 2010).

No século XIX, um grupo pioneiro de professores universitários incorporou o microscópio na sua atividade pedagógicas na Universidade de Edimburgo e com este domínio instrumental implementaram mudanças profundas no ensino médico da anatomia microscópica: Allen Thomson (1809-1884), William Sharpey (1802-1880), John Goodsir (1814-1867) e John Hughes Bennett (1812-1875) (Jacyna, 2001).

Durante o exercício das suas atividades letivas na universidade e como palestrantes extramuros, Thomson, Sharpey, Goodsir e Bennett trabalharam arduamente com o propósito de transmitirem as suas habilidades como microscopistas às novas gerações médicos. Cada um tornou as suas competências no uso da microscopia como identidade própria no trabalho pedagógico, e esta competência foi crucial para inspirar e despertar um interesse totalmente novo para o progresso da medicina científica na nova geração de médicos. Ao adotar esta estratégia, os defensores da microscopia tiveram que confrontar um considerável ceticismo ou até hostilidade por parte dos seus colegas. Tudo isto porque a fiabilidade das observações microscópicas foi posta em dúvida por anatomistas eminentes como Xavier Bichat, que nunca fez segredo acerca do seu desdém pelo microscópio. Um argumento frequentemente apresentado para justificar a recusa à utilização da microscopia era a de que cada observador observava o que desejava ao microscópio (Bracegirdle, 1996; Jacyna, 2001; Drain, 2014).

Allen Thomson foi o primeiro a apresentar o microscópio no ensino da histologia médica nas suas palestras na década de 1830. Thomson insistiu fortemente na difusão da histologia nos cursos de medicina, fazendo constantemente referência à importância da anatomia minuciosa, considerando essencial que os seus estudantes tivessem acesso ocular direto à realidade do microscópio. Durante muitos anos Thomas incutiu aos seus discípulos a necessidade de adquirirem os seus próprios microscópios e instrumentos de dissecação. No entanto, posteriormente veio a considerar-se insatisfatório que os alunos fossem deixados por conta própria a fazerem suas primeiras incursões no microscópio (McKendrick, 1884, Bracegirdle, 1996).

Posteriormente John Goodsir implementou um sistema que permitiu ensinar anatomia microscópica em instalações preparadas com uma mesa circular em torno da qual se poderiam sentar até cerca de trinta estudantes. Esta mesa circular estava equipada

com carrinhos com um a três microscópios, lâmpadas de iluminação e instrumentos de preparação de espécimes. Durante as suas aulas, o material biológico seria observado ao microscópio, mas, entretanto, haviam sido previamente suspensas pelas paredes da sala de aula, ilustrações e diagramas dos diferentes espécimes. A "carruagem" com o(s) microscópio(s) passava à esquerda de cada aluno, que após a sua utilização, transferia o instrumento para os colegas à sua esquerda (Gardner, 2015). Esta organização da sala de aula de microscopia, forneceu um modelo mecanizado que permitiu alcançar bons resultados em grupos numerosos de estudantes, o que até aí apenas havia sido possível através duma interação muito próxima e pessoal entre o professor um número reduzido de estudantes. Além disso o papel desempenhado pelos diagramas e pelas ilustrações à vista de todos, melhorou de forma muito significativa o ensino de anatomia microscópica em grandes turmas, e permitiu atingir o objetivo de expor todos os estudantes a alguma visão direta da realidade microscópica (Jacyna, 2001).

No entanto, se para a maioria dos estudantes esse conhecimento foi considerado muito superficial, em contrapartida, para outros, essa exposição foi o primeiro passo para um envolvimento posterior mais profundo que contribuiu para a criação duma visão mais cientifica, bem como para um modo de vida como microscopistas (Silva *et al.,* 2016).

Em novembro de 1841, John Hughes Bennett começou a dar palestras no âmbito da histologia em Edimburgo, ilustrando sempre com excelentes diagramas de esquemas microscópicos, e com descrições minuciosas de estruturas microanatómicas, fazendo correlações com a fisiologia, com a patologia e com o diagnóstico de doenças. Bennett lecionou patologia em Edimburgo a partir de 1945, associando sempre a patologia com a prática de microscopia (Bennett, 1969).

Durante o ensino, Bennett preocupou-se particularmente com as habilidades práticas necessárias no manuseio do microscópio. Era exigido aos estudantes que aprendessem como preparar espécimes, como fazer algumas intervenções técnicas e arranjos mecânicos e óticos do instrumento, como solucionar questões de iluminação, efetuar medições ao microscópio, além da preparação inerente de como efetuar exames microscópicos de espécimes saudáveis e de material biológico com alterações patológicas. Ao estimular a arte de observação microscópica com rigor, precisão e de forma metódica, Bennett concentrou-se na forma e na capacidade de comunicação e de expressão de forma descritiva as observações microscópicas, bem como no significado das palavras ao descreverem as estruturas morfológicas, com linguagem precisa, apropriada e percetível. Assim, um ponto crucial nas disciplinas lecionadas por Bennett centrou-se na regulamentação do desempenho linguístico, numa época em que a gramática e o vocabulário básico do discurso histológico ainda se encontravam em negociação. Uma marca da competência histológica era, na altura, a capacidade de linguagem com vocábulos e expressões corretas e adequadas às diferentes situações (Bennett 1969; Jackson, 2021).

A partir de 1850, a histopatologia diagnóstica tornou-se progressivamente mais

importante, principalmente na área das neoplasias, e estimulou o desenvolvimento da patologia como uma especialidade. Por toda a Europa, nas Escolas de Medicina, os até então denominados por "Inspetores dos Mortos" e "Curadores de Museus" começaram a ser substituídos por Conferencistas em Anatomia Mórbida, e posteriormente por Professores de Patologia. Muitos desses novos professores aproveitaram a oportunidade para reivindicar seus próprios departamentos nas escolas médicas, por vezes até com direito a edifícios independentes (van den Tweel & Taylor, 2010; Calado, 2019).

Não podemos esquecer que a Universidade de Estrasburgo ocupou um lugar pioneiro no ensino de histologia. Entre 1846 e1871 foi organizada uma escola de Histofisiologia em Estrasburgo. O microscópio e o estudo dos tecidos eram considerados uma abordagem fundamental para o progresso dos conhecimentos biológicos e médicos. Após a anexação alemã da Alsácia, os professores desta escola participaram na renovação da histologia em Nancy, Montpellier e Paris. Em 1872, quando a nova universidade alemã foi criada, o Instituto de Anatomia reagrupou todas as áreas da morfologia normal: anatomia, histologia e embriologia. Em 1919 a Faculdade de Medicina foi reorganizada, após a restauração da Alsácia em França, tendo sido criada a disciplina e o primeiro Instituto de Histologia, com reconhecimento internacional (Mazzarello, 1990; Le Minor, 1993; Ribatti, 2018).

Assim, ao longo do século XIX, apesar do ceticismo dos "anti-microscopistas", a ciência médica foi totalmente transformada e reconstruída, de modo que o uso crescente e prevalecente do microscópio originou uma nova era, a era da Histologia, considerada o verdadeiro fundamento nas áreas da Fisiologia e da Patologia. No final do século XIX, microscópio tornou-se num emblema da modernidade médica, e todos aqueles que não conseguiam reconhecer que a ciência médica havia sido revolucionada, eram considerados com condescendência e desprezo (Silva *et al.*, 2016).

A ERA DOS MICROSCOPIA COMPOSTOS À MICROSCOPIA VIRTUAL

No período de viragem para o século XX, verificou-se um desenvolvimento exponencial nas técnicas e nos instrumentos que promoveram a melhoria das condições de visualização dos tecidos. Podemos salientar o aparecimento de novos fixadores ou misturas fixadoras que permitiram preservar eficaz e definitivamente o material biológico, o desenvolvimento de materiais para adequada inclusão como resinas ou parafina, a construção de micrótomos com capacidade de executar cortes finos e precisos, além do desenvolvimento de técnicas e de corantes específicos, com afinidade para diferentes componentes teciduláres (Sturdt, 2007).

Estas novas ferramentas técnicas e instrumentais contribuíram para um aumento exponencial da investigação com recurso à microscopia, tendo-se verificado pouco depois uma emergente onda de descobertas divulgadas em publicações científicas, com descrições microscópicas de várias doenças. O desenvolvimento da patologia com base

científica a partir de finais do século XIX conduziu ao desenvolvimento da capacidade de diagnóstico e de tratamentos mais eficazes para os doentes. Esses avanços inspiraram e contribuíram internacionalmente a modernização e a alteração dos curricula nas escolas de medicina (Calado, 2019).

Até meados do século XX, o ensino laboratorial de histologia e de patologia, com o recurso a práticas laboratoriais de microscopia, cresceu de forma notória em todo o mundo, quer no número de horas de contacto com os estudantes, quer no investimento em recursos instrumentais e técnicos despendidos para o efeito. Os conteúdos programáticos lecionados em laboratórios, com microscópios, eram disponibilizados de forma a que um pequeno grupo de estudantes tivesse acesso direto à observação num microscópio, ou noutras situações foi possível disponibilizar um microscópio e uma coleção de preparações histológicas por estudante (Salgueiro, 2015).

O advento dos computadores e das imagens microscópicas digitalizadas teve claramente um importante impacto na prática pedagógica na área das ciências biológicas no ensino de histologia, e na área das ciências médicas, no ensino quer da histologia quer da patologia geral (Bloodgood, 2005). Esta tecnologia digital e informática conduziu ao desenvolvimento de tentativas que replicam, de forma simulada, a experiência de utilização do microscópio físico convencional, naquilo que se designou por microscopia virtual. Na microscopia virtual, são utilizados arquivos de imagens digitalizadas, designadas de preparações histológicas ou lâminas virtuais. Um programa de software sofisticado funciona de forma a visualizar as imagens, permitindo que o utilizador do computador movo a preparação virtual nos eixos X-Y, sendo nalguns casos possível alterar o plano de focagem movendo no eixo Z. Com este software é possível alterar a ampliação e mover a imagem com movimentos que recriam o deslocamento da lâmina física na platina (Cunningham *et al.,* 2008; Herrmann *et al.,* 2015; Hortsch, 2017).

Fred Dee, um patologista da Universidade de Iowa foi o pioneiro na introdução do uso de slides virtuais no ensino de estudantes de medicina. Entretanto Paul Heidger, foi dos primeiro a introduzir esta tecnologia no ensino laboratorial de histologia em escolas de ciências biológicas e médicas. Esta nova ferramenta tecnológica, atualmente designada por microscopia virtual veio revolucionar o ensino de histologia da patologia em todo o mundo (Harris *et al.,* 2001; Dee & Meyerholz, 2007).

Além disso, a microscopia virtual tem sido benéfica em muitos aspetos, nomeadamente em permitir o diagnóstico histopatológico à distância, solicitando a opinião de profissionais em localizações longínquas (Randell *et al.,* 2014).

A pandemia de COVID-19 teve e terá muitos implicações no ensino presencial em todas as escolas do mundo. O aumento do número de infeções forçou rapidamente à criação de novas formas de trabalhar, com base em padrões internacionais de distanciamento social. Assim, foram implementadas novas formas de lecionar, com ensino misto, preferencialmente à distância, ou apenas ensino à distância nos períodos de confinamento

de forma a evitar a proximidade física e o contágio. Esta crise global evidenciou que a microscopia virtual se revelou um excelente recurso para lecionar histologia e patologia em modo não presencia, mas de forma síncrona (Amer & Nemenqani, 2020; Stathonikos *et al.,* 2020).

Durante o ensino à distância, a microscopia virtual permitiu que imagens digitais, de preparações histológicas inteiras, fossem vistas e partilhadas nos ecrãs dos computadores de estudantes e de professores, dispensando assim o uso do microscópio físico convencional, bem como evitou o manuseio de preparações histológicas de vidro (Hanna *et al.,* 2020).

CONCLUSÃO

Os estudantes de medicina devem ter consciência e compreender a importância da morfologia microscópica normal (histologia) para poderem prosseguir a aquisição de conhecimentos na área da patologia. Essa consciencialização poderá auxiliar na retenção dos conhecimentos bem como no reconhecimento de imagens de estruturas histológicas (de tecido normais e saudáveis) para melhor deteção, análise e interpretação de situações em que possam ocorrer alterações estruturais. Durante a história do ensino de histologia e de patologia nas escolas médicas, o recurso a imagens foi sempre de importância vital para o estudo coletivo e autónomo. As imagens de anatomia microscópica eram inicialmente asseguradas por desenhos penduradas nas paredes das salas de aula, por ilustrações publicados em livros, por desenhos elaborados sob a observação atenta ao microscópico e posteriormente pela projeção de slides. De qualquer forma, foi sempre incentivado o acesso direto a imagens ao microscópio, desde a sua utilização coletiva, aos pares ou de forma individual com lâminas de vidro e em ambiente laboratorial. O advento de computadores e da era digital proporcionou novos meios divulgação e de ensino, que recentemente culminaram com o ensino de histologia e de patologia recorrendo ao microscópio virtual. Independentemente da forma como as imagens de histologia são aprendidas, os estudantes devem registar mentalmente os aspetos morfológicos das estruturas saudáveis, para fácil reconhecimento de possíveis alterações em situação de doença, mesmo nas fases iniciais do seu desenvolvimento. Estes conhecimentos devem ser sustentados por uma correta e rigorosa observação ao microscópio, uma adequada interpretação das imagens observadas e pela transmissão e descrição dessa mesma informação em linguagem científica correta e adequada.

REFERÊNCIAS

AMER, M. G.; NEMENQANI, D. M. Successful Use of Virtual Microscopy in the Assessment of Practical Histology during Pandemic COVID-19: A Descriptive Study. **J Microsc Ultrastruct**, v. 8, n. 4, p. 156-161, Dec. 2020. DOI 10.4103/JMAU.JMAU_67_20.

BECK, A. et al., Peer-assisted learning in introductory histopathology improves learner scores and delivers learner satisfaction. **Med Sci Educ**, v. 26, n. 1, p. 85-92, Nov. 2016. DOI 10.1007/s40670-015-0207-6.

BENNETT, J. H. (1812-1875) Clinical Teacher of Edinburgh. JAMA, v. 208, n. 5, p. 857-858, 1969, DOI 10.1001/jama.1969.03160050111017.

BLOODGOOD, R. A. Active learning: A small group histology laboratory exercise in a whole class setting utilizing virtual slides and peer education. **Anat Sci Educ,** v. 5, n. 6, p. 367-373, Nov. 2012. DOI 10.1002/ase.1294.

BRACEGIRDLE, P. H. **The establishment of histology in the curriculum of the London Medical Schools:1826-1886.** 1996. Tese de doutoramento em História da Ciência. University College London.

CALADO, A. M. História do Ensino de Histologia. História da Ciência e Ensino, v. 20, p. 455-466, 2019. http://dx.doi.org/10.23925/2178-. 2911.2019v20espp455-466

Cunningham, C. M., Larzelere, E. D., Arar, I. (2008). Conventional Microscopy vs. Computer Imagery in Chiropractic Education. The Journal of chiropractic education, 22(2), 138–144. https://doi.org/10.7899/1042-5055-22.2.138

CUSTERS, E. J. F. M.; OLLE, C. The History of Medical Education in Europe and the United States, With Respect to Time and Proficiency. **Academic Medicine**, v. 93, n. 3, S49–S54, Mar. 2018. DOI 10.1097/ACM.0000000000002079

DEE, F. R.; MEYERHOLZ, D. K. Teaching medical pathology in the twenty-first century: virtual microscopy applications. **J Vet Med Educ**, v. 34, n. 4, p. 431-436, Fall 2007. DOI 10.3138/jvme.34.4.431.

DRAIN, S. Truncated ambition: Thomas King Chambers, MD (1817-1889), **J Med Biogr**, v. 24, n. 2, p. 206-215, Mac. 2014. DOI 10.1177/0967772014526316.

GARDNER, D. John Goodsir FRS (1814–1867): Pioneer of cytology and microbiology. **J Med Biogr,** v. 0, n. 0, p. 1-9, Nov. 2015. DOI 10.1177/0967772015591716

GHOSH, S. K. Giovanni Battista Morgagni (1682–1771): father of pathologic anatomy and pioneer of modern medicine. **Anat Sci Int**, v. 92, n. 3, p. 305-312, Jun. 2017. DOI 10.1007/s12565-016-0373-7.

HAJDU, S. I. A Note from History: Microscopic Contributions of Pioneer Pathologists. **Ann Clin Lab Sci**, v. 41, n. 2, p. 201-206, Spring 2011. disponível em http://www.annclinlabsci.org/content/41/2/201.long.

HANNA, M. G. et al., Validation of a digital pathology system including remote review during the COVID-19 pandemic. **Mod Pathol**, v. 33, n. 11, p. 2115-2127, Nov. 2020. DOI 10.1038/s41379-020-0601-5.

HARRIS, T, et al., Comparison of a virtual microscope laboratory to a regular microscope laboratory for teaching histology. **Anat Rec B New Anat**, v. 265, n. 1, p. 10-14, Fev. 2001. DOI 10.1002/ar.1036.

HERRMANN, F. E. et al., A survey study on student preferences regarding pathology teaching in Germany: a call for curricular modernization. **BMC Med Edu**, v. 15, n. 94, Jun. 2015. DOI 10.1186/s12909-015-0381-7.

HIGHTOWER, J. A.; BOOCKFOR, F. R.; BLAKE, C. A.; MILLETTE, C. F. The standard medical microscopic anatomy course: histology circa. **Anat Rec,** v. 257, n. 3, p. 96-101, Jun. 1998. DOI 10.1002/(SICI)1097-0185(19990615)257:3<96::AID-AR6>3.0.CO;2-#.

HORTSCH, M. Using Virtual Microscopy-Advancing Anatomical Education Worldwide. **FASEB J**., v. 31, n. 1, p. 89.1-89.1, April 2018. disponível em https://doi.org/10.1096/fasebj.31.1_supplement.89.1.

INAYA, H. H., et al., Once Upon a Microscopic Slide: The Story of Histology. **J Cytol Histol**, v. 6, n. 6, 1000377, Out. 2015. DOI 10.4172/2157-7099.1000377, disponível em http://dx.doi.org/10.4172/2157-7099.1000377.

JACKSON, B. D. Dictionary of National Biography, 1885-1900/ Bennett, John Joseph, v. 4, 2021, https://en.wikisource.org/w/index.php?title=Dictionary_of_National_Biography,_1885-1900/Bennett,_John_Joseph&oldid=10745532

JACYNA, L. S. A Host of Experienced Microscopists": The Establishment of Histology in Nineteenth-Century Edinburgh. **Bull Hist Med**, v. 75, n. 2, p. 225-253, Summer 2001. DOI 10.1353/bhm.2001.0072.

LE MINOR, J. M. History of histology in Strasbourg. **Arch Anat Histol Embryol**, v. 75, p. 151-82, 1993. disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8881561/

LOHFF, B. Facts and philosophy in neurophysiology. The 200th anniversary of Johannes Müller (1801-1858). **J Hist Neurosci**, v. 10, n. 3, p. 277-292, Dez. 2001. DOI 10.1076/jhin.10.3.277.9092.

MAZZARELLO, P. "A unifying concept: the history of cell theory", **Nat Cell Biol**, v. 1, n. 1, E13-E15, Mai. 1990. DOI 10.1038/8964.

MCKENDRICK, J. G. Allen Thomson. **Nature**, v. 29, p. 510–511, 1884. DOI https://doi.org/10.1038/029510a0.

RAFI, A.; RAUF, A.; ANWAR, M. I. Significance of actually drawing microscopic images and its impact on students' understanding of histology. **J Dow Univ Health Sci Karachi**, v. 11, n. 3, p. 77-81, 2017, DOI 10.36570/jduhs.2017.3.540

RANDELL, R. et al., Diagnosis of major cancer resection specimens with virtual slides: impact of a novel digital pathology workstation. **Hum Pathol,** v. 45, n. 10, p. 2101-2106. Oct. 2014. DOI 10.1016/j.humpath.2014.06.017.

RIBATTI, D. An historical note on the cell theory. **Exp Cell Res**, v. 364, n. 1, p. 1-4, Jan. 2018. DOI 10.1016/j.yexcr.2018.01.038.

SALGUEIRO, A. S. G. **Ciência e Universidade na I República**. 2015. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

SHOJA, M. S. et al., Marie-Franc-ois Xavier Bichat (1771–1802) and his contributions to the foundations of pathological anatomy and modern medicine. **Ann Anat**, v. 190, n. 5, p. 413.420, Nov. 2008. https://doi.org/10.1016/j.aanat.2008.07.004

SILVA, L. F. F.; SALDIVA, P. H. N.; ALVES, V. A. F. History and prospects of Pathology in Medicine. **Rev Med,** São Paulo, v. 95, supl 2, p. 68-72, Jul.-Ago. 2016. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v95ispe2p68-72

STATHONIKOS, N. et al., Digital pathology in the time of corona. **J Clin Pathol**, v. 73, n. 11, p. 706-712, Nov. 2020. https://doi.org/10.1136/jclinpath-2020-206845

STURDY, S. Scientific Method for Medical Practitioners: The Case Method of Teaching Pathology in Early Twentieth-Century Edinburgh. V. 81, n. 4, p. 760-792, Feb. 2007. DOI 10.1353/bhm.2007.0093

VAN DEN TWEEL, J. T.; CLIVE, R. A brief history of pathology. **Virchows Arch**, v. 457, n. 1, p. 3-10, May. 2010. DOI 10.1007/s00428-010-0934-4.

CAPÍTULO 11

HISTÓRIA DO LUGAR BRASIVIANO NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 24/05/2021

Francisco Marquelino Santana
Doutor em Geografia e Vice Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa, Modos de Vida e Cultura Amazônica – GEPCULTURA do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Rondônia – PPGG / UNIR
Porto Velho – RO
http;//lattes.cnpq.br/6057370816253502

RESUMO: Durante o segundo surto da borracha natural na Amazônia Sul – Ocidental brasileira (1942 – 1945), mais especificamente nos Estados do Acre e Rondônia, os camponeses oriundos do sertão nordestino e metamorfoseados no espaço e tempo em seringueiros, foram de forma desumana, submetidos a um ardiloso processo histórico de infortúnio e hostilização. Mas a história dessas coletividades tradicionais amazônicas não foi somente de dominação e exploração, conforme podemos detectar através da fenomenologia e da pesquisa bibliográfica. Houve então, enfrentamento e resistência na luta por liberdade? É o que veremos no bojo deste artigo: o surgimento de uma identidade brasiviana que conseguiu vencer a opressão dos dominantes e conquistar o seu lugar na floresta pandina boliviana.

PALAVRAS – CHAVE: Seringueiros brasivianos; Lugar; Amazônia boliviana.

HISTORY OF THE BRASIVIAN PLACE ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER

ABSTRACT: During the two major outbreaks of natural rubber in the southern-Western brasilian amazon, more specifically in the states of Acre and Rondônia, the peasants from the northeastern hinterland and metamorphosed in space and time in rubber tapepers were inhumane, subjected to a cunning historical process of misfortune and hostility. But the history of these traditional Amazonian collectivities was not only of domination and exploitation. Was there then confrontation and resistance in the struggle for freedom? This is what we will see in the bulge of this article: the emergence of a Brasian identity that managed to overcome the oppression of the dominant and conquer its place in the bolivian pandina forest.

KEYWORDS: Brasian rubber tapers; place; bolivian amazon.

1 | INTRODUÇÃO

Com o advento do segundo ciclo da borracha na Amazônia brasileira (1942 – 1945), os sertanejos nordestinos iniciaram uma longa marcha para trabalharem na extração do precioso látex em pleno cenário da segunda grande guerra mundial.

Além desta nota introdutória, o presente artigo é composto de mais quatro capítulos que instigam esta elucidação histórica, desde a origem do árduo processo migratório até a chegada dos seringueiros brasileiros nos

seringais pandinos do Noroeste boliviano na fronteira com o Estado de Rondônia – Brasil.

No segundo capítulo apresentamos a gênese da identidade brasiviana no entranhamento do sertão nordestino. O termo brasiviano é aqui tratado no sentido de conceituar os seringueiros brasileiros que rompendo as barreiras fronteiriças foram se fixar na floresta do Departamento de Pando na Bolívia.

O terceiro capítulo atenta para a chegada dos trabalhadores nordestinos nos seringais da Amazônia brasileira: os soldados da borracha. Os sertanejos que já chegaram endividados em suas colocações tiveram ainda que enfrentar os perigos da floresta e uma aviltante relação de dominação e exploração com os seus patrões: os seringalistas.

No quarto e último capítulo deste artigo enfocamos os seringais do rio Mamu, o lugar brasiviano onde os seringueiros brasileiros foram se estabelecer para no espaço e tempo construir a singular identidade brasiviana. Os modos de vida foram sendo metamorfoseados numa transição de dominação e exploração para uma cotidianidade de liberdade e bem viver.

É na exuberância do bem viver que surge a poética das encantarias brasivianas, tradicionalmente imbricadas na originalidade e autenticidade do lugar. Um lugar de sentimento e pertencimento que teve as suas origens nas raízes da caatinga nordestina.

2 I A GÊNESE DA IDENTIDADE BRASIVIANA

No início da década de 1940 a seca horripilante castigava o sertão do Nordeste. Na escabrosa relação do homem com a terra, os trabalhadores são afugentados do torrão natal sob a disseminação de uma propaganda enganosa do Estado Novo.

A linguagem persuasiva do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP invade o sertão, os cartazes de riqueza e fartura dos seringais amazônicos são trabalhados com eficácia pelo pintor suíço Jean Pierre Chabloz, contratado pelo governo Vargas para disseminar o engodo a todos os lares do semiárido nordestino.

O processo migratório foi conduzido pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTAS. Os soldados da borracha foram embrenhados na mata sem nenhuma assistência governamental e muitos não resistiram ao estado de abandono. Conforme nos esclarece Maria Verônica Secreto (2007, p. 37):

> As estatísticas de morte nunca são muito precisas, mas podem nos dar uma ideia da magnitude da tragédia humana. De aproximadamente 50 mil soldados da borracha – entre trabalhadores e dependentes – que foram para a Amazônia entre 1943 e 1944, estima-se que quase a metade morreu ou desapareceu.

A migração e a desterritorialização pareciam enfim, eliminar uma história de escárnio e execração, e proporcionar aos sertanejos novos modos de vida que oferecesse riqueza e prosperidade, mas a promessa estatal de um bem-estar traria outra realidade diferente

da prometida, conforme poderemos observar na chegada dos soldados da borracha aos seringais amazônicos da fronteira Brasil – Bolívia.

3 I A CHEGADA AOS SERINGAIS FRONTEIRIÇOS

Ao adentrar nos seringais amazônicos, o sertanejo transformado em soldado, agora se viu transformado em seringueiro. O seringueiro se viu dominado e explorado pela figura afrontosa do seringalista e um eterno endividamento no barracão. Segundo Ranzi (2017, p. 21), barracão significa:

> Grande barraca, abrigo ou telheiro, ou casa provisória, geralmente de madeira, para guardar utensílios; depósito. Estabelecimento comercial no campo ou em lugares pouco habitados. Casa de moradia do dono dos seringais ou de seu administrador, e que é, ao mesmo tempo, habitação, depósito de gêneros de primeiras necessidades, da borracha colhida nos 'centros' e loja para venda de gêneros, roupas, ferramentas e utensílios; local de aviamento dos seringueiros.

Ludibriado pela linguagem persuasiva do Estado Novo, o trabalhador nordestino entrelaçado a um novo espaço, aos poucos foi sentindo os sonhos de riqueza e liberdade transformarem-se em pesadelo. O soldado da borracha sente o seu mundo vivido passar por uma radical reviravolta, e passar por um processo de ruptura dos seus modos de vida através de uma passagem efêmera da caatinga ao seringal.

A casa de taipa transformou-se em tapiri e as cactáceas do semiárido nordestino ficaram apenas grudadas no imaginário do sertão natal. A estrada agora é de seringa e os utensílios de trabalho foram adaptados para a produção em larga escala da famosa borracha natural de exportação em plena Segunda Guerra Mundial. Conforme nos esclarece Souza (2004, p. 55), o trabalho diário do seringueiro na extração do látex resumia-se em três atividades distintas:

> Uma, onde ele, geralmente se levanta cedo da madrugada e sai para cortar a estrada de seringa (sangrar as madeiras e embutir as tigelinhas para aparar o látex), ocasião em que percorrendo todo o percurso, ou seja, entrando na boca da estrada por uma perna e saindo pela outra, que se encontra novamente na boca. Essa primeira etapa geralmente se encerra entre nove e trinta às dez e trinta da manhã. E outra, que após ele almoçar uma farofa na boca da estrada, no caso das estradas longe (...) se inicia por volta das onze ou onze e trinta, repetindo todo o percurso, procedendo a atividade de recolher o látex de dentro das tigelinhas que foram embutidas no corte. (...) A terceira etapa era acender o 'buião' e defumar o látex, que consiste em banhar a borracha com o látex, dentro de uma bacia grande, estrategicamente montada próximo ao buião e, realizando movimentos giratórios, defumar na fumaça até o látex coagular. O movimento se repete seguidamente até que todo látex esteja coagulado na borracha, formando o que se chama "pela" (borracha natural em forma de bola). (...) O trabalho de defumação terminava lá pelas dezenove ou vinte horas.

As relações de dominação e exploração entre seringueiros e seringalistas não

cessavam. Sem comiseração ou complacência, os seringalistas agiam como déspotas visando apenas o lucro e uma produção em larga escala para atender ao mercado internacional. Por sua vez, os seringueiros que migraram para os seringais no embuste de uma mentira ardilosa, tiveram que se adequar no espaço e tempo a novos modos de vida e a novos utensílios de trabalho. Segundo Souza (2004, p. 56), os objetos de trabalho consistiam basicamente nos seguintes utensílios:

> Balde (recipiente cilíndrico, com boca estreita, de fabricação artesanal, feito de flandre com capacidade para quatro ou cinco litros de líquido); poronga (lamparina com armação para encaixar na cabeça, de fabricação artesanal e feita de flandre); faca de seringa (lâmina estreita de aço, com uma das extremidades afiada e curvada e a outra com um pequeno gancho que se encaixa na cabrita; cabrita (lâmina de aço com uma extremidade curvada para encaixar a faca de seringa e a outra presa a um cabo de madeira com aproximadamente 30 cm de comprimento); raspadeira(lâmina de aço com uma extremidade curva – noventa graus – afiada e a outra presa a um cabo de madeira em forma de uma pequena enxada), sua utilidade é para raspar a casca da seringueira, visando facilitar a execução da sangria no local da bandeira (parte da árvore – seringueira – delimitada para a sangria do corte); saco de encauchado (saco de fazenda, impermeabilizado com o látex defumado, utilizado para carregar o látex); sarugo (tipo de corda elástica, fabricado com látex, utilizado para amarrar a boca do saco de encauchado) e ainda colocar os sapatos de seringa e roupas de trabalho no local certo, para não haver perigo de atrasar a saída no dia seguinte.

A história sempre registrou a hecatombe humana no processo migratório da caatinga ao seringal, assim como, o relacionamento de trabalho repugnante entre dominados e dominadores nos seringais amazônicos, porém, também concordamos com a ideia de que os seringueiros não se deixaram por dominar e resistiram ao infortúnio da exploração do capital sobre o trabalho.

A fronteira Brasil – Bolívia é um exemplo histórico de resistência, enfrentamento e luta por liberdade e bem viver. Na região denominada Ponta do Abunã – Município de Porto Velho - Estado de Rondônia – Brasil na fronteira com a Província Federico Román – Departamento de Pando – Bolívia, os seringueiros brasileiros adentraram na perigosa travessia do rio Mamu em território boliviano e constituíram uma tradicional coletividade brasiviana durante os dois períodos áureos da borracha.

Os seringais do rio Mamu se tornaram o que chamo de “Seringola” para os seringueiros brasileiros, visto que naquelas populações tradicionais do Noroeste pandino boliviano não havia a figura do seringalista e nem havia barracão. Cada seringueiro era proprietário da colocação ou seringal onde viviam em plena liberdade como forma de bem viver. Nos seringais do rio Mamu as mercadorias eram adquiridas no popular regatão e não no Barracão, como nos tradicionais seringais brasileiros. Ranzi (2017, p. 86), assim conceitua regatão:

> Pequeno comércio em que se vende de tudo numa barca, batelão, que é ao mesmo tempo, casa, armazém e escritório, subindo e descendo os rios

> amazônicos. O regatão adquire os produtos bem mais baratos nas cidades e vende aos seringueiros e ribeirinhos a preços exorbitantes e adquire os produtos regionais. Vendedor que percorre os rios de barco, batelão, parando de lugar em lugar.

Desta forma podemos dizer que nos seringolas do rio Mamu, Bolívia, os seringueiros brasileiros conquistaram o seu lugar, o bem viver e a peculiar identidade brasiviana.

4 I SERINGAIS DO RIO MAMU: LIBERDADE E BEM VIVER NO LUGAR BRASIVIANO

Distanciados da aversão, estereótipos e estigmatizações da vivência nos seringais amazônicos brasileiros, os seringueiros brasileiros encontraram no mundo além fronteira um autêntico e original seringola florestal: os seringais pandinos bolivianos do rio Mamu. O rio Mamu mede aproximadamente 164 km de Extensão, é de perigosa travessia, de difícil acesso e mais parece um labirinto fluvial com as suas pequenas curvas de manobras ágeis e repentinas.

O rio Mamu (Figura 01) tem a sua nascente no Município de Santa Rosa del Abuná e a sua foz no Município de Santos Mercado na Província Federico Román, onde despeja as suas águas escuras nas águas amareladas do rio Abunã. Ambas as províncias estão localizadas no Departamento de Pando, Floresta amazônica do Noroeste boliviano, na fronteira com o Estado de Rondônia – Brasil.

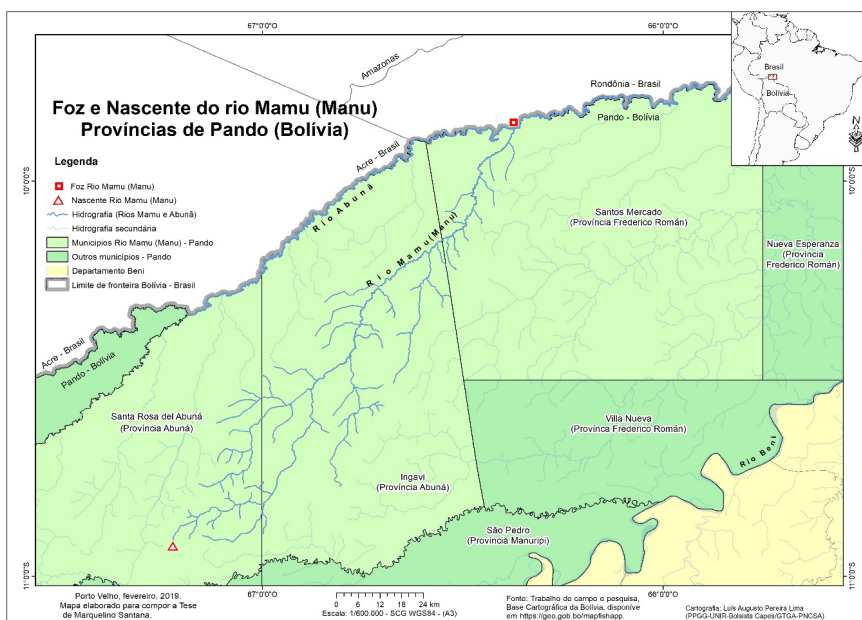



Figura 01 – Mapa do rio Mamu/Pando/Bolívia.

Fonte – Base cartográfica da Bolívia. Santana, FM. (2019).

Nos seringais do rio Mamu (Figura 02), habitados por seringueiros brasileiros desde o primeiro ciclo da borracha (1870 – 1912), e posteriormente durante a Guerra da Batalha da Borracha (1942 – 1945), com a chegada dos soldados da borracha do sertão nordestino tornou-se uma inefável população tradicional ribeirinha e um exuberante seringola de liberdade e bem viver, onde em suas espacialidades, territorialidades e temporalidades, foi surgindo a gênese da singular identidade brasiviana pandina.

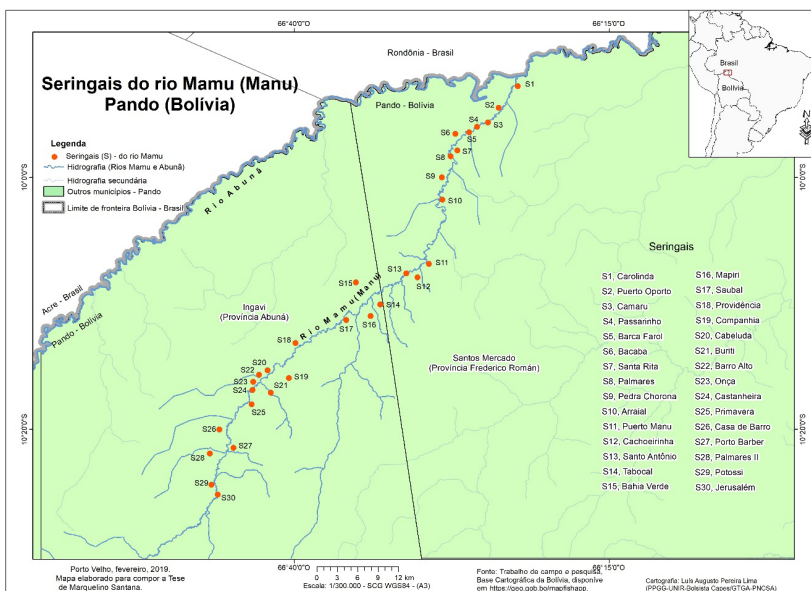



Figura 02 – Seringais do rio Mamu/Pando/Bolívia.

Fonte – Base cartográfica da Bolívia. Santana, FM. 2019.

As águas escuras deste caudaloso rio, depois de se encontrarem com as aguas amareladas do rio Abunã, tornam-se posteriormente azul – verdejante, e desta forma vão banhando e alimentando as suas briosas coletividades daquele exuberante reino extrativista de uma Pan – Amazônia, peculiar, plural e cosmopolita.

Foi nesta poética devaneante do lugar brasiviano que o espaço vivido benevolente trouxe no cerne da alma seringueira, a tão almejada liberdade e a tão esperada luz do bem viver, pois de acordo com Tuan (1983, p. 151*), "O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado".* Neste profundo encantamento do imaginário do lugar brotaram as travessias e manobras mitológicas do menino-boto, os cabelos longos enraizados entrelaçados nas águas anunciam a aparição da mãe-d'água brasiviana e o seu cantar sedutor melodioso, desmesurado e estetizante da exaltação dos sentidos da espiritualidade ribeirinha.

É neste cenário viscoso divinizado que o mítico velho da canoa se entranha

simbolicamente nos sonhos devaneantes dos seringueiros para desta forma realizar os desejos da vida cotidiana materializada no espaço de ação vivenciado que fecunda nas presentificações e significações da liberdade e bem viver da terra mãe do lugar brasiviano.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exímia e peculiar celebração mitológica da alma seringueira brasiviana encontra em sua sublime identidade sócio-linguístico-cultural uma deslumbrante e encantadora ontologia do ser com a mais imaculada vivência humana entranhada no sentimento e pertencimento da liberdade, bem viver e exuberância cósmica do lugar.

Os seringais brasileiros durante os dois grandes surtos da borracha na Amazônia – apesar da ganância de uma capital desalojador de almas – jamais se renderam a dominação e exploração seringalista, e jamais desistiram de partir para o enfrentamento e resistência.

Para os seringueiros brasileiros não houve divisas, marcos, nem fronteiras que pudessem ceifar o processo de liberdade. Eles lutaram para construir um mundo mais justo e nesta fronteira do humano, alçaram voo como prova irrefutável de luta e resistência, tal como jamais esmaeceram diante da incansável busca por dignidade, sempre com resiliência, empoderamento e justiça social.

Seus remanescentes continuam lutando contra o arbitrário cercear de seus direitos, contra a coerção privada e estatal, contra o conluio do capital opressor e contra a derrocada hostil das populações originárias e tradicionais da Pan – Amazônia.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

______. **A Poética dos Devaneios**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

______. **A Terra e os Devaneios da Vontade.** São Paulo, Martins Fontes,1989.

______. **A Agua e os Sonhos**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

CARBONI, Florenci & MAESTRI, Mário**. A linguagem escravizada**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. São Paulo, Perspectiva, 2015.

HOLZER, Werther. Mundo e lugar: Ensaio de Geografia fenomenológica. In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: Uma poética do Imaginário.** São Paulo, Escrituras, 2001.

MARTINS, José de Souza**. Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, Editora contexto, 2009.

MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

MARANDOLA Jr, Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

MOLES, Abraham. **O cartaz**. São Paulo: perspectiva, 1974.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças, S. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo, Terceira Margem Editora Ltda., 2000.

OLIVEIRA, Lívia. **O sentido de lugar.** In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

RANZI, Pedr. **Vamos falar o acreanes.** Rio Branco, Edufac, 2017.

RELPH, Edward. **Reflexões sobre a emergência, Aspectos e Essência de Lugar.** In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

SARAMAGO, Lígia. Como ponta de lança: **O pensamento do lugar em Heidegger.** In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

SECRETO, Maria Verónica. **Soldados da Borracha**. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.2007.

SECRETO, M. V. **A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: Ou “discurso do rio Amazonas” á saga dos soldados da borracha**. Rio de Janeiro: revista de Estudos histórico, nº 40. 2007.

SOUZA, R. F. **Arigó**. São Paulo: Scortecci, 2004.

TUAN, Yi-Fu. ***Espaço e lugar***. São Paulo: Difel, 1983.

CAPÍTULO 12

LEITURA DE MAPA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO 6°ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COLÉGIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO

Data de aceite: 23/06/2021

Anna Clara Barbosa de Sousa
Graduada em Geografia na Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste
Quirinópolis- Goiás
http://lattes.cnpq.br/1136004557713346

Nilda Aparecida Pascoal Rezende
Docente no curso de Geografia na Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste
Quirinópolis- Goiás
http://lattes.cnpq.br/5516230862701529

RESUMO: Esta pesquisa está vinculada a Residência Pedagógica e ao Projeto de Extensão, 'Leitura e Interpretação de Mapas: uma prática necessária', desenvolvido no Colégio Estadual de Tempo Integral Presidente Castelo Branco, iniciada em 2018 e reeditado em 2019. O público-alvo são alunos do 6º ano das séries finais do ensino fundamental e tem como objetivo apresentar estratégias metodológicas para leitura e interpretação de mapas, visando melhorar o entendimento e assimilação deste tipo de linguagem. O uso do material didático, como os mapas, constitui-se em valioso recurso pedagógico para o professor de Geografia como para todas as pessoas. Entretanto, para desenvolver habilidades em leitura de mapas, é preciso que o professor construa estratégias para ler e interpretar nessa fase da aprendizagem. O método utilizado para o desenvolvimento do projeto foi a pesquisa participante. Justifica-se o projeto por entender que a leitura e interpretação de mapas se desenvolvem em um processo lento e gradativo para melhorar a consciência do aluno sobre o mundo físico e social. O encaminhamento metodológico se deu em etapas: consultas bibliográficas, com a finalidade de subsidiar o embasamento teórico conceitual utilizado no decorrer da pesquisa, como pesquisa-ação e Orientação Espacial e Orientação Geográfica. Na segunda, ações vinculadas a legendas e escalas. Para a terceira etapa foi proposto trabalhar a organização regional de Quirinópolis e Goiás Político. Na quarta etapa, Roteiro de atividades com aplicação do questionário. Os resultados estão apresentados nos relatos de experiências pelos residentes, com registros fotográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura de Mapas; Ensino fundamental; Atividades Práticas**.**

MAP READING: REPORT OF EXPERIENCES OF STUDENTS OF THE PEDAGOGICAL RESIDENCE IN THE 6TH YEAR OF FUNDAMENTAL EDUCATION AT PRESIDENTE CASTELO BRANCO COLLEGE

ABSTRACT: This research is linked to the Pedagogical Residence and to the Extension Project, 'Reading and Interpretation of Maps: a necessary practice', developed at the Colégio Estadual de Tempo Full Presidente Castelo Branco, started in 2018 and reedited in 2019. The target audience are 6th year students of the final grades of elementary school and aims to present methodological strategies for reading and interpreting maps, aiming to improve the understanding and assimilation of this type of

language. The use of didactic material, such as maps, constitutes a valuable pedagogical resource for the geography teacher as well as for all people. However, to develop skills in reading maps, it is necessary that the teacher builds strategies to read and interpret in this phase of learning. The method used for the development of the project was participant research. The project is justified by understanding that the reading and interpretation of maps develop in a slow and gradual process to improve the student's awareness of the physical and social world. The methodological guidance was carried out in stages: bibliographic consultations, in order to support the conceptual theoretical basis used in the course of the research, such as action research and Spatial Orientation and Geographic Orientation. In the second, actions linked to subtitles and scales. For the third stage, it was proposed to work with the regional organization of Quirinópolis and Goiás Político. In the fourth stage, Roadmap of activities with application of the questionnaire. The results are presented in the reports of experiences by the residents, with photographic records.
KEYWORDS: Map Reading; Elementary School; Practical Activities.

1 I INTRODUÇÃO

Escolheu-se abordar leitura e interpretação de mapas, devido à defasagem que os alunos do ensino fundamental apresentam em relação ao domínio e entendimento da linguagem cartográfica. O público-alvo dessa pesquisa são alunos do 6° ano das séries finais do ensino fundamental do CEPI Castelo Branco.

O uso do material didático com mapas constitui-se em valioso recurso pedagógico para o professor de Geografia. Entretanto, para desenvolver habilidades em leitura de mapas, é preciso que o professor construa estratégias para lê-los e interpretá-los nessa fase da aprendizagem evidenciando estratégias metodológicas que viabilize melhorar o entendimento e assimilação desse tipo de linguagem.

Esta pesquisa teve origem no projeto de extensão: Leitura e interpretação de mapas: uma prática necessária iniciada em 2018 e reeditado em 2019 com a participação dos acadêmicos da residência pedagógica e, justifica-se por colocar o aluno em contato direto com diferentes tipos de mapas complementando e ampliando conhecimentos referentes aos conceitos trabalhados para realizar leitura dos mapas, mesmo que de forma lenta e gradativa.

2 I MATERIAL E MÉTODO

O espaço escolar da escola campo conta com uma área livre para recreação com duas passarelas. Nesse espaço, há mesas, bancos em alvenaria, ideal para as ações práticas com os alunos, além de ser arborizado/ fresco, o que possibilita sair da rotina de sala de aula.

As ações pensadas e elaboradas aconteceram nos encontros semanais no Campus da UEG/ Quirinópolis e foram materializadas no colégio de Castelo Branco para alunos

do 6º ano com idade média de 12 anos. Nesse processo, os acadêmicos de graduação/residentes envolvidos no projeto também são aprendizes, pois ao mediarem as discussões aprendem a desenvolver experiências e propor novas metodologias para leitura de mapas.

O método utilizado para a pesquisa foi a pesquisa participante que, segundo Brandão (1998, p. 43) é "a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior", ideal para uma pesquisa relacionada à prática e abordagem qualitativa, uma vez que emprega a pesquisa de campo na observação participativa com o objetivo de produzir novas informações.

As consultas bibliográficas aconteceram no decorrer da pesquisa de forma continuada, com a finalidade de subsidiar o embasamento teórico conceitual utilizado no decorrer da pesquisa, como pesquisa-ação, em que a investigação tem a colaboração dos participantes alunos do 6°ano do ensino fundamental e acadêmicos do 3° e 4° ano de geografia.

Para a coleta dos dados, foram propostas diferentes etapas, sendo a primeira, Orientação Espacial e Orientação Geográfica. Na segunda, ações vinculadas a legendas e escalas. Para a terceira etapa foi proposto trabalhar a organização regional de Quirinópolis e Goiás Político. Na quarta etapa, Roteiro de atividades com aplicação do questionário.

Para exceção das atividades desenvolvidas no Projeto fez-se uso da carta urbana de Quirinópolis, mapa regional do município de Quirinópolis, mapa político do estado de Goiás com diferentes escalas e atividades xerocopiadas. As etapas desenvolvidas aqui apresentadas por meio de registros fotográficos seguido de análise.

3 I A CARTOGRAFIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A parte introdutória da cartografia vem na primeira etapa do Ensino Fundamental. Nesse processo de aprendizagem, o aluno evolui mediante as séries concluídas e, aos poucos, vão descobrindo o mundo ao seu redor, de modo que, a 5 criança reconhece esse universo a que pertence. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p.361) para o Ensino Fundamental nos anos iniciais, afirma:

> [...] os alunos começam, por meio do exercício da localização geográfica, a desenvolver o pensamento espacial, que gradativamente passa a envolver outros princípios metodológicos do raciocínio geográfico, como os de localização, extensão, correlação, diferenciação e analogia espacial.

Entrando na segunda etapa do Ensino Fundamental, o aluno tem um professor específico para o componente curricular de Geografia, de modo que o aluno receberá uma aprendizagem aprimorada, além de partir para novos conhecimentos, evoluindo conforme as séries seguintes do processo de ensino. A Base Nacional Comum Curricular, (BNCC) (BRASIL, 2018, p.362) estabelece:

> [...] que os alunos consigam ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas

> temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial. Essa, aliás, deve ser uma preocupação norteadora do trabalho com mapas em Geografia. Eles devem, sempre que possível, servir de suporte para o repertório que faz parte do raciocínio geográfico, fugindo do ensino do mapa pelo mapa, como fim em si mesmo.

Nesse contexto, a cartografia é um componente de leitura, análise, interpretação e construção que abastece o professor com recursos para aplicação dos conteúdos da Geografia, sendo possível ressaltar (BRASIL, 1998, p.76) que:

> [...] além das informações e análises que se podem obter por meio dos textos em que se usa a linguagem verbal, escrita ou oral, torna-se necessário, também, que essas informações se apresentem especializadas, com localizações e extensões precisas, e que possam ser feitas por meio da linguagem gráfica/cartográfica (BRASIL, 1998, p.76).

Torna-se importante o uso da linguagem cartográfica nas séries finais, como recurso metodológico para compreender a leitura de mapas. Diante disso, é fundamental incorporar práticas que promovam essa aprendizagem. O projeto de extensão, 'Leitura e Interpretação de Mapas: uma prática necessária', entra como ponte na articulação dos conhecimentos universitários com a comunidade, já que, possibilita aos acadêmicos apropriar-se de alguns saberes e metodologias que garantam a decodificação das informações presentes nos mapas (título, legenda, escala, orientação e fonte) para, posteriormente, serem capazes de conceituar, localizar-se e mapear seus próprios mapas.

O mapa é um recurso que o professor usa na prática pedagógica do ensino de geografia. É um instrumento que permite construir conceitos, noções básicas de localização, organização, representação e a compreensão sobre o espaço em que vive, levando em consideração o conhecimento já adquirido. O mapa é uma representação da realidade, reproduções, essas, que possibilitam conhecer e se localizar.

É um recurso visual importante para a Geografia. Torna-se necessário aprender e compreender as informações e elementos do mapa. Por isso, é necessário verificar se o mapa tem seus elementos identificadores, como título, legenda, escala, orientação e fonte, como mostra a figura 01.

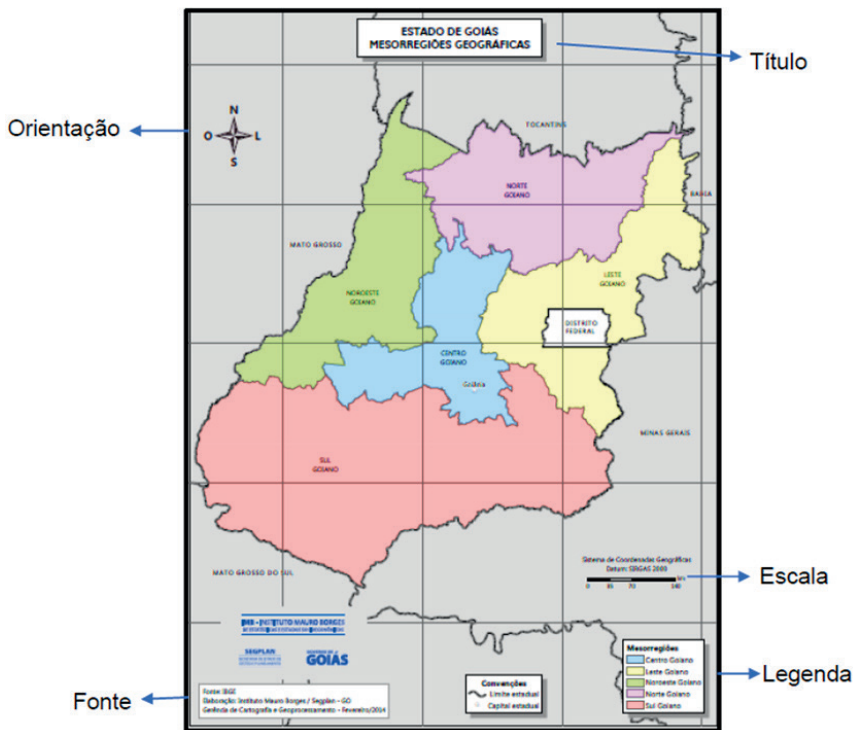



Figura 01. Elementos do Mapa.

Fonte. www.ibge.gov.br – 2019.

Ao iniciar a leitura do mapa, o professor deve apresentar aos alunos a linguagem cartográfica correta. Primeiro o título do mapa que nos dizeres de Oliveira (1987, p. 537) é o “conjunto de indicações que permite identificar um mapa, compreendendo, eventualmente, o assunto [...]”. Outra observação é a representação espacial que o mapa está expondo, qual o tipo de informação e os limites que o mapa está perpassando.

A legenda é a “parte de um mapa [...] com todos os símbolos e cores convencionais, e suas respectivas explicações” (OLIVEIRA, 1987, p. 299) todos esses elementos estão contidos na legenda, portanto, faz-se necessário essa leitura para interpretar o mapa.

Outro elemento cartográfico da leitura do mapa é a escala. Com ela, “pode-se definir escala como a relação ou proporção existente entre as distâncias lineares representadas em um mapa e aquelas existentes no terreno, ou seja, na superfície real” (FITZ, 2008 p.19). Ela pode ser gráfica e numérica. A escala gráfica é a distância do terreno em uma linha contendo a numeração na parte superior ou inferior. É utilizada em mapas digitais (FITZ, 2008). A escala numérica, entretanto, é uma fração onde o numerador corresponde um centímetro no mapa e o denominador é a medida correspondente ao terreno, geralmente, essa escala é utilizada em mapas impressos (FITZ, 2008).

A orientação é representada a partir da rosa dos ventos e deve aparecer registrado

os pontos cardeais ou um símbolo indicando o Norte. Para Fitz (2008, p.35), a chamada ‘Rosa dos Ventos’, a qual contém direções intermediárias estabelecidas com o intuito de auxiliar a orientação do usuário”. Ao conhecer os pontos de orientação do mapa, é importante saber a direção onde o sol nasce, pois se localiza ao Leste, assim tem os pontos cardeais, facilitando a orientação e localização.

Outro ponto importante para a leitura de mapa, é saber diferenciar Sistemático de Temático. O primeiro é conhecido como o mapa base, servem para produzir outras representações, são de leitura simples e abrange uma diversidade de informações. Conforme Santos, Silva e Souza, (2016 p.12), os mapas sistemáticos são responsáveis “pela representação genérica da superfície tridimensional da Terra no plano”.

Já o mapa temático atende qualquer tema a ser representado, podem representar temas agrícolas, políticos, climáticos, uso da terra, pedológico, educacionais, religiosos, econômicos, de endemias, entre outros (OLIVEIRA, 1987). Para elaboração desses mapas, é necessário fazer a coleta de dados, analisar o tema e interpretar as informações do mapa-base (topográfico, geográfico ou hidrográfico). São mapas que estão sempre se adaptando em suas representações, ou seja, os mapas temáticos exibem dados que são elaborados a partir do objetivo da pesquisa Archela e Théry, (2008 p.03) aponta alguns fenômenos para formulação desse mapa;

> [...] podem ser tanto de natureza física como, por exemplo, a média anual de temperatura ou precipitação sobre uma área, de natureza abstrata, humana ou de outra característica qualquer, tal como a taxa de desenvolvimento, indicadores sociais, perfil de uma população segundo variáveis tais como sexo, cor e idade, dentre outros.

As práticas da alfabetização cartográfica, devem iniciar no 6° ano do Ensino Fundamental, com reconhecimento do lugar, abrindo o raciocínio para a segunda fase do ensino fundamental em que os alunos serão acompanhados pelo professor específico da área, visto ser nessa fase que os educandos já adquirirem habilidades para conhecer os conceitos geográficos: paisagem, lugar, região, território, natureza, sociedade.

Os mapas, além de comunicar, demonstram e simplificam a análise de determinados fenômenos que acontecem na superfície da Terra. Nesse sentido, as práticas pedagógicas no ensino da cartografia, em especial, leitura de mapas nas séries finais (6° ao 9° ano) são importantes para melhorar e ampliar o ensino/aprendizado.

O processo de aprendizagem espacial, sobretudo, se deu na escola a partir da compreensão das formas que a sociedade se organiza no espaço. Para isso, foram desenvolvidas as atividades de representação espacial com os educandos com a finalidade de conhecer o espaço cotidiano como: o local escolar, os bairros da cidade, o seu Município, o Estado, o Brasil e outros. Existem vários tipos de mapas para os mais diversos usos, será apresentado no relato de experiência.

4 I RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

A linguagem cartográfica deve ser inserida no cotidiano do aluno desde os primeiros anos escolares para que, de fato, a linguagem cartográfica venha ser um instrumento fundamental no ensino de Geografia (CASTROGIOVANNI, 2000). Assim, é necessário que os professores criem condições, ritmos e estratégias que favoreçam a aprendizagem dos alunos, para que eles possam ampliar a compreensão de conceitos mais elaborados, tomando como ponto de partida os conhecimentos prévios.

Nesse sentido, o objetivo da primeira etapa foi compreender a diferença entre orientação espacial e orientação geográfica com a leitura do espaço e construção de croquis para que pudessem perceber na prática, a diferença entre esses conceitos.

Para essa ação, apresentou-se aos aprendizes a planta urbana da cidade de Quirinópolis, momento para reconhecimento e a localização de pontos representativos (escola, prefeitura, praças e outros) da cidade, bairros, rua (fig. 02) em que mora e, também, identificar os elementos importantes na carta urbana que, segundo Fitz (2008, p.29) "são utilizadas quando há a exigência de um detalhamento bastante minúsculo do terreno."

Figura 02. Carta urbana da cidade de Quirinópolis.

Fonte. SOUSA, Anna Clara Barbosa, 2019.

Vários alunos conhecem a carta urbana de Quirinópolis, como a apresentada na figura 2. Segundo esses apreendestes, esse tipo de carta encontra-se em diversos postos de combustível da cidade. Ficaram surpresos quando conseguiram identificar a sua rua, o seu bairro e outros pontos que fazem parte do seu cotidiano, ou seja, o seu lugar que Carlos (2007, p.18) diz ser "a porção do espaço apropriável para a vida", ou "o lugar [...] representa a porção do espaço geográfico dotado de significados particulares e relações

humanas” (PENA, s/d, p.1), porque é o lugar em que ocorre a materialização e reprodução das relações sociais no cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, recebendo, assim, uma maior significação.

Para complementar essa etapa, foram construídos croquis, partindo do bairro em que mora até a escola, a igreja e outros pontos previamente definidos. O croqui é “[...] um desenho que apresenta um esboço da topografia de uma determinada região” (FITZ, 2008, p. 33) como mostra a figura 03.

Figura 03. Construção do croqui.

Fonte. SOUSA, Anna Clara Barbosa, 2019.

Essas atividades constituíram, de fato, em prática baseado, em reconhecer, localizar e fazer, porém, com resultados variados, conforme grupos formados no início da atividade proposta.

Quanto às ações propostas para a segunda etapa - legendas e escalas, o objetivo foi mostrar a importância dos símbolos apresentados e representados na legenda (fig. 04) que, segundo Pena (s/d, s/p) é “um dos itens de obrigatória presença e que é responsável pela designação dos símbolos utilizados nas representações e os seus respectivos significados”. E escalas “... indica a relação das dimensões ou distâncias marcadas sobre um plano com as dimensões ou distâncias reais” (FERREIRA, 2010, p. 300), ou seja, proporção entre a distância real e o comprimento de sua representação gráfica, sugerindo a representação gráfica da sala de aula como uma forma reduzida do espaço em seu tamanho real com atividades práticas.

Figura 04. Reconhecimento de escala e legenda.

Fonte. SOUSA, Anna Clara Barbosa de, 2019.

No desenvolvimento das atividades práticas escala foi a que mais requereu atenção pois, os alunos demonstraram dificuldades, principalmente, com relação à resolução de exercícios por estar associado a matemática.

Para a terceira etapa do projeto, foi proposto apresentar a organização regional de Quirinópolis e do estado de Goiás e, como complemento, Goiás Político. Assim, a ação teve início com a apresentação do mapa de Quirinópolis com a organização regional interna que de acordo com o município tem 21 microrregiões que para o IBGE (1990, p. 07) é definida "como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço", esse arranjo viabiliza o poder público municipal administrar melhor obras públicas, escolas da zona rural, vias vicinais, questões econômicas, suporte para a agricultura e também mantendo os costumes dos habitantes e sua identidade.

Apresentar a organização regional de Quirinópolis com escala 1:100.000 (fig. 05) foi fundamental para os alunos, pois, nesse momento, tiveram a oportunidade de saber que região é "sinônimo de porção do espaço delimitada por algum critério ou dotada de alguma característica própria, distintiva" (HAESBAERT 2019, p.117). Para dar clareza ao assunto, foram narradas algumas histórias quanto à origem do nome da região ou fato, despertando interesse e curiosidades nos educandos, especialmente quando foram feitas referências às regiões 'Salgado, Bruacas, Guarirobas, Confusão do Rio Preto dentre outras, pois, eles não conheciam as histórias que deram origem a esses nomes e nem essa organização mostrada em mapas.

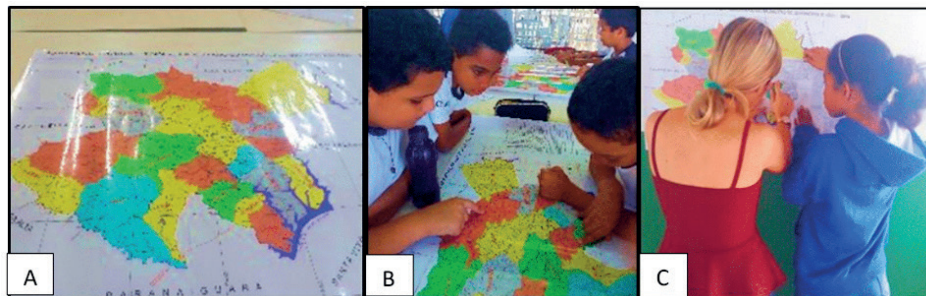



Figura 05. A- Organização Regional do Município de Quirinópolis; B- Trabalhando com localização; C- Aplicação de Atividade práticas.

Fonte. SOUSA, Anna Clara Barbosa de, 2019.

Dando sequência a essa etapa, foram desenvolvidas atividades relacionadas à organização política e regional do Estado de Goiás, momento importante para reforçar sobre os elementos do mapa e reconhecer a região, microrregião e municípios de Goiás com ênfase aos que fazem fronteira com Quirinópolis, identificação e localização da capital do Estado e o Distrito Federal como registra a figura 06.

Figura 06. Divisão regional e Política do Estado de Goiás.

Fonte. SOUSA, Anna Clara Barbosa de, 2019.

A proposta dessa ação teve como objetivo identificar as mesorregiões do Estado de Goiás com destaque para aquela onde está inserido Quirinópolis, deixando claro que essa organização política representa uma "área individualizada em uma unidade da federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas dimensões: o processo social como determinante do quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial" (IBGE 1990, p.8),

mostrando que a mesorregião apresenta uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos mesorregionais.

Para proporcionar fixação da aprendizagem foi proposto um roteiro de atividades complementar (fig. 7) com mapa e questões abertas como: em qual mesorregião e microrregião está Quirinópolis; identificar colorindo os municípios limítrofes de Quirinópolis; reconhecer os maiores e menores municípios do Estado de Goiás.

Figura 07. Atividades Mesorregião do Estado de Goiás.

Fonte. SOUSA, Anna Clara Barbosa de, 2019.

Na quarta etapa, foi desenvolvido um roteiro de atividades cujo objetivo foi verificar o conhecimento adquirido pelos alunos, mediante Projeto Leitura e interpretação de Mapas: uma prática necessária, de modo individual com a aplicação do questionário e mapas. Nessa atividade, na primeira parte, os alunos deveriam explicar a importância dos mapas: se fazem uso de mapas no dia a dia, se ao ver o mapa, é capaz de identificar os seus elementos. Para a segunda parte, foi apresentada a carta do município de Quirinópolis para reconhecer na carta o título, a fonte, a orientação, respondendo cada exercício como mostra a figura 08.

Figura 08. Atividades xerocopiadas.

Fonte. SOUSA, Anna Clara Barbosa de, 2019.

Em outro momento, foi proposto aos alunos uma atividade de questão aberta, sobre qual atividade com mapas trabalhada ao longo do projeto mais gostaram. Dos 26 alunos que participaram dessa ação, 84% mostram suas satisfações a respeito das atividades que foram realizadas. Sendo que 20% gostaram dos exercícios referentes ao bairro; 16% sobre a hidrografia do município;12% disseram que as atividades sobre microrregiões foram interessantes. O destaque ficou para pintar mapas (36%) referentes a mesorregiões e municípios goianos desenvolvidos nas atividades práticas como mostra a figura 09.

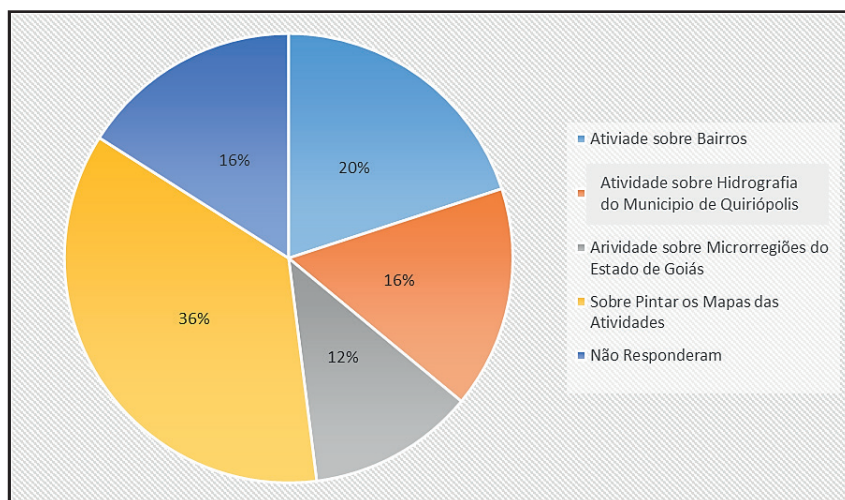



Figura 09. Percentual de repostas de atividades realizadas.

Fonte: SOUSA, Anna Clara Barbosa de, 2019.

Quanto às questões abertas os resultados foram diversificados pois, cada aluno pergunta-mostrou interesse por um determinado mapa. Diante de todas as realizações do projeto junto à turma do 6º ano do CEPI – Colégio Estadual Castelo Branco, foi constatado que as dificuldades dos alunos com relação à leitura e interpretação de mapas são inúmeras. Eles não têm contato com esse tipo de atividade no decorrer das aulas de geografia.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de todas as etapas previstas no projeto “Leitura e interpretação de mapas: uma prática necessária”, pode-se notar que sua aplicação foi válida e significativa.

Observou-se também que o material didático elaborado pelos acadêmicos da Residência Pedagógica foi pertinente, pois utilizou diversos caminhos estratégicos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico de forma eficaz já que as ações do projeto aconteciam após as aulas de Educação Física e nos últimos horários de aula.

O projeto foi executado seguindo o passo-a-passo, respeitando o nível de

compreensão dos educandos, favorecendo a percepção e avanços no conhecimento e na compreensão dos mapas, bem como a assimilação dos conteúdos geográficos apresentado nas atividades.

Assim, pode-se considerar que esse projeto proporcionou uma experiência riquíssima, referente à leitura de mapas, elaboração e a aplicação das atividades práticas, possibilitando melhorias nas aulas de geografia em sala de aula.

Por fim, é importante destacar que não devemos apenas mostrar os mapas e sim ensinar a lê-los e levá-los a compreender as orientações geográficas e cartográfica a partir de onde está. Essas práticas pedagógicas, facilitam o ensino da Geografia e a compreensão cartográfica.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, Rosely Sampaio; THÉRY, Hervé. **Orientação Metodológica para Construção e Leitura de Mapas Temáticos.** Confins, 2008. Disponível em: < http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/orientacao_metodologica.pdf > acesso em: 01 de maio de 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental/ MEC/ SEF. **Parâmetros curriculares nacionais:** geografia. Brasília, 1998. Disponível em. Acessado em 15 de novembro de 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base. 2018. Disponível em < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado em 26 de novembro de 2018.

Brandão, C.R. (1984). A participação da pesquisa no trabalho popular. In: Brandão, C.R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos,2008.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Regiões. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico). Vol.21, N° 45, 2019: jan. /Abr.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**, volume 1. Rio de Janeiro, 1990.

CAPÍTULO 13

“LEMBRAR-SE É TER UMA LEMBRANÇA OU IR EM BUSCA DE UMA LEMBRANÇA”: COLETÂNEA DE ENTREVISTAS DOS/AS MORADORES DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MASCOTE BAHIA

Data de aceite: 23/06/2021

Luciara Santos dos Anjos
Graduanda em Licenciatura em História
Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ *Campus* XVIII
Eunápolis-Bahia

Maria Sandra da Gama
Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ *Campus* XVIII
Eunápolis-Bahia

RESUMO: A presente comunicação é fruto da pesquisa em andamento para o trabalho de conclusão de curso, o TCC, no qual ambiciono, a partir do mesmo, a produção de novas fontes. Pois o objetivo é elaborar uma coletânea sobre as memórias de alguns moradores e moradoras de São João do Paraíso Mascote-Bahia a partir das fontes orais, tendo como fio condutor suas trajetórias antes e depois da chegada ao lugar, identificando as particularidades socioculturais do distrito. Esse estudo se baseia quer seja na metodologia de investigação, quer seja no contato com os sujeitos da pesquisa na oralidade, sendo o método adotado, da História Oral, utilizo o *Manual de História Oral* de Verena Alberti (2004). Realizou-se contato preliminar, entrevistas com roteiros semiestruturados, quando se fez necessário roteiro individual. Essa pesquisa é relevante por trazer à tona a história do cotidiano das pessoas de um pequeno distrito, que não possui registro escrito, acerca da sua organização, bem como da instalação do abastecimento hídrico do referido distrito, pois esse advento de tecnologia, possibilitou modificações no cotidiano dos moradores, sendo uma narrativa que boa parte dos entrevistados destacam, as dificuldades relacionadas à falta de um sistema de abastecimento hídrico e as extenuantes rotinas para conseguir água. Destarte, o que se busca do povoado será possível mediante a memória do grupo de indivíduos que se dispuseram a colaborar para efetivação desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: História oral. Memórias dos antigos moradores (as). São João do Paraíso. Cotidiano.

“REMEMBER THEMSELVES IS HAVE A MEMORY OR LOOKING FOR A MEMORY”: INTERVIEW’S COLLECTION OF SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MASCOTE BAHIA OF RESIDENTS

ABSTRACT: This paper is the research result in progress for the undergraduate Thesis work, in which I aim, it could be a source from the production of new sources. Because the goal is to compile a collection about the memories of some residents of São João do Paraíso Mascote-Bahia from oral sources, having as their guiding thread their trajectories before and after arriving at this place, identifying the socio-cultural particularities of the district. This study is based either on the research methodology, or on contact with the research subjects orally, and the method adopted was based on Verena Alberti *Manual de História Oral* (2004). The Preliminary contact was made by interviews with semi-structured scripts when an individual script needed to be structured. This

research is relevant because it brings up the daily people stories in a small district, which does not have a written record, about their organization, as well as the water installation supply in that district, as this advent of technology has enabled changes in the daily life of the residents, being a narrative that a good part of the interviewee's highlight, the difficulties related to the lack of water supply system and the strenuous routines to obtain water. Thus, what is sought from the village will be possible through the memory of the group of individuals who were willing to collaborate to carry out this research.
KEYWORDS: Oral story, old memory residents, São João do Paraíso, Daily life.

1 I INTRODUÇÃO

Costumo apreciar a quietude presente no silêncio, pois promove a capacidade de ouvir sons, que, em meio ao barulho passariam desapercebidos, como ouvir o silêncio, o som do vento por entre as folhas, ouvir o cantar dos pássaros. Mergulho na inquietude dos meus pensamentos para ouvi-los, em busca de uma lembrança ao meu lugar de memória, o distrito de São João do Paraíso-Mascote, esmiuçando em meu intelecto a possibilidade de fontes para desenvolver o trabalho de conclusão de curso.

Deste modo, sendo direcionada para um tempo distante, mais especificamente para uma lembrança da minha infância, em que, no inverno, a sala da casa de minha avó em São João do Paraíso ficava preenchida por varais, essa lembrança recorda a atividade da minha avó, no interior do lar, ela lavava roupas de ganho, assim providenciava a secagem das roupas dos/as clientes a fim de receber pelo serviço realizado. Vislumbro essa cena como nas palavras de Paul Ricoeur (2007, p.108) "assim retrocedo rumo a minha infância, com o sentimento de que as coisas se passaram numa outra época", de forma metafórica estava olhando com as lentes do historiador, uma lembrança pessoal como possibilidade histórica e de produzir História.

O cenário de entrevistados/as se ampliaram mediante os roteiros semiestruturados para a realização das entrevistas, que tiveram como fio condutor, as memórias dos moradores/as mediante a questão dos trabalhos desenvolvidos na localidade, levando em consideração de onde essas pessoas que formam S.J. Paraíso são oriundas? Elas saem de seus lugares de origem por quê? Chegando em São João do Paraíso como elas sobrevivem ou passam a viver?

Essas foram questões estruturais para criar o objetivo de elaborar uma coletânea sobre as memórias de alguns moradores e moradoras de São João do Paraíso Mascote-Bahia a partir das fontes orais, tendo como fio condutor suas trajetórias antes e depois da chegada ao lugar, identificando as particularidades socioculturais do distrito.

Segundo Ferreira (2017) a historiografia contemporânea, faz um tempo que vem debatendo sobre ampliação das fontes, como fruto dessas ampliações, é possível um intercâmbio entre História e Literatura, visto que a mesma contribui como fonte histórica, a escrita literária é permeada de experiências sociais ficcionalizadas, as quais possuem

formas de linguagens próprias para a produção, promovendo assim, o conceito de *literariedade* que permite a utilização de novos conceitos na escrita literária.

Dessa forma, sou beneficiada com o debate historiográfico e linguístico. Recorro à obra romanesca *Becos da Memória*, a partir do conceito de escrevivência, mescla de experiência e vivência da autora Conceição Evaristo. A obra pode ser compreendida como sendo "ficções da memória". E enquanto memória, pois essa esquece, dando brechas a "invenção" a imaginação. (Evaristo, 2018.p.9)

2 | "ACONTECEU E TEVE LUGAR": SÃO JOÃO DO PARAÍSO LUGAR DE MEMÓRIA

"A memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se, e, acima de tudo habitar [...] não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar" (Ricoeur, 2007, p.57). Assim, o lugar de memória está associado ao acontecimento em um determinado sítio, e para esse estudo, é o lugarejo em que morei uma longa parte da minha vida, o distrito de São João do Paraíso, localizado às margens da BR 101, na altura do KM 616, pertencente ao município de Mascote-BA que faz limite com os municípios de Camacan, Santa Luzia, Canavieiras, Itapebi e Potiraguá.

Se faz necessário mencionar que Paraíso possui nascentes de água doce, banhado pelos rios São João e Rio Pardo que nas minhas elucubrações concluí que o nome da cidade se deu em razão do rio. No entanto, segundo relatos de alguns entrevistados, o mais provável é que o nome atribuído ao lugar seja devido ao padroeiro do distrito São João Batista.

Nos idos de 1983 a 1990 período relatado, em que alguns dos entrevistados chegaram ao ainda povoado, provavelmente foram se achegando a essa região motivados pela localização das fazendas de cacau. Parafraseando Cristiane Batista da Silva Santos (2008), o recorte não tem balizas fixas, sendo um "ir e vir", onde existe comunicação entre passado e presente, à medida que as memórias dos entrevistados iam sendo ouvidas, alguns momentos precisei recuar entre 1969 e 1988, quando necessário era o presente que suscitava elementos para acessar o passado.

Com o passar dos anos, nota-se um tímido processo de urbanização do distrito, a passos vagarosos, então algumas melhorias foram sendo implantadas, dentre essas e de forma mais relevante, alguns moradores dessa localidade destacam "a água encanada" como de fundamental importância para suas vidas, pois além de maior praticidade para as atividades mais simples do dia a dia como tomar banho, dentre outras foram modificadas, aproximadamente por volta de 1988 ano em que houve a implantação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa) responsável pelo tratamento e abastecimento de água potável em São João do Paraíso, essa tramitação se efetivou por intermédio de membros de grupo político local.

Essa pesquisa é relevante por trazer à tona a história do cotidiano de pessoas de um pequeno distrito, que não possui registro escrito, acerca da sua organização, bem como da instalação do abastecimento hídrico no referido distrito, pois esse advento de tecnologia, possibilitou modificações no cotidiano dos moradores, sendo uma narrativa que confere "a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores" (BENJAMIN,1994, p.198). Boa parte dos entrevistados destacam as dificuldades relacionadas à falta de um sistema de abastecimento hídrico, e as extenuantes rotinas para conseguir água. Destarte, o que se busca do povoado será possível mediante a memória do grupo de indivíduos que se dispuseram a colaborar para efetivação desta pesquisa.

3 | CONTATO COM A FONTE/ ENTREVISTADOS (AS)

Realizei mapeamento de alguns ofícios: como comércio informal, varejo, feirantes, donos (as) de vendas, aguadeiros, lavagem de roupas, trabalhadores (as) rurais. A partir da experiência familiar vivenciada pelo ofício de lavagem de roupas realizado por minha avó, meu foco estava nas entrevistas com as lavadeiras de ganho, onde foi possível uma maior aproximação, pois algumas tinham conhecimento que minha avó desempenhou o mesmo ofício que elas.

Eis que me lancei na tarefa de realizar o convite a alguns moradores para participar da pesquisa, logrando êxito, iniciei as entrevistas, das quais parafraseio aqui trechos da cessão de entrevista realizada com a lavadeira de ganho Guiomar Lima, sobre sua chegada a Paraíso e seu ofício: "**devido à proximidade de onde morava para Paraíso, ouvia falar de um lugar que estava começando**, por causa das fazendas de cacau das redondezas, e também pela feira-livre que diziam encontrar de tudo, parecia uma oportunidade de batalhar por emprego", assim a lavadeira Guiomar Lima e sua família foram morar em Paraíso onde trabalhou por 21 anos na lavagem de roupas, deixando o ofício quando se aposentou em 2004. (Lima, Guiomar. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos em 30 de maio de 2019; grifo nosso).

As escolhas de alguns dos entrevistados foram a partir da identificação da quantidade de tempo que residiam em Paraíso, tomando como base minha infância e vida adulta, em que a figura desses sujeitos permaneciam no distrito, por trabalhos que desempenhavam, relação com o processo para o abastecimento hídrico, por possuir um pequeno comércio, a seleção ficou sendo a partir do que as pessoas indicavam, e da disponibilidade e viabilidade de conversar/ entrevistar essas pessoas.

O método adotado, da História Oral, se adequa a essa investigação, pois serão utilizados os depoimentos dos antigos moradores, em um processo de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido, centrando-se na memória, sendo indissociáveis memória e História Oral. Tendo como suporte teórico o *Manual de História Oral* de Verena

Alberti (2004), adotamos as orientações para desenvolver os passos da pesquisa.

Estabelecemos contato preliminar com as (os) informantes em potencial, com a finalidade de nos aproximarmos e fazer o convite para que participassem desse projeto de trabalho de conclusão de curso, pois a recusa da participação dessas pessoas, seria um entrave ao desenvolvimento da mesma, o que se investiga, não está acessível em livros, arquivos, bibliotecas, etc., mas sim, na memória dos habitantes de S.J Paraíso.

Já que, a memória tem a capacidade de conservar e organizar determinadas informações de acordo com os interesses de cada indivíduo, como afirma Le Goff (1990, p.423):

> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Nesse sentido, a partir das funções psíquicas da memória, em que é possível ter acesso a informações de outrora, embora que de acordo a organização da mente de cada indivíduo, será possível trazer a existência as hipóteses da presente pesquisa, que estão amparadas nas fontes orais e memória.

As postulações do autor (Ricoeur, 2007) estão voltadas para a ideia de que a memória é permeada de consciência, efetivação, estando sempre em ação, em muitos momentos sendo o único registro que pode ser acessado/ativado como referência de que algo aconteceu. Porém a ação/atividade que a memória realiza como indicam Bosi (1994) e Le Goff (1990), apenas é possível registrar fragmentos, e conservar certas informações, sendo essas recordações vivas.

Sendo possível realizar investigação a partir da memória com os métodos adequados, a autora Ecléa Bosi (1994) nos questiona como identificar o que está de forma mais expressiva na memória de um sujeito, bem como explica que, para tal descoberta, é preciso se lançar na empreitada de ouvir os indivíduos, pois somente assim, através da narração, o "sujeito terá plena consciência de que está realizando uma tarefa" (p.39) ocorrerá a ativação da memória, pois, estará realizando a ação de lembrar, esse processo ocorreu mediante conversa e sistematização de perguntas, com base em roteiro de entrevista e algumas informações prévias para poder realizar uma investigação satisfatória.

No decorrer das fases da pesquisa foram elaborados roteiros semiestruturado para realização das entrevistas, atingindo o total de 15 entrevistados/as com 17 cessões de entrevistas, das quais 15 já foram transcritas e revisadas, todavia a seleção e edição para compilação das entrevistas em um produto, que será a coletânea, prossegue. Para este texto apresentarei fragmentos de 2 das entrevistas, tendo como mote a narrativa da água encanada, algumas das falas podem parecer conter erros ortográficos, porém quando se trabalha com a História Oral, é conveniente que, dentro do possível, se mantenha a forma que os entrevistados costumam expressar-se.

4 I COMPILAÇÃO DAS ENTREVISTAS

No começo das entrevistas costumava me apresentar, explicava de forma resumida e de maneira mais informal sobre a pesquisa, bem como a necessidade de realizar a entrevista, passados esses primeiros momentos, solicitava à entrevistada que falasse um pouco sobre si, uma espécie de apresentação em linhas gerais. Dessa forma, ficava atenta às informações, pois as mesmas poderiam servir para desdobramentos outros. Começo sugerindo alguns assuntos para que se sentisse mais à vontade em falar sobre sua vida.

Quando a entrevistada se percebeu conversando com uma pessoa disposta a ouvir, identifiquei o momento oportuno de adentrar ao roteiro semiestruturado previamente elaborado, assim pergunto: Quais as razões que lhe trouxeram/direcionaram à São João do Paraíso? E porque a escolha dessa localidade?

> **Resposta**: [...] minha mãe tinha vontade de morar em Teixeira de Freitas, onde achou uma amiga que mandou ela ir lá olhar. Só que nesse trajeto Itabuna x Teixeira de Freitas, ela parou aqui em São João do Paraíso e foi almoçar, e nisso gostou do lugar, que nem chegou mais a ir em Teixeira de Freitas. Aí já voltou, de volta para Itabuna, com isso na cabeça, com a intenção de vir morar em Paraíso, foi onde nós vinhemos em São João do Paraíso que era povoado, e ficamos aqui nesse povoado, era uma Br 101 ainda, tinha coisas que estavam construindo ainda. E aqui nessa frente da Br[1], ela viu uma feira que ficava de uma rua a outra. Era, começava aqui na Br 101 e ia até a praça Presidente Médici, descia aqui novamente, então era na Antônio[2] Carlos Magalhães ia na Guarani voltava de encontro novamente. Aí ela achou que era de bom fazer um comércio aqui, aí o que ela fazia, chegou aqui ela comprou uma casinha ela era de tábua, aí o que fazia para angariar dinheiro, ela trazia aqueles pratos colorexe, as xícaras e espalhava aqui na porta mesmo, era a feira enorme, [...] não dava para o que trazia as caixas que ela trazia não dava para o gasto, botava novamente, comprava mais e vinha pra feira novamente, e foi ficando aqui até nós vinhemos de vez. Quando mudamos vinhemos já pra essa casinha onde ela comprou, esse dinheiro ela investia na casa, e aí ficamos aqui (Carvalho, Regina Célia S de. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos em 24 jan 2019).

A entrevistada **Regina Célia Silva de Carvalho**, chega em Paraíso por volta de 1977 com 19 anos de idade, morava com sua mãe em Itabuna, quando a mesma decide fixar domicílio em Paraíso devido o desejo de mudança de sua mãe, por haver encontrado um lugar que viu possibilidade de lucros com o comércio que já realizava. Por ser um povoado que ainda estava se desenvolvendo pareceu ser uma boa oportunidade. Aos 61 anos, tendo como ocupação o serviço do lar e as atividades religiosas, aposentada, concedeu a entrevista em de 24 janeiro de 2019, residindo no mesmo endereço desde que se mudou para Paraíso.

Da forma que o povoado estava iniciando existiam dificuldades básicas, como o abastecimento de água. Os moradores de Paraíso se valiam de várias alternativas para

1 Quando a entrevistada fala nessa frente, está se referindo à frente da sua casa, pois a BR fica a poucos metros de distância da sua residência, abrindo a porta a vista que Regina tem é a BR.

2 Nome das ruas, Antônio Carlos Magalhaes, Guarani onde a feira era situada.

garantir o abastecimento de água nas suas residências, o caminhar até uma fonte d'água é uma narrativa vultosa e, na maioria das vezes, relembrada com riqueza de detalhes. Trechos da entrevista.

> Quase todo mundo aqui, toda casa tinha uma cisterna, e as que não tinha, os moradores, como é que fala, assim, os que tinha servia a comunidade, houve muito carro pipa também entregando água. Várias bicas também, tinha bica de Dina, Florêncio, seu Epifânio, né, Maria do buraco, tinha a de Dina Garcez, as mais famosas era a Dina e a de Antônio Lourenço, e roupas levava pro rio, que era o rio Pardo.
>
> Pegava água sempre no chafariz, porque tinha os horários que abria e aí a gente ia com as latas, cada qual ia com suas latas e pegava a água, que esse aparelho lá era da prefeitura, do público, e nas bicas peguei mais praticamente na bica de Dina Garcez que era um ladeirão minha fia, lembro que eu cair rolando com essa lata d'água na cabeça e Zelita quase morre pegando água, aiai. Pegava um balde de água lá em D. Dina pra chegar aqui e tomar banho, ô Jesus é triste viu... e para quem tinha uma pensãozinha, já pensou, tinha que ter um reservatório de água, os tuneis que ia dá banho a esses hospedes. Foi aqui em Paraíso que eu vim saber o que era tunel porque precisava guardar água.
>
> Na minha época as filhas, e as famílias geralmente tinha famílias grandes e todos os filhos trabalhavam, eram envolvidos com trabalho de mesmo de dentro de casa, no trabalho doméstico nas suas casas, então por isso que eu não lembro de alguém que tinha empregada, não lembro assim, a nossa população toda envolvida com o trabalho, todo mundo fazia seu afazeres [...]. Porque era tanto, que o rio era um divertimento pra gente, ia lavar prato, roupa, tomava banho, pescava, é isso, é praticamente um divertimento também, nera. Era um meio de divertimento também de lazer. (Carvalho, Regina Célia S de. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos em 24 jan 2019).

Como se pode observar, o rio possuía várias funções para os moradores/as, a intenção não é afirmar ou contrapor as informações, no entanto para outras moradoras, os rios Pardo ou São João, representavam subsistência, a exemplo das lavadeiras, pescadores/as e aguadeiros.

Trechos selecionados da entrevista, com **Eunice Dantas**, mãe de duas filhas, católica, natural de Crisópolis Bahia, que chegou em Paraíso aos 18 anos, trabalhou como comerciante por 40 anos, sobre a sua percepção de começo/formação de Paraíso, bem como a narrativa referente ao processo para instalação do abastecimento hídrico, ou como os moradores do lugar dizem "a chegada da água encanada".

> Peguei Paraíso ainda uma criança, e Paraíso, o que cresceu; crescemos junto eu e ele, né. Fui uma pessoa envolvida na comunidade na Igreja Católica, tudo que tinha na igreja era administrado por mim e meu ex-marido que era Raimundo Dantas.
>
> O responsável pelo desenvolvimento dessa água encanada foi a pessoa de Raimundo Dantas, que sempre corremos atrás dessa água, ele apoiou o Evaldo Maia como deputado em 1986, no sonho, que era o sonho de todo mundo, a água de São João do Paraíso, que foram vários anos de sofrimento.

> Nós apoiamos, o grupo de Raimundo, apoiou para que fosse colocada essa água em São João do Paraíso, ela foi inaugurada em 1989, pelo governador Nilo Coelho, porque teve início com Valdir Pires, mas foi inaugurada com Nilo Coelho, porque Valdir Pires saiu para ser vice-presidente do que morreu, me esqueci agora. (Dantas, Eunice. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos em novembro de 2019).

O tão aguardado sonho como dito pela entrevista havia sido realizado mediante ação de Raimundo Dantas e seu grupo político. Provavelmente o desejo de ter água encanada nas residências significasse tanto transformações individuais como coletivas.

> Foi o grande sonho da comunidade a água, quando a água encanada chegou, você não tem ideia da alegria do povo, que tinha sede, que lutava, porque até essa época se pegava água na bica de D. Dina, na cabeça, num boqueirão de Epifânio, lavava roupa no São João, e aconteceu várias coisas, do sofrimento do povo, as mulheres que lavavam roupas no São João, você não tem ideia.
>
> Os políticos nunca fizeram muito, nunca interessaram, porque era um meio deles, adquirir votos nas próximas eleições, era dizer que ia botar água em São João do Paraíso, então quando chegava próximo das eleições eles fazia promessa, que ia botar água em Paraíso, aí nunca chegava essa água, terminava a eleição, na próxima era a mesma promessa. Então por isso quando foi botar a água em S.J. Paraíso, Raimundo Dantas enfrentou uma barreira muito grande, porque não era mesmo o plano deles, colocar a água em S.J. Paraíso, né. Porque perdeu um cabo eleitoral, porque a água era cabo eleitoral deles (Dantas, Eunice. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos em novembro de 2019).

Eunice ao se referir ao grupo contrário nas eleições, traz à cena a disputa entre os partidos PMDB ao qual ela e seu marido faziam parte PSDB que estava há alguns anos ocupando a prefeitura de Mascote, a sede à qual pertence o distrito de Paraíso.

Com o advento da "tecnologia", a instalação do sistema de abastecimento hídrico no distrito fora possível melhorar as condições de vida e de trabalho para toda a população. O ritmo de vida já não era movido pela rotina de sair para pegar água no chafariz público, em que frequentemente ocorria confusão, pela disputa da vez de quem pegaria a água.

Ressalto que o propósito desta compilação não será análise de discurso, ou problematização das fontes, e sim, a produção de novas fontes, transformando-as em documentos para pesquisadores, alargando o acesso as múltiplas experiências do passado através das narrativas dos moradores e moradoras do pequeno distrito São João de Paraíso. Uma vez que "o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores" (ALBERTI, 2004, p.18).

5 | CONSIDERAÇÕES

Em vista dos argumentos apresentados, o intento da pesquisa em desenvolvimento

consiste em elaborar uma coletânea de fontes, amparado na ideia da pertença, pois o distrito em estudo foi o lugar que morei desde os quatro anos de idade, enquanto contribuição social para São João Paraíso produzindo um lugar de memória para a posteridade, pois está fadado ao esquecimento.

Compreendo que não apenas com o documento físico se faz a pesquisa histórica e a produção de fontes. Assim as entrevistas se constituem materiais para a história segundo a concepção de Le Goff em *Documento/monumento*, em que a efetivação da coletânea possibilitará "evocar o passado, perpetuar a recordação" (LE GOFF, 2003, p.526).

Desse modo, o que se almeja a partir do conceito memória é a sua capacidade de ação, efetivação, conservação, associados ao verbo lembrar com as suas múltiplas lembranças, não pretendemos abordar as patologias da memória, nosso interesse está voltado para a experiência das pessoas que foram ouvidas, uma memória pessoal, individual, mas que em certa medida não é possível desassociar da memória social e grupal da comunidade ora pesquisada, avançamos para as demais etapas, produzindo, assim, fonte e armazenando num produto: a coletânea, em que ambicionamos a partir desse trabalho a produção de novas fontes.

REFERÊNCIAS

Fontes Orais

Carvalho, Regina Célia S de. **"Lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança**": Coletânea de entrevistas dos/as moradores de São João do Paraíso-Mascote Bahia. Eunápolis: UNEB. Entrevista única. Duração 51:34. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos em 24 jan 2019.

Dantas, Eunice. **"Lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança**": Coletânea de entrevistas dos/as moradores de São João do Paraíso-Mascote Bahia. Eunápolis: UNEB. Entrevista única. Duração 9:26. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos em novembro de 2019.

Lima, Guiomar. **"Lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança**": Coletânea de entrevistas dos/as moradores de São João do Paraíso-Mascote Bahia. Eunápolis: UNEB. Entrevista nº 1. Duração 54:19. Entrevista cedida a Luciara dos Anjos 30 de maio de 2019.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Kikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**, v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória** [livro eletrônico]. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY; Carla Bassanesi (Orgs). **O historiador e suas fontes**. Rio de Janeiro: Contexto, 2017, p.61-91.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p.423-477.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.525-541.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. **Cacau na canoa, negros no rio e contas no pescoço**: labutar, festejar e crer no Camamuzinho-BA. Entre 1960-1990. 2008. 163 p.Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2008.

Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mascote/panorama. Acesso em: 30 set. 2019.

CAPÍTULO 14

O ASSUNTO-ÔNIBUS EM PROGRAMAS DE DEBATE NO JORNALISMO ESPORTIVO

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 05/06/2021

André Ricardo Carbone
Mestrando do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)
http://lattes.cnpq.br/3860797623922806

Egle Müller Spinelli
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Docente do Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Práticas do Consumo (PPGCOM - SP)
http://lattes.cnpq.br/1376252594990732

RESUMO: Os eventos esportivos fazem parte do dia a dia das pessoas. Este estudo pretende investigar a possibilidade dos programas jornalísticos de debate esportivo especializados em futebol, tão comuns na televisão, serem enquadrados como poucos relevantes para a sociedade. Para tanto, será utilizado como aporte teórico o conceito de assunto-ônibus de Bourdieu. Ao aplicar esta abordagem na observação dos programas de debate esportivos, o artigo busca indicar como esta produção midiática apresenta características ligadas ao que se denomina por assunto-ônibus, estratégias narrativas e estilísticas que tem muito mais o propósito de entreter do que informar, representando um formato que se distancia das premissas do jornalismo.
PALAVRAS-CHAVE: Pierre Bourdieu; Jornalismo Esportivo; Assunto-ônibus; Debate Esportivo; Mesa Redonda.

SENSATIONAL NEWS IN DEBATE TV SHOWS OF SPORTS JOURNALISM

ABSTRACT: Sporting events are part of people's daily lives. This study intends to investigate the possibility of journalistic sports debate programs specialized in football, so common on television, to be framed as few relevant to society. To this end, Bourdieu's concept of sensational news will be used as a theoretical contribution. When applying this approach in the observation of sports debate programs, the article seeks to indicate how this media production presents characteristics linked to what is called the sensational news, narrative and stylistic strategies that have much more purpose to entertain than to inform, representing a format that distances itself from the premises of journalism.
KEYWORDS: Pierre Bourdieu; Sports Journalism; Sensational News; Sports Debate.

1 I INTRODUÇÃO

Assunto-ônibus foi um termo cunhado pelo autor francês Pierre Bourdieu (1997) para denominar pautas pouco relevantes à sociedade divulgadas na televisão dos anos 1990. No presente trabalho, pretendemos investigar se o termo pode ser usado dentro do campo esportivo para classificar os programas de debate, que

ocupam grande parte da programação das emissoras de televisão fechada no Brasil, além de um bom tempo nas emissoras abertas, no rádio e em mídias digitais de áudio e vídeo.

Para Bourdieu (1997) o esporte no geral é considerado como um assunto-ônibus[1] da imprensa. Tal classificação pode ser rejeitada pela forte presença do jornalismo esportivo no cotidiano de distintos grupos sociais, representantes de mais de 50% da população brasileira (FERREIRA, 2013).

Contextualizaremos o assunto-ônibus citado por Bourdieu em seu tempo histórico para nos aprofundarmos no conceito em si, tensionando o termo com as ideias de Edgar Morin (2003) sobre a importância das notícias esportivas na vida das pessoas, juntamente com Patrick Charaudeau (2013) pela ênfase dada ao valor das notícias esportivas para a representatividade social e formação de opinião pública devido a três conceitos ligados aos critérios de noticiabilidade: atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Além disso, mostramos que o jornalismo esportivo por um lado pode ser considerado entretenimento, mas por outro, também pode retratar fatos de relevâncias distintas que afetam o receptor, no caso o torcedor, por meio de diferentes formatos noticiosos como os programas de debate esportivos na TV brasileira. Também elucidaremos com base na tríade campo-*habitus*-capital de Bourdieu (1983) como são selecionados os participantes desse tipo de programa para propor a classificação dos debates como assuntos-ônibus da mídia esportiva.

2 | A FORÇA DO JORNALISMO ESPORTIVO EM DETERMINADOS GRUPOS SOCIAIS

O campo esportivo na mídia é considerado por Bourdieu (1997) como "fatos-ônibus" da imprensa, isto é, assuntos "que não devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante" (BOURDIEU, 1997, p. 23). Porém, tratar o esporte desse modo é ignorar seu poder de influência na população. Bourdieu tem trabalhos que abordam especificamente o esporte, porém sempre focando na prática de modalidades esportivas e pouco na questão do espectador de esportes.

Existem inúmeras diferenças entre praticar e assistir a um esporte. Na prática, há óbvia movimentação do corpo, que leva ao cansaço e muitas vezes ao atrito com colegas. Na torcida, pessoas se juntam para debater suas ideias acerca da equipe pela qual são apaixonadas e incentivá-la. Podemos entender que o espectador de esportes tem como finalidade a busca por excitação sem correr riscos físicos (ELIAS; DUNNING, 1992).

A mídia esportiva brasileira fincou seu espaço sobre as bases do futebol, impulsionado pela existência das torcidas. É muito clara a influência do esporte - e, portanto, da mídia esportiva que transmite os eventos - no cotidiano da população. Para

1 Em português, o assunto ou fato ônibus foi traduzido literalmente da versão francesa - *faits omnibus* - de Bourdieu. Em inglês, na obra "On Television", não há uma tradução para o termo, podendo ser entendido no contexto como *sensational news*, que seriam notícias sensacionais.

contexto e ordem de grandeza, é importante destacarmos com pesquisas de mercado o número de brasileiros envolvidos. De acordo com pesquisa do Datafolha (2019), apenas 22% da população brasileira acima de 16 anos não torce por algum time de futebol, número que decai lentamente desde a primeira pesquisa deste gênero no instituto - o valor era 27% em 1993. As variações em relação a sexo, classe social, escolaridade e renda familiar foram pequenas. Houve uma oscilação um pouco maior quando se trata de idosos - 31% com 60 anos ou mais não têm time de coração. Um estudo da Pluri Consultoria (2013) se aprofundou mais ao perguntar a torcedores brasileiros se eles se consideravam fanáticos, torcedores, simpatizantes ou indiferentes. Os dois primeiros grupos foram considerados pela pesquisa como fãs "engajados". 12,3% dos fãs se consideram "fanáticos" e 53%, "torcedores". Ou seja, 65% daqueles que declaram ter um time de futebol têm o futebol como algo primordial na sua vida, representada pela metade da população brasileira adulta total.

Com esse grande número de pessoas interessadas, é natural que o jornalismo esportivo também tenha grande espaço na mídia. A mídia esportiva brasileira, aliás, teve um claro papel histórico na divulgação do futebol e na expansão das torcidas. A força da relação entre torcedores de um mesmo clube é claramente intensificada pela existência de um outro clube com outro grupo de torcedores. Souza e Marchi Júnior (2017) explicam bem essa noção de "grupo-nós" versus o "grupo-eles", disputa presente de forma evidente nas torcidas por clubes de futebol. Para eles, a questão da durabilidade das torcidas, geração após geração, é totalmente relacionada ao mercado de bens simbólicos. Isso fica explícito quando olhamos o fato das torcidas de clubes de futebol brasileiros formadas na era do rádio - nos anos 1940 e 1950 - permanecerem até os dias de hoje passando de geração a geração (GASTALDO, 2011).

A fidelidade do torcedor por seu time é algo que pode beirar a irracionalidade. Em um estudo de 2018 da Universidade de Sussex, os pesquisadores monitoraram o nível de felicidade de 32 mil pessoas através de um aplicativo, e restringiram alguns resultados às pessoas que foram a estádios de futebol. Ou seja, em média, estamos lidando com torcedores mais fanáticos. Em análise quantitativa, combinando cerca de 3 milhões de respostas das mesmas pessoas por três anos com outras ocasiões através de GPS, o resultado é que ser torcedor de futebol é extremamente negativo para a felicidade. Após uma derrota, o nível de tristeza relatada nas três horas posteriores era mais do que o dobro se comparada à felicidade por uma vitória no mesmo período. O fato de os torcedores continuarem a retornar aos estádios nas partidas seguintes às derrotas deixou os pesquisadores ainda mais perplexos, já que isso contraria qualquer lógica econômica de teorias de satisfação (READ, 2018).

É nesta suposta irracionalidade do torcedor que podemos ver uma aproximação entre o fenômeno do clubismo no futebol e a religião. A questão foi abordada por inúmeros teóricos, entre eles Elias e Dunning (1992), que viram o significado religioso atribuído por

várias pessoas “na medida em que se tornou uma das principais, senão a principal, fonte de identificação, significado e gratificação das suas vidas”.

A influência do esporte na vida da maioria das pessoas é tão grande que os governos nacionais também tiram proveito disso, especialmente em eventos internacionais entre países. É algo apontado pelo próprio Bourdieu (1997, p. 126), quando analisa os Jogos Olímpicos. “Este espetáculo com a intensificação da disputa entre nações favoreceu o aparecimento de uma política esportiva dos Estados orientada para os sucessos internacionais, exploração simbólica e econômica das vitórias e a industrialização da produção esportiva”.

3 | O ASSUNTO-ÔNIBUS E O JORNALISMO ESPORTIVO: INFORMAÇÃO VS ENTRETENIMENTO

Em 1996, Bourdieu escreveu o livro “Sobre a Televisão”. Em 1997, foi publicada no Brasil esta edição acompanhada de dois textos escritos pelo autor na mesma década, “A Influência do jornalismo” e “Os Jogos Olímpicos”, além de posfácio “O Jornalismo e a política”, uma réplica de Bourdieu diante da repercussão negativa de seu texto original entre os jornalistas franceses. Em sua carreira, o autor fez outros textos sobre esporte com vieses tanto sociológico como comunicacional, mas o da obra citada mostra bem a sua visão de comunicação do esporte com foco no espectador, e não no praticante.

O esporte, foco deste artigo, e o entretenimento são considerados por Bourdieu (1997) como fatos-ônibus, temas pouco importantes para a vida das pessoas, apesar de as agradarem. Podemos interpretar que os assuntos que não se enquadram nessa categoria são os de política, economia ou de serviços, que podem influenciar diretamente a condição de vida das pessoas.

Morin (2003, p. 11) considera este conceito de Bourdieu como “extraordinariamente simplificador”. Para este autor, o problema é menos da mídia e mais do que os indivíduos querem da mídia. Em uma sociedade que exige do indivíduo uma determinada carga horária de trabalho, que pode muitas vezes ser extenuante, faz com que esta pessoa cansada busque relaxamento, distração e divertimento nas suas horas de folga. Em outras palavras, não há como exigir que o trabalhador cansado anseie por um programa de TV com assuntos duros.

> Se a civilização, a cultura, fosse outra, mais centrada no lazer, na qual os seres humanos não estivessem diuturnamente ocupados com a produção, ou ocupados pela produção, pode ser que cada um buscasse mais nos meios de comunicação outro tipo de programação. (MORIN, 2003, p. 9)

Ao refletir sobre os assuntos-ônibus de Bourdieu, podemos chegar à questão “por que as notícias são notícias para a imprensa?”. Indo mais fundo do que a vaga resposta do senso comum - “porque são de interesse do público ou formam opinião pública” -, podemos

recorrer a Charaudeau (2013), que diz basicamente que a informação midiática relata o que ocorre no espaço público com os acontecimentos sendo priorizados em função de três potenciais de "noticiabilidade": atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Qualquer notícia, independentemente do campo, contém os três elementos. Porém, quanto maiores esses potenciais, mais a notícia será priorizada, colocada no topo dos noticiários, jornais e sites. Desta maneira, nos cabe explicar por que os programas jornalísticos esportivos são importantes seguindo esses critérios.

A atualidade corresponde à distância temporal do acontecimento para a informação. O campo esportivo na mídia é abundante em transmissão de eventos ao vivo, que são os próprios acontecimentos, ou seja, atingem o ápice desse potencial de atualidade. Após seu fim, os eventos também se tornam destaques dos noticiários, mostrando-se algo relevante para a sociedade.

Sobre o potencial de sociabilidade nas informações midiáticas, Charaudeau (2013) define este potencial como aptidão em representar a vida da comunidade construindo universos de discurso do espaço público, "configurando-os sob a forma de rubricas: política, economia, esportes, cultura, ciências, religião etc". Nesse caso, nem é necessário dar grandes explicações, já que o autor explicita o esporte como um potencial relevante para a sociabilidade por ser uma representação social.

No caso do potencial de imprevisibilidade, um acontecimento que não vai de acordo com as expectativas, o esporte também tem relevância em mais de uma interpretação possível. Caso olhemos para as apostas esportivas mais óbvias entre dois atletas ou equipes, ou seja, quando há um lado claramente favorito (mais de 50% de chance a mais de vitória do que o rival), os resultados costumam ser vitória do lado favorito entre 65% das vezes, no caso do futebol - o esporte mais imprevisível - e até 80% das vezes no caso do basquete - o esporte mais previsível (ANDERSON e SALLY, 2013). Por esse lado, sabemos que, mesmo com situação aparentemente óbvia de favoritismo, de 20% a 35% das vezes temos resultados imprevisíveis em eventos esportivos, algo relevante. Outra interpretação possível é deixar de lado apenas o resultado final para avaliar a imprevisibilidade, pois sabemos que há vários momentos inesperados dentro dos eventos que podem virar informação midiática, como lances curiosos, bonitos ou violentos, gols ou pontos, decisões importantes dos árbitros, esquemas táticos de equipes, orientações dos treinadores, dribles, fintas ou até mesmo reações inesperadas do público.

O esporte está ligado à vida da comunidade e a notícia sobre ele interessa a muitas pessoas, mas isso não quer dizer que os torcedores estão fora de outras comunidades e que não se interessam por outros assuntos que ocorrem na mídia. O exemplo mais recente de mobilização foram os protestos em São Paulo a favor da democracia, em 31 de maio de 2020. O movimento foi formado basicamente por pessoas ligadas a torcidas organizadas de clubes paulistas de futebol (ATO DE TORCEDORES, 2020).

> No Brasil mesmo, muitos intelectuais ainda pensam que o futebol é o "ópio do povo" e aliena os torcedores. As coisas são simplesmente mais complexas. Pode-se amar o futebol e ter consciência da realidade social. Quando falta essa consciência o responsável não é o futebol, mas certamente a situação política, social e educacional do país. Ver telenovelas não impede de ter consciência política e de contestar as injustiças sociais. (MORIN, 2003, p. 9)

Outro ponto da discussão, que poderia dar eco ao ponto de Bourdieu, é o fato de o esporte ser entretenimento. É importante frisar que estamos em um momento no qual qualquer editoria do jornalismo usa elementos de entretenimento nas notícias, portanto seria difícil usar este motivo para classificar as editorias como fato-ônibus. Pereira e Polivanov (2012) apontam cada vez mais as mensagens com o uso de envolvimento emocional, elementos lúdicos, expressões simples e intuitivas, além da multissensorialidade - não apenas o audiovisual. Por que o esporte, que desde o princípio é um entretenimento para o espectador, não passaria pelo mesmo processo? A mudança para contar histórias e dar notícias com elementos de entretenimento não chegou a ser tão brusca na imprensa esportiva brasileira, dada a sua história ligada ao gênero humorístico (MOURIM E LOVISOLO, 2004). Porém, foi visto claramente no principal telejornal esportivo do país, o "Globo Esporte", da TV Globo, a partir do momento em que passou a ser apresentado pelo jornalista Tiago Leifert, em 2009. Há uma comprovação no estudo de Oselame (2012), que mostrou o predomínio do "infoentretenimento" em 62% das notícias apresentadas pelo "Globo Esporte" paulista em 2012, ao contrário da taxa de apenas 33% na versão gaúcha do programa, que ainda não havia mudado sua linha editorial. Nos programas noticiosos sobre esporte, é relativamente esperado que os apresentadores deem curtas opiniões sobre a matéria que terminou antes de passar para a outra. Além de iniciarem quase sempre sorrindo, as opiniões são divertidas mesmo em derrotas ou má fase de equipes (SILVA, 2005). As notícias sérias sobre esporte, como doping, violência de torcidas ou má fase financeira de clubes não são mostradas todos os dias, fazendo com que o tom dos programas seja sempre leve.

4 I PROGRAMAS DE DEBATE COMO ASSUNTOS-ÔNIBUS

Apesar de Bourdieu (1997) generalizar toda a editoria de esportes como assunto-ônibus, podemos nos apropriar desse conceito para analisar não o campo midiático como um todo, mas apenas o campo esportivo. Rejeitando a classificação original de Bourdieu, podemos dizer que nem todas as notícias da imprensa esportiva são fatos-ônibus, apesar de alguns conteúdos, como o programa de debate esportivo, terem muitos elementos para ser classificados desta forma.

Marques de Melo e Assis (2016) fazem uma divisão de gêneros jornalísticos que, segundo eles, são reflexos daquilo que os cidadãos querem e precisam saber, portanto mudam e se desenvolvem ao longo da história. Para os autores, os cinco gêneros atuais

são: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Os dois primeiros, autoexplicativos, são mais consolidados, vêm dos séculos XVII e XVIII, enquanto os outros três são reflexos do século XX. O interpretativo teria um papel educativo, esclarecedor; o diversional teria como função a distração e lazer; e o utilitário daria auxílio nas tomadas de decisões cotidianas dos espectadores.

Em contato com a classificação de Marques de Melo e Assis, provavelmente Bourdieu teria considerado todo o jornalismo esportivo dentro do gênero diversional. Porém, mais uma vez vamos partir do princípio de que o esporte é o campo principal da discussão e que há contextos sérios e leves dentro do gênero.

O debate esportivo, por exemplo, começou no rádio na primeira metade do século XX (RIBEIRO, 2007), continuou na TV e se mantém nos *podcasts* e *streamings* no meio digital, virando uma "instituição" dentro da área. Com baixo custo de produção, as emissoras conseguem boa audiência constante durante várias horas, abusando do humor e de falsas polêmicas, que têm os intuitos de entreter e divertir o público.

Umberto Eco é um dos autores a ironizar os intermináveis debates esportivos. Ele escreveu sobre os debates não só da imprensa, mas também pelo povo, algo que traduziu depois como "falação esportiva": "Nascida como uma elevação à enésima potência do desperdício inicial (e racional) que era o jogo esportivo, a falação esportiva é a ampliação do desperdício e, portanto, o ponto máximo de consumo" (ECO, 1973, p. 242).

Imaginando apenas o campo do jornalismo esportivo brasileiro, os jogos de futebol seriam assuntos importantes, assim como as notícias de contratações de jogadores e outras que mudam o andamento dos clubes. Os debates esportivos, na nossa livre apropriação da ideia de Bourdieu, seriam os assuntos-ônibus do campo.

Bourdieu (1997, p. 25) disse que os jornalistas "buscam o extraordinário e, quando isso não é possível, buscam artifícios de tornar o ordinário em extraordinário". No esporte, temos um exemplo claro dessa ideia de Bourdieu quando assistimos a um evento ao vivo. Utilizando-se de técnicas de locução, os narradores e comentaristas fazem uma promoção do espetáculo de tal maneira que estimulam a sensação de emoção do espectador. No entanto, isso não é o bastante. Em seu texto sobre Jogos Olímpicos, Bourdieu (1997) lembra que parte da construção de um campeão olímpico se dá na reprodução incessante de imagens e discursos do espetáculo. Ampliando essa ideia para o discurso pós-evento, podemos dizer que a "falação esportiva" de Umberto Eco é o modo como a imprensa esportiva se apropria dos discursos dos torcedores nos bares de modo a conquistar esse público com seu assunto-ônibus preferido.

Retomando os três conceitos de Charaudeau (2013) para a "noticiabilidade" - atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade -, é possível afirmarmos que a transmissão de jogos ao vivo, notícias e debates esportivos têm diferenças nesses potenciais. Os debates esportivos, principalmente se levarmos em conta aqueles transmitidos no dia seguinte às partidas, têm menores potenciais de atualidade e imprevisibilidade do que os jogos ao vivo

- os acontecimentos em si - e das notícias. Os programas de debate discorrem sobre um fato já consumado e na maioria das vezes esgotando o tema ainda no início do programa, dando a impressão do discurso sem fim criticado por Umberto Eco. De qualquer forma, o seu potencial de sociabilidade é grande, já que representa o que parte da sociedade - os torcedores - está falando nas ruas naquele momento.

É possível dizer que há uma variação nos tipos de debatedores das "mesas redondas" - forma como o gênero debate é conhecido no jornalismo esportivo. Há os mais sérios e os mais descontraídos. Os que têm apenas ex-jogadores - até como apresentadores, apenas jornalistas ou um misto dos dois. O público pode variar ou até mesmo ter uma parte igual, mas com as pessoas assistindo aos programas em momentos diferentes do dia. Ver um programa de debate durante o almoço seguramente não é a mesma coisa do que assistir a um debate logo após uma partida do seu time. Escher e Reis (2012) descreve bem o perfil de uma mesa redonda tradicional da TV aberta: um apresentador centralizador, um jornalista "responsável por criar polêmicas" com tom exaltado, um jornalista mais analítico, outros jornalistas mais ponderados, um ex-árbitro para comentar lances polêmicos, presença de merchandising pelos apresentadores e uma mulher lendo comentários dos torcedores. Já na TV fechada, o formato tem variações e algumas vezes é mais sério. Um bom exemplo é o observado por Bretones (2010), que analisou o Redação SporTV, um estilo de mesa redonda matutina que funciona em vários momentos como "ombudsman" da mídia impressa.

Podemos usar outro conceito de Charaudeau (2013) para explicar os discursos dos personagens das mesas redondas. Quando aborda os comentários nos programas midiáticos, o autor diz que o comentarista vive sempre um paradoxo. Para ter legitimidade, ele deve constantemente oscilar um discurso de engajamento moral versus distanciamento; manifestação de entusiasmo versus frieza; argumentos baseados em crenças versus baseados em conhecimentos. "Analisar para esclarecer, mas esclarecer sem deformar; comentar para revelar, mas revelar sem acusar; argumentar com imparcialidade, mas argumentar denunciando; enfim, supremo paradoxo, alimentar os boatos, mas também desmascará-los" (CHARAUDEAU, 2013, p. 187). É importante esclarecer que o autor está falando sobre o paradoxo do comentário realizado por uma só pessoa, e não dois comentaristas em conflito. Porém, no caso de um programa de debate, é possível pensar que os personagens são escolhidos por essa série de dualismos apresentada por Charaudeau. Um comentarista mais polêmico é colocado ao lado de um menos polêmico, de modo a fazer a entreter o público dando-lhe mais elementos para pensar.

Há conceitos de Bourdieu (1983) que ajudam a entender como os integrantes dos programas de debate são escolhidos. O cerne da questão é que eles precisam ter legitimidade, um grande capital simbólico para o público, de forma a terem algum impacto sobre este e elevarem os índices de audiência. Observando os programas de debate com base na famosa tríade de Bourdieu - campo-*habitus*-capital, o campo seria o assunto

escolhido. O *habitus*, a interiorização dos conhecimentos adquiridos pelo seu capital social inicial e posterior, seria o próprio repertório do ator no campo escolhido. O capital, que neste caso é simbólico[2], mostra a posição social do sujeito no campo de acordo com a visão das outras pessoas quando estas veem a sua produção e seu repertório naquele campo. Por exemplo, Bourdieu, na sociologia e na comunicação, tem grande legitimidade perante o público. Portanto, é razoável interpretar que um veículo de comunicação tem interesse em entrevistá-lo ou chamá-lo para um programa de debate, mesmo em conflito, já que satisfará os interesses do público e o objetivo maior da mídia segundo o próprio Bourdieu (1997, p. 37): "a audiência, vista a cada quarto de hora na TV, que tornou-se o juízo final do jornalismo".

Isso é semelhante ao que acontece nos debates da mídia esportiva. Fora dos jogos, as emissoras de televisão fechadas especializadas em esporte, por exemplo, dedicam quase todo seu tempo aos programas de debate. Nestes, estão muito presentes os ex-jogadores de futebol, mesmo que não tenham o total domínio do idioma e da linguagem televisiva. Apropriando-se dos conceitos de Bourdieu no campo esportivo, os ex-jogadores gozariam de mais credibilidade e prestígio do que os jornalistas-comentaristas para falarem sobre futebol. Não raro, os ex-atletas escolhidos são justamente os mais icônicos e idolatrados pelas torcidas, de modo a fomentarem o debate e aumentarem a audiência por sua simples presença nos programas. Entretanto, historicamente, no Brasil, as mesas-redondas são o lugar dos jornalistas, podem ser concebidas como "treinos dos especialistas" (TOLEDO, 2000, p. 233). E, como bem observado por Vasconcelos (2016), os debates normalmente têm na sua composição jornalistas veteranos da imprensa escrita ou do rádio, que levam para a televisão sua credibilidade e sua legitimidade.

Os programas de debate esportivo, no Brasil quase sempre restritos ao futebol, independentemente da importância que os torcedores lhes dão, funcionam como uma espécie de divertimento, alívio e escape para os torcedores que levam o jogo mais a sério do que como lazer. Não tocam em nada de importante, como dizem Bourdieu e Eco, mas têm cativantes elementos do entretenimento que podem fazê-los permanecer nas grades de programação por muito tempo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos apenas o interior do campo esportivo, foi pretendido neste artigo investigar o enquadramento dos programas de debate como assunto-ônibus, termo utilizado por Bourdieu (1997) para classificar assuntos pouco importantes abordados pela mídia. A conclusão é que esta interpretação é possível, baseando-se na encenação dos programas, com personagens bem definidos em papéis que transformam o formato

2 O capital para Bourdieu (1983) na maior parte dos campos não é no sentido literal econômico. De acordo com o campo, ele pode ser social, cultural, escolar ou qualquer outra denominação que faça sentido naquela específica economia de bens simbólicos.

em puro “passatempo” para seus espectadores. O enquadramento é viável, porém, apenas se considerarmos a transmissão de eventos esportivos ao vivo e os noticiários como fatos importantes do campo. Ao usarmos três conceitos de Charaudeau (2013) sobre noticiabilidade, podemos dizer que o campo noticioso do jornalismo esportivo e a transmissão de eventos ao vivo são importantes por seus altos potenciais de atualidade e imprevisibilidade comparando com as mesas redondas. A sociabilidade também é presente em todo o campo esportivo. O presente estudo abre o mesmo precedente para investigações futuras de debates na mídia em outras áreas do conhecimento.

Também rejeitamos que a definição de assunto-ônibus da mídia de Bourdieu (1997) deveria ser aplicada para o campo esportivo como um todo. A importância do esporte para a vida de pelo menos metade da população brasileira adulta é grande (FERREIRA, 2013) e, pela definição de Charaudeau (2013), podemos classificar as notícias esportivas como relevantes pelos seus potenciais de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Com o importante apoio de Morin (2003), observamos que gostar de esporte ou entretenimento não é necessariamente sinal de alienação. O alerta claro mais recente, como apontado, foi a participação das torcidas organizadas, os principais laços sociais do esporte, em movimentos de luta pela democracia no Brasil nos protestos de maio de 2020.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Chris; SALLY, David. **Os números do jogo** - Por que tudo o que você sabe sobre futebol está errado. São Paulo: Editora Paralela, 2013.

ATO DE TORCEDORES a favor da democracia acaba em confronto na Paulista. **Folha de São Paulo**, 31 mai. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/05/torcidas-rivais-se-unem-em-ato-a-favor-da-democracia-na-paulista.shtml. Acesso em 07 jun. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**, seguido de A Influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

BRAGA, Ana Carolina. MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: Lições da história. In: **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Volume 21, Número 1, p. 24-46, 2017.

BRETONES, Marcos Jardim De Amorim. Redação SporTV: uma experiência de jornalismo esportivo crítico. TCC (Graduação). Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1087/2/20654435.pdf. Acesso em: 24 mai. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ECO, Umberto. **Il costume di casa**. Evidenze e misteri dell’ideologia. Milão: Bompiani, 1973.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Elias. **A busca da excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

ESCHER, Thiago Aragão; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Os supostos espaços de discussão futebolística na televisão: as "mesas redondas". In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, Volume 34, Número 1, p. 197-215, Janeiro-Março de 2012.

FERREIRA, Fernando. **Pluri Especial: Quais são as torcidas mais fanáticas do País? Pluri Consultoria**. 16 out. 2013. Disponível em: https://www.pluriconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2016/09/pluri-ESPECIAL-torcidas-mais-fanaticas.pdf. Acesso em: 28 mai. 2020.

FLAMENGO é o time mais popular do Brasil. **Datafolha Instituto de Pesquisas**. 17 set. 2019. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/09/1988413-flamengo-e-time-mais-popular-do-brasil.shtml. Acesso em: 31 mai. 2020.

GASTALDO, Édison. Comunicação e esporte: explorando encruzilhadas, saltando cercas. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, Volume 8, Número 21, p. 39-51, Março de 2011.

MARIO FILHO. **O negro no futebol brasileiro**: 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.** São Paulo, Volume 39, Número 1, p. 39-56, Janeiro-Abril de 2016.

MORIN, Edgar. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, Volume 10, Número 20, p. 7-12, Abril de 2003.

MOURIM, Roberta; LOVISOLO, Hugo. A formação do jornalista esportivo: diploma ou talento. In: **Revista Contemporânea**. Volume 2, Número 3, p. 1-13, Julho-Dezembro de 2004.

OSELAME, Mariana Corsetti. Fim da Notícia: O "engraçadismo" no campo do jornalismo esportivo de televisão. Dissertação (Mestrado). Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10923/2057. Acesso em: 19 abr. 2020.

PEREIRA, Vinicius Andrade; POLIVANOV, Beatriz. Entretenimento como linguagem e materialidades dos meios nas relações de jovens e tecnologias contemporâneas. In: Barbosa, L. (org.) **Juventudes e Gerações no Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

READ. Patrick. Football makes fans less happy. **University of Sussex**, 22 jul. 2018. Disponível em http://www.sussex.ac.uk/broadcast/read/44576. Acesso em: 4 de abr. 2020.

RIBEIRO, André. **Os donos do espetáculo**: histórias da imprensa esportiva do Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

ROCCO JÚNIOR, Ary José; SANTOS, Bianca Manoel. Onde está o Esporte? – Espetáculo, Entretenimento e Política na Cobertura dos Jogos Rio 2016 das Principais Revistas Semanais do Brasil. *In*: **Anais eletrônico** XL CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM. São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1950-1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

SILVA, Fernando Mauricio da. Jornalismo esportivo como área específica na televisão: O pacto sobre o papel do jornalismo no Globo Esporte e Bate-Bola. *In*: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/93982054208705735375873813744937085693.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

SOUZA, Juliano de; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Bourdieu e a sociologia do esporte. Contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, Volume 29, Número 2, p. 243-286, Agosto de 2017.

VASCONCELOS, Pedro Paula de Oliveira. As mesas-redondas esportivas em tempos de participação do telespectador: uma análise no âmbito do fazer crer. *In*: **Anais eletrônico** XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM. São Paulo, 2016. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2230-1.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

CAPÍTULO 15

O CONCEITO DE DERIVADA NOS PROGRAMAS OFICIAIS DE MATEMÁTICA DO SÉCULO XX

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 04/04/2021

Ana Paula Florêncio Aires
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD
Vila Real, Portugal
Lab_DCT do CIDTFF – Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores
Aveiro, Portugal
https://orcid.org/0000-0001-8138-3776

RESUMO: Neste trabalho pretendemos analisar, guiados pelo filão histórico e tendo como intervalo temporal o séc. XX, a importância e evolução do conceito de derivada, desde a sua introdução, em 1905, nos programas oficiais de Matemática do ensino liceal, atualmente designado de ensino secundário. Temos como cenário um período marcado por significativas mudanças de regime político, que tiveram repercussões muito efetivas no ensino em geral, e no ensino da matemática em particular. Este estudo permitiu-nos concluir que a evolução do conceito de derivada nos programas curriculares de Matemática não foi linear, antes pelo contrário, verificamos progressos e retrocessos, indecisões e dúvidas, muito fruto das várias reformas de ensino que ocorreram durante o séc. XX.
PALAVRAS-CHAVE: Derivada, Matemática, Ensino secundário, Programas curriculares.

THE CONCEPT OF DERIVATIVE IN THE OFFICIAL MATHEMATICS PROGRAMS OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: In this work we intend to analyze, guided by the historical lode and having as time interval the 20th century, the importance and evolution of the concept of derivative, since its introduction in 1905, in the official programs of Mathematics of high school, currently designated as secondary education. We have as scenario a period marked by significant changes of political regime, which had very effective repercussions in the teaching in general, and in the teaching of mathematics in particular. This study allowed us to conclude that the evolution of the concept of derivative in the official Mathematics programs was not linear, but on the contrary, we verified progress and setbacks, indecisions and doubts, much fruit of the various educational reforms that occurred during the 20th century.
KEYWORDS: Derivative, Mathematics, Secondary education, Curricular programs.

1 I INTRODUÇÃO

Sucessivas mudanças de regime político, com consequências diretas na perspetiva que se tem da educação marcaram o século XX. Abriu-se o século com o regime monárquico que presidiria aos primeiros anos, passando pelo regime republicano, que vigorou de 1910 até 1926, período da vigência do Estado Novo e que duraria até à revolução dos cravos, Abril de 1974, pondo fim aos longos cinquenta

anos de obscurantismo político, de ausência de liberdade, de fechamento internacional, de definhamento educacional. Com o 25 de Abril de 1974 entramos no que poderíamos designar de *educação em liberdade e para a liberdade*, inaugurando um novo ciclo político e ao mesmo tempo educativo. Com tão diferentes formas de organização política, verificaram-se mutações significativas na linha de orientação seguida em matéria educativa. O lugar concedido ao estudo da Matemática nos planos curriculares do ensino secundário sofreu, consequentemente, alterações em função da maior ou menor importância concedida ao ensino em geral, e ao ensino da Matemática em particular (Aires, 2006).

Havendo um conjunto de orientações legais, emanadas do Ministério da Instrução Pública,[1] que regulamentavam os programas de ensino, neste estudo, considerou-se imperioso conceder um lugar fundamental à legislação portuguesa que norteou as questões educativas, e as várias reformas, do sistema e dos programas do ensino de Matemática que tiveram lugar ao longo do século XX (Carvalho, 1985).

Neste contexto realizamos uma investigação histórica sobre o conceito de derivada, fazendo uma análise através dos programas curriculares do século XX.

Para tal servimo-nos do método histórico pois descrevemos fenómenos ocorridos num passado mais distante ou num passado recente, tomando como fonte documental a legislação educativa e alguma bibliografia de referência da história da educação em Portugal (Berrio, 1976).

Por uma questão de organização e para levar a cabo esta investigação dividimos o século XX em quatro períodos marcantes para o ensino em geral e para o ensino da Matemática em particular: 1.º período: Introdução do conceito de derivada (1905-1963); 2.º período: Introdução das Matemáticas Modernas (1963-1974); 3.º período: Da Revolução de Abril à Lei de Bases do Sistema Educativo (1974-86); 4.º período: Da Lei de Bases do Sistema Educativo ao final do século XX.

2 | INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE DERIVADA (1905-1963)

Ao longo deste período a estrutura do ensino manteve-se mais ou menos estável. Relativamente ao ensino liceal este encontrava-se dividido em dois ciclos:

- O curso geral de cinco anos, subdividido em dois ciclos ou secções: o primeiro ciclo (ou secção inferior) constituído por três anos (ou classes) e o segundo (ou secção média) constituído por dois anos;
- O curso complementar (3.ª secção ou seção superior) com dois anos, bifurcado em Letras e Ciências.

Foram várias as reformas implementadas ao longo deste período:

- Reforma de Eduardo José Coelho (30-8-1905)

1 A 11 de Abril de 1936, é publicada a «Remodelação do Ministério da Instrução Pública», que passa então a designar-se por Ministério da Educação Nacional.

- Reforma de Alfredo de Magalhães (28-11-1918)
- Reforma de Joaquim José de Oliveira (26-9-1919)
- Reforma de Ginestal Machado (18-6-1921
- Reforma de Ricardo Jorge (2-10-1926)
- Reforma de Alfredo Magalhães (22-1-1927)
- Reforma de Cordeiro Ramos (26-8-1930)
- Reforma de Carneiro Pacheco (14-10-1936)
- Reforma de Pires de Lima (17-9-1947).

Nesta investigação iremos apenas debruçar-nos sobre aquelas que se constituíram como verdadeiros marcos e trouxeram algo de novo relativamente ao conceito em estudo. Neste contexto a primeira reforma do ensino liceal do século XX é publicada a 30 de agosto de 1905 pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios, Eduardo José Coelho. Os programas relativos a esta reforma foram publicados no D.G.[2] n.º 250 de 4 de Novembro de 1905.

É exatamente com a reforma de Eduardo José Coelho que assistimos à introdução, pela primeira vez, da noção de derivada nos programas do ensino liceal. Esta aparece na VII classe (ou 7.º ano) do curso complementar de Ciências no capítulo destinado à Álgebra que contempla os seguintes conteúdos:

VII Classe

Algebra.—Equação do 2.º grau a uma incognita: resolução e discussão. Composição da equação. Propriedades do trinomio do 2.º grau. Resolução das desigualdades do 2.º grau. Discussão de problemas do 2.º grau. Equações biquadradas. Equações irracionaes que se reduzem a equações do 1.º e 2.º grau.

Systema de duas equações a duas incognitas, uma do 1.º grau e outra do 2.º

Funcção exponencial. Nova definição dos logarithmos.

Noção de derivada; sua interpretação geometrica. Derivada de uma somma, de um producto de um quociente, de uma potencia, de uma raiz. Derivadas das funcções circulares. Revisões.

Figura 1- Capítulo de Álgebra do Programa de Matemática da VII classe.

Pensamos que o conceito de derivada foi aqui introduzido de uma forma desgarrada, sem a preocupação de uma sequência lógica de temas nem a articulação com os outros

2 Utilizamos a sigla D.G. para designar o Diário do Governo, onde é publicada a legislação, citado abundantemente neste trabalho, já que constituiu a fonte preferencial para se estudar as reformas do sistema de ensino e os programas.

conteúdos lecionados, sobretudo se tivermos em atenção que tópicos como a classificação de funções e a noção de continuidade são lecionadas no ano anterior, na VI classe, também no capítulo de Álgebra.

Ainda subjugados a um regime ditatorial presidido por Sidónio Pais, em 1918 Alfredo de Magalhães, responsável pela instrução leva a cabo a segunda reforma do ensino liceal que se revelou como um marco incontornável para o nosso objeto de estudo. Os programas relativos a esta reforma foram aprovados a 27 de Novembro de 1918 (Decreto n.º 5:002 do D.G. n.º 257 de 28 de Novembro de 1918). Relativamente ao conceito de derivada, este era alvo de estudo agora na VI classe e num novo capítulo, até agora não existente, com a designação de “Elementos de Cálculo Infinitesimal”. Parece-nos que a justificação para a existência deste capítulo prende-se com o facto de aí ter também sido introduzida a noção de integral. Importa referir que é a primeira vez que aparece um capítulo com esta designação nos programas da disciplina de Matemática, facto tanto mais relevante quanto, na reforma anterior o conceito de derivada havia sido introduzido pela primeira vez no programa de Matemática do ensino liceal, mas num capítulo de Álgebra. Deste modo podemos afirmar que esta reforma se reveste de um carácter muito importante na medida em que, pela primeira vez, o Cálculo Infinitesimal ganha a autonomia, já anteriormente conquistadas por outras áreas da Matemática como a Aritmética, a Álgebra e a Geometria.

Ainda de realçar outro aspeto é a introdução, neste capítulo, do conceito de limite a anteceder o estudo da noção de derivada, bem como a noção de integral, embora de uma forma simples, a finalizar o capítulo, que fica assim estruturado:

VI classe (curso complementar de ciências)

> ***Elementos de Cálculo Infinitesimal:***
>
> *Teoria dos limites. Teoremas sobre os limites da soma, produto e cociente.*
>
> *Derivada: importância desta noção. Derivada duma soma, dum produto, dum cociente, duma potência, duma raiz, duma função de função.*
>
> *Noção de integral (basta mostrar a existência em casos particulares).*
>
> *Aplicações.*

O programa da VI classe termina com um capítulo reservado à Trigonometria Plana, aonde são também estudadas as derivadas das funções circulares.

Vinte e oito de Maio de 1926, constitui um marco fundamental para a compreensão da evolução da educação em Portugal, na medida em que assinala um golpe de estado que pôs fim à 1ª República. Fatigados da instabilidade permanente em que mergulhara o país nos sucessivos governos republicanos a população aceitou com agrado ou, pelo menos sem grande inquietação, o golpe militar. Mesmo destacadas figuras da intelectualidade portuguesa, reconhecidas pela defesa dos valores democráticos, como o pedagogo e filósofo António Sérgio, o pedagogo João de Deus, ou o matemático Bento de Jesus Caraça reconheciam a urgência e necessidade de pôr cobro à situação de crise e ingovernabilidade

em que mergulhara o país. No entanto, rapidamente perceberam o malogro sofrendo as perseguições movidas pela ditadura (Carvalho, 1985).

António de Oliveira Salazar, professor de Economia e Finanças da Universidade de Coimbra, acaba por ser convidado a assumir o cargo de Ministro das Finanças, cargo que mantém durante dois meses, até ser exonerado em 30 de Julho de 1926. Com a nomeação para o cargo de Ministro da Instrução Pública de Artur Ricardo Jorge este vai desencadear um conjunto de transformações importantes em relação à estrutura curricular e programas, ao promulgar o estatuto da instrução secundária (Decreto n.º 12: 425 do D.G. n.º 220 de 2 de Outubro de 1926). Os programas relativos a esta reforma foram publicados a 2 de Novembro de 1926 (Decreto n.º 12:594 do D.G. nº 245). Relativamente ao conceito de derivada este passa, novamente, a fazer parte dum capítulo de Álgebra mas agora na IV classe, portanto ainda no curso dos liceus e para todos os alunos. O capítulo tem a seguinte estrutura:

IV classe (curso dos liceus)

a) Continuação do estudo da álgebra:

Sistemas de equações do 1º grau; sua resolução.

Noção de número irracional.

Radicais, suas operações.

Generalização da noção de potência: expoentes negativos e fraccionários, expoente nulo.

Equação do 2º grau a uma incógnita.

Resolução, em casos simples, de problemas do 2º grau a uma incógnita.

Equação biquadrada.

Sistemas de duas equações a duas incógnitas, uma do 2º grau e outra do 1º.

Noção de limite, apresentada por meio de exemplos da aritmética, da álgebra e da geometria.

Noção de derivada.

Note-se que relativamente ao conceito em estudo apenas é escrito “noção de derivada”, o que constitui um retrocesso em relação à reforma anterior, na qual este conceito integrava um capítulo próprio, Elementos de Cálculo Infinitesimal, onde, para além de merecer uma atenção muito maior, estava também melhor integrado numa sequência mais lógica de conteúdos. Importa também referir que noções de função e continuidade só eram lecionadas dois anos depois, no curso de Ciências, num capítulo intitulado *Complementos de Álgebra*. Deste modo podemos dizer que esta reforma é marcada pela perda da autonomia da Análise, só retomada com a introdução das Matemáticas Modernas.

A 18 de Janeiro de 1936 é nomeado Ministro da Instrução Pública António Carneiro Pacheco que publica a 11 de Abril de 1936 a “Remodelação do Ministério da Instrução

Pública", passando então a designar-se Ministério da Instrução Nacional, evidenciando a intenção política da ditadura, de transformar a escola num veículo de transmissão da doutrina do Estado Novo.

A reforma do ensino liceal aconteceu a 14 de Outubro de 1936 (Decreto n.º 27:084 do D.G. n.º 241) sendo caraterizada por uma profunda desvalorização da instrução o que convergiu na simplificação e diminuição drástica dos conteúdos programáticos, verificando-se a ausência de alguns temas, em particular, no programa de Matemática do ensino secundário do ensino do conceito de derivada.

Volvidos nove anos, a 17 de Setembro de 1947 é publicada aquela que seria a última reforma do ensino liceal dos primeiros cinquenta anos do século XX (Decreto n.º 36:507 do D.G. n.º 216), tendo sido seu autor Fernando Andrade Pires de Lima.

Com os respetivos programas curriculares publicados a 22 de Outubro de 1948 (Decreto n.º 37:112 do D.G. n.º 247) assiste-se à meritória decisão de reintroduzir o conceito de derivada no programa de Matemática, excluída desde 1936 ainda que num capítulo de Álgebra do 7.º ano (Aires & Santiago, 2014). A parte deste capítulo referente ao ensino das derivadas encontra-se agora reduzida aos seguintes pontos:

> ***7.º ano (curso complementar de ciências)***
>
> ***Álgebra:***
>
> *O problema das tangentes e o das velocidades; noção de derivada de uma função num ponto; função derivada. Derivadas das funções algébricas e das funções circulares directas; derivada da função de função.*

3 I INTRODUÇÃO DAS MATEMÁTICAS MODERNAS (1963-1974)

Em 1963, à semelhança do que se vinha fazendo noutros países europeus, deu-se a introdução das Matemáticas Modernas em Portugal, que foi vista como uma "Revolução no ensino", sendo desta forma referida pelos meios de comunicação (Aires & Santiago, 2014). O seu principal impulsionador foi o ilustre matemático e pedagogo José Sebastião e Silva (1914-1972) que leva a capa uma experiência-piloto nos 6.º e 7.º anos do ensino liceal (equivalente aos atuais 10.º e 11.º anos de escolaridade). Como suporte teórico Sebastião e Silva redige compêndios (textos-piloto) e guias didáticos com algumas recomendações muito atuais, acerca do ensino da Matemática e orientações metodológicas referentes aos vários temas tratados nos compêndios para facilitar a tarefa dos professores. No texto-piloto era patente a preocupação em introduzir novos temas e novas abordagens de temas já anteriormente lecionados, de forma a permitir uma maior proximidade e articulação entre a matemática do ensino secundário e a matemática do ensino superior. Os programas do ensino complementar de Ciências (6.º e 7.º anos), sofrem assim profundas alterações. O novo programa experimental inclui como novos temas: Lógica, Teoria dos conjuntos, Álgebra (estruturas algébricas, números complexos, álgebra de Boole, álgebra linear),

Cálculo integral, Probabilidades, Estatística e Cálculo Numérico Aproximado. Alguns temas “clássicos” como Cálculo Diferencial, Trigonometria e Geometria Analítica mantinham-se, enquanto que a Aritmética Racional era suprimida. As alterações não diziam respeito somente aos temas abordados, constatamos diferenças importantes quanto à forma como aqueles eram apresentados, bem como às conexões entre os mesmos. O conceito de *derivada* aparece no 7.º ano, mais concretamente no volume II do texto-piloto, no capítulo intitulado “Introdução ao Cálculo Diferencial”.

7.º Ano (Curso Complementar de Ciências)

Capítulo I: Introdução ao Cálculo Diferencial

§1. Cálculo Numérico Aproximado

§2. Teoria dos limites de Sucessões

§3. Limites de Funções de variável real

§4. Derivadas:

Conceitos fundamentais e regras de derivação. Conceito de diferencial; regras de diferenciação. O conceito de diferencial nas ciências da natureza. Derivadas das funções exponencial e logaritmíca. Derivada da função logarítmica. Derivadas das funções circulares. Máximos e mínimos: concavidades e inflexões. Teorema de Cauchy. Método da tangente (ou de Newton). Método da corda (ou regra da falsa posição). Interpolação por diferenças finitas.

A partir de 1967, com a criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (com a designação de 1.º e 2.º anos do Ciclo Preparatório), a estrutura do ensino liceal sofre algumas alterações.

Assim:

- o curso geral é agora constituído por três anos (designados por 3.º, 4.º e 5.º anos);
- o curso complementar com a duração de dois anos bifurcado em Letras e Ciências.

4 I DA REVOLUÇÃO DE ABRIL À LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (1974-86)

Em 1974 são publicados pelo Ministério da Educação e Cultura novos programas para o ensino liceal, para vigorarem nesse mesmo ano letivo. Relativamente à disciplina de Matemática são publicados dois programas: um relativo às Matemáticas Modernas, onde é ainda patente a influência de Sebastião e Silva, embora este tenha sido encurtado e os temas tratados simplificados. Neste programa o conceito de derivada é lecionado no 2.º ano do curso complementar (antigo 7.º ano) de Ciências, num capítulo intitulado “Introdução à Análise Infinitesimal”, com a seguinte estrutura:

2.º ano do curso complementar de ciências

Introdução à Análise Infinitesimal

1.1 Cálculo numérico aproximado

1.2 Limite de sucessões

1.3 Limites de funções de variável real

1.4 Funções contínuas

1.5 Derivadas e primitiva:

Derivada de uma função num ponto; significado geométrico. Derivabilidade e continuidade. Função derivada. Interpretação cinemática do conceito de derivada. Regras de derivação. Derivada da função inversa e derivada da função composta. Aplicações das derivadas: sentido da variação de uma função, concavidades, gráficos e problemas concretos. O problema da primitivação. Primitivação imediata e primitivação por decomposição. Aplicações simples do cálculo de primitivas.

Outro programa relativo à Matemática Clássica para o 1.º ano do curso complementar, pois, apesar da generalização do ensino das Matemáticas Modernas, ainda coexistiam com estas turmas, outras onde se leccionava a Matemática Clássica. O programa da Matemática Clássica constituía uma simplificação e redução do anterior, tal como é dito na nota prévia que antecede o programa:

> "O programa de Matemática Clássica para o Curso Complementar, que agora se estabelece é muito mais simples do que o anterior: reduz-se não só a matéria, como o número de demonstrações a exigir; a arrumação dos assuntos é diferente procurando-se encaminhar do mais simples para o mais complexo" (Ministério da Educação e Cultura, 1974, p. 30).

Relativamente ao conceito de derivada este é leccionado no 1.º ano do curso complementar (antigo 6.º ano) de Ciências.

1.º ano (Curso Complementar-Matemática Clássica)

2.7 As funções de variável natural. Limites de sucessões.

Limites de funções de variável real: continuidade.

Derivadas: definição de derivada de uma função num ponto e sua interpretação geométrica.

Derivabilidade e continuidade (com demonstração).

A função derivada. Regras de derivação, incluindo a derivada da raiz. Dedução nos casos da soma, produto, potência e derivada da função inversa.

Aplicação a problemas de máximos e mínimos e representação gráfica de funções.

Nos anos subsequentes à Revolução de Abril, a estrutura do sistema do ensino secundário (anteriormente designado de ensino liceal) sofreu algumas alterações importantes de que se evidenciam as seguintes:

- A unificação do curso geral que teve início no ano letivo de 1975-76 e decorreu até 1980, dando origem ao Curso unificado, com a duração de três anos (7.º, 8.º e 9.º anos), oferecendo para o 9.º ano várias áreas vocacionais;
- A introdução nos anos letivos de 1978-79 e 1979-80, após o 9.º ano, do 10.ºano e 11.º ano, respetivamente que constituem assim o curso complementar do ensino secundário, vindo substituir o curso complementar dos liceus.
- A introdução no ano letivo de 1980-81 do 12.º ano, transferindo-se para este ano não só as características vestibulares relativamente ao ensino superior, mas também toda a experiência e ensinamentos que se foram acumulando ao longo dos anos anteriores.

O programa de Matemática para o primeiro ano de funcionamento do 11º ano, no ano letivo de 1979-80, é publicado pela Direcção-Geral do Ensino Secundário com a data de homologação de 6 de junho de 1979. Neste podemos ver um capítulo inteiramente dedicado ao estudo das *derivadas*, intitulado: "Derivadas de funções reais de variável real". Este capítulo tem a seguinte estrutura:

11.º ano

Derivadas de funções reais de variável real:

1.Derivada de uma função num ponto: significado geométrico.

2.Derivadas laterais: interpretação geométrica.

3.Derivabilidade e continuidade.

4.Função derivada.

5.Regras de derivação.

6.Derivada de uma função inversa.

7.Derivada de uma função composta.

8 Aplicações das derivadas.

No ano letivo de 1980-81 é a vez de entrar em funcionamento o 12.º ano. O programa de Matemática estava dividido em duas partes: Álgebra e Análise Real. Na 2ª parte encontramos um capítulo exclusivamente dedicado ao estudo das *derivadas*: "Complementos sobre derivação de funções reais de variável real". Aqui completa-se o estudo das derivadas feito no 11.º ano, relativamente às derivadas de funções só estudadas neste ano como a função exponencial e logarítmica. O capítulo é assim estruturado:

12.º ano

5.Complementos sobre derivação de funções reais de variável real:

5.1 Derivação das funções circulares e das "funções" circulares inversas.

5.2 Derivação da função exponencial e da função logarítmica.

5.3 A noção de diferencial de uma função num ponto; interpretação geométrica; regras de diferenciação.

5 | DA LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO AO FINAL DO SÉCULO XX

A 14 de Outubro de 1986 é publicada no Diário da República[3] a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) a qual constitui um quadro inovador e organizador do desenvolvimento futuro do sistema educativo. Esta lei procura estruturar o ensino de uma forma global, pondo cobro a uma situação de alguma desarticulação vivida pelas inúmeras alterações que haviam sido introduzidas no sistema, com medidas avulso. Desta feita, com a Lei de Bases do Sistema Educativo a estrutura de ensino fica organizada da seguinte forma:

- O ensino básico com tem três ciclos sequenciais: 1.º ciclo com quatro anos (1º, 2.º, 3.º e 4.º anos); 2.º ciclo com dois anos 5.º e 6.º anos); 3.º ciclo com três anos (7.º, 8.º e 9.º anos).
- O ensino secundário com a duração de três anos (10º, 11.º e 12.º anos).

A 29 de agosto de 1989 são publicados os “Novos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário” (Decreto n.º 286/89 do D.R. n.º 198). Surgem assim novos programas para as várias disciplinas. Relativamente aos programas de Matemática do ensino secundário estes foram publicados em Janeiro de 1991, sob a forma de um livro para o conjunto dos três anos deste ciclo. Podia ler-se na capa: “Programa de Matemática (10.º-12.º anos) para aplicação em regime de experiência pedagógica” (Ministério da Educação, 1991). Estes programas são postos em prática logo no ano letivo de 1991-92 em regime de experiência pedagógica só se tornando definitivos a partir do ano letivo seguinte.

É de realçar que nestes programas se apostava numa organização progressiva das matérias, em particular das tarefas da Análise, tendo por base a categoria de *funções*, isto é: no 11.º ano eram estudadas as funções polinomiais e algébricas e, portanto, nesta fase o estudo e aplicações dos conceitos de limite, derivada e primitiva eram restringidos apenas a estas funções. De igual modo no 12.º ano, em três momentos do programa, ampliava-se o leque das funções a estudar, que passa a englobar funções irracionais, funções trigonométricas e funções exponenciais e logarítmicas. Também aqui, em cada um destes momentos, são postas em prática todas as ferramentas da análise já conhecidas dos alunos e é chegado o momento de aperfeiçoar os conceitos para serem traduzidos em linguagem simbólica.

O conceito de *derivada* é exatamente um exemplo em que o estudo é feito no 11.º e 12.º anos de uma forma sequenciada e ampliada. Assim, aparece no 11.º ano num capítulo denominado “Funções-III-Limites. Derivadas” com a seguinte estrutura:

11.ºAno

7. Funções-III-Limites. Derivadas.

-Limites e continuidade de funções.

3 Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14.

-Derivação de funções racionais. Segunda derivada.

Aplicações.

Aparece ainda no 12.º ano em dois capítulos intitulados: "Funções-V-Complementos sobre Derivadas" e "Funções-VI-Funções trigonométricas em ℝ".

12.º ano

2. Funções-V-Complementos sobre Derivada	***6. Funções-VI- Funções Trigonométricas em ℝ***
-Derivada da função inversa e da função composta; aplicações.	*-Fórmulas. Equações e identidade.*
Derivadas sucessivas. Derivadas de funções implícitas.	*-Seno, co-seno e tangente como funções de variável real.*
-Estudo de funções irracionais.	*-Limites, continuidade, derivada, variação.*
	-Primitivas imediatas: cálculo de áreas.

Estes programas vigoraram até 1997, altura em que deram lugar a "novos" programas, que, em boa verdade, não eram mais que os mesmos programas com pequenos ajustamentos que vieram dar resposta às muitas críticas que foram sendo apontadas. Este programa começou a ser aplicado logo no ano letivo de 1997-98, no 10.º ano, no ano letivo de 1998-99 no 11.º ano e no ano letivo seguinte no 12.º ano.

O estudo das derivadas aparece no 11.º no capítulo: "Introdução ao Cálculo Diferencial I" e no 12.º ano nos capítulos "Introdução ao Cálculo Diferencial II" e "Trigonometria e Números Complexos, cujos capítulos apresentam as seguintes estruturas:

11.º ano

2-Introdução ao Cálculo Diferencial I-Funções Racionais e com Radicais.

***Taxa de variação/derivada*:**

-Estudo de propriedades das Funções racionais do tipo f(x)=a+b/(cx+d);

referência à hipérbole.

-Aproximação experimental da noção de limite.

-Operações com funções: soma, diferença, produto, quociente, composição.

-Noção da taxa média de variação; noção da taxa de variação;

interpretação geométrica e física.

-Determinação da derivada em casos simples; aplicações.

-Inversão de funções; funções com radicais quadráticos e cúbicos.

12.º ano

2-Introdução ao Cálculo Diferencial II:

-Função exponencial e função logarítmica de bases maiores que 1.

Regras operatórias de exponenciais e logaritmos. Aplicações concretas.

-Limite de função segundo Heine; propriedades operatórias sobre limites;

limites notáveis. Indeterminações. Assímptotas.

-Continuidade. Teorema de Bolzano-Cauchy e aplicações numéricas.

-Funções deriváveis. Regras de derivação e derivadas de funções elementares.

Segunda definição do número e. Segundas derivadas e concavidade.

-Estudo de funções em casos simples.

-Problemas de otimização.

3-Trigonometria e Números Complexos:

-Funções seno, co-seno e tangente; estudo de propriedades;cálculo de derivadas.

-Introdução histórica dos números complexos, através dos problemas da resolubilidade algébrica.

-Complexos na forma algébrica e na forma trigonométrica.

-Operações.

-Domínios planos e condições em variável complexa.

Foram estes programas vigoraram até ao final do século XX.

6 | FINAIS

No *terminus* desta investigação e tendo em conta o nosso objetivo consideramos que deveriam ser evidenciados alguns aspetos que julgamos importantes.

Em primeiro lugar importa referir que a análise das sucessivas reformas educativas que marcaram o século XX, reforça a importância da análise histórica para o desenvolvimento da educação matemática e para uma melhor compreensão deste domínio.

Em segundo lugar que o estudo da noção de derivada, seguindo o método histórico, chama a atenção para o facto de que as noções matemáticas não se desenvolvem de maneira autárquica, mas antes conectadas entre si. Ao mesmo tempo faz-nos compreender que a evolução do conceito em estudo não foi linear, antes pelo contrário, verificamos progressos e retrocessos, indecisões, dúvidas, hesitações. Desde a introdução da noção de derivada no plano de estudo do ensino liceal, no ano de 1905 até ao final do século XX, com exceção da reforma de Carneiro Pacheco, em 1936, em que aquela foi suprimida, assistimos a uma afirmação e aumento do espaço dedicado ao ensino das derivadas. Além disso, observa-se uma evolução começando por um largo período em que este possui uma identidade própria até às últimas reformas nas quais se valoriza o seu carácter instrumental (Aires, 2006). De facto, aquando da introdução do conceito de derivada nos programas oficiais do ensino liceal, em 1905, até à reforma de 1929 pela análise dos programas podemos constatar que a tónica era posta na definição formal do conceito. Também com

o programa de Matemática de 1947 começa-se a ter uma visão diferente das derivadas, passando-se a utilizar as derivadas como uma "arma analítica" para aplicar ao estudo da variação das funções (sentido de variação e extremos relativos de uma função). Com a introdução das Matemáticas Modernas esta nova abordagem torna-se mais evidente sendo muito frequente aparecer no programa um parágrafo dedicado às aplicações das derivadas como por exemplo, sentido da variação de uma função, concavidades, gráficos e problemas concretos, ao mesmo tempo que não se descura o carácter formal do conceito. Posteriormente, consolida-se a tendência das Matemáticas Modernas de considerar o conceito de derivada em si mesmo, definindo-se derivadas laterais.

Com os programas de 1991 assiste-se à apresentação da noção de derivada como limite da taxa de variação média e a problemas de otimização como aplicação das derivadas. Finalmente com o programa ajustado de 1997 a tendência é para abordar o conceito de derivada de uma forma mais fenomenológica, ou seja, relacionada com fenómenos da natureza e da vida diária (Aires, 2006).

REFERÊNCIAS

AIRES, A. P. ***O conceito de derivada no ensino secundário em Portugal ao longo do século XX*.** 2006. 298 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2006.

Aires, A. P.; Santiago, A. E. Os programas de Matemática do ensino liceal em Portugal. *In* Almeida, A. J. *et al* (org.), **A Matemática nos programas do ensino não-superior-1835-1974**. Lisboa: UIED, 2014, cap. 3, p. 71-94.

Berrio, J. L. El método histórico em la investigacion histórica de la educacion. **Revista Espagñola de la Pedagogia**, Madrid, n.134, p. 449-475, 1976.

CARVALHO, R. **História da Educação em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar**. 1.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. 964 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA [MEC]. **Matemática- Programa para o ano letivo 1974-1975, Ensino Liceal**. Lisboa: [MEC], 1974.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO **Programa de Matemática (10.º-12.º anos) para aplicação em regime de experiência pedagógica.** Lisboa: Casa da Moeda, 1991.

CAPÍTULO 16

O GUETO HOMOSSEXUAL E O TEXTO *SAINDO DO GUETO* DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 03/05/2021

Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – RJ
http://lattes.cnpq.br/4769157290704966

RESUMO: Primeiramente apresentado de forma oral na *XLII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural*, o seguinte artigo propõe analisar como o chamado "gueto homossexual" é mobilizado no editorial *Saindo do Gueto* (1978), publicado na edição experimental do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). Considerado a primeira grande expressão da imprensa homossexual no Brasil, o jornal Lampião da Esquina foi uma publicação pioneira naquilo que ficou conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro. Em seu número experimental, o jornal publicou o que pode ser entendido como seu manifesto, o texto *Saindo do Gueto*. Este artigo examinará o manifesto, dando ênfase para a maneira como este documento vê o gueto homossexual e traçando um panorama histórico do gueto e do jornal, tendo como arcabouço teórico, sobretudo, os estudos de James N. Green e João Silvério Trevisan. Ainda, este artigo pretende expandir a discussão entorno do gueto homossexual, mobilizando as ideias de Edward McRae quanto a importância do gueto para a vivência homossexual.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade, gueto homossexual, imprensa alternativa, Movimento Homossexual Brasileiro, Lampião da Esquina.

THE HOMOSEXUAL GHETTO AND THE *SAINDO DO GUETO* EDITORIAL OF THE LAMPIÃO DA ESQUINA NEWSPAPER

ABSTRACT: First presented orally at the *XLII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural*, the following paper analyzes the way the so-called "homosexual ghetto" is shown at the *Saindo do Gueto* (1978) editorial, which was published at the experimental issue of the Lampião da Esquina newspaper (1978-1981). Considered the first major representation of the Brazil's homosexual press, the Lampião da Esquina newspaper was a pioneer publication of what became known as Brazilian Homosexual Movement. At its experimental issue, the newspaper published what can be known as its manifesto, the *Saindo do Gueto* editorial. This paper will examine the manifesto, emphasizing how the editorial sees the homosexual ghetto and making a historial overview of the ghetto and the newspaper, having as a theoretical framework, especially, the studies of James N. Green and João Silvério Trevisan. In addition, this paper aims to expend the discussion about the homosexual ghetto, mobilizing the Edward McRae's ideas about the ghetto's importance for the homosexual experience.

KEYWORDS: Homosexuality, homosexual ghetto, alternative press, Brazilian Homosexual Movement, Lampião da Esquina.

1 I INTRODUÇÃO

O seguinte artigo representa uma fração da minha monografia de conclusão de curso. A monografia tem como objetivo analisar a prática política homossexual defendida e construída pelo jornal *Lampião da Esquina*. Proponho neste artigo a análise mais atenta ao texto *Saindo do Gueto*, texto introdutório escrito pelo corpo editorial do jornal para o número zero do *Lampião*. A partir desta análise, traçarei um diálogo do texto com a trajetória histórica do chamado "gueto homossexual" e das discussões elaboradas pelos estudiosos do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) acerca do gueto.

Qualquer estudo que lide direta ou indiretamente com diversidade sexual, adentra em um campo ainda recente e em constante mudança. Desde o fim do *Lampião*, há 40 anos, muito mudou: termos foram perdidos, outros foram adicionados, concepções foram desconstruídas e outras foram formadas. Talvez, uma das maiores mudanças, foi o melhor entendimento de identidade de gênero. Quando *Lampião* surgiu, seus editores advogavam em nome de uma comunidade ampla e diversa, a qual era inteiramente abarcada na categoria de "homossexuais". Apesar de atualmente reconhecermos que a denominação antes utilizada é redutiva e até equivocada – especialmente no que diz respeito a transgêneros e travestis –, manterei os temos utilizados pelos editores do *Lampião*, tendo consciência do que representavam em seu tempo.

Para este artigo, me basearei, sobretudo, em três textos significativos: A *Construção da Igualdade*, de Edward McRae, *Além do Carnaval*, de James N. Green e *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan. Destas obras, mobilizo o arcabouço teórico, historiográfico e informativo sobre a dinâmica do gueto homossexual brasileiro. A importância desses textos é evidenciada, também, pela presença de seus autores como agentes históricos no período estudado: Trevisan foi membro fixo do corpo editorial do *Lampião* e McRae e Green foram colaboradores do jornal, além de, assim como Trevisan, estarem envolvidos em grupos homossexuais do período (SOUZA, 2013).

Traçando um diálogo com estudos mais contemporâneos, este artigo é influenciado pela excelente dissertação de mestrado de Rafael de Souza, chamada *"Saindo do Gueto": O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982*, que, para além de fonte de mobilização informativa e teórica, servirá como referência para uma análise de maior distanciamento temporal e de congruência na mobilização das ideias da bibliografia clássica sobre o assunto, citada no parágrafo anterior.

2 I O *LAMPIÃO DA ESQUINA* E O JORNALISMO ALTERNATIVO

Fundado em 1979, o jornal *Lampião da Esquina* é comumente definido como o primeiro grande jornal brasileiro voltado para o público homossexual (RODRIGUES, 2018). O tabloide surgiu em um contexto de abertura política durante os anos finais da Ditadura Militar como uma representação da chamada imprensa alternativa. Também chamada de

imprensa nanica, esta forma de jornalismo foi fruto do contexto brasileiro sob um regime que havia suprimido qualquer forma de organização política e cultural de oposição ao Governo. Estes jornais serviram, em uma grande parte, como porta-vozes de grupos políticos e sociais que não se viam representados na grande mídia e na dinâmica política de então, como organizações e partidos de esquerda, artistas de contracultura, mulheres, negros, indígenas e homossexuais (KUCINSKI, 2001).

Em vários aspectos, a história do *Lampião* se confunde com a história do movimento homossexual brasileiro, isto porque, além de sua grande tiragem e cobertura por quase todo o território nacional, a importância do jornal está na proposta política por trás de sua criação. Boa parte de sua equipe editorial era formada por jornalistas e intelectuais que visavam o desenvolvimento de um movimento político e social que reivindicasse direitos para homossexuais.

A ideia da construção do jornal é catalisada com a vinda ao Brasil de Winston Leyland, editor da revista homossexual estadunidense *Gay Sunshine Press*, com o objetivo de publicar uma antologia de literatura homossexual latino-americana. Sua vinda foi a razão para que intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais do cenário paulista e carioca se reunissem. A partir disto, surgiu a ideia da construção de um jornal feito por homossexuais a fim de se discutir e noticiar a vivência e a realidade homossexual do Brasil e do mundo, além de abrir espaço para que outros grupos socialmente oprimidos pudessem compartilhar seus temas e suas demandas (GREEN, 2019).

O corpo editorial do *Lampião da Esquina* não somente trouxe consigo a experiência de muitos terem anteriormente trabalhado para jornais da grande imprensa e para outros jornais alternativos, como também trouxe as influências das experiências políticas homossexuais internacionais que já eram agitavam a dinâmica política de países como Estados Unidos (SOUZA, 2013). Parte do corpo editorial havia mantido contato com as novas ideias que surgiam no cenário internacional, seja pela experiência de exílio – como o caso de João Silvério Trevisan – ou pela própria origem estrangeira – como o de Peter Fry. A própria catalização da criação do *Lampião* pela presença de Winston Leyland já evidencia isso. Também, o corpo editorial se influenciava pelas semelhantes experiências nacionais e internacionais de outros grupos minoritários – como eram chamados na época – tal qual os negros e, principalmente, as mulheres.

3 I O GUETO HOMOSSEXUAL

Com o advento da formação de grandes centros urbanos no Brasil desde fins do século XIX, se constrói nessas grandes cidades aquilo que viria a ser conhecido como “gueto homossexual”. Já na virada do século XIX para o século XX, a atual Praça Tiradentes no Rio de Janeiro, por exemplo, foi um notório ponto de encontro homoerótico (GREEN, 2019).

De lá para cá, homens e mulheres que buscavam encontros afetivos e sexuais com pessoas do mesmo sexo foram construindo e tomando para si lugares comuns e criando redes de contato com pessoas que compartilhavam do mesmo estilo de vida. Uma caraterística central para se entender o gueto é o seu caráter paralelo na vida de boa parte dos que o frequentavam. Muitos destes homossexuais levavam uma vida dupla, escondendo sua homossexualidade da família, do trabalho e de círculos sociais, ao mesmo tempo em que frequentavam o gueto.

Já nos anos 1970, o gueto vivia um momento de expansão e efervescência em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Neste período, Rio de Janeiro já era um polo de turismo homossexual internacional, além de, juntamente de São Paulo, possuir inúmeros espetáculos, boates e bares direcionados ao gueto homossexual (TREVISAN, 2018). Todavia, numa perspectiva social mais ampla, o gueto continuava marginalizado, sob a vista-grossa da sociedade. Nesta conjuntura, de modo geral, a única expressão do gueto homossexual na grande mídia era a presença de homossexuais e travestis em páginas policiais de jornais sensacionalistas ou a exploração da imagem homossexual como objeto de chacota em programas televisivos (TREVISAN, 2018).

4 I O TEXTO *SAINDO DO GUETO*

É na conjuntura de expansão e efervescência do gueto nos anos 1970 que o texto *Saindo do Gueto* é lançado na edição experimental, número zero, do jornal Lampião da Esquina. Este texto é um manifesto que justifica a iniciativa e a existência do jornal:

LAMPIÃO

Saindo do Gueto

Conselho Editorial: Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.
Coordenador de edição: Aguinaldo Silva
Editores: Darcy Penteado, João Silvério Trevisan, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata.
Colaboradores: Agildo Guimarães, Frederico Jorge Dantas, Alceste Pinheiro, Iapohi Araújo, Billy Acioly, Luís Canabrava (Rio); José Pires Barrozo Filho, Paulo Augusto (Niterói), Amylton Almeida (Vitória); Glauco Matoso (São Paulo); Gilmar de Carvalho (Fortaleza); Caio Fernando Abreu (Porto Alegre).
Arte: Ivan Joaquim, Mem de Sá
LAMPIÃO é uma publicação de Lampião, Editora de Livros, Revistas e Jornais.
Endereço: Caixa Postal 41031, ZC-09 (Santa Teresa), Rio de Janeiro – RJ

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma

certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia; uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?

A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma ban-

deira exótica ou "compreensível", cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando – ao "assumir" – a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento.

Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.

Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende so-

luçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz.

A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo

ao sistema – do qual se tornam apenas "bobos da corte" –, declaram-se por ledo engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas **se assumir** e **ser aceito** – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

Para isso, estaremos mensalmente

em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.

Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.

O Conselho Editorial

Figura 1 – Texto *Saindo do Gueto*, publicado na edição número zero do jornal Lampião da Esquina (1978).

Fonte: Acervo online do Grupo Dignidade[1].

Os primeiros parágrafos evidenciam a abertura de oportunidades políticas e culturais[2], já perceptível para quem vivia no Brasil na transição dos anos 1970 para os 1980. Inserido nesta realidade, Lampião afirma no terceiro parágrafo: “é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele” (Lampião da Esquina, 1978). Apesar deste texto não apresentar um debate sobre os prós e contras do gueto homossexual, analisando a conjuntura e a proposta do jornal, o gueto, neste caso, é entendido como o único local resignado ao homossexual.

Lampião propõe que esta forma de segregação seja negada e que homossexuais se mostrem ao mundo. Isto é, visivelmente, uma amostra da influência direta do movimento de libertação homossexual internacional, especialmente o estadunidense. Como já dito, o contato e a experiência com as ideias liberacionistas internacionais é uma marca do corpo

1 Disponível em <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO--00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

2 Os conceitos de oportunidades políticas e oportunidades culturais são mobilizados a partir da análise de Rafael de Souza em *“Saindo do Gueto”: o movimento homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982*. Ancorando-se nos escritos dos sociólogos Charles Tilly e Sidney Tarrow, Souza define *estruturas de oportunidades políticas* como “alinhamentos (ou desalinhamentos) das elites alojadas no poder, (...) como elas são interpretadas e enquadradas pelos ativistas” (SOUZA, 2013). Quanto às *estruturas de oportunidades culturais*, Souza mobiliza as ideias de David S. Meyer e William A. Gamson para defini-las como “conjunto de espaços produtores de estoques culturais que podem ser acessados pelos ativistas em momentos de reinterpretação das oportunidades políticas” (SOUZA, 2013).

editorial. Isto, inclusive, é refrisado por João Silvério Trevisan 35 anos após o fim do jornal, em seu testemunho ao documentário *Lampião da Esquina* (2016). Para resumir a proposta do jornal, Trevisan diz: “Estamos aqui, isto é parte do Brasil, com licença! Esquerda e direita, aqui estamos” (Lampião da Esquina, 2016).

No terceiro parágrafo, também é citado alguns estereótipos que o jornal crê que devem ser desconstruídos:

> “(...) um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter”. (Lampião da Esquina, 1978)

Estes estereótipos, por sinal, são intimamente ligados à própria existência do gueto: as sombras e a noite como marca da vida dupla de quem o frequenta. Ainda, a última frase mostra a vontade do jornal de ampliar o espectro do que se é entendido quanto a masculinidade e feminilidade de homossexuais. Ou seja, para o jornal, a adoção de traços tidos como femininos por gays e masculinos por lésbicas não necessariamente significa uma negação ao seu sexo.

Seguindo a análise do texto, o quarto parágrafo apresenta três destaques. Primeiramente, a postura política que o jornal manterá não será passiva, ou seja, de apenas lamentar o preconceito sofrido por homossexuais e tentar achar brechas no sistema para que estes consigam sobreviver. A postura será ativa, de imposição da presença e reinvindicação de seu espaço na sociedade. Segundamente, Lampião afirma que, apesar de homossexuais serem uma minoria, não são poucos. Por isto, formam um grupo que precisa de voz. O último destaque do parágrafo é a citação feita à herança hebraico-cristã. Lampião reconhece esta herança como a raiz do preconceito e exclusão de homossexuais na sociedade brasileira, visto a inaptidão desta cultura em aceitar qualquer prática sexual que não resulte em procriação[3].

No quinto parágrafo, Lampião critica certos homossexuais que possuem um espaço de maior aceitação na sociedade machista, especialmente aqueles que fazem parte de ciclos de elite ou obtém acesso a ela. Estes clamam estarem livres de preconceitos, como a maior parte que não usufrui dos mesmos privilégios. Lampião os define como “bobos da corte”[4], uma vez que conseguem seu espaço em meio às elites desde que obedeçam aos

3 De fato, é inegável que a herança hebraico-cristã seja a principal raiz cultural pela qual a prática homoerótica seja repudiada na sociedade brasileira. Em *Born To Be Gay: História da* Homossexualidade, William Naphy analisa como, diferente de muitas civilizações da antiguidade, a cultura judaica construiu o entendimento de negação a qualquer prática que não visasse à reprodução, especialmente às que hoje entendemos como homossexuais (NAPHY, 2004). E, por consequência, estes pensamentos judaicos foram herdados pelo cristianismo, um dos pilares de formação da cultura brasileira. Porém, cabe citar que, segundo autores como Edward McRae, James Green e João Silvério Trevisan, a partir do século XX a moral judaico-cristã de ojeriza ao homoerotismo foi aos poucos substituída por um discurso medico-científico de ataque às práticas homoeróticas. Em outras palavras, o que antes era pecado, tornou-se doença. Entretanto, se entende este discurso médico-sanitarista como fruto de uma moral cristã previamente enraizada na mentalidade de profissionais e especialistas que construíram esse discurso científico (GREEN, 2019).

4 Este termo está ligado a uma imagem popularizada a partir dos anos 70, principalmente pela grande mídia, do homossexual como fonte de riso e chacota (TREVISAN, 2018).

limites a eles postos. O jornal, então, propõe que homossexuais reivindiquem suas reais vontades e realizações, independente da aceitação das elites ou da sociedade como um todo.

Em seus últimos parágrafos, destaca-se no texto o compromisso traçado pelo Lampião de, além de falar de homossexualidade, dar espaço de fala para outros grupos também discriminados (negros, mulheres, indígenas), que, por sinal, também constroem seus guetos. Por fim, no que diz respeito a assuntos que não necessariamente são exclusivos da vivência homoerótica, a sexualidade e sua amplitude promete ser um tema que o Lampião propõe discutir para além do tabu.

5 | OUTRA PERSPECTIVA SOBRE O GUETO HOMOSSEXUAL

Grande parte dos estudos feitos pelo jornal Lampião da Esquina até o momento nota que o periódico burlou seu manifesto inicial. O jornal que propôs tirar homossexuais do gueto, se viu direcionado ao próprio gueto. Isto mostra a complexa, bipolar e fluida relação dos editores do Lampião com o gueto homossexual. Esta é uma marca comum, inclusive, ao movimento homossexual como um todo.

No texto *Em defesa do Gueto*, escrito dois anos após o fim do Lampião da Esquina, Edward McRae[5] mostra os lados positivos do gueto:

> "Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta" (MCRAE, 1983)

O fragmento acima é um resumo da importância do gueto na vida de homossexuais, especialmente durante o período em que Lampião da Esquina se insere. É no gueto que homossexuais desfrutam da liberdade para ser e experimentar aquilo que é socialmente reprimido. Para muitos, o gueto é o espaço de sociabilidade e construção de laços. A experiência no gueto é responsável pela criação do sentimento de comunidade e, concomitantemente, responsável pela construção de uma identidade.

McRae nota que a autoaceitação como homossexual e a construção desta identidade é essencial para que o homossexual "se assuma", ou seja, se apresente como homossexual ao mundo exterior ao gueto. Logo, isto evidencia um paradoxo na relação entre homossexuais e o gueto homossexual. McRae mostra que, em muitos casos, para que o homossexual consiga se inserir na sociedade exterior ao gueto, é necessária,

5 Edward McRae é sociólogo e antropólogo que, além de ter realizado estudos sobre os momentos iniciais do MHB, militou no grupo SOMOS durante os anos 80.

anteriormente, a experiência do gueto. Sendo assim, em uma visão libertária, como a do Lampião, o gueto é encarado como um local de passagem: estar no gueto e frequentá-lo são de extrema importância, mas, em uma sociedade livre, o gueto não deve ser o único local designado para a existência homossexual.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde fins do século XIX, se viu no Brasil a constituição de espaços de sociabilidade para homens e mulheres homossexuais, os quais ficaram conhecidos como gueto homossexual. Já na década de 1970, o gueto vivia seu momento de maior amplitude e agitação até então, mas, isto não refletia em uma presença livre e segura de homossexuais na dinâmica social mais ampla.

A conjuntura de abertura política e cultural do período propiciou que – inspirados pelas experiências internacionais e de outras lutas como as dos movimentos feminista e negro – um grupo de intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais criassem o *Lampião da* Esquina, um jornal percussor para o que viria a ser conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro. Este artigo chamou a atenção para um texto presente na edição número zero do jornal, o *Saindo do Gueto*, que serviu como manifesto que justificava a existência do tabloide.

Em *Saindo do Gueto*, o jornal se propõe a colaborar para um processo necessário: a saída dos homossexuais do gueto. Sair do gueto, para o jornal, significava reivindicar um espaço na sociedade para além da segregação que o gueto representava. Para isso, era necessário que homossexuais aproveitassem das oportunidades políticas e culturais que se abriam no país e se autoafirmassem, negando e contestando qualquer estereótipo que os descriminassem, os reduzissem e justificasse sua exclusão.

Como contraponto ao texto, este artigo buscou ampliar, a partir de uma visão sociológica, as discussões quanto ao gueto homossexual. Para isto, foi mobilizado os estudos feitos pelo antropólogo Edward McRae, que enxerga o gueto como uma experiência positiva e necessária para os homossexuais. O gueto representa um espaço de desenvolvimento da autoaceitação. Esta característica é essencial para que, posteriormente, homossexuais ultrapassem os limites do gueto e reivindiquem seu local na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

GREEN, James N. **Além do Carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da Ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

MCRAE, Edward. **A Construção da Igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: Edufba, 2018.

NAPHY, William. **Born to be Gay**: História da Homossexualidade. Lisboa: Edições 70, 2004.

SOUZA, Rafael de. **"Saindo do Gueto"**: o movimento homossexual no brasil da abertura, 1978-1982. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à Atualidade. 4. ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

CAPÍTULO 17

O HOLODOMOR E SUAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DO JORNAL *CHLIBOROB*

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 22/03/2021

Henrique Schlumberger Vitchmichen
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Ponta Grossa – PR
http://lattes.cnpq.br/9952172995422062

RESUMO: A imprensa ucraniano-brasileira se formou no início do século XX. O jornal *Chliborob*, fundado em União da Vitória, seria um dos produtos da trajetória dessa imprensa. Operando em Curitiba, ele busca principalmente noticiar os principais eventos ocorridos no país eslavo, assim como relembrar outros. A partir desse trabalho, nos propomos a explorar como o periódico atuou especificamente em sua tarefa de relembrar um dos principais eventos ocorridos na Ucrânia, o Holodomor, período de intensa fome e responsável por milhões de mortos. Situado nos anos de 1932-1933 sob o governo stalinista, ele atualmente ainda é considerado traumático tanto para a história do país, quanto para a comunidade ucraniana como um todo. Tendo em vista as limitações de tempo de um artigo, iremos aqui nos delimitar em suas edições do ano de 2009. Para isso utilizaremos de um arcabouço teórico que procure lidar tanto com os conceitos de representação e análise de discursos, quanto do acontecimento em si. Logo, autores referência nas discussões de tais ideias, como Pierre Bourdieu, e Roger Chartier, além de nomes que apontam para as especificidades ucranianas e da imprensa em questão, como Anderson Prado, Paulo Renato Guérios, Oksana Boruszenko, entre outros, serão aqui utilizados.

PALAVRAS-CHAVE: Chliborob; Ucrânia; Holodomor; imprensa; representações.

THE HOLODOMOR AND ITS REPRESENTATIONS FROM THE NEWSPAPER *CHLIBOROB*

ABSTRACT: The ukrainian-brazilian press was formed in the start of the 20th century. The newspaper *Chliborob,* founded in União da Vitória, would be one of the products of the trajectory of this press. Operating in Curitiba, he mainly seeks to report the main events ocurred in the slavic country, as well as to remember others. In this work, we propose to explore how the periodic acted specifically in its task of remembering one of the main events ocurred in Ukrain, the Holodomor, a period of intense hunger and responsible for millions of deads. Situated in the years of 1932-1933 under de stalinist government, he actually is still considered traumatic for the country's history, and for the ukrainian community as a whole. Taking into account the time limitations of an article, we will here delimitate ourselves in his editions of the year of 2009. For this we will utilize a theoretical framework that seeks to deal both with the concepts of representation and discourse analisis, as well as the event itself. Therefore, reference authors in the discussions of such ideas, like Pierre Bourdieu, and Roger Chartier, aside other names that point to the ukrainians specificities and the press in question,

like Anderson Prado, Paulo Renato Guérios, Oksana Boruszenko, among others, will be here utilized.

KEYWORDS: *Chliborob;* Ukrain; Holodomor; press; representations.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Ucrânia é uma região envolvida em múltiplos revezes e desafios territoriais, tanto com outros países eslavos, mas principalmente com relação a Rússia. Dentre conflitos e relações que permeiam e envolvem esses dois países desde o medievo, nos propomos a nos debruçar por meio desse trabalho em um de seus mais memoráveis, polêmicos e traumáticos, o Holodomor[1]. Situado no início da década de 30, entre os anos 1932-1933, tal evento moldou as relações entre as duas nações até os dias de hoje, assim como formou imaginários, percepções e representações de uma época, que para os ucranianos ainda permanece presente em sua memória. O texto aqui formulado é um recorte temporal e de aprofundamento de uma pesquisa mais ampla, que pretende analisar alguns aspectos da representação e de análise de discursos que o jornal curitibano *Chliborob*[2] faz das tensões russo-ucranianas entre 2009 e 2019. Para isso foram levados em conta noticiários do próprio jornal com relação a eventos passados entre os dois países, a disputa pela memória, também como alguns acontecimentos mais recentes, como a Crise da Crimeia.

Ao longo do trabalho, nos deparamos com o Holodomor, evento recorrentemente noticiado com o passar dos anos, mas que em 2009 possui uma maior ênfase, devido tanto a questões de caráter regional, até outras que extrapolam os limites nacionais. Por fim, antes de nos atentarmos as suas representações no periódico, é necessário primeiramente historicizarmos brevemente tais tensões principalmente ao longo do século XX, assim como nos debruçarmos sobre o Holodomor e as polêmicas que o cercam ainda atualmente.

A Ucrânia como nação constituída se forma a partir do século IX com o desmembramento da chamada *Rus Kievana*¸ um único território composto por alguns países eslavos, subordinados à época ao principado de Kiev. Seu primeiro príncipe, Oleg (879-912), em 911 assinou um tratado de paz com o Império Romano do Oriente e após isso comandou o território, assim rapidamente Kiev seria vista como principal ponto da região. Esse estado que abarcava grande parte dos territórios da atual Ucrânia, Rússia e Bielorrússia, foi durante a formação geopolítica dos estados eslavos, um foco cultural considerável para os povos da região. Foi a partir do século XI que por uma série de revezes, inclusive o enfraquecimento do principado frente ao império bizantino, também como a ameaça mongol do XII, que essa unificação iria gradativamente minar e por fim se desmembrar em regiões independentes.

Desde a dissolução, o território ucraniano constantemente sofreu com conflitos

1 Holodomor pode ser traduzido como “morte pela fome”.

2 Em sua tradução, significa “Lavrador”

e ocupações estrangeiras em seu território. A partir do século XIV, ele se viu dominado por forças tanto da Lituânia, quanto da Polônia[3], quando iniciaram-se conflitos que iriam extrapolar séculos, sendo encerrados apenas no XVII quando a região finalmente alcançaria a sua independência em relação a outros povos, sobretudo os poloneses:

> Após várias tentativas, num levante poderoso desses cossacos, sob a chefia do hétman (3) Bohdan Khmelnytskyj (+ 1657), a Ucrânia reconquistou, em 1648, a independência nacional, adotando a forma de República dos Cossacos Ucranianos, governada por hétmans eleitos (BORUSZENKO, 1969, p 425).

De acordo com Paulo Horbatiuk (1989) a história do país pode ser dividida em cinco períodos a princípio, são eles: 1) Supremacia de Kiev até 1154, 2) Estado Galiciano-Voliniano (1154-1340), 3) Controle do território pela Polônia e Lituânia (1340-1648), 4) Estado Cossaco (1648-1782), e 5) Controle Austro-Russo (1792-1918). Após o fim da ocupação polonesa durante o XVII, é instituído o Estado Cossaco, período de autonomia regional, que é apenas interrompido no ano 1792, com a quebra do Tratado de Pereyeslav[4] pela Rússia, assim a região passa a ser dividida e controlada, em sua parte oriental sob supervisão russa, e em sua porção ocidental pela Polônia. Após tentativas de levantes, muitos sendo orquestrados pelos cossacos, a autonomia do Estado chegou ao seu fim em 1769, durante o reinado da imperatriz russa Catarina II (1729-1796).

Após uma série de conflitos e resistências contra ocupação austro-húngara, russa e polonesa, é apenas no início do século XX que a região consegue sua emancipação. Assim, pelo tratado de Brest-Litovsky[5], as demais potências reconheciam a independência da região, e em 1918 ela seria enfim alcançada. Nasce então a República Nacional da Ucrânia, sob a liderança de Symon Petlura. Contudo a independência não durou muito tempo, pois em 1922 o território seria conquistado e anexado pelos bolcheviques à URSS, e assim permaneceria até o fim da República Soviética em 1991. Ainda de acordo com Paulo Horbatiuk (1989, p. 68)*:* “A Ucrânia hoje, sob a denominação de República Soviética Ucraniana, é uma região autônoma, mas não soberana, cuja Constituição deve obedecer aos princípios básicos do marxismo-leninismo”.

O HOLODOMOR

A partir do que já decorremos brevemente, sobre os processos de autonomia e interferências externas vivenciadas ao longo do tempo, exploraremos agora como essa trajetória descambou logo no início do XX para a ocupação soviética de seu território,

---

3 Os cossacos são tidos como guerreiros ucranianos que lutaram contra a dominação estrangeira de seu país nesse período. Sobrevivem ainda hoje no imaginário tanto da Ucrânia, quanto de outros países, como um símbolo nacional. No Brasil são celebrados em eventos comunidade através de ritos, danças e vestuários típicos, que remetam a tradição de seu local de origem.

4 Tratado firmado entre Ucrânia e Rússia em 1654, onde o território ucraniano garantiria autonomia em relação a outros povos europeus, e seria protegido pelo Czar russo.

5 A partir desse tratado foi concordado que a Rússia renunciaria ao controle exercido sobre o território ucraniano.

e como se deu um dos eventos mais marcantes de sua história, quase duas décadas após sua anexação. Assim, analisaremos como o Holodomor permeia o imaginário da posteridade, principalmente através do jornal ucraniano-brasileiro aqui em pauta. Além disso, consideramos relevante apontarmos as discussões polêmicas sobre tal evento, essas que já nos anos 30 estavam em voga, e ainda atualmente sobrevivem. Logo, a veracidade e a "natureza" do Holodomor, tratado pela Ucrânia e outros países que o reconhecem, como um genocídio, há de ser considerada.

Logo após a dissolução do tratado de Brest-Litovsky pela Rússia em 1922, a Ucrânia passa a fazer parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:

> Foi por meio do Tratado de Brest–Litovski, assinado no início de 1918, que a Rússia abriu mão de exercer sua supremacia sobre uma grande área pertencente ao território ucraniano. Porém, o Tratado foi anulado a partir da derrota dos Impérios Centrais, ao final da Primeira Guerra Mundial, e o território passou a ser disputado na Guerra Polaco-Soviética. Com o colapso dos Impérios Russo e Austríaco, após o término da Primeira Grande Guerra, e também a Revolução Russa de 1917, houve o ressurgimento do movimento nacional ucraniano em prol da autodeterminação em boa parte da Ucrânia. Em fevereiro de 1917, com o fim do czarismo, não demorou a começar a disputa pelo poder entre o Governo Provisório de São Petersburgo e o Rada Central de Kiev, que representava o parlamento da Ucrânia (PRADO, 2017, p. 21).

Como parte do bloco ela iria vivenciar eventos que marcaram a trajetória e imaginário nacional, dentre eles, o Holodomor se destaca como a grande tragédia, constantemente lembrada por seu povo e reafirmada pelos mesmos, já que como iremos destacar, tanto a Rússia, quanto outros países, relutam em reconhecer os eventos ocorridos na década de 30 como um genocídio cometido pelo governo russo, a época sob liderança de Joseph Stalin. Conhecido como o genocídio ucraniano, que fora comandado pelo regime stalinista, a *Grande fome* foi resultado de práticas artificiais do regime soviético da época que buscavam o controle alimentício da produção de excessivos agrícolas e a coletivização das fazendas, que deveriam abastecer a República Soviética com sua produção agrícola, como convencionado a partir do modelo econômico proposto com o *Plano Quinquenal*[6]. Essa prática consequentemente gerou um rigoroso controle de alimentos que por fim levou a um genocídio que ceifou milhões de vidas ucranianas, fato esse negado veementemente pela Rússia durante o período, que continuamente falava contra a existência de tal prática ou estado de fome, e que ainda hoje permanece em um grau de obscurantismo em diversos países:

> A abastada terra Ucrânia, em termos agrícolas, cantada desde o tempo dos gregos como um celeiro da Europa, foi severamente castigada pelo regime

6 Os planos Quinquenais foram uma série de medidas econômicas instituídas pelo regime stalinista que visavam o controle e desenvolvimento do setor industrial da Rússia e que iria contribuir para a grande fome ucraniana. Vale notar que durante o período em questão, a Ucrânia era encarada como um dos grandes produtores de alimentos da Europa, contando com terras e condições férteis para o plantio, fato que também contribuiu para o Holodomor. Para mais informações ver: (PRADO, 2017).

> soviético, que impediu os camponeses de acederem aos bens alimentares, muitos destes por eles próprios produzidos. A polícia secreta soviética fechou as fronteiras e barrou o acesso de milhões de camponeses de todas as idades aos alimentos básicos. À luz de um plano criminoso, o governo estalinista desencadeou um processo de extinção das elites políticas e intelectuais críticas de Moscovo, bem como da grande massa da população produtiva da Ucrânia, em nome da total sujeição da vontade desta nação e do seu território ao poder imperialista soviético (CIESZYNSKA; FRANCO, 2013, p 18).

Apesar de o debate sobre o Holodomor ter tomado proporções mais amplas principalmente após a queda da URSS, e logo após a abertura política, já podemos observar questionamentos inclusive internos sobre o ocorrido, assim observa-se que apesar de ainda atualmente essa discussão estar em pauta, e reverberar mais enfaticamente a partir dos anos 90, não é exatamente um fato recente, tendo reflexos ainda nos tempos soviéticos:

> [...] logo após a morte de Josef Stalin, começaram a vir à tona as atividades totalitárias (usando o termo de Hannah Arendt) do governo comunista no "discurso denúncia" de Nikita Khrushchev. Faziam parte deste relatório de denúncias as mortes ocorridas pelas políticas de coletivização dos campos na Ucrânia, que, segundo estudos que serão elencados posteriormente, chegaram a sete milhões de vítimas. O relatório de Khrushchev teve seu texto divulgado na íntegra em março de 1989, já com a dissolução da URSS em curso. Hoje, após muitas imagens, documentos, relatórios e denúncias que foram lançados à luz da história, vinte e seis países, inclusive o Brasil, reconhecem o Holodomor como genocídio. As mortes decorrentes das coletivizações ainda são motivos de algumas divergências entre ordens diplomáticas até hoje, devido ao fato de não ser considerado um holocausto (PRADO, 2017, p. 50)

De acordo com Prado (2017) as coletivizações que impulsionaram o Holodomor, tiveram como resultado aproximadamente 7 milhões de mortos. Tal número pode variar muito devido ao caráter relativamente desconhecido do evento, se comparado a outros, como por exemplo o holocausto nazista, onde por suas proporções consegue-se ter um número mais preciso de vítimas. Dito isso, a constante pressão da Ucrânia ao reconhecimento do evento como genocídio por parte de outros países é constante. Em contrapartida, o autor alerta que parte das fontes que tratam do evento, são ligadas à causa por algum ângulo, seja ele cultural, religioso ou político. Tendo em conta os movimentos anticomunistas que ganharam espaço após a Segunda Guerra Mundial, esses também apresentaram teses que apontavam o Holodomor como tendo o intuito de desgastar o regime comunista.

Desse modo, compreendemos que o jornal ucraniano-brasileiro possui ao longo de suas edições uma retórica anticomunista em suas páginas, essa que se reflete principalmente quando são discutidos assuntos relacionados a antiga União Soviética e a Rússia. Isso pode ser percebido em um recorte do jornal que aqui expomos, de seu editorial da edição de abril de 2009. Vale ressaltar que o editorial que abre o periódico em sua primeira edição do ano, é uma reprodução de seu original, veiculado em 1948, portanto, é curioso que mesmo 61 anos após, a mensagem ainda seja exprimida logo na primeira

página, dando uma ideia de que esse posicionamento do Lavrador, tenha se mantido inalterado. Na coluna que tem como título “Aos nossos leitores” destacamos o seguinte:

> [...] Não nos interessa e não é nosso desejo entrar em polêmicas políticas ou religiosas com outros órgãos congêneres. No entanto, manter-nos-êmos firmes, resolutos e intransigentes na defesa dos ideais democráticos. Estamos com o Brasil .... Somos dos que crêem na Democracia. Dos que acreditam que somente a Democracia pura e real poderá dar ao mundo a paz, a liberdade e a justiça que todos almejam. O comunismo ateu e sanguinário, que há trinta anos escraviza a Ucrânia, terra de nossos antepassados, terá sempre a nossa mais veemente repulsa, o nosso mais obstinado combate. Estamos certos de que aquele lúgubre covil, aquela oficina sinistra intitulada Komintern, onde o grande Verdugo, manipula e cria com artes e manhas de diabólico artífice, a apocalíptica máquina, cujas engrenagens visam destroçar, corromper, dissolver e aniquilar a tranqüilidade mundial, o adeantamento, o progresso e a liberdade dos povos, há deter um dia, o castigo que merece (Jornal CHLIBOROB, abril de 2009, p 01).

Reforçamos ao longo do texto, a reiteração dos valores democráticos por parte dos redatores do jornal, estes que vão de encontro – na concepção desse grupo – aos clamores brasileiros da época[7], e que reafirmam a união entre a comunidade ucraniana e brasileira pelos princípios da liberdade, e a ojeriza ao “comunismo ateu e sanguinário, que há trinta anos escraviza a Ucrânia, terra de nossos antepassados [...]” modelo esse “cujas engrenagens visam destroçar, corromper, dissolver e aniquilar a tranquilidade mundial, o adeantamento, o progresso e a liberdade dos povos, há deter um dia, o castigo que merece”.

Dentro de nosso tempo de pesquisa com o jornal, procuramos para nosso trabalho identificar alguns pontos chaves que poderiam melhor exprimir o sentimento do jornal para com as questões ucranianas, principalmente quando levando em conta as tensões históricas vivenciadas entre os países eslavos. Ao longo da trajetória ucraniana muitas foram as disputas em torno de seu território. Basicamente, a região que hoje conhecemos, com suas delimitações e fronteiras nacionais, teve muitas vezes que disputar por sua soberania, ou se submeter a controles externos de outras localidades sobre sua terra, e entre esses países, a Rússia muitas vezes se fez presente.

Não nos cabe aqui nos aprofundarmos nos meandros da história ucraniana em uma dimensão ampliada, mas sim buscamos perceber como o Holodomor se constituiu como um evento traumático e polêmico dentre a comunidade, e como o periódico se apropria desse sentimento para elaborar seus discursos próprios. Para isso consideramos importante compreendermos sucintamente o já mencionado sentimento anticomunista do jornal, para assim conseguirmos melhor analisar sua linguagem.

---

7 É preciso nos atentarmos ao fato de que, no ano de 1948, período do editorial em questão, o Brasil estava sob o governo do militar Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), empossado após a retirada de Vargas do poder em 45, devido a pressões populares e políticas. Em linhas gerais, ao contrário de Getúlio, Dutra fez consideráveis acenos ao Estados Unidos e a suas políticas econômicas, ao mesmo tempo que reafirmava a repulsa do governo brasileiro pelo modelo soviético e o combate ao comunismo.

Dentre as edições analisadas no ano de 2009, as notícias envolvendo o Holodomor são consideráveis, principalmente em relação ao seu reconhecimento, logo, menções a respeito de acontecimentos, como a moção da câmara dos vereadores de Campo Mourão reconhecendo o Holodomor, e que foi veiculada pelo jornal em outubro, ou a monumentos em homenagem as vítimas, como o de Curitiba, são abordados. Também como outras a respeito de manifestações de solidariedade por personalidades públicas, como o pronunciamento do ex-presidente dos EUA, Barack Obama, veiculada na edição de dezembro de 2009.

O CHLIBOROB

O jornal ucraniano-brasileiro *Chliborob* iniciou suas atividades ainda no início do século XX, quando após alguns conflitos entre grupos religiosos dirigentes do jornal *Prácia*[8] e seu redator à época, Petra Karmansky, este último se retirou das atividades do jornal prudentopolitano, e assim se assentou no município de União da Vitória, onde em 1924 iria fundar o periódico aqui analisado. Se em seu início o Lavrador possuía um caráter local, lido por muitos agricultores do município, é a partir de 1933, com a mudança de sua sede para Curitiba, que sua circulação se torna mais intensa. Em seus anos iniciais, o exemplar seria redigido pela União Agrícola Instrutiva. A atual Sociedade Ucraniana do Brasil (SUBRAS) fora originalmente fundada em 1922, na cidade de Mallet sob denominação de União Ucraína do Brasil, e em 28 de fevereiro de 1923 a instituição iria se assentar em União da Vitória, onde após um ano daria início ao Chliborob, sob supervisão de Karmansky.

Atualmente, desde sua mudança para Curitiba e controle da SUBRAS para com sua escrita e divulgação, o grupo editorial passou a ampliar o escopo do jornal, esse grupo se compõe basicamente por membros da comunidade que atuam para com a manutenção de ritos, noticiários sobre o país, e o contato com a Ucrânia para com os ucranianos-brasileiros. Vale mencionar que as atividades da SUBRAS contam com mais do que apenas a difusão do jornal, se galgando em festividades típicas folclóricas, culturais, aulas de dança, artesanato e idioma, e assistência social. Além de um museu em seu interior que conta com artefatos, vestimentas, documentos e utensílios cotidianos que remetem à tradição ucraniana.

A partir do momento em que a Sociedade Ucraniana passa a ampliar suas atividades para com a comunidade ucraniano-brasileira, assim acontece com o alcance do Chliborob. Podemos afirmar que as tensões entre Rússia e Ucrânia não é questão atual, essas disputas, que entraram novamente em um regime de ebulição em 2014, com a entrada dos russos na Crimeia, recuam para muito antes disto, perpassando a URSS, o domínio soviético na região, e o Holodomor.

---

8 O jornal *Prácia,* traduzido como "trabalho", é um jornal ucraniano-brasileiro de Prudentópolis. Originado em 1912 pelo grupo religioso presente na cidade, que tem como principal representante a Ordem de São Basílio Magno, é veiculado até os dias de hoje, sendo um símbolo centenário da imprensa ucraniano-brasileira.

Ainda no século XIX com a imigração ucraniana para terras brasileiras, traça-se um paralelo entre a vinda desses povos para o país e o contexto ucraniano, já que a região na época estava sendo pressionada tanto pela Polônia, império Austro-Húngaro e Rússia, fator esse que deixou a maioria da população em estado de pobreza. Foi apenas quase duas décadas depois das primeiras levas de imigração chegarem em território brasileiro, que a Ucrânia conseguiu sua independência em relação a Rússia. Apesar de em 1918 essa independência ter sido proclamada, seus impasses com os russos não iriam cessar tão cedo.

Ao longo da janela de tempo escolhida, percebe-se um grande número de notícias a respeito não apenas da Ucrânia atualmente, mas de como seu passado e a história do país foi sendo contada e recontada. Esse recorte foi feito pensando principalmente em dois pontos, primeiramente por uma questão prática e de maior acessibilidade, já que é a partir de 2009 que o jornal passa a adotar um formato totalmente digital, contando com cópias físicas apenas a um grupo seleto de leitores. Além disso temos a questão do idioma, já que é na década de 90 que o periódico passou a adotar também o português em suas páginas, sendo que anteriormente as suas tiragens eram exclusivamente em idioma ucraniano.

CONCLUSÃO

Ressaltamos mais uma vez, que o presente artigo é fruto de um trabalho em andamento, portanto, nem todas as fontes e possibilidades de pesquisa envolvendo o *Chliborob* e sua representação do Holodomor foram aqui discutidas. Na realidade, a partir do que já levantamos sobre, as questões circundando não apenas a forma de como o jornal trata o evento aqui colocado, mas como procura se colocar frente a outras questões, através de batalhas pela memória com relação a Rússia e tensões entre os dois países, se mostraram vastas e complexas, de forma que expor todos os fatores encontrados dentro da limitação de um artigo, seria um fator problemático.

Dito isso, reforçamos que através tanto do trabalho, quanto da pesquisa em andamento, não pretendemos validar ou não o Holodomor, ou muito menos assumirmos o posicionamento do jornal sem um olhar aprofundado. Mais do que isso, acreditamos que nosso papel, assim como de outros historiadores, seja para com a problematização, de forma que a análise de discursos e um espírito crítico por parte do pesquisador, são sempre bem vindos em uma perspectiva historiográfica. Logo, podemos conceber o periódico como um dos representantes da imprensa ucraniano-brasileira, em sua tarefa de comemorar e legitimar a soberania ucraniana, através de uma retórica muitas vezes nacionalista[9], esta que podemos observar também em outros semelhantes do jornal curitibano.

Assim, vemos como ele busca formar imaginários e representações acerca do

9 O nacionalismo ucraniano começou a despontar a partir do século XIX, em um contexto que a Ucrânia via-se dominada pelo império austro-húngaro de um lado, e pelos russos de outro. Em uma tentativa de unir o povo em torno de um sentimento comum, e consequentemente fazer frente ao domínio estrangeiro, surgiram sujeitos e obras literárias que dariam início a esse movimento.

Holodomor e outros assuntos em suas páginas. De acordo com Chartier (2011) a noção clássica do "representar algo" se deve as práticas que buscam através de certos ritos e conceitos preservar e dar sobrevida as questões simbólicas de uma determinada sociedade:

> [...] a representação nos permite ver o "objeto ausente" (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma "imagem" capaz de representá-lo adequadamente. Representar, portanto, é fazer conhecer as coisas mediatamente pela "pintura de um objeto", "pelas palavras e gestos", "por algumas figuras, por algumas marcas" – tais como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias (CHARTIER, 2011, p. 17).

A partir dessas representações, e de sua atuação em Curitiba, percebemos como o *Chliborob*, sendo um dos produtos da imprensa ucraniano-brasileira, tendo a tarefa de informar os leitores do que se passa no país eslavo, e ainda prezar pela manutenção e valorização cultural desse povo, age como produtor de um *Capital Simbólico* levantado por Bourdieu (2015). Logo, seu papel como mediador cultural, e tendo parte na manutenção simbólica será um tema fundamental ao longo da pesquisa, assim poderemos melhor compreender como as pessoas olham para ele, seu conteúdo, e a relevância do mesmo para a divulgação de notícias e da "realidade" do território com relação a Rússia, fazendo uso inclusive de todo um arcabouço discursivo próprio das mídias para representar e legitimar o universo social, político e cultural ucraniano, frente à realidade das tensões entre os dois países.

REFERÊNCIAS

FONTES

EDITORIAL. Aos nossos leitores. **Chliborob,** Curitiba, Nº. 412, p. 01-14, abril, 2009.

BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: **Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**,1967, Porto Alegre. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969, p. 423-439.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2019.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista *Fronteiras*,** Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./ dez. 2011.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná:** memória, identidade e religião. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

HORBATIUK, Paulo. **Imigração ucraniana no Paraná**. 1ª edição – UNIPORTO, Porto União – Santa Catarina, 1989.

PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano-brasileiro *Prácia***: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

FRANCO, José Eduardo; Cieszynska, Béata. Holodomor: **A desconhecida tragédia ucraniana (1932-1933)**. 1ª ed. Coimbra: Grácio Editor, 2013.

CAPÍTULO 18

O *SALTÉRIO DE LUTTRELL* (C.1345): POSSIBILIDADES DE ESTUDO

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 04/06/2021

Jaime Estevão dos Reis
Universidade Estadual de Maringá
PPH/LEM/UEM
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/0512479141984737

Giovanni Bruno Alves
Universidade Estadual de Maringá – LEM/UEM
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/4934310244132600

Vinicius Tivo Soares
Universidade Estadual de Maringá – LEM/UEM
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/7130554344338651

RESUMO: O *Saltério de Luttrell* é um dos mais significativos manuscritos iluminados do século XIV. Suas páginas contêm iluminuras abrangendo diversas temáticas em margens que circundam os Salmos, o calendário e cantos litúrgicos. O manuscrito foi elaborado na Inglaterra durante o segundo quartel do século XIV, a mando de um membro da nobreza, Sir Geoffrey Luttrell III (1276-1345). Sir Geoffrey, barão e cavaleiro inglês, teve os recursos necessários para supervisionar a confecção do Saltério e, com isso, exerceu uma forte influência em sua iluminação. Neste capítulo, desejamos apresentar este manuscrito e as inúmeras possibilidades de estudo que suas imagens trazem aos historiadores. Elencamos três grandes temáticas presentes nas iluminuras que permeiam as margens do *Saltério de Luttrell*. Analisaremos, por meio do trabalho de autores como Michelle P. Brown (2006) e Michael Camille (1998), a forma como Sir Geoffrey Luttrell e a nobreza inglesa do século XIV se fazem presentes, tanto direta quanto indiretamente, no decorrer do manuscrito.

PALAVRAS-CHAVE: O *Saltério de Luttrell*; Inglaterra; Sir Geoffrey Luttrell; Manuscritos Iluminados; Nobreza.

THE LUTTRELL PSALTER (C.1345): POSSIBILITIES OF RESEARCH

ABSTRACT: The Luttrell Psalter is one of the most relevant Illuminated Manuscripts of the 14th century. In its pages, we find images comprising a wide variety of themes, positioned in the margins around the Psalms, a calendar, and liturgical canticles. The manuscript was made in England during the second quarter of the 14th century, by order of a nobleman: Sir Geoffrey Luttrell III (1276-1345). Sir Geoffrey, as an English baron and Knight, disposed of the necessary resources to supervise the making of the Psalter. Through this, he was able to considerably influence its illumination. In this chapter, we aim to present the possibilities of research raised by the manuscript's images. Therefore, we have chosen three great themes present in many of the psalter's marginal images. Through the work of Michelle P. brown (2006) and Michael Camille (1998), among others, we aim to show how Sir Geoffrey Luttrell and the 14^{th} century English nobility can be directly or indirectly perceived along the manuscript's pages.

KEYWORDS: The Luttrell Psalter; England; Sir

Geoffrey Luttrell; Illuminated Manuscripts; Nobility.

1 I INTRODUÇÃO

O *Saltério de Luttrell* é um manuscrito iluminado produzido durante o segundo quartel do século XIV na Inglaterra, sob a encomenda de Sir Geoffrey Luttrell (1276-1345), senhor de Irnham, membro da nobreza inglesa. O saltério apresenta o estilo gótico de iluminação, com ricas margens iluminadas abordando diversas temáticas, tanto religiosas quanto seculares.

Além das iluminuras o *Saltério de Luttrell* contém os textos dos salmos, diretamente relacionados a elas. Desta forma os retratos de Sir Geoffrey e da nobreza inglesa presentes no manuscrito se interligam com o aspecto religioso dos salmos.

Sir Geoffrey Luttrell possui uma participação constante na produção de seu manuscrito, deixando a sua marca em suas iluminuras. Estas influências, como veremos, vão além de sua imagem e da nobreza, alcançando também outras temáticas, relativas ao cotidiano da sociedade inglesa do século XIV.

Buscamos, com este capítulo, apresentar ao leitor a riqueza de possibilidades fornecidas pelo *Saltério de Luttrell* se pensado como fonte histórica. Através do trabalho com suas imagens, o historiador pode ter acesso a diversos aspectos do contexto em que elas foram produzidas, dada a complexidade e a quantidade de temáticas e até mesmo o tamanho do manuscrito, com seus 309 fólios. Tudo isso refletindo também a conjunção de várias pessoas para dar forma ao manuscrito, entre eles iluminadores, copistas e planejadores, cada um com seus interesses e objetivos.

Neste trabalho, elegemos três das grandes temáticas presentes no *Saltério de Luttrell*. Primeiramente, trabalharemos a forma como Geoffrey escolheu ser retratado, e como retratou seu entorno, ou seja, sua família e outros membros na nobreza inglesa que permeiam as páginas do manuscrito.

Analisaremos, então, a forma como as intencionalidades e preocupações de Sir Geoffrey se fazem presentes em outras duas temáticas recorrentes nas margens do *Saltério de Luttrell*: o cultivo das terras e as imagens grotescas. Estas refletem a importância da manutenção da ordem natural para o patrono. A consequência da quebra desta ordem é demonstrada pelos monstros que habitam as margens do Saltério.

2 I A NOBREZA

A primeira aparição de Sir Geoffrey Luttrell no *Saltério de Luttrell*, logo abaixo de uma inscrição o ligando à produção do manuscrito, em uma posição secular, no fólio 202v. Ela apresenta, de acordo com Camille: “Um retrato da forma como ele [Geoffrey] queria que o mundo o visse[1]” (CAMILLE, 1998, p. 49). Estando também relacionada ao sentimento

1 No Original: “A portrait of the way he [Geoffrey] wanted the world to see him” (CAMILLE, 1998, p. 49).

nostálgico que permeia o Saltério, pois se trata de uma imagem voltada à figura de Sir Geoffrey em seu auge como cavaleiro, sendo que o manuscrito foi produzido durante seus últimos anos de vida.

Uma importante simbologia tratada na cena é a ênfase na hereditariedade e perpetuação da linhagem, temas que rondavam a vida de nobres do período e que foram de especial preocupação para Sir Geoffrey, que correu o risco de ter seu casamento anulado e seu filho ilegitimado durante a década de 1330. Esta simbologia se faz presente por meio das mulheres retratadas na cena, que representam as alianças matrimoniais bem-sucedidas (MARKS, 1994, p. 353). E, também, por meio do plano de fundo, coberto pelo brasão de armas da casa Luttrell, a andorinha dourada sobre o fundo azul. A heráldica tem sua importância destacada por Michel Pastoreau (2008):

> A heráldica se desenvolveu por volta da metade do século XII. [...] Sua aparição estava ligada principalmente à nova ordem social que transformou a sociedade feudal. Assim como nomes patronímicos e normas de vestimenta, a heráldica proveu novos signos de identidade para uma sociedade em pleno processo de organização[2] (PASTOREAU, 2008, p. 68).

A partir da relação entre os salmos e as figuras presentes no Saltério, também é possível ligar a figura de Geoffrey com a de outros personagens bíblicos, como Davi e até mesmo Deus. Isto se dá pela intenção de relacionar a importância e sacralidade do papel de senhor de Geoffrey, como um protetor e mantenedor da ordem, assim como o de um "pai" para todos aqueles a ele submetidos, com aqueles representados na Bíblia.

Segundo Michael Camille:

> A inicial "D" no lado oposto, que abre o salmo, é em si incomum por, ao invés de conter a cena usual de duas pessoas da Trindade (o segundo' 'senhor' sendo Cristo), aqui Deus o Pai (O senhor dos Céus) fala com um entronizado rei Davi (o senhor na terra) que se senta à sua direita. Deus segura a orbe do mundo, dividida em seus três continentes, e Davi, que não possui auréola, segura um cetro. Esta comparável rara iconografia de Davi como o segundo senhor fortalece as associações seculares do papel de senhor de Sir Geoffrey e pode ser encontrada em alguns outros exemplos[3] (CAMILLE, 1998, p. 50).

A vinculação do poder de Sir Geoffrey com o do rei Davi, permite identificar a possível necessidade de renovação da legitimação deste poder, em um período em que, conforme Christopher Dyer (2002), os camponeses estão cada vez mais inclinados a uma revolta, descontentes com as condições de vida, baixa produção e fome que afetam o século XIV (DYER, 2002, p. 228-229).

---

2 No original: "The earliest coats of arms actually developed toward the middle of the twelfth century. [...] The appearance of coats of arms was more closely connected to the new social order that transformed feudal society. Like patronymic names and attributes of dress, then in full expansion, coats of arms provided new signs of identity to a society in the process of reorganizing itself" (PASTOREAU, 2008, p. 68).

3 "The initial "D" opposite, which opens the psalm, is itself unusual, for instead of the usual scene of two persons of the Trinity (the second 'lord' being Christ), here God the Father (the heavenly lord) talks to an enthroned King David (the earthly Lord) who sits at his right hand. God holds the orb of the world, divided into its three continents, and David, who bears no halo, holds a sceptre. This comparatively rare iconography of David as the second lord strengthens the secular associations of Sir Geoffrey's lordship opposite and is found in only a few other examples" (CAMILLE, 1998, p. 50).

O manuscrito também apresenta Sir Geoffrey e a sua família uma ocasião festiva. O artista que a ilustrou provavelmente teve um contato próximo com a família Luttrell, tendo permanecido em suas terras por um período que tornasse possível o nível de detalhamento que atribuíra às ao retrato que fez destas atividades no manuscrito. O possível contato entre Geoffrey e os artistas é destacado por Michele Brown (2006):

> O *Saltério de Luttrell* é um dos mais intensivamente personalizados livros medievais e indica um elevado nível de intimidade entre o patrono, o planejador e o autor. É interessante que tais experimentos audaciosos alcançam uma total sintetização da relação entre componentes de um manuscrito litúrgico ou devocional e inovadoras imagens didáticas /atrativas em suas margens, deveria ter sido realizado sob a supervisão de um "novo homem" com aspirações sociais, na junção entre as classes cavaleiras rurais e a dos grandes barões do reino[4] (BROWN, 2006, p. 56-57).

Richard K. Emmerson e P. J. P. Goldberg (2000) fazem uma análise da relação entre os retratos de Sir Geoffrey, especialmente representação de um grande banquete, com a figura de Jesus durante a Santa Ceia, também representada no Saltério:

> Ninguém antes notou que o formato e a simetria da cena do banquete remetem a Última Ceia representada anteriormente no Saltério (fol. 90v). Nela Jesus, assim como Sir Geoffrey, está no centro e se encontra rodeado por seus discípulos. […] A simetria visual é chocante. A associação entre Sir Geoffrey e Jesus assim como a maior significância eucarística da cena do banquete é explicitada, ainda mais, quando Sir Geoffrey segura uma taça em sua mão direita diretamente acima de um prato de prata decorado com uma cruz grega, remetendo ao símbolo tradicional da hóstia. Um status sacerdotal é claramente atribuído a Sir Geoffrey aqui[5] (EMMERSON, GOLDBERG, 2000, p. 52-53).

No banquete podemos, mais uma vez, perceber a preocupação de Sir Geoffrey com a perpetuação de sua linhagem, por meio da posição privilegiada de sua nora na mesa, logo ao seu lado, assim como a semelhança de suas feições à de seu filho, Andrew Luttrell:

> Os três membros mais novos da família Luttrell estão sentados a esquerda de Geoffrey. Seu filho e herdeiro Andrew, o mais próximo dele, reproduzindo o nariz reto, largas bochechas e até mesmo a postura rígida de seu pai [...] Mais importante do que sua similaridade ao rosto do Andrew real (eu não considero estes retratos como desenhados "do real") é o fato de que ele deveria lembrar o seu pai. O filho tem de ser uma cópia do pai. Como na cena de Geoffrey montado, as importantes conexões com a família Scrope são indicadas pela

---

4 No original: "The Luttrell Psalter is one of the most intensely personalized of medieval books and betokens a heightened level of intimacy between patron, planner and maker. It is interesting that such audacious experiments in achieving a fully synthesized relationship components of a liturgical or devotional manuscript and innovative didactic/entertaining images in its marginal space, should have been undertaken in a commission by a 'new man' with social aspirations, at the junction between the rural knightly classes and the great barons of the realm" (BROWN, 2006, p. 56-57).

5 No original: "No-one has previously noted, however, that the design and symmetry of the table scene recalls the Last Supper represented earlier in the psalter (fol. 90v). There Jesus, like Sir Geoffrey, is the centre of attention and is flanked by his disciples […]. The visual symmetry is striking. The association between Sir Geoffrey and Jesus as well as the broader Eucharistic significance of the banquet scene is made explicit, furthermore, since sir Geoffrey holds a cup in his right hand directly above a silver platter decorated with a Greek cross, recalling the traditional sign of the host. Sir Geoffrey here is clearly given sacerdotal status" (EMMERSON; GOLDBERG, 2000, p. 52-53).

> segunda aparição aqui de sua nora, Beatrice, a mulher de Andrew[6] (CAMILLE, 1998, p. 95).

Outro aspecto importante se concentra na ênfase da hierarquia. Sir Geoffrey é o senhor o qual todos devem servir, assim como o provedor do sustento. Aqueles que trabalham para Geoffrey estão localizados mais abaixo na hierarquia. Os monges na cena possuem somente dois ovos a sua frente, fato que está possivelmente relacionado a sua dieta limitada, enquanto Sir Geoffrey e seus familiares possuem grande variedade de alimento em sua mesa (CAMILLE, 1998, p. 82-85).

No *Saltério de Luttrell* também existem outras referências à nobreza e à realeza da Inglaterra desta época. Elas permitem analisar as relações internas dentro desta classe, incluindo apoio militar ou repulsa. O ideal de submissão ao superior pode ser verificado, e podem trazer uma forma de compreensão a respeito do papel da realeza e de nobres superiores, como o Earl de Lancaster.

3 | A ORDEM, O CAMPO, E OS MONSTROS

O Saltério de Luttrell também se destaca por apresentar, dentre as suas diversas temáticas, representação do cotidiano do campo na época. O trabalho no campo é retratado em vívido detalhe, assim como as propriedades dos Luttrell. O trabalho no campo é apresentado em todas as fases, do plantio à colheita.

Estamos diante de uma narrativa que ecoa uma antiga tradição de representação imagética do trabalho rural, que pode ser traçada desde a Antiguidade Tardia, em imagens pagãs romanas do século IV. Essa iconografia sofreu grandes transformações no período carolíngio, chegando à popularidade somente no século XII, na forma do que veio a ser chamado do ciclo das ocupações dos meses e que, como o nome indica, representam o trabalho rural pela sucessão de tarefas a serem realizadas nos diferentes meses do ano, formando verdadeiros calendários. No entanto, a demarcação dos meses não é aqui feita, permanecendo somente a ideação de "real" na apresentação dos camponeses, que Jonathan Alexander (1990) denomina por *representações ideológicas* do campesinato:

> What needs to be stressed in conclusion is that the view of the peasants was in fact constructed, but its "realism" made it seem merely a neutral observation. Such is the case even today, as the calendar pictures are still frequently considered illustrations of historical "reality" (ALEXANDER, 1990, p. 552).

Michael Camille analisa esta grande sequência presente nas páginas do Saltério como contendo várias simbologias, tanto seculares, quanto sagradas. Para o autor, os

6 No original: "The three younger members of the Luttrell Family are placed on Geoffrey's left. His son and heir Andrew who is closest to him, exactly reproducing his father's straight nose, wide cheeks and even his stiff posture […] More important than that his face look like the person who was Andrew Luttrell (I do not consider these in any war portraits dawn 'from life') is the fact that he should resemble the paterfamilias. The son has to be a copy of the father. As in the arming scene, Geoffrey's important Scrope connections are indicated by the second appearance here of his daughter in law Beatrice, Andrew's wife" (CAMILLE, 1998, p. 95).

camponeses poderiam ser considerados de suas máquinas, como o arado, submetendo estas ferramentas à sua vontade. No entanto, eles mesmos seriam vistos não só como servos, mas como as ferramentas de seu senhor:

> Sir Geoffrey Luttrell era senhor não somente de terras, mas de homens. A terra no pé das páginas é significada pela desigual linha sombreada, que não aparece nas primeiras imagens marginais do manuscrito, mas continua pela sequência de oito cenas que retratam os trabalhos no campo. [...] O pano de fundo natural é mínimo, servindo somente para fornecer uma base firme para os trabalhadores ou para retratar o plantio em si enquanto está sendo colhido[7] (CAMILLE, 1998, p. 180).

Ellen K. Rentz (2010) propõe uma estrita ligação do texto com a sequência do cultivo presente no Saltério, afirmando que a direção de leitura está representada pelas imagens, estando ela ligada ao caráter cíclico do cultivo e da espiritualidade medieval como um todo. Conectando a atividade agrícola ao trabalho litúrgico e o trabalhador performaria a função de sacerdote:

> Uma leitura sequencial das imagens agrícolas é, acredito, instrumental para o retrato espiritualizado do trabalho manual no Saltério. O padrão 'esquerda para direita' é revertido na folio 173v, em que uma carroça carregada densamente de feixes viaja da direita para a esquerda e acima da borda da página do manuscrito. Enquanto imagens de uma colheita produtiva e de um esplendor heráldico se encontram proeminentemente na sequência do plantio e colheita e na sequência do banquete, o tema dominante engenhado nestas páginas é o do trabalho enquanto devoção. A venda de grãos pode ter suportado o estilo de vida dos Luttrells, mas o Saltério incorpora Sir Geoffrey em um maior programa de iluminação que iguala o trabalho, tanto no campo quanto o litúrgico, a adoração[8] (RENTZ, 2010, p. 72).

A representação simboliza a ordem da natureza tão importante para o homem medieval, que deveria ser mantida para que os resultados de sua corrupção não aterrorizassem os homens na forma de monstros e híbridos, conforme será tratado mais à frente. Está entre as principais preocupações de Sir Geoffrey Luttrell, conforme podemos concluir pela sua abundância no manuscrito. Em seu artigo sobre a representação da ideia de ordem natural no *Saltério de Luttrell*, Monica Oancă (2012) afirma:

> Estas ilustrações marginais presentes no *Saltério de Luttrell* desenham a vida rural de uma forma muito favorável. Descrever uma natureza controlada – nomeadamente domada, útil e subserviente ao homem – em livros é consistente com a metáfora do mundo como sendo o livro de Deus, que

7 No original: "Sir Geoffrey Luttrell was a Lord not only of land, but 'of men'. The land in this bas-de-page is signified by the uneven shaded line, which does not appear in the earlier marginal pictures in the manuscript but continues throughout the sequence of eight scenes which depict peasant labours. […] The natural background is minimal except for providing a firm footing for the workers or depicting the crop itself as it is harvested" (CAMILLE, 1998, p. 180).

8 No original: "A sequential reading of the agricultural imagery is, I argue, instrumental to the psalter's spiritualized depiction of manual labor. The left-to-right pattern is reversed on folio 173v, where a cart piled high with densely packed sheaves travels from right to left and up the border of the manuscript page While images of a productive harvest and heraldic splendor feature prominently in the farming and feasting sequences, the dominant theme engineered on these pages is one of labor as devotion. Grain sales may well have supported the gentle lifestyle of the Luttrells, but the psalter incorporates Sir Geoffrey into a wider program of imagery that equates work, both agricultural and liturgical, with worship" (RENTZ, 2010, p. 72).

> floresce da crença de que o universo, que é percebido conforme ordenado, é o trabalho de Deus, isto é, racional e com propósito definido[9] (OANCA, 2012, p. 45).

O *Saltério de Luttrell* possui em grande parte de suas margens figuras que desafiam a imaginação de quem as observa e retratam monstros, ou "*babewyns*", figuras distorcidas formadas por diversos elementos, tanto naturais quanto artesanais. Estão repletas de simbologias e interpretações. Muitas parodiam a criação divina e a ordem natural, antes exaltada pela sequência do cultivo.

Dolly Jorgensen (2006) cita o escriba do bestiário de Aberdeen, que defende a ilustrações de animais, tanto reais quanto imaginários, poderiam ter teor didático, com o objetivo de atuar sobre a mentalidade das pessoas comuns, que tem mais facilidade em entender estas ideias por meio de ilustrações (JORGENSEN, 2006, p. 35).

O objetivo é causar estranhamento, mas nem todas possuem caráter negativo, conforme Michelle Brown aponta:

> Os grotescos poderiam entreter, e não eram necessariamente negativos. Algumas das bestas híbridas do Saltério têm tal aparência que poderiam dar em cativantes animais de estimação, ainda que tingidas do azul ou o laranja da 'estranheza'[10] (BROWN, 2006, p. 80).

Algumas parecem se tratar, até mesmo, de fantasias feitas de couro e metal, e não de criaturas vivas propriamente. Segundo Monica Oancă, o papel de muitas das ilustrações é o de simbolizar o mundo com seus ideais invertidos, a corrupção da lei de Deus e a crescente preocupação característica deste período acerca das forças do caos e de anarquia, ou seja, da subversão da ordem, que só podem ser combatidas por meio da oração e submissão à lei. A autora descreve a relação destas ilustrações com a quebra da lei natural, vista como sagrada pela mentalidade medieval:

> A regra (ou a lei), como consequência da ordem, atribui significado e se torna um princípio da natureza. Uma vez que a regra é quebrada e, portanto, a ordem desafiada, o caos e os monstros aparecem [...]. Com isso, tudo o que desvia da ordem natural é monstruoso. As brincadeiras e as figuras grotescas, que aparecem de tempo em tempo em histórias medievais, decorações arquitetônicas e manuscritos iluminados, são então consideradas criaturas provenientes de for a do domínio da ordem, destruidores da harmonia e da paz, vistos como ridículos e aterrorizantes[11] (OANCA, 2012, p. 44).

---

9 No original: "These marginal illustrations in the Luttrell Psalter paint rural life in a very favorable way. Depicting controlled nature – namely tamed, useful and subservient to man – in books is consistent with the metaphor of the world as the book of God, which springs from the belief that the universe, which is perceived as ordered, is the work of God, i.e. rational and meaningful" (OANCA, 2012, p. 45).

10 No original: "Grotesques could amuse, and need not be negative. Some of the Luttrell hybrid beasties look as if they would make endearing household pets, even if they are coloured in the blue and orange livery of 'otherness'" (BROWN, 2006, p. 56-57).

11 No original: "The rule (or the law), as a consequence of order, gives meaning to and becomes the principle of nature. Once the rule is broken and therefore the order challenged, chaos and monsters appear [...]. Therefore everything that deviates from the natural order is monstrous. The drolleries and grotesque characters, which appear from time to time in medieval stories, architectural decoration and illuminated manuscripts, are thus regarded as creatures outside the realm of order, breakers of harmony and peace, both ridiculous and frightening" (OANCA, 2012, p.44).

As figuras podem, de acordo com Michael Camille, servir como porta-estandartes, representando a heráldica da família Luttrell, conforme se vê na folio 163r. Estando também relacionadas a pecados e desvios. E, algumas vezes, para parodiar figuras que não eram favorecidas por Sir Geoffrey, como no caso do rei Eduardo II (CAMILLE, 1998, p.62; 238).

Pensar em uma separação qualitativa entre as figuras híbridas e àquelas que parecem se remeter à realidade material das terras Luttrell seria, no entanto, anacrônico. Além das possíveis problematizações cabíveis à intenção de “real” aplicada à representação do cultivo, ou do próprio patrono do *Saltério de Luttrell*, que não serão aprofundadas neste texto por conta de seu escopo, a disposição das imagens demonstra, pelo contrário, uma convergência de todas as três (e várias outras) temáticas aqui apresentadas em um mesmo espaço nas páginas: as margens.

Acima da imagem de Sir Geoffrey Luttrell, há um híbrido invadindo a porção central ocupada pelo texto. Portanto, mesmo fólio, com os mesmos Salmos, dá lugar à uma variedade de possíveis abordagens que não são excludentes. Ainda assim, elas se relacionam através dos elementos da página, como pela separação implicada através da margem que contorna a figura central de Geoffrey, a única do tipo em todo o manuscrito.

A partir deste exemplo, vemos que a disposição dos elementos da página é parte de seus significantes. Se voltarmos à questão das margens, notaremos que sua posição a permite atuar como atribuidora de significados ao restante da página. Não como forma de demonstrar o “negativo” ou “aquilo que somente poderia ser representado de forma marginal”, como o nome “margem” pode erroneamente indicar. Não devemos reduzir as imagens marginais atrelando sua análise ao texto, em que atuariam como sua oposição. Elas possuem suas próprias funções, por vezes independentes, como a moralizadora, em que organiza a aparente transgressão de ordem presente em suas temáticas em uma ordem geral da página, bem definida com divisões e outros elementos gráficos, conforme explica Maria Christina Pereira (2018):

> Assim, pois, o contraste criado por imagens desses tipos nas margens faz ressaltar a imagem central e, por conseguinte, os valores do centro, sem que ocorra necessariamente uma repressão. Mais do que simplesmente condenar, silenciar ou apagar, o que se faz é ordenar a página – e, por sinédoque, o mundo (PEREIRA, 2018, p. 39).

Portanto, estas margens devem figurar no centro das análises acerca do Saltério de Luttrell e outros manuscritos. Além de todas as questões aqui afirmadas, devemos lembrar que elas carregam consigo anseios e intenções especialmente ligados aos ideais de ordem do contexto que as cerca, como lembrou Maria Christina Pereira na citação acima. Assim, se constituem como fontes essenciais para compreender seu contexto de origem.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Saltério de Luttrell está hoje sob posse da British Library, em Londres, Inglaterra. Elaborado por vários artesãos e planejadores durante os últimos anos da vida de seu patrono, Sir Geoffrey Luttrell, este manuscrito permaneceu, por séculos, sob controle de membros da nobreza. Suas imagens foram ressignificadas, e ainda o são, de acordo com os mais variados interesses de seus espectadores. Entretanto, a figura de Sir Geoffrey Luttrell continua se sobrepondo dentre as mais diversas análises. Este nobre inglês, cavaleiro que serviu a monarquia inglesa durante sua juventude, dedicando o restante de sua vida às atividades administrativas, fez questão de relacionar sua imagem ao seu Saltério iluminado.

A partir desta breve reflexão podemos compreender a forma como os indivíduos responsáveis pela elaboração do manuscrito são determinantes na organização de seu conteúdo. Sir Geoffrey Luttrell se faz presente nas iluminuras do *Saltério de Luttrell* de diferentes formas, tanto diretas, quanto indiretas. Seus pontos de vista guiam a forma como o trabalho e práticas cotidianas daqueles que habitam suas terras são retratados no manuscrito. Da mesma forma, suas aparições não estão ligadas a demonstração de devoção ou fé, mas, sim, de poder e domínio sobre seus servos. O *Saltério de Luttrell* se constitui desta maneira, em uma fonte que possibilita o melhor entendimento da mentalidade nobre na Inglaterra do século XIV.

Procuramos elaborar uma apresentação geral da obra. As temáticas presentes no *Saltério de Luttrell* são inúmeras e diversas, e aqui elencamos somente três das mais expressivas. O manuscrito se revelou como uma importante fonte para o estudo de diversos aspectos da sociedade inglesa do século XIV, sob a ótica do nobre e dos artistas que trabalharam na elaboração do manuscrito.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jonathan. Labeur and Paresse: Ideological Representations of Medieval Peasant Labor. **The Art Bulletin**, College of Art Association, v. 72, n. 3, p. 436-452, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3045750>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BROWN, Michelle. **The world of the Luttrell Psalter.** London: The British Library, 2006.

CAMILLE, Michael. **Mirror in parchment:** the Luttrell psalter and the making of medieval England. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

DYER, Christopher. **Making a Living in the Middle Ages.** New Haven and London: Yale University Press, 2002.

EMMERSON, Richard; GOLDBERG, P. J. P. `The Lord Geoffrey had me made': Lordship and Labour in the Luttrell Psalter. In: BOTHWELL, James; GOLDBERG, P. J. P.; ORMROD, W. M. (org.). **The Problem of Labour in Fourteenth-Century England.** York Medieval Press, 2000. p. 43-64.

JORGENSEN, Dolly. On the margins. **Lustre:** Spiritual Treasures and Sensory Pleasures. University of Houston, Texas, 2005, p.33-36. Disponível em: http://gallery.uh.edu/manuscripts/lustre/docs/09margins.pdf Acesso: 20 mai 2021.

MARKS, Richard. Sir Geoffrey Luttrell and Some Companions: Images of Chivalry c. 1320-50. **Wiener Jahrbuch für Kunstgeschichte**, v. 46-47, p. 343–356, 1994. Disponível em: <http://www.degruyter.com/dg/viewarticle/j$002fwjk.1994.46-47.issue-1$002fwjk.1994.4647.1.343 $002fwjk.1994.4647.1.343.xml>. Acesso em: 06 mar. 2016.

OANCA, Monica. Taming Nature in the Luttrell Psalter. **University of Bucharest Review**, Series Literary and Cultural Studies, Bucharest, v. 2 n. 2, p. 42-49, 2012. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=179965>. Acesso em: 01 ago. 2019.

PASTOREAU, Michel. **Black:** The History of a Color. Princeton University Press: Princeton, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina. O Discurso Moralizador das Margens dos Manuscritos Iluminados no Ocidente Medieval. In: FRANÇA, Jean.; PEREIRA, Milena da Silveira (Orgs.). **Por escrito**: Lições e Relatos do Mundo Luso-Brasileiro. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2018. p.15-41.

RENTZ, Ellen K. Representing devotional economy: Agricultural and liturgical labor in the Luttrell Psalter. **Studies in iconography**, vol.31, p.69-97. Board of trustees of Western Michigan University through its Medieval Institute Publications and Trustees of Princeton University. 2010. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/23924982 Acesso: 15 fev. 2016.

THE LUTTRELL PSALTER. London: The British Library, c.1345. Disponível em: http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_42130_fs001ar Acesso: 20 mai 2021.

CAPÍTULO 19

O VALE DO RIO TAQUARI COMO ANTRO DE "NEONAZISMO"?

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 03/05/2021

René Ernaini Gertz
Professor aposentado pela PUCRS e pela UFRGS
Porto Alegre/RS
http://lattes.cnpq.br/5149402586875448

RESUMO: Formadores de opinião, autoridades e até cientistas sociais podem ser responsáveis pela difusão, no senso comum, de verdades supostamente incontestes, que, de fato, não foram submetidas a qualquer tipo de confirmação. Apresenta-se, aqui, um exemplo concreto de como uma autoridade brasileira de alto escalão, apoiada em parecer de uma técnica pericial com doutorado em Antropologia, se lançou a um processo de desnazificação da população de uma região, sob o argumento de que, por seus integrantes serem originários de "colonização germânica", tinham uma "tendência" ao "neonazismo".
PALAVRAS-CHAVE: Preconceitos étnicos; senso comum; ciências sociais.

THE VALLEY OF THE TAQUARI RIVER AS A DEN OF "NEO-NAZISM"?

ABSTRACT: Opinion leaders, authorities and even social scientists may be responsible for the dissemination of supposedly incontestable truths in the common sense, which, in fact, have not been subjected to any type of confirmation. This paper presents a concrete example of how a Brazilian authority, supported by the opinion of an expert with a PhD in Anthropology, launched a process of denazification of sectors of a population under the argument that, because its members were originally from "German background", they had a "tendency" to "neo-Nazism".
KEYWORDS: Ethnic prejudices; common sense; social sciences.

Uma comunicação que trata de um episódio relativamente recente sobre suposta ou efetiva manifestação "neonazista" no Vale do Rio Taquari, no "XIII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras e Seminário Nacional: migrações históricas e recentes", que se realiza na UNIVATES, em Lajeado, portanto, no próprio "Vale", justifica-se por si mesma. Ainda que já tenha relatado o episódio no meu livro *O neonazismo no Rio Grande do Sul* (GERTZ, 2012, p. 76-97; 106-125), trata-se, aqui, por um lado, de ampliar o potencial público leitor a ser atingido, mas, por outro lado, está o fato de que, na época da redação do livro, eu ainda não tivera acesso ao processo instaurado por um procurador da República, em relação ao caso, de forma que agora se explorará esta fonte, e aparecerão fatos e aspectos novos.

Mesmo breve e pouco aprofundada, deve ser feita uma referência preliminar ao "neonazismo", no Brasil. Como é amplamente sabido, nos anos 1930/40 houve alguns

militantes do nazismo e núcleos do partido alemão neste país. De fato, o estado com maior número de filiados foi São Paulo, mas a existência das assim chamadas "colônias alemãs" no sul do Brasil sempre estimulou o imaginário popular no sentido de que Santa Catarina e Rio Grande do Sul teriam abrigado milhares deles, que muitos teriam permanecido por aqui depois da guerra, e que este contingente ainda teria sido reforçado com a fuga maciça, para cá, de outros vindos da Alemanha, após a guerra. Com isso, encontram-se referências frequentes a manifestações "nazistas", durante toda a segunda metade do século XX – sobretudo naqueles momentos em que foram presos nazistas efetivamente vindos para o Brasil, como Franz Stangl e Gustav Wagner (ABAL, 2014), ou quando se descobriram os restos mortais de Joseph Mengele.

No período que vai do final da guerra até hoje, aconteceram, inclusive, alguns simulacros de atos nazistas. Um exemplo está na maior (!) "onda" de manifestações supostamente nazistas, durante os mais de 70 anos decorridos desde então, quando, em 1978, em vários municípios do interior do Rio Grande do Sul, aconteceu intensa e prolongada pichação de suásticas. Só recentemente, se soube que estas pichações foram feitas por membros da juventude do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).[1] Isto não significa que não haja registro de episódios de conotação efetivamente nazista – um dos mais conhecidos foi o da Editora Revisão, em Porto Alegre, nas décadas de 1980/90, fato já bastante estudado (CRUZ, 1997; CUNDARI, 2006; JESUS, 2006; PINHEIRO, 2013).

Ao referir estes fatos, eventualmente se falava em "*neo*nazismo", mas a expressão mais utilizada era "nazismo", como a indicar que se tratava de um "resíduo" do tempo da guerra. Em termos internacionais, no final do século XX, ficou conhecida a expressão inglesa "*skinheads*". Ela se referia a grupos que protagonizavam manifestações e atos de intolerância em eventos esportivos e nas ruas de grandes cidades. Esta palavra também foi utilizada no Brasil. Com o tempo, porém, a expressão "*neo*nazismo" conquistou terreno, ao referir-se a estes agentes e a este tipo de ações, já que muitos se reportam ao "original".

No Rio Grande do Sul, há notícias sobre um grupo "neonazista" a partir de, no mínimo, 2003, congregado numa banda chamada "Zurzir", cujas músicas exaltavam Hitler e o nazismo. Em 2005, aconteceu aquele que, provavelmente, foi o ato "neonazista" mais violento praticado até hoje, nesta linha, no estado, quando três jovens identificados como judeus por usarem quipá foram atacados, na rua, em Porto Alegre, resultando um deles com ferimentos muito graves. Na sequência, houve também ataques a negros, e aconteceram violências em eventos esportivos.[2]

Não só aqui, mas também em outros estados, ações de grupos semelhantes, aparentemente, se "adensaram" no ano de 2009, quando aconteceu uma reunião de representantes de diversos lugares do país, nos arredores de Curitiba, Paraná, em 20 de

---

1 http://www.renegertz.com/noticias/notas/123-comunista-revolucionario (acessado em 13/3/2017).

2 A imprensa noticiou que a polícia *suspeitava* que uma morte ocorrida em fevereiro de 2009 em Caxias do Sul *poderia* ter ligações com o "neonazismo" (GERTZ, 2012, p. 80).

abril, dia do 120º aniversário de Hitler. Neste encontro, foi assassinado um jovem casal vindo de Minas Gerais, supostamente como decorrência de disputas internas, no grupo. Com isto, a existência e as ações classificadas de "neonazistas" ganharam novo espaço na imprensa e na opinião pública. E foi neste momento e neste contexto que também o Vale do Rio Taquari virou manchete em relação ao tema.

É que cerca de 15 dias depois, foi preso, em Teutônia, Jairo Maciel Fischer, 21 anos, acusado de envolvimento no assassinato (FRANTZ, 2009). Os pais de Fischer haviam vindo do Paraná para cá aproximadamente quatro anos antes. Ele ficara por lá, na casa de uma irmã, mas, em virtude de sua militância "neonazista", ela o havia mandado embora, e ele, então, viera para a casa dos pais, no município gaúcho, mais ou menos 18 meses antes dos acontecimentos, tendo se empregado numa fábrica de laticínios. Segundo relatos policiais, teria ligações com um "neonazista" paulista chamado Ricardo Barollo, líder da reunião de Curitiba, o qual, antes disso, teria visitado Caxias do Sul, e possivelmente também Teutônia. Além da prisão de Fischer, em maio de 2009, neste município, a polícia localizou a arma do crime com um menor, o qual, porém, em nenhum momento, foi classificado como "neonazista". Além da prisão do acusado e da descoberta da arma, nada mais, porém, aconteceu no município e em todo o Vale do Rio Taquari envolvendo o tema "neonazismo".

Para o imaginário popular e para a imprensa, no entanto, o fenômeno atingira novo patamar, pois, finalmente, se teria chegado àquele lugar – melhor, àquele setor da população gaúcha – em que sempre se suspeitara que estivessem suas origens, suas raízes, seu "campo fértil": as regiões de colonização alemã! O estardalhaço foi grande! A imprensa se encheu de comentários a respeito. Dois exemplos ilustram os efeitos da alaúza desencadeada. A TV Bandeirantes de Porto Alegre solicitou entrevista a mim, mas, aparentemente porque alertei que não denunciaria o povo de Teutônia como responsável por aquilo que acontecera, não apareceu; no seu noticiário regional da noite, apresentou matéria totalmente sem qualquer nexo com o episódio, falando sobre símbolos "neonazistas", destacando o do coturno com cadarço branco, como a indicar que os repórteres se sentiam na obrigação de falar alguma coisa sobre o tema, ainda que eles mesmos não soubessem que falar, e a coisa não fizesse nenhum sentido.

Nos comentários deixados numa matéria *online* do jornal *Zero Hora*, do dia 19 de maio de 2009, evidenciaram-se as opiniões de, no mínimo, parte dos leitores: "O problema é que o povo de lá pensa que é alemão. Nasceram no Brasil e se dizem alemães. Tenho parentes no Vale do Taquari e até hoje não encontrei nenhum brasileiro por lá, são todos alemães"; "por que não pegam numa enxada e vão capinar por aí? Pensam que são alemães, não passam de caboclos, assim como nós. Bando de babacas"; "nasceram no Brasil, falam português (o alemão que falam não existe, é apenas uma piada), e acham que são alemães! Acordem para a realidade!"; "moro no Vale do Taquari e realmente *aki* os alemães acham que estão na Alemanha, tanto que já mandei alguns irem embora pra lá. Acham que o negro é menos que branco, falam alemão na tua cara e riem, e outras atitudes

discriminatórias. Não adianta estudo, precisam aprender a aceitar as diferenças, o que eles mais têm (falam português errado)"; "em muitas regiões de imigração do RS impera um sentimento de que os descendentes de italianos e alemães são europeus de fato: e, por muitas vezes, têm uma postura bastante racista! Inclusive circulam comentários do tipo: 'a cidade tá ficando ruim porque tá vindo muito brasileiro morar aqui'! Talvez crianças que cresçam numa sociedade assim acabem por se tornarem esses idiotas neonazistas. Gostaria que todos esses brasileiros pseudoeuropeus pudessem ir pra Europa para serem feitos de chacota".[3]

Reações de tipo no mínimo semelhante, porém, não provieram apenas de um jornalismo mais rasteiro e de leitores "comuns". Pessoas supostamente bem informadas e de nível educacional razoável entraram no coro daqueles que imaginaram que o "neonazismo" no Rio Grande do Sul havia entrado numa nova e perigosa fase, pois até então se manifestara, sobretudo, na região metropolitana de Porto Alegre, mas agora tinha chegado a uma área onde se imaginava existir uma população geneticamente infestada pelo vírus deste mal, por ser tida como predominante de origem alemã. Neste sentido, a deputada Maria do Rosário Nunes deu um "grito de alerta", e conseguiu instaurar na Câmara dos Deputados uma Comissão Externa "para acompanhar as investigações a respeito da quadrilha de neonazistas desbaratada no estado do Rio Grande do Sul" (a CEXNEONA), a qual fez sua primeira reunião em 23 de junho de 2009 (um mês e meio após a prisão de Jairo Maciel Fischer), e, depois, realizou outros encontros, alguns públicos, até o final de 2010 – quando foi encerrada, sem *qualquer* resultado.[4]

Também uma jornalista e escritora de quem, em tese, se esperaria bom conhecimento sobre a população da região, pois ativa na área da comunicação, há muitos anos, que, mesmo nascida em Santa Cruz do Sul, passou a maior parte de sua vida adulta em Lajeado, fez o seguinte comentário em seu *blog*: "Esse caso do nazista em Teutônia deixa todo mundo ouriçado. Vai que existam células em Santa Cruz, Forquetinha, Lajeado... *Seria de se admirar*?" (PEIXOTO, 2009). A frase final – grifada por mim – evidencia a desconfiança desta formadora de opinião em relação aos cidadãos da região em que vive e com quem convive, há muitos anos.[5]

As reações da deputada e da jornalista mostram, claramente, a sensação generalizada na opinião pública de que o "neonazismo" no Rio Grande do Sul entrara num novo estágio, que atingira um terreno super fértil, e que agora, com certeza, vicejaria de

3 http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1=local=1§ion=Geral&newsID=a2515630.xm (acessado em 20/5/2009).

4 http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/668418.htm (acessado em 11/3/2017). Com data de 16 de setembro de 2016, o Presidente da Câmara dos Deputados comunicou que a referida comissão "foi extinta ao término da 53ª Legislatura (2007-2011), sem, contudo, apresentar relatório de atividades, ante a não conclusão dos trabalhos" (o original da carta está em meu arquivo particular). É óbvio que esta comissão não poderia apresentar resultados, já que havia incorrido num erro básico inicial – no Rio Grande do Sul, não havia sido "desbaratada" nenhuma "*quadrilha*" a ser investigada, aqui apenas tinha sido preso *um único* indivíduo, que fora encaminhado à polícia do Paraná.

5 Um leitor que se identificou como Antônio chamou a jornalista à razão, num comentário deixado no próprio *blog*: "pô, o cara é do Paraná. estava em Teutônia porque os pais vieram morar aqui há um tempo; quando a coisa engrossou lá, ele fugiu pra cá".

forma desenfreada!

Como Jairo Maciel Fischer fora levado ao Paraná, e não se tivesse quaisquer outras notícias relacionadas a “neonazismo” em Teutônia, a agitação, na imprensa, cessou. No entanto, pouco mais de um ano depois, em agosto de 2010, a região voltou a registrar um episódio que veio a calhar para aqueles que haviam imaginado, em 2009, que o Vale do Rio Taquari constituía verdadeiro antro de “neonazismo” – é que ele havia, supostamente, retornado a Teutônia, fato que, em tese, sugeria que aqueles que tinham feito as avaliações mais sombrias, no ano anterior, estavam com razão.

No dia 20 de agosto de 2010, a imprensa noticiou que na rodovia que atravessa Teutônia, a RS-128, a “Via Láctea”, placas de trânsito e paradas de ônibus tinham amanhecido pichadas com suásticas e frases racistas. O delegado Paulo César Jardim, há muito tempo festejado como maior conhecedor do “neonazismo” e monitorador de seus integrantes no Rio Grande do Sul, declarou, em matéria publicada pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, no dia 25 de agosto, sob a manchete “Delegado especializado em crimes de intolerância nega caso de neonazismo em Teutônia”: “Eu afirmo que não existe grupo nazista em Teutônia. Em qualquer cidade há pichação de suástica e do símbolo do anarquismo. Isso pode ser um modismo, e não indica crime ou preocupação”; “*eu tenho excelentes informantes na região, e esse tipo de crime, com certeza, não existe lá*”. Em texto redacional, o jornal ainda informou que, “segundo o delegado, o alarme na cidade é uma ‘invenção’, e pode causar pânico entre os moradores”.[6]

Por sua vez, o delegado Mauro José Barcellos Mallmann, titular da delegacia de polícia de Teutônia havia cerca de 10 anos, e, portanto, com conhecimento detalhado daquilo que se passava na comunidade local e com seus habitantes, em ofício formal, datado de 8 de setembro, escreveu: “A pichação de placas e abrigos de ônibus com a suástica e expressões racistas [...] teria, em tese, sido praticada por uma mesma pessoa, devido ao formato das letras e ao material usado para a impressão. Possivelmente o fez por molecagem, pois não parece ser conhecedor da causa (desenhou a suástica errada)”. No documento, o delegado admitiu que no município residia *uma* pessoa – provavelmente, classificável de “revisionista”[7] – que possuiria “alguns livros compatíveis com os ideais neonazistas”, mas teria alegado “que gostava de temas da 2ª Guerra Mundial e que não era neonazista” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 11).[8]

Portanto, as duas autoridades policiais com conhecimento de causa haviam deixado claro que não existiam indícios de que as pichações tivessem sido feitas por malfeitores locais, e muito menos que havia células “neonazistas” em Teutônia. Mesmo assim, *O Informativo do Vale*, de Lajeado, mancheteou, em 11 de setembro, que o procurador

6 http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=187452 (acessado em 12/3/2017). Grifo acrescentado ao original.
7 Esta palavra não está no documento do delegado, é minha (REG).
8 Em conversa informal, o delegado informou que esta pessoa é amplamente conhecida, há muito tempo, por suas “leituras alternativas” sobre a Segunda Guerra Mundial, mas que não havia qualquer indício de que poderia ir além de seu direito constitucional à informação e ao pensamento.

da República local recorreria à “Antropologia no combate ao neonazismo”. Na matéria jornalística, falava-se na “possibilidade de *reorganização* de grupos simpatizantes no Vale do Taquari”. Segundo palavras textuais do procurador, “não queremos que *volte* a surgir, que *cresça* na região”. Mas a parte mais reveladora das declarações do agente de Estado estava na seguinte frase: “Queremos descobrir o que está levando a isso, entender o porquê de algumas regiões do Vale do Taquari – *de colonização germânica* – terem essa *tendência* [ao neonazismo]. A Polícia Civil vai investigar a existência de crime no caso, mas o MPF quer saber as *origens* do problema”. Um texto em um *box* abaixo da matéria indicava claramente que também o jornalista imaginava que o episódio representava uma retomada, e, portanto, continuidade dos acontecimentos de 2009: “um possível ‘*renascimento*’ do movimento em Teutônia preocupa as autoridades...” (ROTTA, 2010c – grifos acrescentados ao original).

Esta convicção – além da afirmação expressa do procurador de que regiões de “colonização germânica” apresentariam uma “tendência” ao “neonazismo” – explica a opção desta autoridade em buscar a ajuda de uma técnica pericial em Antropologia do MPF-RS, para a “realização de estudo, objetivando adoção de medidas para a localização e prevenção/repressão dos fatos” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 2). Todas estas manifestações não deixavam dúvida de que, para o procurador e o jornalista, Teutônia apresentava, “por natureza”, um terreno fértil para a expansão do “neonazismo”, quem sabe, com a possibilidade de contaminar o restante do estado, talvez até todo o país, motivo pelo qual competia agir com energia – segundo o procurador, na declaração ao jornal, “não se podem subestimar esses indícios”, motivo pelo qual, “se necessário, utilizaremos até mesmo recursos como a Polícia Federal neste trabalho” (ROTTA, 2010c). O ambiente, a composição “antropológica” específica do município de Teutônia, e de toda a região, foi, portanto, pressuposta como motivo para o enraizamento profundo, natural, genético, para o florescimento do “neonazismo”, já que o “Vale” é conhecido como de “colonização germânica”.

O ofício encaminhado à técnica pericial em Antropologia do MPF-RS – doutora na disciplina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – em que o procurador da República em Lajeado solicita “realização de estudo sobre a questão” está datado de 21 de setembro de 2010 (CAMARGO, 2010-2012, fl. 99). Uma resposta formal foi dada pela antropóloga com data de 31 de janeiro de 2011, num documento de sete laudas (CAMARGO, 2010-2012, fls. 113-119). Além do arrolamento de uma “bibliografia”, na última lauda, o documento contém as seguintes partes: “leitura antropológica sobre ideologias totalitárias”, “sobre o caso concreto” e “indicativos de encaminhamento”.

Na primeira parte, aparecem considerações teóricas gerais. Apesar do título, aquilo que aparece na segunda parte também é muito pouco concreto, abstraindo da frase inicial, que diz: “estudos relatam que o pensamento nazista estendeu-se para além das fronteiras nacionais da Alemanha do século XX, constatando-se evidências do mesmo aqui no Brasil

– mais especificamente na região sul – que tem destacado histórico de *imigração europeia* nos três estado" (CAMARGO, 2010-2012, fl. 115 – grifos acrescentados ao original). Nesta afirmação, transparece claramente o pressuposto de que a "imigração europeia", isto é, concretamente, os "alemães" da região sul do Brasil (incluindo, óbvio, os do Vale do Rio Taquari) foram contaminados pelo nazismo, lá nos anos 1930/40, e a dedução lógica – ainda que, aqui, não expressamente verbalizada – só pode ser a de que as supostas manifestações "neonazistas" seriam sobrevivência do mesmo, 70 anos depois, entre netos e bisnetos.

Finalmente, na terceira parte, nos "indicativos de encaminhamento", encontramos frases absolutamente coerentes com as considerações anteriores. Ali, lê-se, por exemplo, que "além das medidas de repressão [...], é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige e de modo a *não focar na dimensão individual dos comportamentos desviantes e que fragilizam o conjunto* [!] *da sociedade*" (CAMARGO, 2010-2012, fls. 117-118 – grifos e colchetes acrescentados ao original). Como no noticiário da imprensa se afirmara que haveria três ou quatro jovens "neonazistas" no município, esta frase não permite outra interpretação que a de que a antropóloga estivesse dizendo que não adiantaria "focar" o combate ao mal unicamente nestes poucos indivíduos, pois "*o conjunto* da sociedade" de Teutônia estaria "fragilizado", isto é, *todos* (!) seriam "neonazistas".[9] Atente-se para o fato de que este "conjunto" é composto por cerca de 25.000 pessoas. No documento, não há qualquer indicação sobre a metodologia utilizada para chegar a este diagnóstico; aliás, em nenhum momento, a perita demonstra saber em que direção fica Teutônia.

Em 1º de março de 2011, aquilo que até então fora um procedimento administrativo foi transformado, pelo procurador da República em Lajeado, em inquérito civil público (ICP), mostrando a profunda convicção do mesmo de que a maldade "neonazista" era algo inerente ao povo do Vale do Rio Taquari – ainda que nem a imprensa nem as autoridades policiais haviam apontado *qualquer* dado ou episódio novo; neste sentido, lembre-se, inclusive, que o jornalista que falara na existência de três ou quatro meninos "neonazistas" em Teutônia, quando instado pelo delegado Mauro José Barcellos Mallmann a apresentar detalhes, recuou, sob o argumento de que "sua fonte não queria ser identificada", fato que "atrapalhou as investigações" (CAMARGO, 2010-2012, fl. 11).

9 No parágrafo final do documento (fl. 118), a antropóloga explicita seu programa para a "desneonazificação" da população do município (ela não utiliza esta expressão, mas é óbvio que era isso que tinha em mente): "Em suma, será necessário que no município referido acima as diferentes secretarias, escolas, museus, e outras instituições responsáveis, enviem projetos educativos e culturais às instituições competentes ao tema da diversidade sociocultural e direitos humanos (instâncias estaduais e federais que diretamente fomentam tais atividades), de modo a prever que sejam realizadas na municipalidade campanhas de promoção cultural, mostras de filmes etnográficos, documentários, exposições, ciclos de debate, seminários, produção de material didático, entre outros, e que possam bem esclarecer *ao conjunto dos concidadãos de Teutônia* sobre o valor da convivência social entre diferentes grupos sociais, sobre formas adequadas e benéficas de promoção do bem comum mediante ao [*sic*] uso intercultural das redes eletrônicas" (grifos e colchetes acrescentados ao original). Para um leitor à distância no tempo, a proposta soa interessante como suposta fórmula para desanimalizar a população de Teutônia, inventada por uma perita com doutorado (!) em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (!).

Em 3 de maio de 2011, considerando “a necessidade de prevenir ações discriminatórias, que podem projetar-se não só sobre a comunidade judaica, mas, especificamente nessa região, que comporta grupos indígenas e remanescentes quilombolas”, o procurador da República mandou agendar uma “reunião com a analista em Antropologia da Procuradoria da República na 4ª Região [...] e com autoridades ou representantes de entidades relacionados ao tema” (CAMARGO, 2010-2012, fls. 129-130). Esta reunião realizou-se, em 16 de maio, em Porto Alegre, e a lista de presenças registra, além do procurador e da técnica pericial em Antropologia, mais outras oito pessoas, representantes de diversas instituições – duas se disseram da UFRGS, duas da Secretaria de Educação/RS, três se apresentaram como ligadas a entidades representativas de afrodescendentes, indígenas, judeus (CAMARGO, 2010-2012, fl. 153).

Em relatório datado de 29 de junho de 2011, o procurador, ao referir-se a esta reunião, escreveu que ela teve o “fim de discutir medidas que viabilizem a conscientização de alunos e frequentadores das escolas municipais de Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Estrela, Lajeado e Teutônia sobre as diversidades culturais e raciais, bem como a necessidade de se respeitar os estatutos legislativos criados pelos órgãos competentes”. E continuou: “O objetivo deste procedimento administrativo [...] constitui em proporcionar uma saída efetiva, ainda que de longo prazo, *para o problema da discriminação racial encontrado na região de Teutônia*. Sem adentrar com mais profundidade nas origens do problema, o *ressurgimento* de um movimento neonazista revela *graves problemas de índole cultural*, e, ainda que mais superficialmente, também de origem econômica e educacional” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 156 – grifos acrescentados ao original).

Esta citação relativamente longa se justifica por constituir prova cabal de que o procurador estava agindo a partir de suas convicções pessoais – e não com base em fatos empiricamente verificados através de investigações ou de estudos feitos por quem quer que seja –, pois os próprios parágrafos anteriores do relatório informavam que o delegado Mauro José Barcellos Mallmann havia classificado as pichações como ato de “molecagem”, e em *todo* (!) o processo não há *qualquer* documento que arrole fatos ou indícios novos, além das notícias jornalísticas (!) de agosto de 2010 sobre as pichações; sobretudo, não há *nenhum* (!) documento que se refira a manifestações “neonazistas” (sejam pichações ou quaisquer outras), *a atos de discriminação ou a qualquer coisa parecida* (!) em Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Estrela, Lajeado. Por tudo isso, não há outra interpretação possível a não ser a de que o procurador estivesse projetando a *suposta* (!) “discriminação racial encontrada na região de Teutônia” como óbvia e *automaticamente* também presente em *qualquer* outro município com população originária de “colonização germânica”.

Como eu tivesse tomado conhecimento da instauração do procedimento do MPF-RS em Lajeado, mas não conseguisse obter informações sobre o desdobramento do caso, fiz contato com o procurador-chefe, em Porto Alegre, a 5 de março de 2012, logo depois que tinha terminado o prazo de um ano previsto na instauração do inquérito civil público,

para buscar informações.[10] Como reação a este pedido, o procurador em Lajeado me encaminhou relatório, não datado, mas a carta que o acompanhava está datada de 13 de março de 2012. Neste documento, as "novidades" se restringem à citação de algumas ações desenvolvidas, mas não há *qualquer* informação nova, *qualquer descoberta nova*, pelo contrário, no início, se *ratifica* que o delegado Mallmann, de Teutônia, afirmou, na época, que as pichações teriam sido feitas "por molecagem". Mesmo assim, "em 1º/03/2012, foi determinada a prorrogação deste ICP pelo prazo de 01 ano, tendo em vista a necessidade de realização e complementação de diligências" (CAMARGO, 2010-2012, fls. 183, 185).

Não tenho documento ou outra fonte para provar, mas é plausível que meu e-mail ao procurador-chefe, em março de 2012 – repassado ao procurador em Lajeado, pois anexado ao processo (CAMARGO, 2010-2012, fls. 180-182) –, tenha levado este último a repensar sua estratégia e suas ações, pois nota-se, a partir de então, uma intensificação de reuniões com secretários de educação dos municípios da região (não mais apenas dos cinco inicialmente citados, os mais populosos). Além disso, os textos das correspondências a respeito passaram a apresentar um teor um pouco diferente dos anteriores. Um exemplo, datado de 9 de abril de 2012, ilustra essa situação: "Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, comunico que foi instaurado nesta Procuradoria da República o expediente em epígrafe com o objetivo de apurar, *inicialmente*, problemas relacionados à disseminação de símbolos nazistas na cidade de Teutônia/RS, *e, ao depois, estendido o objeto para abranger a questão da diversidade cultural e racial na região*, notadamente em razão da existência de comunidades quilombolas e indígenas" (CAMARGO, 2010-2012, fl. 189 – grifos acrescentados ao original). Assim, inicia uma carta-convite para uma reunião a respeito, mostrando que a ênfase inicial (as pichações "neonazistas") sofrera, no mínimo, um acréscimo.

Interessantes são também inserções de novos tipos de material no processo. Se na folha 227 ainda aparece uma matéria de jornal que tem a ver com os objetivos *iniciais* do ICP, tratando sobre a situação dos acusados de "neonazismo" envolvidos no assassinato no Paraná, em 2009 (ROTTA, 2012)[11], pouco depois, na folha 229, foi anexada outra matéria sobre um trabalho acadêmico que aborda a situação dos negros em Lajeado (LOVATO, 2012), como a sugerir que o espectro fora ampliado.[12] A suspeita de que documentos como este faziam parte da estratégia do procurador para "redirecionar" o processo fica reforçada pelo fato de que um "despacho" de 21 de maio de 2012 determinou: "extraiam-se cópias das fls. 01/08, 99, 113/119, 129/149, 152/178, 183/185, 189/214 e deste despacho, para instruir *novo* [!] ICP a ser instaurado tendo como objeto *a implantação efetiva do Estatuto*

10 Lembre-se que logo após os acontecimentos de agosto de 2010, havia sido instaurado um "procedimento administrativo", transformado em "inquérito civil público" (ICP), em 1º de março de 2011.

11 Apesar de coerente com o conteúdo, esta matéria jornalística não está ligada, de forma direta, ao processo, pois se refere ao episódio de 2009 (à prisão de Jairo Maciel Fischer, acusado do assassinato no Paraná). O autor, porém, é o mesmo jornalista que denunciou a suposta ou efetiva existência de três ou quatro jovens "neonazistas" em Teutônia, e que desembocou nas pichações que motivaram a ação do procurador da República.

12 A matéria trata da dissertação de Gilson Luiz dos ANJOS, 2012.

da Igualdade Racial [...] *nos estabelecimentos de ensino, bem como o acompanhamento e discussão das questões relativas* à *diversidade nos municípios abrangidos por esta PRM*". Portaria datada do dia seguinte sacramentou a instauração do "novo" ICP (CAMARGO, 2010-2012, fls. 231-232, 237 – grifos e colchetes acrescentados ao original). A seguir, em um "termo de arquivamento", datado de 3 de julho de 2012, o procurador encerrou o ICP "inicial", aquele das pichações "neonazistas" em Teutônia. No documento, admitiu que "no que se refere à investigação policial sobre os fatos narrados *inicialmente*, no tocante à disseminação de símbolos nazistas na cidade de Teutônia/RS, ou mesmo a existência de uma célula neonazista no citado município, *tem-se que o inquérito policial concluiu pela sua inexistência*" (CAMARGO, 2010-2012, fl. 340b – grifos acrescentados ao original).

Até aqui, um relato resumido dos fatos. Quatro semanas depois do arquivamento do inquérito civil público sobre as pichações "neonazistas" em Teutônia, o procurador da República deixou sua função em Lajeado. O episódio por ele protagonizado demonstra a longevidade de concepções arraigadas no senso comum – e ainda a dificuldade da pesquisa histórica em influir na mudança destas concepções, já que nas duas ou três últimas décadas foram produzidos vários trabalhos acadêmicos que mostram que as dimensões da presença nazista no Rio Grande do Sul não foram aquelas propaladas por policiais e por outros formadores de opinião pública, na época. Mesmo assim, vê-se, por exemplo, no "laudo" produzido pela técnica pericial em Antropologia do MPF-RS – repita-se: uma *doutora* (!) em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (!) – uma aceitação cega daquilo que está escrito num famigerado livro de origem policial publicado durante a Segunda Guerra Mundial (PY, 1942). E pior, a pressuposição, no mínimo subentendida, de que aquilo que naquele tempo foi *atribuído* a determinado setor da população – aos "alemães" – obviamente existiu, e sobrevive intacto (!), mesmo na terceira geração posterior.

Outro aspecto que merece referência é que estas concepções não se encontram apenas na mente de pessoas estranhas ao meio em questão. Foi citada uma jornalista e escritora que manifestou a desconfiança de que amplos setores da população do Vale do Rio Taquari poderiam ser "neonazistas", mesmo quando ela está radicada e ativa na região há muitos anos. Em relação ao episódio das pichações em Teutônia, em 2010, o jornalista que fez a denúncia sobre a existência de três ou quatro jovens "neonazistas" no município nasceu em Porto Alegre, se criou em Pelotas, mas à época já trabalhava havia oito anos num jornal de Lajeado – de forma que se deve pressupor que conhecia a região de vivência própria. Na mesma linha, merecem referência jornalistas da Rádio Independente, de Lajeado. Ainda que não citados no processo do MPF-RS aqui apresentado, foram protagonistas de um episódio até hilariante, neste contexto. Em 21 (!) de abril de 2011, a emissora transmitiu uma matéria em que foi relatado que repórteres seus haviam ido a Teutônia para entrevistar o delegado Mauro José Barcellos Mallmann, para perguntar se ele tinha tomado medidas para coibir uma possível (provável?) festança da população

local, pelas ruas da cidade, à noite deste dia, para comemorar o aniversário de Hitler.[13] O pequeno detalhe de que não se deram conta foi o fato de que o aniversário de Hitler havia sido no dia anterior, em 20 (!) de abril!

Até integrantes do então ainda centro universitário de Lajeado demonstraram algo que pode ser visto como denotando subserviência ao procurador da República, admitindo, porém, ainda que de forma indireta, que endossaram suas concepções e suas ações em relação à população da região. Em despacho datado de 16 de novembro de 2011, o procurador determinou que se oficiasse "ao Centro de Ciências Humanas e Jurídicas da UNIVATES [...] solicitando informações sobre os projetos, ações desenvolvidas para promover reuniões e/ou encontros a fim de discutir a questão das diversidades culturais, raciais...". Ainda que, aparentemente, o procurador tivesse considerado que uma resposta demorara demais – pois, com data de 17 de janeiro de 2012, consta uma cobrança –, um documento-resposta, de 4 laudas, datado de 5 de março do mesmo ano, arrola várias ações que mostrariam o esforçado empenho da instituição universitária em dar sua contribuição para a cruzada de "desneonazificação" das populações do Vale do Rio Taquari desencadeada por ele (CAMARGO, 2010-2012, fls. 167, 170, 174-177).

REFERÊNCIAS

ABAL, Felipe Cittolin. **Nazistas no Brasil e extradição**: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico-jurídica. Curitiba: Juruá, 2014.

ANJOS, Gilson Luiz dos. **(Re)conhecimento e negritude**: uma questão de educação? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CAMARGO, Nilo Marcelo de Almeida. **Despacho de instauração**. Lajeado, 2010-2012 (processo instaurado pelo então procurador da República em Lajeado, após pichações com símbolos nazistas ocorridas ao longo da rodovia RS-128, no município de Teutônia, em agosto de 2010; é um documento de 255 laudas, cuja cópia foi obtida no Ministério Público Federal em Lajeado/RS).

CRUZ, Natalia dos Reis. **Negando a História**: a Editora Revisão e o neonazismo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

CUNDARI, Paula Casari. **Limites da liberdade de expressão**: imprensa e judiciário no "caso Editora Revisão". Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FRANTZ, Sâmia. Neonazismo surpreende Teutônia. **Zero Hora**, Porto Alegre, 6 de maio de 2009 http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/05/neonazismo-surpreende-teutonia-2500340.html#showNoticia=YzIqQ1Z 6aVE4Mzc5MjYxMjM5MDIwMjMyNzA0VlYxNjk3NDUzMjMzMDIzOTUyODA2Nm1MXzQ0OTUyNDAyNjIxOTIyMDE3MjhzOTxLNC5OM0FOX1xqc1pwdFw (acessado em 11/3/2017).

GERTZ, René E. **O neonazismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

13 http://www.independente.com.br/policia-civil-esta-atenta-aos-grupos-neonazistas.html (acessado em 13/3/2017).

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória**: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003). São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

LOVATO, Bruna. Trabalho comprova que preconceito ainda é velado. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 12-13 de maio de 2012, p. 17.

MENDES, Letícia. Material sobre nazismo é apreendido. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 de agosto de 2010, p. 14.

PEIXOTO, Laura. Uma coisa puxa outra... **Varal da Laura**, Lajeado, 6 de maio de 2009. http://lauramertenpeixoto.blogspot.com.br/search?updated-min=2008-12-31T18:00:00-08:00&updated-max=2009-05-08T14:23:00-03:00&max-results=50&start=1068&by-date=false (acessado em 9/3/2017).

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. **Às margens do caso Ellwanger**: visão conspiracionista da História, ecos tardios do integralismo e judicialização do passado. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, 2013.

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª coluna no Brasil**: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.

ROTTA, Emílio. Grupo estaria se reorganizando. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 20 de agosto de 2010a, p. 19.

ROTTA, Emílio. Polícia busca pistas e encontra livros. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 26 de agosto de 2010b, p. 23.

ROTTA, Emílio. Antropologia no combate ao neonazismo. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 11 de setembro de 2010c, p. 26.

ROTTA, Emílio. Três anos depois, neonazistas aguardam julgamento em liberdade. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 21-22 de abril de 2012, p. 29.

CAPÍTULO 20

POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA EM TERESINA (1877-1879)

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 08/04/2021

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves
Wall Ferraz - Piauí
Universidade Federal do Piauí
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil
http://lattes.cnpq.br/0794333520310154

Nara Viviany Moura de Oliveira
Teresina - Piauí
Universidade Federal do Piauí
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil
http://lattes.cnpq.br/0661214354934453

Texto adaptado da versão publicada em *Anais do I Congresso Internacional de gênero, práticas e epistemologias:* abordagens contemporâneas (2020).

RESUMO: O presente trabalho buscar analisar as súplicas das mulheres na cidade de Teresina no período da seca, nos anos de 1877 a 1879. Através da análise dos manuscritos coletados no arquivo público do Piauí, pode-se perceber as calamidades pelos quais sofriam os flagelados das secas. As cartas das comissões de socorros eram meios utilizados para solicitar ajuda aos pobres, no entanto, as cartas eram escritas pelos próprios membros da comissão, cargos esses distribuído para pessoas com notoriedade na sociedade, ou seja, um pobre flagelado não fazia parte dessa classe social. As solicitações eram diversas, tais como roupas e comida, subsídios básicos a sobrevivência dos indivíduos. As cartas sempre escritas com palavras de súplicas possuíam o nome dos requeridos logo no início, contendo poucas informações sobre eles, tendo o nome, o local e algumas vezes o nome do filho ou esposo. Nesse sentido, se faz importante problematizar quem eram esses pobres, para além de suas identificações pessoais. Pelas análises feitas, assim como os escritos e pesquisas existentes, pode-se dizer que se tratava de pessoas devastadas pelo fenômeno da seca, trabalhadores livres, imigrantes e emigrantes em busca de um sustento, que, por estarem em tal situação eram taxados de vadios. Ou seja, a pesquisa sobre esses sujeitos, através das fontes, demonstra os estereótipos usados para identificar os pobres, assim como a utilização do assistencialismo para afastá-los dos grandes centros e utilizá-los como mão de obra barata, através dos Núcleos Coloniais. A partir da análise das obras, tornou-se perceptível que o assistencialismo direcionado aos pobres atingidos pela seca, para além da construção de um discurso de ajuda, firmou-se como um meio de barganha entre autoridades da época. Foram utilizados como referencial teórico, trabalhos de autores que tratam da temática, tais como: Maria Mafalda Baldoíno, Frederico de Castro Neves, Raimunda Celestina, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Teresina. clamor e súplica. mães da seca.

POOR AND DISABLED: CLAIM AND CHARITY IN THE PRAYERS OF THE DRY MOTHERS IN TERESINA (1877-1879)

ABSTRACT: The present work seeks to analyze the pleas of women in the city of Teresina in the period of drought, in the years 1877 to 1879. Through the analysis of the manuscripts collected in the public archive of Piauí, one can perceive the calamities for which the victims of droughts suffered. The letters from the aid committees were means used to request help from the poor, however, the letters were written by the members of the commission themselves, positions that were distributed to people with notoriety in society, that is, a poor scourged person was not part of that social class. The requests were diverse, such as clothes and food, basic subsidies for the survival of individuals. The letters always written with pleading words had the defendants' name right from the start, containing little information about them, having the name, the location and sometimes the name of the child or spouse. In this sense, it is important to problematize who these poor people were, in addition to their personal identifications. From the analyzes made, as well as the existing writings and research, it can be said that they were people devastated by the phenomenon of drought, free workers, immigrants and emigrants in search of a livelihood, who, being in such a situation, were taxed as vagrants. . In other words, the research on these subjects, through the sources, demonstrates the stereotypes used to identify the poor, as well as the use of assistance to remove them from the big centers and use them as cheap labor, through the Colonial Centers. From the analysis of the works, it became noticeable that the assistance aimed at the poor affected by the drought, in addition to the construction of a help discourse, established itself as a means of bargaining between authorities of the time. Were used as a theoretical framework, works by authors dealing with the theme, such as: Maria Mafalda Baldoíno, Frederico de Castro Neves, Raimunda Celestina, among others.
KEYWORDS: Teresina. cry and supplication. drought mothers.

1 I INTRODUÇÃO

O período de seca, nos anos de 1877 a 1879, provocou um deslocamento das populações das províncias no norte do País, na tentativa de assentar-se em locais que garantissem subsídios básicos a sobrevivência. A seca, nesse contexto, não mais pode ser vista somente como um fenômeno climático, mas social, político e econômico, responsável pela modificação do cotidiano de diversos indivíduos. Modificando história de homens e mulheres, jovens e crianças, que deixavam seu local de origem, privacidade dos lares, para moldarem novas perspectivas em algum lugar que lhes propiciaram esperanças de um recomeço.

As rotas migratórias perpassavam o Piauí, não somente de forma interna, entre uma vila e outra, mas também externamente, de uma província para outra. A priori, o deslocamento de vila para outra se dava, sobretudo, da região interiorana para capital, local construído no imaginário como sendo detentor de maiores ajudas humanitárias. Assim como, o fluxo populacional externo é intenso, pois o Piauí era rota de migração, e muitos destes, por faltar-lhe forças, saúde, alimentos, entre outros aspectos, paravam

e estabeleciam-se na província. Dessa forma, durante o período já mencionado, o Piauí, principalmente, a capital Teresina, teve um aumento populacional grande.

Nesse sentido, surgiu uma problemática para Província do Piauí e autoridades, o grande fluxo de retirantes na região. Indivíduos que constituíram uma camada social subjugada, vistos pelas elites locais como vadios, sem querer assumir compromissos com nenhuma forma de trabalho regular.

Dessa maneira, se fazia necessário a criação de instituições de controle da nova camada crescente. Pois, era necessário que se mantivesse a plena ordem da Província. A exemplo de instituição, foi criado a comissão de socorros públicos, na qual atuou como meio assistencialista aos indivíduos, sobretudo recolhendo requerimentos contendo petições com solicitações diversas, a exemplo de comidas, roupas, passagens, entre outras solicitações. Nesse artigo, foi abordando somente os requerimentos das mães nesse período de seca. Assim como nos dias atuais, na segunda metade do século XIX, muitas mulheres eram as responsáveis familiares, isso se dava por diversos acontecimentos, como a perda dos maridos, o engajamento desses homens nas obras públicas ou mesmo o abandono dos lares, fazendo com que a responsabilidade do cuidado familiar ficasse sobre a mulher. Diante disso, nesse período de calamidade, as cartas das comissões de socorros da cidade de Teresina, demonstram que essas mães, buscavam ajudas diversas para suprirem as necessidades e a calamidade que passavam.

2 | CONTEXTO DA PESQUISA

Dentro da pesquisa, foi perceptível a presença de classes subjugadas e esquecidas dentro das sociedades e na historiografia, como é o caso dos retirantes no período de seca no Piauí, que percorrem longos caminhos na busca por sobrevivência. A análise se desenvolveu na tentativa de evidenciar e dar visibilidade aos sujeitos marginalizados. Baseado na História Social Inglesa, analisando sob a perspectiva de Edward Thompson de uma história vista através dos vencidos. Dessa forma, tem como finalidade contribuir com a produção de uma história do Piauí oitocentista e de sujeitos a margem da historiografia. Ou seja, para além de uma escrita voltada para o Piauí, a abordagem evidencia sujeitos, anteriormente esquecidos, e dar-lhe protagonismo dentro do trabalho.

Dessa maneira, a pesquisa está voltada para mudanças nas estruturas sociais, a partir da seca nos de 1877 a 79, que interferiram no âmbito social, político e econômico na Província. Evidenciando o cotidiano de miséria e exploração das mulheres retirantes, posteriores ao imaginário elitista que os marginalizavam, levando-os ao esquecimento. Mediante tais indagações, se fez necessário fazer um levantamento bibliográfico, sobre abordagens e perspectivas de autores que pesquisam o assunto, como por exemplo: Maria Mafalda Baldoino, Edson Holanda, Antônia Jesuíta de Lima e Francisco Gleison da Costa Monteiro. Bem como, analisar os manuscritos do Arquivo Público do Piauí, tais como:

cartas das comissões de socorros públicos.

Sendo necessário problematizar as fontes da pesquisa, pois, foram construídas a partir da subjetividade dos indivíduos, analisar de forma crítica, observando de que maneira esses percebiam o período e os retirantes. Os manuscritos, por se tratar de documentação oficial, em sua maioria possuem visões das autoridades do período, subjetividades referentes a problemática da seca e dos migrantes. Torna-se perceptível, no momento que se analisa a fonte e possui nela termos pejorativos para com os retirantes, como por exemplo: pobres e desvalidos. Mas, se faz necessário ressaltar que muitos dos manuscritos possuem grafias que dificultam o entendimento e compreensão, dessa forma foram necessário cursos de paleografia e práticas cotidianas, na tentativa de compreender o documento. Para além disto, pelo fato da produção historiográfica sobre o Piauí ser escassa, constituiu como uma problemática no desenvolvimento da pesquisa.

As fontes são cruciais para o entendimento de quaisquer temáticas na construção de uma pesquisa. Nesse trabalho em específico, a utilização de documentos oficiais e análise de pesquisas anteriormente, teve suporte necessário para o desenvolvimento. Nesse sentido se faz necessário desconstruir conceitos, imagens e ideários criados ao longo do tempo sobre a seca e, principalmente do sertanejo, marginalizado e excluído da sociedade, somente através da análise de fontes que se faz possível a constituição de uma história vista de baixo, onde o poder e a pobreza entrelaçam-se perante o fenômeno da natureza.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a compreensão da forma como se foi construído a imagem do Piauí no período em questão, assim como salientou a gravidade do período de seca. Para caráter de contextualização, Maria Mafalda ressalta que a primeira notícia que se tem no Piauí, em relação ao fenômeno da seca, foi em 1853, através da criação da Comissão de Exploração, que acarretou a legitimação dos estudos referentes aos períodos de estiagem. Essa comissão defendia utilidade e criação de açudes para o armazenamento de água. (BALDOÍNO, 1991)

Ou seja, a estiagem não foi um acontecimento isolado, mas acontecia de forma recorrente. Porém, o que legitima a pesquisa, assim como indagações feitas referente a esse período de seca em específico, se dá pelo fato de que teve duração de três anos e suas consequências foram catastróficas, fazendo com que a violência se torna-se uma preocupação secundaria. Foi somente a partir desta data que o termo “desvalido”, antes utilizado somente para denominar uma pessoa vítima de violência, passou a ser associado ao retirante fugitivo das estiagens. (RIOS, 2001)

A autora Maria Mafalda Baldoino de Araújo, será citada no trabalho, pois constrói sua pesquisa mediante o processo de modificações através da seca e as relações de trabalho constituídas no período, aonde os trabalhadores livres passam dessa condição e inicia-se uma exploração desordenada de escravidão, não mais pela hierarquia de cor, mas pela serventia da mão-de-obra barata. Período em que ocorre um processo higienista, de

limpeza dos grandes centros e o isolamento dos ditos “vadios”. As medidas assistencialistas também são analisadas pela autora, mediante o processo de resolução do “problema” da migração e aumento do fluxo de pessoas em Teresina.

Edson Holanda, contribui para compreender as rotas que os retirantes percorreram pelas fronteiras do Norte, na qual permitiam chegar à beira do rio Parnaíba, divisa entre Maranhão e Piauí, onde poderiam se dirigir para umas das capitais, principalmente Teresina, de lá seguindo para trabalharem nas fazendo e núcleos coloniais.

Nesse sentido, o autor Francisco Gleison da Costa Monteiro traz uma abordagem sobre a forma que os homens livres foram pensados e tratados, assim como a visão que as autoridades possuíam desses sujeitos. Sendo ressaltado a necessidade de problematizar, a constituição do trabalho como forma de controle e combate a ociosidade. Ou seja, analisando o trabalho através de uma instituição de recrutamento e isolamento dos indivíduos.

Para pensar as multifaces da pobreza, Antônia Jesuíta de Lima, contribui para pesquisa, ao analisar a priori, como se deu o processo de relações hierárquicas na transição das relações entre senhor e escravos, para entrelaces ligados ao capitalismo, baseado na mão-de-obra livre, mas explorada. Nesse sentido, entrava em evidenciar a nova ordem econômica que baseava as relações de trabalho, contribuindo para relacionar indivíduos pobres ao ideário de classes perigosas a sociedade e, assim como Francisco Gleison da Costa Monteiro, analisar o trabalho como forma de controle social. Ou seja, o elitismo inferiorizava e marginalizava, para legitimar a exploração através de discursos de trabalho *versus* vadiagem.

3 | ASSISTENCIALISMO AS MÃES DA SECA

A Comissão de Socorros Públicos, foi uma das instituições criadas para amparar os migrantes que chegavam nas cidades, que não possuíam condições de manter-se por se mesmo e dependência das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca, que visavam fornecer ajudas imediatas, para que não ocorresse calamidade em nível mais grave. A instituição estava presente em muitos municípios da província, objetivando minimizar os efeitos da seca e distribuir gêneros alimentício, roupas e medicamentos aos mirantes. Desse modo, a criação de instituições como a Comissão de Socorros, foi uma atitude de emergência, mas que garantia esperança de sobrevivência naquele momento de fragilidade.

Quando se inicia o ano de 1877, o primeiro que não teve chuvas, quem governava à província era o conservador Graciliano Ramos de Paula Batista, que, recebendo os primeiros pedidos de socorro das comarcas interioranas, instituiu uma comissão em casa município, dando assim atenção ao clamor dos indivíduos. A atitude do governador, foi algo crucial, pois a comissão permaneceu por todos os anos de estiagem, e, mesmo

inicialmente sendo uma medida provisória, logo se torna elemento importante para o suprimento dos migrantes. A proposta se dava inicialmente na abertura de créditos sob a responsabilidade do próprio Graciliano Ramos, na qual seriam investidos em viveres e compra de medicamentos e roupas, despesas necessárias para sanar o flagelo e clamor.

A partir da comissão, que os migrantes adentravam terras piauienses, abrangendo também a ajuda para as mendicâncias que já ocorria na província, sendo os primeiros a serem socorridos. Os que eram considerados indigentes, de variados sexos e idades, não possuíam meios de sobrevivência e necessitavam de toda ajuda que dispunha a comissão, sejam roupas, alimentos ou medicamentos, para que não andassem nus ou a morrer de fome pelas ruas das cidades, tudo ocorria através do auxílio da comissão. Desse modo, a comissão se configurou como uma esperança, meio de espace e refúgio para sobrevivência, buscando nessa instituição de carência, suprir os recursos básicos que lhes faltava.

A calamidade foi no seu todo intensa, e a partir da análise dos requerimentos, que tal fato se torna perceptível. Mães que, em atitude de desespero solicitavam a comissão que escrevessem cartas endereçadas ao governo imperial, na tentativa que lhes mandassem as ajudas que haviam suplicado. Como por exemplo:

> *"Joaquina Roza, natural desta província, pobre desvalida, tem a seu cargo 1 filho menor de nome José, achando-se sem meios algum de subsistência, vem muito respeitosamente implorar de Vossa Excelência a graça de mandar socorrê-la com vestuários e alimentos com que o governo está despondo a pobreza, para si e seu referido filho. A [...] comfiada na recta justiça que mui caracteriza ao nobre coração de Vossa Excelência*
>
> *Nestes Termos Em Respeito Mercê*
>
> *Terezina, 19 de Março de 1879.". (REQUERIMENTO, 1879)*

A partir da análise do documento, pode-se construir diversos debates. A situação de calamidade, fazia com que os migrantes não possuíssem nem vestimentas, muitos andavam nus ou com poucas peças no corpo. No entanto, o requerimento se dava através de muitas súplicas e dependia de a comissão de socorros atender as petições. Podemos perceber que as cartas endereçadas ao governo, eram acarretadas de súplicas, relatando a situação degradante em que se encontravam, especificando suas necessidades, como por exemplo a relatar que era uma pobre e desvalida, sem condições de manter-se com o filho.

Tal carta, pode despertar problemáticas no imaginário, pois, demonstra o clamor de uma mãe, que cuida sozinha do seu filho e não possui o mínimo para sobrevivência. Cabe ressaltar que as mães da seca, quando os maridos eram mandados aos serviços públicos, estas ficavam responsáveis por cuidar dos filhos e de toda responsabilidade da família, inclusive de conseguir alimentação, vestimentas e roupas. A partir disto, recorriam a comissão de socorros públicos. Era necessário buscar pela sobrevivência dia após dia, suplicando para que a calamidade fosse diminuída ou mesmo sanada.

As súplicas eram constantes e se davam de forma muito intensa, para que provocasse no leitor um impacto, demonstrando como estava a situação daqueles indivíduos. Como exemplificação, temos outra carta endereçada ao governo:

> *"Dix Lima Maschima de Jezus, pobre e desvalida, filha de esta província, achando-se em um estado miserável, e uma sua filha só tem faltado hé morrerem. ... em vista da secca ... se tem deslizado nesta província, e em vista do que, vem a si ... humildemente suplicar ... o auxílio destinado aos indigentes, mandando que a comissão de socorros públicos, forneça ... de sereaes e vestuários, como se deprehende de seu mizerável estado.*
>
> *Theresina 20 de março de 1878.*
>
> *Pela a suppe. Manoel Raimundo da silva" (REQUERIMENTO, 1878)*

As documentações são cruciais para que se compreenda como se dava o processo de assistencialismo, bem como demonstram a situação que se encontravam os migrantes do Piauí no final do Século XIX. Ao analisar os requerimentos que os pobres encaminhavam para a Comissão de Socorros, rogando auxílio, destinado ao governo, na tentativa de barganhar recursos necessários a sobrevivência, nos possibilita perceber os moldes que a sociedade se encontrava, pois eram através dessas cartas que mulheres e homens suplicavam pela caridade do governo, que não os deixarem morrer de fome ou andarem nus pelas ruas, petições para si e os seus.

Podemos perceber também, que alguns retirantes vindos do Cera, assentavam-se na província do Piauí e solicitavam ajuda da comissão. Tal fato, demonstra que o Piauí, foi rota de migração para migrantes de outras províncias e por não conseguirem seguir viagem, seja por falta de subsídios ou força física, ficavam pela província a fins de conseguir ajuda do governo, garantindo assim a sobrevivência. Para exemplificação, trago para demonstração outra carta transcrita e analisada na comissão de socorros da cidade de Teresina:

> *Veronica Maria do Espirito Santo retirante da villa do Sauhá, Província do Ceará, viúva poperrima com cinco filhos de menor idade além de uma irman orfãn de pai e mai que a supri e cria, vem implorar de vossa excelência a caridade de mandalla suprir com o vestuário indispençavel para si, filhos e irmã, bem como as comidas que vossa excelência entender em seu coração philantrópico, visto que sendo a caridade, uma filha de Deus ella pode ser mandada destribuhir por hum de suas filhas das quaes faz parte vosso excelentíssimo, nestes termos, espera a suppe ser benignamente deferida.*
>
> *Theresina 18 de março de 79*
>
> *Arrogo de minha may Veronica Maria do Espírito Santo (REQUERIMENTO, 1879)*

A partir da análise deste documento, pode-se perceber que os problemas que permeia a vida dos retirantes, vindos de outras províncias, viram no Piauí uma rota de ajuda, através da comissão de socorros, garantindo assim subsídios básicos a sobrevivência. Cabe ressaltar que muitos desses suplicantes, eram analfabetos, não sabiam ler e nem escrever,

buscavam assim quem pudesse redigir a carta de súplica, seja membros da família ou conhecidos. Como no caso anterior, a Veronica Maria do Espírito Santo, solicita que seu filho redija a carta, pedindo o auxílio em nome da mãe. Era necessário, ao redigir a carta, deixar claro as condições em que se encontravam e para quantas pessoas solicitavam os recursos.

No caso anterior, seria uma mulher pobre, de numerosa família, muitos sob sua responsabilidade, sendo uma exemplificação de como eram milhares de outras mulheres, que na batalha, buscavam meios de manter seus filhos e familiares vivos, pois, não possuía mais o marido, já falecido, dependendo de forma exclusiva as responsabilidades, com cinco filhos ainda cuida de uma irmã órfã. Tal carta, demonstra o cenário que se encontrava o Piauí, retratos de mulheres e homens, com numerosas famílias, sem o mínimo para sobrevivência, e viram nessa província uma acolhida. A carta demonstra mais uma vez que as petições eram de vestuários, sendo indispensáveis, pois já não possuíam nem mesmo o que vestir e alimentos para todos.

A calamidade ocorrida nos anos de 1877 a 1879, gerou na Província do Piauí, um estado de alerta, elevando e ressignificando a caridade para nível assistencialista, que carecia na intervenção do Governo. No entanto, podemos perceber que esse período foi responsável por fixar uma imagem do interior do Nordeste como sendo uma região de seca, fome e miséria, e muito mais do que isto, ensinou e possibilitou que os políticos locais, aumentassem seu poder, a partir de barganha e exploração, pois conseguiam angariar fundos para o seu próprio benefício regionais e ofereceu um legado que é presente e predominante na política regional atualmente. Mesmo a comissão de socorros, tendo surgido com proposito de socorrer os retirantes, esta serviu como instituição de privilégios a elite regional da Província do Piauí.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, podemos perceber que a seca de 1877 a 1879, causou diversas modificações na Província do Piauí, de cunho político, social e econômico. Período esse que houve uma ressignificação do conceito de caridade, passando não mais ser algo feito de forma exclusiva pela comunidade ou igrejas, mas necessitou da intervenção do governo, na tentativa de minimizar a calamidade pública. Notoriamente um período de muitas dificuldades para os menos favorecidos, sendo essa classe a mais atingida pelos anos de estiagem.

Os requerimentos, demonstram que as mães no período da seca, se tornaram as responsáveis pelo cuidado com a família. A ausência dos maridos, fazem dessas mulheres as provedoras dos lares. Os maridos se ausentavam por diferentes motivos, sendo por morte, abandono e até mesmo por engajamento nas obras públicas, muitos destes não retornavam aos lares, tornando os lares matriarcais. As mães faziam requerimentos diversos,

como roupas, alimentos, passagens, entre outros, demonstrando que foram crucialmente afetadas pelo período de calamidade. A pesquisa aqui apresentada, evidentemente, não foi capaz de abarcar em sua plenitude todas as problemáticas dos três anos de estiagem na Província no Piauí, mas a parte aqui expressa, buscou conscientizar os leitores, sobre a forma como se o processo de marginalização dos menos favorecidos, buscando construir uma história vista por outro ângulo, através dos olhos de quem foi explorado e marginalizado ao longo do tempo. Desse modo, este trabalho pode contribuir para despertar interesse na temática e desencadear pesquisas com outras vertentes, abrangendo um campo maior a problemática exposta.

REFERÊNCIAS

APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1879. Requerimento em que Luzia Joaquina Roza pede auxílio à comissão de socorros da capital.

APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1879. Requerimento em que Luzia Joaquina Roza pede auxílio à comissão de socorros da capital.

APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1878. Requerimento em que Dix Lima Maschima de Jezus pede auxílio à comissão de socorros da capital em data de 20 de março de 1878.

APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (**requerimentos**). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo à comissão de socorros da capital em data de 18 de março de 1879.

ARAÚJO. Maria Malfada Baldoino de. **O poder e a seca de (1877 a 1879) no Piauí**. Teresina: Academia piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das Secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Doutoramento em História Social. Fortaleza: UFC, 2014.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum, flagelo e mito na economia rural Piauiense**. Teresina: CEPRO, 1987.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAPÍTULO 21

QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO INTERIOR BAIANO: A PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NA CIDADE DE GUANAMBI-BA

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 06/04/2021

Nivalda Pereira Coelho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB
Vitória da Conquista – Bahia
http://lattes.cnpq.br/1921085315731734

Felipe Eduardo Ferreira Marta
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB
Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC
Vitória da Conquista – Bahia
http://lattes.cnpq.br/6116223353042882

RESUMO: A história de luta das mulheres por espaço dentro da sociedade pode ser observada ao longo de muitos anos. As desigualdades, sejam de poder ou de direitos, são inúmeras, isso se justifica devido as questões de gênero existentes nas relações sociais. Assim, investigar a influência do gênero no esporte pode trazer contribuições significativas para uma maior valorização e reconhecimento dos espaços que podem ser ocupados pelas mulheres. Diante disso, esta proposta tem por objetivo analisar como a prática do futebol feminino na cidade de Guanambi-Ba incita os debates acerca do gênero e das sexualidades, bem como investigar os fatores que as levaram a este meio, os questionamentos sobre a existência de preconceitos relacionados ao futebol feminino na cidade, e os lugares destinados a mulher na sociedade local. Baseia-se na metodologia da história oral que permite aos pesquisadores enriquecerem suas experiências diante as entrevistas realizadas, pois cada indivíduo apresenta algo novo diante do objeto pesquisado. Por se tratar de um estudo com seres humanos, a pesquisa teve parecer favorável pelo comitê de ética e pesquisa da UESB. Os dados encontrados reforçam a luta de mulheres por reconhecimento e valorização dentro de um espaço culturalmente dedicado ao público masculino. Estas, venceram os empecilhos movidas pelo grande amor a prática do futebol em meio a uma sociedade marcada por traços machistas. A conclusão para esta breve reflexão é a importância de debater questões referentes a trajetória histórica e de vida das mulheres, seja no âmbito esportivo ou qualquer outro que reafirme aspectos igualitários nas discussões de gêneros, bem como na sua prática diária.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Sociedade; Futebol; Gênero.

GENDER AND SEXUALITY ISSUES IN THE INTERIOR OF BAHIA: THE PRACTICE OF WOMEN'S SOCCER IN THE CITY OF GUANAMBI-BA

ABSTRACT: The history of women's struggle for space within society can be observed over many years. Inequalities, whether in power or rights, are numerous, this is justified due to the gender issues existing in social relations. Thus, investigating the influence of gender in sport can bring significant contributions to a greater appreciation and recognition of the spaces that can be occupied by women. Therefore, this

proposal aims to analyze how the practice of women's football in the city of Guanambi-Ba incites debates about gender and sexualities, as well as investigating the factors that led them to this environment, questions about the existence of prejudices related to women's football in the city, and places for women in the local society. It is based on the methodology of oral history that allows researchers to enrich their experiences in the face of the interviews carried out, as each individual presents something new before the researched object. As it is a study with human beings, the research had a favorable opinion by the ethics and research committee of UESB. The data found reinforce the struggle of women for recognition and appreciation within a space culturally dedicated to the male audience. These, overcame the obstacles moved by the great love of the practice of football in the midst of a society marked by sexist traits. The conclusion for this brief reflection is the importance of debating issues related to the historical and life trajectory of women, whether in sports or any other that reaffirms egalitarian aspects in gender discussions, as well as in their daily practice.
KEYWORDS: Women; Society; Football; Genre.

1 I INTRODUÇÃO

A discussão sobre o espaço e o lugar da mulher na sociedade requer aproximações com as questões de gênero, que segundo Scott (1995) pode ser definido como o resultado da desigualdade de poder entre homens e mulheres, advindas da construção social do papel de ambos em relação as suas diferenças sexuais. Investigar a influência do gênero nas questões esportivas podem trazer contribuições significativas para uma maior valorização e reconhecimento dos espaços que podem ser ocupados pelas mulheres.

Esta proposta trata-se de uma pesquisa em andamento e tem como objetivo utilizar da memória como fonte para analisar os motivos que incentivaram a prática esportiva das primeiras jogadoras de futebol de Guanambi-Ba, bem como investigar os fatores que as levaram a esta prática. Busca também responder aos questionamentos sobre a existência de preconceitos relacionados ao futebol feminino na cidade, a presença do coronelismo e do patriarcado e os lugares destinados a mulher na sociedade local.

Estudos como este se justificam pela relevância em âmbito pessoal e social, em especial quando a pesquisadora é professora de Educação Física e está envolta por situações que envolvem a inserção das mulheres nos esportes, como é o caso nessa pesquisa. As vivências em sala de aula me despertaram o interesse em resgatar aspectos históricos do futebol enquanto prática feminina na cidade de Guanambi, interior do sertão nordestino, a fim de compreender as suas interfaces e criar subsídios para intervenções construtivas na formação do indivíduo enquanto participante do meio educacional.

No âmbito social estas contribuições estão relacionadas primeiramente às poucas produções teóricas relacionadas a essa temática, além da possibilidade de difusão do futebol feminino ao longo do percurso histórico na cidade pesquisada e regiões circunvizinhas. Resgatar essas memórias possibilita grandes influências no reconhecimento individual das ex-atletas, além de promover reflexões teóricas acerca da inserção das mulheres no

esporte e em tantos outros espaços antes compreendidos como masculinos.

Por se tratar de uma pesquisa de história oral que envolve seres humanos os devidos cuidados éticos foram tomados. O trabalho de campo só deu início após aprovação pelo comitê de ética e pesquisa sob o parecer de número 3.735.311.

2 | DISCUSSÃO TEÓRICA

O Brasil é conhecido mundialmente como país do futebol e sua prática entre os brasileiros já se tornou cultural. O desejo por esse esporte é despertado desde a infância, o que faz com que esse universo futebolista cresça cada vez mais. Os holofotes midiáticos se voltam somente para o meio masculino, deixando de lado o futebol feminino brasileiro que é também, uma das modalidades em destaque, porém, é deixado em segundo plano por falta de incentivos e estruturas (CRUZ *et al*, 2008).

Apesar de todos os empecilhos para a difusão do futebol feminino sua visibilidade vem aumentando no Brasil e no mundo. Possui no Brasil desde o ano de 2005 a Liga Feminina de Futsal, que possibilitou um reconhecimento internacional da seleção feminina ao participar e ganhar o campeonato Sul-América realizado no Brasil e no Equador no ano de 2007 (CBFS, 2015).

Embora as mulheres estejam conquistando seus espaços e fazendo história no esporte, os preconceitos e estereótipos que cercam a sua prática principalmente nos esportes masculinizados como o futebol, atingem um nível muito grande, a ponto de associar sua imagem com a homossexualidade ou a perigos do choque da bola com a saúde reprodutiva (GOELLNER, 2005). Vale ressaltar que o esporte está inserido dentro de uma sociedade com costumes e práticas particulares que contribuem direta ou indiretamente para o entendimento e direcionamento do espaço da mulher, ditando normas e regras a serem seguidas por elas.

Estabelecer as relações existentes entre a história do futebol feminino em Guanambi e a sua própria história social dentro da relação com o campo esportivo e com a presença da mulher nos espaços entendidos como masculinos, permite uma discussão que ultrapassa o recorte da prática esportiva e atinge significados mais abrangentes. Assim, haverá possibilidade de refletir sobre a construção da memória da cidade relacionada ao espaço destinado a mulher ao longo do período que será estudado, que abrange desde os anos 70 até os dias de hoje.

Estudar a memória do futebol feminino de Guanambi ultrapassa sua prática em si, pois existem inúmeras questões ligadas ao papel e ao espaço conquistado pelas mulheres da sociedade e as relações de poder existentes entre elas e o sexo masculino.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos este estudo se baseia na metodologia da

história oral, que segundo Portelli (1997), busca investigações através de conversas de pessoas sobre suas experiências e memórias individuais. Assim, a História Oral permite aos pesquisadores enriquecerem suas experiências diante as entrevistas realizadas, pois cada indivíduo apresenta algo novo diante do objeto pesquisado. Este tipo de estudo exige que o pesquisador se baseie na ética, pois, o compromisso com a honestidade significa respeito pessoal e intelectual com quem estamos trabalhando e com o material coletado (PORTELLI, 1997).

Dentre os instrumentos para coleta de dados terá a entrevista oral realizada individualmente, que será registrada por um gravador de voz no intuito de captar todos os detalhes dos depoimentos prestados. Este instrumento de coleta de dados "favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade" além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 2007, p. 152). A entrevista proporcionará a coleta de opiniões e relatos de experiência, mediante temas como preconceitos, sexualidade, incentivos, práticas corporais e esportes.

Outro instrumento que será utilizado são os documentos presentes nas sedes dos primeiros ginásios esportivos, instituições educacionais, arquivos públicos e instituições públicas que dispuserem de elementos históricos que sejam úteis para a pesquisa. Este instrumento permitirá a coleta de informações primárias, como nomes das primeiras atletas, primeiros treinadores ou treinadoras e equipes que elas atuavam.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por se tratar de um trabalho em processo de desenvolvimento o levantamento das fontes ainda se encontram em fases iniciais e os dados encontrados ainda estão superficiais em relação ao que é proposto pelo objetivo da pesquisa. Segue algumas impressões obtidas nesse primeiro momento com base em duas primeiras entrevistas realizadas.

Maria Aparecida, ou Cida como era chamada pelas colegas de time, é natural de Guanambi e foi uma peça fundamental para compor o time da época. Carregava a camisa de número 10 e era considerada pelas colegas de time e pela torcida como a versão feminina de Zico, ex-jogador da seleção masculina de futebol e que na época recebia grandes premiações devido sua atuação em campo. Durante sua fala foi possível notar que em alguns momentos seu tom de voz mudava, uma entonação de empolgação tomava conta de si, sobretudo ao narrar situações de dribles em campo. Os olhos brilhavam e o sorriso tomava conta do rosto ao relembrar o quanto era aclamada pelas pessoas que assistiam aos jogos. Foi possível perceber através do seu olhar quanta alegria o futebol lhe proporcionou.

A depoente afirma que o amor pelos esportes sempre esteve presente na sua vida desde a infância quando brincava na rua com os irmãos e amigos. Revela ainda a grande

influência da disciplina de Educação Física escolar para o surgimento e permanência dos esportes na cidade, inclusive do futebol feminino. Assim como as outras participantes que foram entrevistadas, Cida fez alusões as aulas de Educação Física da época e aos professores, que segundo elas eram grandes incentivadores da presença feminina em todos os esportes. A partir daí pude notar a importância desses sujeitos que de certa forma também contribuíram para a história do esporte e do futebol feminino em Guanambi.

A segunda participante a ser entrevistada foi Rogéria Pereira dos Santos, nascida e criada em Guanambi Rogéria era uma das jogadoras que tomavam a frente do time. Por não terem apoio financeiro de nenhum órgão público cabiam ao próprio time percorrer as ruas do comércio em busca de patrocínios e colaborações, essa era uma das atividades de Rogéria, já que ela se destacava por ser muito comunicativa.

Rogéria relembra algumas expressões utilizadas na época e repreendidas pela sociedade. Uma dessas expressões era "mata a bola no peito", ação realizada no futebol masculino em que os jogadores da posição de defesa em campo arrematavam em seus peitos as bolas que vinham altas e eram chutadas na direção do gol. Segundo Rogéria, as pessoas questionavam o fato delas serem mulheres e em um desses momentos acabarem machucando seus seios devido a velocidade e intensidade da bola.

Criada somente pela mãe, a depoente relata que em toda infância, assim como na adolescência sempre esteve ligada aos esportes, relembra de situações em que juntamente com suas irmãs e seu irmão faziam bolas de meia para brincarem de futebol no quintal de casa. Por crescer jogando com seus irmãos em casa e na rua, quando chega ao colegial se torna destaque entre os praticantes de esportes como handebol, basquete e atletismo. Relata que estava sempre entre as pessoas mais disputadas para os times.

Ao serem questionadas sobre as relações existentes entre o contexto social em que viviam e a presença de preconceitos em relação ao sexo ou ao fato do futebol ser destinado aos homens elas relatam que na época não se falavam em lésbicas, gays ou homossexuais. No entanto, é possível notar em algumas falas que haviam preconceitos referentes a figura da mulher naquele período. A associação da mulher ao sexo frágil, a questão de o corpo feminino ser preservado a maternidade e a traços delicados, os quais não estariam presentes na figura da mulher futebolista, que caia, ralava os joelhos e fraturavam membros na disputa pela posse de bola em campo.

A figura da mulher era relacionada a traços delicados, de beleza, graça e harmonia, enquanto o futebol representava o contato físico e a brutalidade que instigava a masculinidade em seus praticantes (GOELLNER e KESSLER, 2018). Segundo as autoras, embora dentre muitos empecilhos da época, algumas poucas mulheres desafiaram a imposição social e transgrediram valores hegemônicos, conseguindo adentrar ao meio esportivo do futebol.

No ano de 1965 foi decretado oficialmente por meio de legislações a proibição da prática feminina de lutas de quaisquer naturezas, inclusive o futebol, que só foi liberado a prática no final do ano de 1970, período em que surgiram os movimentos sindicais e

feministas (GOELLNER e KESSLER, 2018). Embora a prática do futebol seja liberada novamente, desde então as mulheres brasileiras não conseguem reconhecimento, mesmo conquistando todo mérito possível nas competições nacionais e internacionais como afirmam Goellner e Kessler (2018).

Em suas falas as depoentes afirmam que um dos principais problemas enfrentados pelo time era a falta de incentivos financeiros que contribuíssem para a participação nos torneios que tinham na época. Sobre esta discussão, vale ressaltar o quanto esse espaço esportivo está inserido em um universo de consumos que se constituem sistemas capazes de manipular seus próprios lucros das suas próprias maneiras (BOURDIEU, 1990). Ou seja, na prática esportiva masculina já existente na cidade na mesma época havia incentivos financeiros por parte de instituições públicas, no entanto, para o time feminino não era visto as mesmas condições.

Sobre as discussões envolvendo o meio esportivo, e nele se insere o futebol, Bourdieu (1990), afirma que enquanto um sistema de consumos ele não pode ser desvinculado de outras formas de lazer, ou até mesmo do sistema de oferta e procura. Ele sempre vai servir a maiores interesses, que para uma sociedade marcada por costumes conservadores de caráter machista, não serão direcionados às mulheres.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate de questões que englobam a participação da mulher em espaços culturalmente masculinos se torna uma forma de reconhecimento dessa parcela da sociedade que a tempos vem lutando para conquistar seus direitos perante ela. Embora existam legislações que garantem teoricamente a igualdade de gênero, o que é visto na prática é um sistema de manipulação de ideias e concepções que mascaram a sua prática efetiva.

A participação dessas mulheres no futebol, um esporte culturalmente definido pela sociedade como prática masculina, torna-se uma afronta aos poderes sociais hegemônicos que tentam manipular o espaço e o lugar das mulheres. É importante que a trajetória histórica e de vida das mulheres sejam debatidas, reconhecidas e valorizadas, só assim é possível construir aspectos sociais igualitários.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.). **Fontes Orais**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: Bourdieu, Pierre: **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO. **O esporte da bola pesada que virou uma paixão**. Disponível em: <http://www.cbfs.com.br/2009/cbfs/origem.php> Acesso em: 30 abr. 2015.

CRUZ, M. M. S.; BAROSA NETO, J. N.; SANTOS, F. K. S.; LESSA, F. J. O futebol feminino em Guanambi: realidade vestida de preconceito**. Unimontes Científica**, Montes Claros, v.10, n.1/2 – jan./ dez. 2008.

GOELLNER, S. V. **Mulher e Esporte no Brasil**: entre incentivos e interdições elas fazem história**.** Pensar a Prática. v.8, n. 1: p. 85-100, Jan./Jun. 2005.

GOELLNER, S. V**.**; KESSLER, C. S. . A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: ressaltar o protagonismo para visibilizar a modalidade. **Revista USP**, p. 31-38, 2018.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. São Paulo: Projeto História, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n° 2, p.71-99, jul./dez. 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o originai em inglês.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Fontes orais:

- Maria Aparecida da Silva Neves, entrevistada em 29 de janeiro de 2020 na cidade de Guanambi-Ba.
- Rogéria Pereira dos santos, entrevistada em 10 de fevereiro de 2020 na cidade de Guanambi-Ba.

CAPÍTULO 22

SÃO JERÔNIMO: BREVE HAGIOGRAFIA

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 21/05/2021

Maria Cristina da Silva Martins
Prof.ª Dr.ª do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras, UFRGS
Porto Alegre – RS
http://lattes.cnpq.br/5386443181433182

RESUMO: Eusebius Sophronius Hieronymus é conhecido especialmente por ter feito a tradução da Bíblia adotada pela Igreja Católica, a Vulgata. Sua importância, porém, reside muito além dessa tradução e dos estudos interpretativos sobre seu conteúdo. São Jerônimo legou-nos um trabalho intelectual produzido durante mais de quarenta anos – o que o faz patrono dos tradutores, bibliotecários e enciclopedistas. Conforme registrado no *Corpus Iuris Canonici*, em 20 de setembro de 1295 o papa Bonifácio VIII conferiu-lhe o título de Doutor da Igreja. Durante o Renascimento, a arte pictórica de Albrecht Dürer, Leonardo da Vinci, Bernardino Luini, Domenico Ghirlandaio, entre outros, mostra Jerônimo como santo de duas maneiras: em algumas representações, é um estudioso, sereno, amante dos livros; em outras, uma pessoa atormentada, sofrida. Nessas condutas de vida antagônicas, o modo de vida penitente e monacal enfatiza a humildade necessária para se entrar em comunhão com Cristo, ao passo que o estilo de vida intelectual confere a sabedoria necessária para a tradução e interpretação de uma obra sagrada. Por essas duas atuações, São Jerônimo foi considerado santo. Baseando-nos na própria produção literária que retrata sua trajetória de vida, bem como em algumas obras atuais, buscaremos mostrar e interpretar quais foram os elementos primordiais que levaram ao culto de Jerônimo como santo, ocorrido no Renascimento: se pelo aspecto de monge asceta ou de intelectual que traduziu e interpretou a palavra de Deus.

PALAVRAS-CHAVE: São Jerônimo, hagiografia, iconografia, catolicismo.

SAINT JEROME: A SHORT HAGIOGRAPHY

ABSTRACT: Eusebius Sophronius Hieronymus is known especially for having made the translation of the Bible adopted by the Catholic Church, the Vulgate. Its importance, however, lies far beyond this translation and interpretive studies on its content. Jerome bequeathed us an intellectual work produced for more than forty years - which makes him the patron of translators, librarians and encyclopedists. As recorded in the Corpus Iuris Canonici, on September 20, 1295 Pope Boniface VIII conferred him the title of Doctor of the Church. During the Renaissance, the pictorial art of Albrecht Dürer, Leonardo da Vinci, Bernardino Luini, Domenico Ghirlandaio, among others, shows Jerônimo as a saint in two ways: in some representations, he is a scholar, serene, a lover of books; in others, a tormented, suffering person. In these antagonistic ways of life, the penitent and monastic way of life emphasizes the humility necessary to enter into communion

with Christ, while the intellectual lifestyle gives the necessary wisdom for the translation and interpretation of a sacred work. For these two performances, Jerome was considered a saint. Based on the literary production itself that portrays his life trajectory, as well as on some current works, we will seek to show and interpret what were the primordial elements that led to the cult of Jerome as a saint, which occurred in the Renaissance: whether by the aspect of an ascetic monk or intellectual who translated and interpreted the word of God.
KEYWORDS: Saint Jerome, hagiography, iconography, catholicism.

1 I INTRODUÇÃO

São Jerônimo – cujo nome em latim, *Hieronymus,* deriva do grego e significa "devoto" ou "de nome sagrado" – nasceu em Estridão, na Dalmácia, entre 345 e 347, e morreu em 419 ou 420. Sabe-se que sua cidade foi destruída pelos godos em 379 e que se situava próxima ao porto comercial de Aquileia, também posto militar e administrativo do Império Romano. Numa obra intitulada *Os homens ilustres*, pequeno catálogo com 135 notas bibliográficas consagradas majoritariamente a escritores cristãos, sendo a última sobre ele mesmo, lê-se: "Jerônimo, filho de Eusébio, da cidade de Estridão, destruída pelos godos, outrora situou-se na fronteira entre a Dalmácia e a Panônia"[1]. Numa de suas cartas, diz que sua pátria, dada a rusticidade nacional, "Deus era o ventre"[2].

Em 20 de setembro de 1295, o papa Bonifácio VIII[3] conferiu a São Jerônimo o título de Doutor da Igreja, ao lado do papa São Gregório Magno e dos bispos Santo Ambrósio e Santo Agostinho. Nasceu em uma família cristã, de pais cristãos, como ele próprio menciona no *Prologus sancti Hieronymi in libro Iob*[4], embora tenha sido batizado apenas aos 21 anos, conforme o costume da época. Começou a vivenciar de fato o cristianismo quando foi a Roma para estudar. Nessa cidade esteve dos 12 aos 16 anos, como discípulo do gramático Élio Donato. Lá ele costumava frequentar as catacumbas dos mártires com seus colegas de escola (*Com. Ez.* 40, 5), nomeadamente Pamáquio, oriundo de uma rica família romana e que viria a ser o primeiro senador cristão, e Heliodoro e Rufino, ambos originários de cidades do Vêneto.

Ao enviá-lo a Roma, seu pai pretendia possibilitar-lhe um bom emprego futuro, sabendo que, com o treinamento em oratória e debates, tal como era usual na época, estaria preparado para a advocacia e para o serviço civil, isto é, para a carreira pública.

A educação que Jerônimo recebeu foi estritamente literária e romana: não aprendeu quase nada de grego, como ele próprio assume em algumas de suas cartas (*Ep*. 50,1; *Ep*. 52,8; *Ep*. 84,3), dizendo que o estudou bem mais tarde, com Gregório de Nazianzeno, em

1 *Hieronymus, patre Eusebio natus, oppido Stridonis, quod, a Gothis eversum, Dalmatiae quondam Pannoniaeque confinium fuit* (**Vir. Ill**. 135). Alguns consideram Estridão como sendo a atual cidade de Liubliana, na Eslovênia (MARAVAL, 1998, p. 7), embora haja uma disputa entre a Eslovênia e a Croácia nessa questão. A respeito da importância atual e da trajetória histórica do santo na região da Croácia de hoje, ver IVIĆ, 2016.

2 *Epistula*, 7, 5: *In mea enim patria rusticitatis uernacula deus uenter est* (JÉRÔME, Saint. **Correspondance.** Tome I: Lettres I-XXII. Texte établi et traduit par J. Labourt. Paris: Les Belles Lettres, 2003, p. 24.

3 **Corpus iuris canonici**, ed. E. Friedburg (Leipzig, 1879–81), vol. 2, p. 1059. Apud CAIN (2006).

4 **Biblia Sacra iuxta Vulgatam uersionem.** Editio quinta. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2007, p. 732.

Constantinopla, preparando-se para a grande obra de sua vida, a tradução da Bíblia. Sua educação romana, essencialmente clássica e pagã, influenciou-o durante toda a vida, fato a que, repetidas vezes, ele alude em suas epístolas, culpando-se. Ademais, tudo o que dizia respeito à vida mundana e citadina, segundo Jerônimo, era incompatível com uma postura legitimamente cristã: *quicumque in ciuitate sunt, Christiani non sunt* "todos aqueles que estão na cidade não são cristãos" (*Ep.* 14, 6). Desde a mais remota antiguidade, a vida urbana expressava o que era civilizado por oposição ao que era selvagem, rústico e bárbaro. Jerônimo inverteu esses valores tradicionais de modo bastante assertivo.

Jerônimo é mais conhecido entre nós por ser responsável pela tradução da Bíblia, mais tarde adotada como edição canônica da Igreja Católica, a *Vulgata*. Porém, sua importância estende-se muito além dessa tradução e dos estudos interpretativos sobre seu conteúdo. São Jerônimo legou-nos um trabalho intelectual desenvolvido ao longo de mais de quarenta anos, o que o tornou patrono dos enciclopedistas, bibliotecários e tradutores[5].

2 I SÃO JERÔNIMO NA IDADE MÉDIA E NO RENASCIMENTO

Durante o Renascimento, a arte pictórica de Jan van Eyck, Albrecht Dürer, Leonardo da Vinci, Bernardino Luini, Domenico Ghirlandaio, Tiziano, entre outros, mostra Jerônimo como santo de duas maneiras: em algumas representações, é um estudioso, sereno, amante dos livros; em outras, Jerônimo é uma pessoa atormentada, sofrida, um pecador[6]. Nessas condutas de vida antagônicas, o modo de vida penitente e monacal enfatiza a humildade necessária para se entrar em comunhão com Cristo, ao passo que o estilo de vida intelectual confere a sabedoria necessária para a tradução e interpretação de uma obra sagrada. São Jerônimo foi retratado como santo ora com uma, ora com outra dessas características. Neste artigo, retomaremos os elementos primordiais que levaram ao culto de Jerônimo como santo, ocorrido no Renascimento, que são, por um lado, a faceta de sua personalidade de monge asceta e, por outro, a de letrado.

Na Idade Média, os cristãos puseram-se a desvendar a vida de Jerônimo e construíram a sua imagem de santo pela leitura de biografias redigidas entre os séculos VIII e XIII. As duas primeiras, escritas independentemente uma da outra e por autores anônimos, datam possivelmente dos séculos VIII e IX, e ficaram conhecidas pelas duas primeiras palavras de seu título: *Hieronymus noster* e *Plerosque nimirum*[7].

Em meados do século XII, Nicolò Maniacoria escreveu *Vita sancti Hieronymi collecta ex tractatibus eius ac sanctorum Augustini, Damasi, Gregorii, Gelasii, et aliorum patrum sanctorum* "Vida de São Jerônimo extraída a partir de seus tratados e dos santos Agostinho, Dâmaso, Gregório, Gelásio e de outros padres (Pais da Igreja) santos". No século XIII,

---

5 Para outras informações sobre as obras de São Jerônimo, ver MARTINS (2017; 2018; 2020, a,b).

6 Ver RICE (1988).

7 *PL* 22: 175-184; 201-214, ed. J. P. Migne. Para uma discussão das fontes dessas duas obras e a sua influência nas biografias subsequentes de São Jerônimo, ver RICE *(*1988, p. 23-48).

surgiu uma notícia sobre São Jerônimo na obra *Speculum historiale* do enciclopedista Vincent de Beauvais, que incorporava muitas passagens das obras de Jerônimo. Por último, o arcebispo de Gênova, Jacopo da Varazze (também conhecido como Jacobus de Voragine), incluiu a vida de São Jerônimo no livro *Legenda sanctorum,* de cerca de 1260. Esse livro – conhecido posteriormente como *Legenda aurea* – foi enormemente copiado, como o comprovam os mais de 500 manuscritos que chegaram até nós. Além disso, as inúmeras reproduções, que ultrapassam 150, editadas no primeiro século após a invenção da imprensa, dão testemunho de sua popularidade (RICE, 1988, p. 23).

A carta 22 (*Ep.* 22), de 384, escrita durante sua segunda estadia em Roma, é o mais influente dos escritos de São Jerônimo sobre si mesmo. Essa carta fomentou a construção de sua imagem tanto literária quanto iconográfica como santo. No parágrafo 30 dessa carta, encontra-se o famoso sonho de São Jerônimo, durante uma noite em que ardia em febre, no qual Deus o acusa de ser ciceroniano e não cristão. O sonho descreve açoites e torturas que lhe foram infligidas e que para ele foram tão reais que, quando acordou, ainda sentia as chagas no seu corpo. Eis o trecho do sonho (*Ep*. 22, 30):

> "Há muitos anos, casa, pais, irmã, parentes e – o que é mais difícil –, o hábito da boa mesa, de tudo isso eu me castrara pelo reino dos céus e ia a Jerusalém para ser soldado de Cristo. Mas da biblioteca que formei em Roma com muito cuidado e sofrimento, não pude abster-me. Assim, infeliz que era, jejuava para em seguida ler Cícero. Após muitas noites de vigília, após as lágrimas que a lembrança dos meus pecados passados arrancava do mais profundo das minhas entranhas, era Plauto que eu pegava em mãos. Se por ventura, refletindo, punha-me a ler um profeta, esta linguagem sem elegância fazia-me horror, e porque eu não via a luz com meus olhos cegos, pensava que a culpa não era dos olhos, mas do sol.
>
> Enquanto a antiga serpente troçava assim de mim, por volta de meados da quaresma, a febre penetrou nas medulas do meu corpo esgotado, e sem nenhuma trégua – coisa incrível a dizer –, ela consumiu a tal ponto meus pobres membros que eu mal me aguentava em meus ossos. Enquanto isso, preparavam meu funeral; o calor vital da minha alma só palpitava ainda num pequenino canto morno do meu peito, pois todo o meu corpo já estava frio. De repente, encantado em espírito, fui levado ao tribunal do juiz. A luz era tamanha, tamanho o brilho da gloria dos que o rodeavam que, jogado ao chão, eu não ousava olhar para o alto. Interrogado sobre minha condição, respondi que era cristão. Mas aquele que presidia disse: "Tu mentes, és ciceroniano, não cristão; onde está o teu tesouro aí estará também teu coração" (Mt 6,21). De imediato me calei, e sob os golpes (pois ele ordenara que me batessem), eu estava ainda mais torturado pelo ardor da minha consciência, repetindo-me: "Mas no inferno, quem te louvará?" (Sl 6,6). Contudo, eu me pus a gritar e a dizer gemendo: "Tem piedade de mim, Senhor, tem piedade de mim" (Sl 56,2). Estas palavras ecoavam entre os golpes de chicote. Enfim os assistentes, prosternados aos joelhos do presidente, rogaram-lhe que concedesse o perdão à minha juventude, para que a oportunidade da penitência fosse concedida ao meu erro; o castigo seria levado ao seu termo se um dia eu lesse livros de literatura pagã. Eu que, preso numa tal situação, queria prometer mais ainda, pus-me a jurar e a dizer, tomando seu nome

> por testemunho: "Senhor, se um dia eu possuir obras profanas, se as ler, é porque te terei renegado!" Sob esse juramento, fui solto e subi à Terra; para a surpresa de todos, abro os olhos tão banhados de lágrimas que convenciam da minha dor mesmo os incrédulos. E não foi um sono ou um desses sonhos vãos que muitas vezes nos iludem. Testemunha é o tribunal diante do qual eu era ouvido, testemunha o julgamento que me fez tremer – possa eu jamais sofrer um tal interrogatório! Eu tinha os ombros todos roxos e senti as chagas ao despertar. Depois, li livros divinos com tanto zelo como tinha até então pelos livros humanos." [8]

Essa epístola, de fato um tratado, tem como propósito central a defesa da virgindade, primeira etapa da vida ascética. Foi dedicada à filha de Paula, Eustóquia, a quem Jerônimo aconselha vigilância sobre os instintos, sobriedade, leitura, prece e contemplação – orientações de conduta longamente desenvolvidas e apoiadas em citações bíblicas.

A carta descreve ainda a vivência eremítica que irá, posteriormente, inspirar os artistas renascentistas. Trata-se de um retrato do deserto, burilado através de sua experiência ascética: a solidão, o sol ardente, a sujeira, a pobreza, a escassez e má qualidade da comida e bebida, os andrajos, a doença, as autoflagelações e os próprios pensamentos torturantes. Por outro lado, enquanto jejuava, recordava as vontades e desejos do seu corpo, quando participara das festas de Roma e via mulheres a dançar. Nessa carta, podemos perceber ainda outra face de São Jerônimo: a de homem que se sentia culpado por ler a literatura pagã e por se considerar pecador e pouco cristão. As práticas ascéticas, os jejuns, as meditações e as vigílias entregues à leitura e à escrita foram fundamentais para as conquistas posteriores de São Jerônimo. O ambiente por ele descrito e todos os tormentos pelos quais passou foram explorados ao extremo na literatura que sobre ele foi circulando, especialmente a declaração contida no parágrafo 7 da carta 22:

> "Naquela vasta solidão do deserto, abrasada por um sol de justiça, que servia de vaporoso alojamento para os monges, quantas vezes me imaginei mergulhado nos prazeres de Roma. Vivia isolado e sem comodidade. Uma tosca lã cobria meus membros magros e debilitados. A minha grossa pele enegrecida parecia a de um etíope. Eu passava o dia entre lágrimas e suspiros. Quando, contra a minha vontade, era vencido pelo sono, eu acomodava meus frouxos ossos no próprio chão. Prefiro não falar com detalhes da comida e da bebida, pois ali se considerava um luxo todo alimento cozido, não havendo senão água fresca para os monges que adoeciam." [9]

A carta a Eustóquia é bem demonstrativa das dificuldades reais e das provas mentais que o santo teve de superar para viver o seu ideal monástico. Esse período foi essencial para a construção da sua imagem de santo penitente por determinadas razões: pela rejeição dos bens materiais e minimização das necessidades básicas, que eram, para ele, um caminho para a salvação; pela associação que era feita da sua vivência no deserto com a vida de Cristo, ao escolher seguir e enaltecer as virtudes da pobreza, da castidade

8 Apud MARAVAL (1998, p.19-20).
9 Apud MORENO (1986, p.31-32).

e da humildade; e pela redenção dos pecados que cometera enquanto jovem ao optar pelo ascetismo.

É importante assinalar, no entanto, que os dias no deserto não foram dias ociosos; pelo contrário, foram cheios de trabalho e carregados de reflexão. São Jerônimo tinha levado consigo a sua biblioteca e é provável que tenha interagido, durante algum tempo, com anacoretas sírios, dispersos por aquele lugar (RICE, 1988, p. 11). Convém registrar que ele mesmo, nas cartas que escreveu no deserto (*Epp.* 5-13 e 15-17), descreve um estado de espírito atormentado e frustrado, por sentir-se abandonado pelos seus amigos, com destaque para o papa Dâmaso, a quem dirigiu uma missiva (*Ep*. 15), que nunca lhe foi respondida. Jerônimo perguntava ao papa que atitude deveria tomar e qual deveria ser a sua filiação em relação ao grande cisma do Oriente.

Jerônimo, nessas missivas, faz sua autopromoção como monge asceta, humilde, virtuoso e cheio de sabedoria, pronto a ser acolhido pelo patrocínio de altas damas da sociedade romana, o que de fato acontecerá quando ele voltar a Roma, em 382, regressando de Constantinopla (CAIN, 2009). A propaganda de si mesmo, nos moldes em que Jerônimo a torna pública, já havia sido adotada por Plínio, o Jovem, na primeira década do século II. Plínio escreveu várias epístolas compondo um *corpus* que, sem dúvida, tinha em mente deixar para a posteridade. Posteriormente, Santo Ambrósio, de 395 a 397, seguirá de igual forma os passos de Plínio e, através de suas cartas, revelará toda a influência que Jerônimo exerceu sobre os seus amigos, sobre os líderes espirituais da Igreja e, inclusive, sobre imperadores, com o intuito de reforçar a sua autoridade política e religiosa e, bem assim, de se autopromover[10].

Em contraste com as vicissitudes da dura vida de asceta experimentada pelo santo no deserto, descrita na carta 22, Jerônimo relembra muitos anos mais tarde, em Belém, na carta 125, escrita em 411, os seus esforços para aprender hebraico:

> Quando era jovem e rodeado como um muro pelos desertos da solidão, eu não podia suportar os assaltos dos vícios e do ardor da minha natureza; por mais que tivesse tentado quebrá-los por jejuns repetidos, meu espírito não cessava de borbulhar em pensamentos. Para domá-los, coloquei-me sob a direção de um irmão convertido do judaísmo para aprender o alfabeto (hebraico) e praticar, depois das finuras de Quintiliano, da abundância de Cícero, da gravidade de Frontão, da doçura de Plínio, palavras sibilantes e ofegantes. Quanto cansaço assumi então, quantas dificuldades experimentei, quantas vezes me desesperei, quantas vezes parei, depois recomecei por vontade de aprender. Minha consciência me é testemunha, a minha que sofreu, e a dos que viviam comigo! (*Ep*. 125, 12)[11]

Para além do que São Jerônimo redigiu sobre si mesmo em sua obra e do que ficou registrado nas primeiras biografias supracitadas, um conjunto de autores escreveu sobre o seu caráter, enaltecendo sempre as suas qualidades: Santo Agostinho (354-430), Sulpício

10 LIEBESCHUETZ (2004, p. 95-107).
11 Apud MARAVAL (1998, p. 23).

Severo (c. 363 – c.425), Cassiano (c. 360 – 435), Próspero de Aquitânia (c. 390 – c. 455), Cassiodoro (c. 485 – c. 580), Gregório Magno (c. 540 – 604), Isidoro de Sevilha (c. 560 – 636), Conde Marcelino (meados do séc. VI).

No entanto, faltavam informações sobre as circunstâncias da morte de São Jerônimo. Assim, no início do século XIV, surgiram cartas atribuídas a Santo Agostinho, São Cirilo de Jerusalém e Eusébio de Cremona que preencheram algumas dessas lacunas (RICE, 1988, p.30). Antes dessas cartas forjadas, o autor de *Hieronimus noster* já havia acrescentado na biografia de São Jerônimo detalhes, no mínimo curiosos, sobre os derradeiros minutos de São Jerônimo: "ele estava tão fraco no fim que agarrou uma corda suspensa de uma trava do teto e usou-a para se erguer da cama de forma a participar o máximo que podia no ofício monástico[12]". Maniacoria, por sua vez, no século XII, em *Vita Hieronymi*, chegou mesmo a complementar a construção desta ficção, isto é, da morte Jerônimo, como ocorrendo num momento do dia muito particular e carregado de significado: o pôr do sol[13]. Todos esses detalhes concorrem, de forma inequívoca e indelével, para enaltecer o caráter e fervor místico-religioso jeronimiano, possibilitando a construção da sua santidade. Há testemunhos populares que dão conta que as relíquias[14] de São Jerônimo também adquiriram capacidades e poderes milagrosos, próprios do atributo de santo. A tradição fez-nos chegar alguns desses prodígios.

Antes do seu enterro em Belém, um cego, aleijado e mudo, readquiriu as suas faculdades ao tocar no seu corpo[15]. De acordo com Pseudo-Cirilo, Eusébio de Cremona fez ressuscitar três homens, estendendo sobre eles o manto de São Jerônimo. Além disso, o nome do santo investia-se de poderes mágicos. Àqueles que estavam em perigo, bastava invocar o seu nome para que ele viesse em socorro dos que o chamavam. Outro testemunho faz referência ao fato de que, pouco tempo depois da morte de Jerônimo, dois jovens romanos, a caminho de Belém para venerar as relíquias do santo, foram impedidos de prosseguir em direção a Constantinopla, injustamente acusados de algum crime e condenados à morte. Os jovens clamaram pela ajuda do santo. No momento em que estavam prestes a ser decapitados, os seus pescoços tornaram-se tão duros como uma rocha. Uma vez que essa pena não surtiu efeito, os executores tentaram queimar os jovens, mas estes permaneceram sãos e salvos. Quando novamente os carrascos tentaram enforcá-los, o próprio Jerônimo surgiu, retirando a corda para livrá-los da morte. Por fim, sem atingirem os seus intentos, o juiz, os executores, os expectadores e os próprios jovens acusados deram graças ao criador e ao glorioso Jerônimo[16].

12 *PL* 22: 183.
13 *PL* 22: 200.
14 O termo "relíquia" (λείψανα, *reliquiae)* significa "o que foi deixado para trás". As relíquias representam os restos do passado, de um acontecimento ou de um personagem que carregam em si um testemunho e permitem evocar a sua lembrança. Quase sempre a partir da veneração das relíquias criam-se os santos e os lugares de culto (MARAVAL, 2004, p. 183-224; 233-237). Ver ainda RICE (1988, p. 63).
15 *Ep. Ps.-Eusebii,* 54; *PL* 22: 276-277.
16 *Ep. Ps.-Cyrili,* 2-3*; PL* 290-292. Para mais detalhes, ver RICE (1988, p. 59).

A imagem de Jerônimo foi considerada tão poderosa quanto o seu nome. Ao nível iconográfico, e referimo-nos em particular à pintura e à gravura, Jerônimo é apresentado, com maior frequência, de duas maneiras: como estudioso e como penitente. Essas são as fórmulas-chave, sendo que outros modos de representação se limitam a composições ou variações sobre esses temas.

O motivo de Jerônimo estudioso já se encontra com alguma regularidade nas miniaturas carolíngias onde o santo é desenhado, num espaço interior, em atitude de escrever, ditar, enviar ou entregar livros[17]. A imagem de São Jerônimo como penitente começa a ser habitual a partir de 1400, na qual o santo nos é representado numa paisagem desértica, montanhosa, rochosa, ou num bosque sombrio, venerando o crucifixo e golpeando o peito com uma pedra[18].

Um dos elementos figurativos mais impressivos que acompanham o programa iconográfico jeronimiano é a imagem de um animal selvagem: o leão. Foi enquanto residiu em Belém, na segunda fase da sua carreira monástica, que supostamente se terá dado o seu encontro com o leão[19]. Aliás, logo no séc. V, atribui-se a São Jerônimo as características desse animal por defender a pureza da fé contra os heréticos com um coração de leão e rugidos leoninos[20]. Essa história lendária do miraculoso encontro do santo com o leão é relatada na obra anônima, referida anteriormente, *Plerosque nimirum.* A fonte para essa história é uma outra praticamente idêntica contada sobre São Gerásimo, um abade da Palestina contemporâneo de Jerônimo – João Mosco (c. 550 - 619) – na sua coleção de vidas dos padres do deserto, datada do séc. VII, *Pratum spirituale*[21].

A história de São Jerônimo e do leão foi largamente difundida na Idade Média Tardia graças à sua inclusão em dois livros, a que aludimos de forma breve anteriormente: *Speculum historiale*, de Vincent de Beauvois (1184/1194-1264), narrativa concluída em 1244, sobre a história da humanidade até a época do autor; e a *Legenda aurea,* colectânea de narrativas hagiográficas, de cerca de 1260, reunidas pelo dominicano Jacopo de Voragine (1226-1298).

Para além da Família Sagrada e de São João, a figura de Jerônimo foi largamente difundida nas artes visuais e a popularidade da sua história não se confinou a registros literários. A iconografia do santo deriva diretamente da tradição escrita e a sua imagem decorre da que São Jerônimo "desenhou" para si mesmo nos seus escritos. Na realidade, ainda que diferentes episódios da sua biografia tenham sido registrados pictoricamente nos

---

17 A representação iconográfica mais antiga de São Jerônimo está em um manuscrito de suas cartas, do séc. VIII, copiado na abadia de Corbie.

18 MORENO (1992, p. 195-199); WILLIAMS (2006, p. 1-5).

19 SALTER (2001, p. 11).

20 BARÔNIO. *Annales ecclesiastici,* ad. 420, XLIX (Lucca, Leonardus Venturinus, 1741, 7: 231, col. 1).

21 Para a história do leão, ver *Plerosque nimirum*, 209 e sgs. Ver igualmente "Vita Abbatis Gerasimi". In: *Patrum spirituale. PL* 74: 172-174. Rice considera que a história de São Gerásimo e do leão ficou intrinsecamente conectada com a de São Jerônimo no séc. VII, após as invasões árabes terem compelido muitos monges gregos, que viviam no deserto do Oriente Médio, a procurarem refúgio em Roma. Rice argumenta que foi a similitude entre os nomes Gerasimus e Geronimus – este último a forma latina tardia do nome Jerônimo. Ver RICE (1988, p. 44-45); SALTER (2001, p.12).

séculos XIV a XVI, o Doutor da Igreja era representado sobretudo com vestes de cardeal e sentado na cadeira a estudar (ou numa pedra no deserto), ou retirando um espinho da pata de um leão, ou lendo um livro com o leão deitado serenamente a seus pés.[22]

É a Giovanni d' Andrea (1270-1348), renomado professor de Leis e Direito Canônico da Universidade de Bolonha, conhecido entre os seus contemporâneos como *iuris canonici fons et turba*, que são atribuídos os créditos pela introdução da tradição pictórica do motivo do leão, nas artes visuais, combinando-o com as imagens do santo como letrado e teólogo; primeiro através de pinturas na fachada da sua casa em Bolonha, seguidas de versos explanatórios, e, em segundo lugar, ao promover a construção e consagração de igrejas do santo na Itália[23]. No seu livro *Hieronymianus liber* ou *De laudibus de sancti Hieronymi* (1337-1346), uma compilação de textos escritos em louvor de Jerônimo, escreveu:

> Eu também estabeleci o modo como ele devia ser pintado, nomeadamente, sentado numa cadeira, atrás de si o chapéu que os cardeais usam hoje em dia [isto é o chapéu vermelho ou ***galerus ruber***] e a seus pés o leão domesticado; e fiz muitas representações deste tipo inscritas em diversos lugares[24].

A domesticação do leão pode ser encarada como uma metáfora da subjugação do lado bestial da natureza humana. Por outro lado, representa a vitória da razão humana sobre a paixão animalesca, da civilização sobre a barbárie. Numa leitura mais aberta, o espinho que o santo retirou da pata do leão remete-nos para a coroa de espinhos de Cristo, quer esteja espetado na pata do leão, quer cravado na cabeça de Cristo[25].

Fig. 1 – Albrecht Dürer (1471-1528), São *Jerônimo no seu estudo.* 1514. Gravura. Staatliche Kunsthalle, Alemanha

Fig. 2 – Albrecht Dürer (1471-1528), São *Jerônimo no deserto.* c. 1496. Gravura. National Gallery of Art, EUA

22 FRIEDMANN (1980, p. 129).
23 RICE (1988, p. 64-69).
24 Apud RICE (1988, p. 65). A tradução é da nossa responsabilidade.
25 SALTER (2001, p. 22); RICE (1988, p. 39-40).

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da imagem de São Jerônimo reflete a trajetória de sua vida e, extensivamente, o seu legado à humanidade. Pode-se dizer que Jerônimo foi um homem de contradições: o seu lado intelectual encarna a prosperidade, a riqueza, a autoestima e o seu posicionamento firme diante das circunstâncias por ele vividas que exigiam dele opinião sólida na representação de seus interesses e ideias. Revela ainda outras características de personalidade não virtuosas ou positivas para um cristão: foi rancoroso, crítico mordaz, agressivo e injusto com seus inimigos (incluindo antigos amigos, como por exemplo Rufino). Por outro lado, há o São Jerônimo que se julga inferiorizado, fraco, indeciso e sem forças, uma vítima de um estado de espírito de quem se julga longe de Cristo e da perfeição. Jerônimo como um adepto ou um buscador da filosofia asceta procurava obter excelência e harmonia espiritual, através da negação de todos os prazeres carnais ou em geral de todos os prazeres deste mundo.

Nessas condutas de vida antagônicas, o modo de vida ascético, penitente e monacal enfatiza e enaltece a pobreza, a humildade e a castidade. Por outro lado, o trabalho de intelectual precisa mostrar autoridade e segurança, especialmente quando se trata da tradução da Bíblia e de sua exegese. Seja como for, a dualidade faz parte do ser humano, e esse conflito foi muito bem expresso por Williams[26] para quem São Jerônimo não só teve a audácia de fundir as identidades de erudito e de monge, como também chegou a representar a atividade intelectual no mais alto nível.

REFERÊNCIAS

Biblia Sacra iuxta Vulgatam uersionem. Editio quinta. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2007.

CAIN, Andrew. “Vox Clamantis in deserto”. In: Journal of Theological Studies, NS, vol. 57, Pt 2, Oct., 2006. Disponível em: http://jts.oxfordjournals.org. Acessado em 9 de agosto de 2016.

CAIN, Andrew. **The letters of Jerome**: asceticism, biblical exegesis, and the construction of christian authority in Late Antiquity. Oxford/New York: Oxford University Press, 2009.

FRIEDMANN, Herber. **A bestiary for Saint Jerome: animal symbolism in european religious art.** Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1980.

HIERONYMUS. **De Viris Illustribus**. Disponível em: https://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0347-0420,_Hieronymus,_De_Viris_Illustribus_Liber_Ad_Dextrum,_MLT.pdf. Acessado em: 05/05/2021.

HIERONYMUS. **Apologia adversus libros Rufini.** Disponível em: https://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0347-0420,_Hieronymus,_Apologia_Adversus_Libros_Rufini,_MLT.pdf. Acessado em 05/11/2020.

26 WILLIAMS (p.1-15).

IVIĆ, Ines. “The cult of Saint Jerome in Dalmatia in the fifteenth and sixteenth centuries”. MA Thesis in Medieval Studies, Central European University. Budapest: 2016.

JÉRÔME, Saint. **Correspondance.** Tome I: Lettres I-XXII. Texte établi et traduit par J. Labourt. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

LIEBESCHUETZ, John. “The collected letters of Ambrose of Milan: correspondence with contemporaries and with the future”. In: Linda Ellis and Frank Kidner (eds.), *Travel, communication and geography in Late Antiquity: sacred and profane.* Aldershot: 2004.

MARAVAL, P. **Jerônimo:** tradutor da Bíblia. Tradução de **Petite vie de Saint Jérôme**. Paris: Desclée de Brouwer, 1995. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Paulinas, 1998.

MARAVAL, Pierre. **Lieux saints et pèlerinages d’Orient:** histoire et géographie des origines à la conquete arabe. Paris: Les Éditions du Cerf, 2004.

MARTINS, Maria Cristina. “Cultural and linguistics aspects of Saint Jerome’s epistles concerning Antioch, Syria and Constantinople”. In: Dakam’s International Social Sciences Meeting. Istanbul: Dakam, 2017.

MARTINS, Maria Cristina. “A técnica da tradução e da interpretação segundo São Jerônimo”. In: SCHERER; MEDEIROS; OLIVEIRA (Org.). **Linguística de nosso tempo: teorias e práticas** [ebook], Santa Maria: Ed. UFSM, 2018.

MARTINS, Maria Cristina. “Tradução integral e comentada da epístola *Ad Pammachium: de optimo genere interpretandi*”. Translatio, nº.18, 2020. Acessível em: https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/104675. Acesso em 21/05/2021.

MARTINS, Maria Cristina. “A peregrinação de Jerônimo e Paula”. Translatio, nº 20, 2020. Acessível em: https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/109556. Acesso em 21/05/2021.

MIGNE, J.-P. (ed.). **Sancti Eusebii Hieronymi Stridonensis Opera Omnia**. Patrologiae Cursus Completus. Series Latina, Vol. 22. Paris: 1842.

MIGNE, J.-P. (ed.). **Patrologia Latina (opera omnia).** Paris: Garnier, 1842-1855. Diponível em http://www.documentacatholicaomnia.eu/20_40_0347-0420- _Hieronymus,_Sanctus.html. Acesso em 21/05/2021.

MILLER, Patricia C. “The Blazing Body: Ascetic Desire in Jerome’s Letter to Eustochium”. In: Journal of Early Christian Studies 1, 1993, p. 21-45. Acessível em: http://ww3.haverford.edu/religion/courses/221a/Miller,%20The%20Blazing%20Body.pd. Acesso em 21/05/2021.

MORENO, Francisco. **São Jerônimo: a espiritualidade do deserto.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

RICE, Eugene, F. S. **Saint Jerome in the Renaissance.** Baltimore/London: The Johns Hopkins U.P., 1988.

SALTER, David. **Holy and noble beasts**: encounters with animals in medieval literature. Cambridge: D.S. Brewer, 2001.

WILLIAMS, M. **The monk and the book:** *Jerome and the making of Christian scholarship.* Chicago/London: University of Chicago Press, 2006.

CAPÍTULO 23

SOIL SCIENCE: FROM BABYLON TO THE PRESENT

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 06/04/2021

Manuel Teles Oliveira
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Dept. Agronomia
Vila Real, Portugal
ORCID: 0000-0002-0358-4035

ABSTRACT: Soil is a material with unique features and behavior at the interface between the biologic, hydrologic, lithologic, and atmospheric spheres of our planet that plays a vital role in human welfare. The history of soil has been in step with the history of the use of soils to grow plants, a history of agriculture from earlier civilizations to our days. Until the 19th century, no experimentation and testing of theories were conducted and there was no real science. Soil science was born about 150 years ago with the works of English, German, Danish and, above all, Russian scientists. In mid-20th century, under pressure of human activities upon the environment, soil science out grew its base knowledge applied to agriculture and agronomy to play an ever-increased role of land and environmental issues. It was born the concept of soil security and soil was understood in its role of delivering ecosystem services and used to quantify the soil resource aggregating contributions of soil scientists, economists, social scientists and policy makers for decision-making process about soil.
KEYWORDS: Soil Evolution, History, Science.

CIÊNCIA DO SOLO: DA BABILÓNIA AO PRESENTE

RESUMO: O solo é um material com características e comportamento únicos na interface das esferas biológica, hidrológica, litológica e atmosférica do nosso planeta e tem um papel vital no bem-estar humano. A história do solo tem seguido a par do uso do solo para crescer plantas, a história da agricultura desde as antigas civilizações até aos nossos dias. Até ao século 19, não houve experimentação e validação de teorias e não existiu verdadeira ciência. A ciência do solo nasceu há cerca de 150 anos com o trabalho realizado por cientistas Ingleses, Alemães, Dinamarqueses e, sobretudo, Russos. A meados do século 20, sob pressão das atividades humanas sobre o ambiente, a ciência do solo ultrapassou a sua base de conhecimento aplicada à agricultura e agronomia para abraçar temas sobre a terra e o ambiente. Nasceu o conceito de segurança do solo e este tratado no seu papel de proporcionar serviços ambientais e usado para quantificar os recursos edáficos agregando contribuições de pedologistas, economistas, sociólogos e políticos no processo de tomadas de decisões sobre o solo.
PALAVRAS-CHAVE: Evolução do Solo, História, Ciência.

1 I INTRODUCTION

Friedrich Albert Fallon (1794–1877), considered a founding father of soil science in Germany, wrote in 1892 “there is nothing in the whole nature which is more important or

deserves much attention as the soil. Truly it is the soil which nourishes and provides for the whole nature, the whole of creation depends on the soil, which is the ultimate foundation of our existence" (SPARKS, 1998). Soil has also been defined as a natural body consisting of layers composed of weathered mineral materials (FAO, 2018), organic material, air and water that plays a vital role in human welfare assuring agricultural productivity and environmental stability. Soil science provides the fundamental understanding of the physical, chemical, and biological properties and processes occurring in this complex ecosystem.

Soil is at the interface between the biologic, hydrologic, lithologic, and atmospheric spheres of our planet. It serves in many roles such as the support to our construction projects, it is intrinsically related to the global climate, it provides raw materials, and products from which medicines have been developed, and many more.

This is a timeline that has the objective of illustrate the increased complexity of a scientific area from its humble origins as an empirical observation with the single purpose of growing plants to an actual multidisciplinary field concerned with many aspects of Human culture, development and sustainability.

2 I FROM ANTIQUITY TO RENAISSANCE

The history of soil for millennia has largely been a history of agriculture, a history of the use of soils to grow plants. The earliest evidence of "soil science" comes from Mesopotamia, about 11000 years ago, where people recognized differences in fertility between soils. Babylonians developed a complex civilization based on irrigation but their used of sloped land for growing crops and animals destroyed their soil by erosion and consequent siltation that, eventually, demised their rule.

The Ancient Egyptian civilization was dependent on irrigation and the fertility of the agricultural soils naturally maintained by regular flooding of the Nile River which deposited rich silt. Egyptians knew how to prepare soil to receive seed and the importance of fertilized soils brought about by the flooding.

Libation, or the pouring of wine or blood on the ground or altar, was an important element of religious practice in ancient Greek religion, indicating reverence for soil (BURKERT, 1985). Ancient Greek philosopher-scientists developed a clear technical understanding of soils, dividing them according to color-texture (Xenophon and Theophrastus), fertility (Plato and Strabo) and medical considerations (Hippocrates and Theophrastus) (RETALLACK, 2008).

The Romans inherited the knowledge of agriculture and soils from the Greeks. Roman writers such as Columella, Varro, Cato, Virgil, and Pliny delved in farming practices and emphasized the need of taking and returning to the land (SAVIO, 2018), a recognition that soils must be replenished in their fertility. The Romans took steps beyond the Greek practices like terracing their fields to reduce erosion (BREVIK and HARTEMINK, 2010), a

development that we can see today in Portugal Douro Region, for instance.

In China there are reports mentioning agriculture practices to ameliorate the land that date back to the 23rd century BC. Records from 956 BC mention soil conservation (BREVIK and HARTEMINK, 2010) and Fan Sheng-chih wrote of soil properties and of optimal times for tillage in the 1st century BC (FAN, 1959).

During the Middle Ages, Islamic societies were the world's leaders in science, math, and technology. Their knowledge included agricultural sciences and Muslim mathematics advanced the engineering of irrigation systems, Muslim agronomists could identify soils most suitable to the crops being grown, Muslim libraries usually included agricultural books, and in 10th century the scholar Cordoba developed and agricultural calendar that included monthly tasks to prepare the soil for agriculture (BREVIK, 2009).

The Renaissance in Europe starting in the 15th century brought a renewed interest in science and a few studies about soils were carried out by several authors including Francis Bacon and Leonardo da Vinci. In 16th century Europe, the land was considered the most important economic factor and there was a direct relationship between the land (soils) and government. The philosopher Niccolò Machiavelli (1469–1527) believed variations in population density were primarily a function of soil fertility, therefore, governments could address problems of population distribution through fertilization of deficient soils. Baron de Montesquieu (1689–1755) believed that soil determines the economic vitality, governance, and national character of a country (KRUPENIKOV, 1993).

3 | FROM 19TH CENTURY TO MID-20TH CENTURY

Soil science, recognized as a true science, was not developed during those ancient times because Human knowledge of soil was based on observation of nature, no experimentation and testing of theories were conducted. Soil as a true science has its roots in the 19th century with the work developed by Vasily Vasilievich Dokuchaev (1846-1903) a world-known Russian naturalist, geologist and soil scientist. Russians and Soviet soil scientists would become the leading authorities and most prolific authors in soil science till the decade of 70's of 20th century. The first scientific journal dedicated to soil science – *Pochvovedenie* – was published in 1899; in the early 1960s, some 23% of all internationally published research papers in soil science were produced in the Soviet Union and the first book exclusively dedicated to the history of soil science was authored by I.A. Krupenikov in 1971 (YAALON, 1999).

The foundations required to build a modern soil science were laid down in the 19th century as it evolved from other scientific fields that included biology, chemistry, physics and, in particular, geology in such extent that soil science was often referred to as agroecology at the time when scientists studying soils in the field were trained geologists. Soil science lagged 50 to 60 decades behind geology in becoming its own independent field of scientific

study and during the 19th century soil science was mostly concerned with agriculture chemistry (HARTEMINK, 2009). In the 1860s and 1870s a simple concept for understanding and studying soils become known as the A-B-C soil profile fruit of the work of English, German, Danish and Russian scientists (TANDARICH, 2002).

However, that century saw also the development, no matter how timid, of separate disciplines in soil science like soil biology championed by Charles Darwin (1809-1882), best known for his work in evolution (BERTHELIN *et al.*, 2006). Since its inception some 150 years ago, soil science received still other inputs coming from mathematics, hydrology, geostatistics, ecology and become a true science in its own right concerned with a material that has unique features and behavior, with its own set of tools, techniques, terminology and classification where many descriptive practices were replaced by systematic observations coupled with inductive reasoning and deductive experimentation (BOUMA, 1997; MERMUT and ESWARAN, 2001). Soil science had evolved from qualitative and descriptive knowledge to a quantitative approach including assessments of uncertainties.

Soil science had a regional focus until the early 1900s but during the 20th century the soil science knowledge base rapidly expanded fostered by scientific papers and books. A great help has provided by the creation of the International Society of Soil Science (ISSS, now IUSS — International Union of Soil Sciences) in 1924 (HARTEMINK, 2015).

The history of soil has been in step with the history of the use of soils to grow plants and the earlier works in soil science related to agriculture and it has made large contributions to the increase of agricultural production (BOUMA and HARTEMINK, 2003). However, in second half of the 20th century became also important for non-agriculture purposes such as construction, environment management, climate change, ecosystem services, community planning, taxation, and so on (TINKER, 2002). Soil science has taken an important role in solving environmental problems like pollution, groundwater contamination and carbon sequestration (HARTEMINK, 2002).

Archaeology has a great demand for soil information because it is important to know whether a particular layering has a natural pedogenetic origin or is due to the accumulation of different sediments with anthropogenic origin (SHELLEY *et al.*, 2003). Soils can transmit diseases and a number of medicines have been isolated from soil organisms, thus soils and human health will receive increasing attention in coming years (BREVIK, 2009; MCBRATNEY *et al.*, 2014). Soils are now of great interest in sustainable food production, biofuels, erosion control, nutrient depletion and many other issues. The holistic approach to soil science has a reflex in teaching that no longer is confined to agriculture and agronomy but it has expanded to be included in other courses like botany, ecology, geography, hydrology, etc. (WESSOLEK, 2006; HARTEMINK *et al.*, 2014) in expectation that soil science teaching will provide knowledge, skills and capacities to work across disciplines, to produce a wide range of problem-solving scenarios and to address increasingly complex environmental problems (FIELD *et al.*, 2013; FIELD *et al.*, 2017).

Soil science has made significant contributions to the quality of human life and increased our capacity to manage the soil resource to meet our needs for food and fiber but in the last 60 or so years it become clearer that our needs only can be met in the context of a functional ecosystem. Soil is a fragile, slow forming resource under increasing pressures due to human activities. The challenge we face today is to balance human demands with ecosystem services and their integrity and it has spurred new areas of soil research such as soil quality, land degradation, cycling of bio-geochemicals that, in turn, increased our awareness of ecosystem health and quality. It was created the concept of sustainable development formed and given scope and depth by Agenda 21 (UNITED NATIONS, 2018).

4 | LATE 20TH CENTURY TO OUR DAYS

Since the last two decades of the 20th century to the present, the traditional role of soil science is diminishing as it has increased the need of soil information to support a sustainable land management and the health of the ecosystems. Soil science today is more concerned with resource assessment and monitoring, new information technologies through the innovative use of Geographic Information Systems (GIS) and remote sensing allow for higher quality of information with ever increasing applications (MERMUT and ESWARAN, 2001). We can say that it is now uncontroversial that soil and soil science are integral players in the global challenges of environmental sustainability, of food and water security, energy sustainability, climate change, biodiversity, and ecosystem services (MCBRATNEY *et al.*, 2014).

These challenges gave rise to the broad concept of soil security with multidimensions, generally laid out as 1) capability (the intrinsic capacity of a soil to produce products and ecosystem services), 2) condition (the current state of the soil, including modification by human activities), 3) capital (economics of soil services to Health, Environment and Food production), 4) connectivity (the social connection of soil managers and custodians and users of soil products and services to the soil), and 5) codification (policy frameworks: identification of policies that degrade soil security and those that secure soil) of soil entities which encompass the social, economic and biophysical sciences and recognize policy and legal frameworks (MORGAN et al., 2015).

The concept of soil security (fig. 1) creates the possibility to understand soil and its role in delivering ecosystem services and it is used to quantify the soil resource by measuring it, mapping it, modelling it, managing it and forecasting its change with the aggregated contributions of soil scientists, economists, social scientists and policy makers for decision-making process about soil (FIELD *et al.*, 2017). Soil security is inextricably linked to the soil functions that are the inherent capabilities of the soil that include biomass and food production, maintaining soil biodiversity, carbon and nutrient sequestration, water filtration and transformation, landscape and heritage, and source of raw materials (GIANNAKIS *et*

al., 2017).

Seen in figure 1, soils as one of the more species-rich habitats of terrestrial ecosystems render a wide of services to humans (BLUM, 2005).

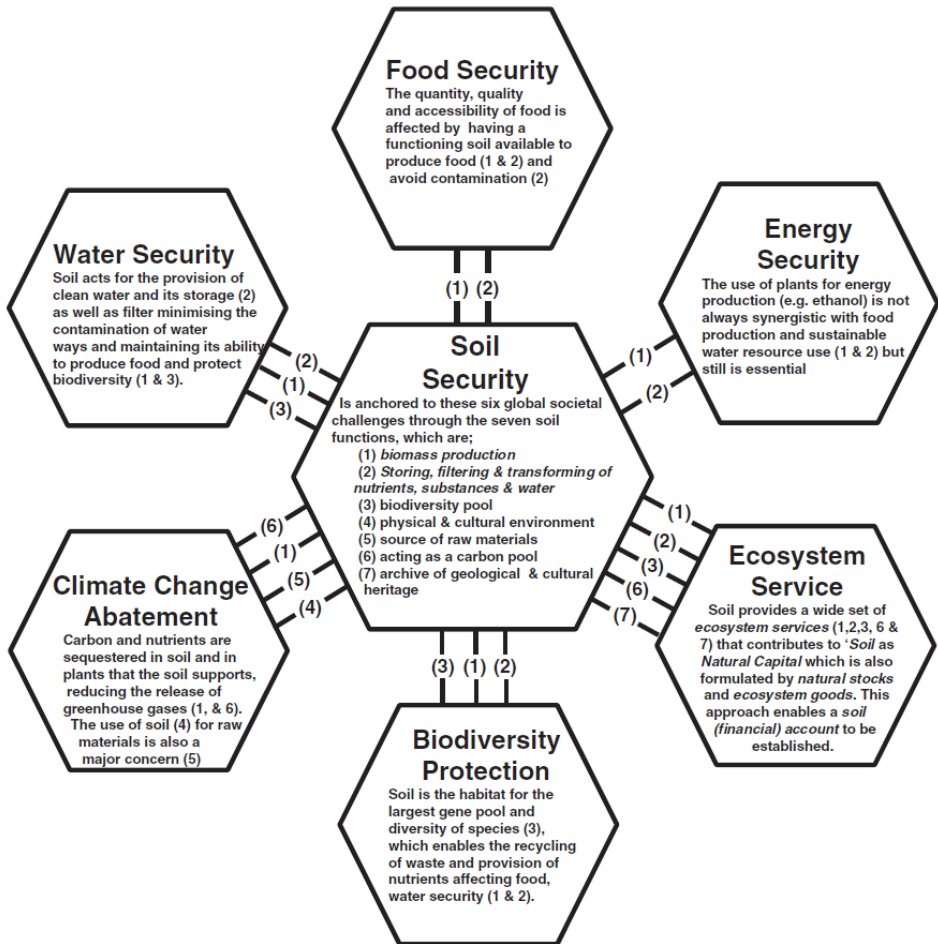



Figure 1: Alignment of the concept of soil functions (McBratney et al., 2014).

The term ecosystem service emerged in the early 1980s and it has received considerable attention. It can be defined as the capacity of natural processes and components to provide goods and services that satisfy human needs, directly or indirectly, divided in four categories: supporting, provisioning, regulating and cultural services (ROBINSON *et al.*, 2013).

Soil ecosystem services are attributed an economic value that ranges from US$2 to an excess of US$20000 per year and hectare (JÓNSSON and DAVÍÐSDÓTTIR, 2016). If there is an economic output, then the service is provided by a “capital”, in this case a natural

capital defined as “the stock of materials or information contained within an ecosystem” (COSTANZA *et al.*, 1997). Natural capital and stocks are relevant to soil science, given the worldwide assessment of soil stocks through survey and inventory (Robinson *et al.*, 2013).

Now the task at hand of soil science is to judge objectively the values of soils in all services they provide, both tangible and intangible. In the words of Greenland (1991) “if soil science is to serve society fully it is essential that its arguments are presented in terms readily understood by all and with both scientific and economic rigor so that they are not easily refuted”.

5 I SOIL SCIENCE IN PORTUGAL

A number of illustrious Portuguese gave a precious contribution to soil science in Portugal and in its former colonies now independent countries. Let’s mention only two of them:

- Abade Correia da Serra (José Francisco Correia da Serra, 1750-1823) was co-founder of Lisbon Royal Science Academy. He was one the first scientists in the world to recognize that the rock (parental material), relief and time as factors in soil formation.
- Professor Joaquim Botelho da Costa (1910-1965). He is considered the founding father of soil science in Portugal.

The work of many Portuguese soil scientists can be appreciated in this short list of historical marks:

1949 – Carta dos Solos de Portugal (Soil Map of Portugal) (1:1 000 000)

1952 – Criação da disciplina de Pedologia e Conservação do Solo no Instituto Superior de Agronomia (Creation of the course Pedology and Soil Conservation at the Instituto Superior de Agronomia)

1953 – Publicação “Solos de Angola” (Published “Soils of Angola”)

1954 – Mapa Provisório dos Solos de Moçambique (Provisional Map of Soil of Mozambique)

1961 – Os Solos de Portugal. Sua Classificação, Características e Génese. I. A Sul do Rio Tejo (Soils of Portugal. Classification, Characteristics and Genesis. I. To the South of Tagus River)

1971-1973 – Carta de Solos de Portugal (Soil Map of Portugal) (1:1 000 000), SROA

1982 - Reserva Agrícola Nacional (National Agriculture Reserve)

6 I CONCLUDING REMARKS

The study of soil was born out of necessity to grow food and remained as a simple empirical observation for millennia. Trained geologists of the 19th century approached the

study of soil with the methods of a science and, step by step, soil science emerged as a science on its own right. The past century saw the development of a multidisciplinary science incorporating more diverse technologies. Today, soil science addresses almost every corner of Human existence from its physical world to its social and economic needs. Many challenges of Human development are now incorporated and worked out in soil science. This complexity creates different approaches in scope and depth to teach and educate students and society in general.

REFERENCES

Berthelin, J.; Babel, U.; Toutain, F.; Warkentin, B. History of soil biology. *In* **Footprints in the soil. People and ideas in soil history**, Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 279-306.

Blum, W. E. H. Functions of soil for society and the environment. **Reviews in Environmental Science and Bio/Technology**, v. 4, n. 3, p. 75-79, 2005. http://dx.doi.org/10.1007/s11157-005-2236-x

Bouma, J. The role of quantitative approaches in soil science when interacting with stakeholders. **Geoderma** v. 78, n. 1-2, p. 1-12, 1997. http://dx.doi.org/10.1016/S0016-7061(97)00014-1

Bouma, J.; Hartemink, A. E. Soil science and society in the Dutch context. **NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences**, v. 50, n. 2 p. 133-40, 2003. http://dx.doi.org/10.1016/S1573-5214(03)80002-7

Brevik, E. C. The teaching of soil science in geology, geography, environmental science and agricultural programs. **Soil Survey Horizons**, v. 50, n. 4, p. 120–23, 2009. http://dx.doi.org/10.2136/sh2009.4.0120

Brevik, E. C.; Hartemink, A. E. Early soil knowledge and the birth and development of soil science. **Catena**, v. 83, n. 1, p. 23-33, 2010. http://dx.doi.org/10.1016/j.catena.2010.06.011

Burkert, W. **Greek religion**. Cambridge: Harvard University Press, 1985. 512 p.

Costanza, R.; d'Arge, R.; de Groot, R.; Farber, S.; Grasso, M.; Hannon, B.; *et al*. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 387, n. 6630, p. 253-60, 1997. http://dx.doi.org/10.1038/387253a0

Fan, S. **On "Fan Sheng-Chih Shu," an agriculturist book of China written in the first century B.C**. Peking: Science Press, 1959.

FAO - Food and Agricultural Organization. **What is soil?** FAO, Last modified 2018. Available in http://www.fao.org/soils-portal/about/all-definitions/en/. Accessed November 2018.

Field, D. J.; Koppi, A. J.; Jarrett, L.; McBratney, A. Engaging employers, graduates and students to inform the future curriculum needs of soil science. **Proceedings of The Australian Conference on Science and Mathematics**. Canberra: Australian National University, September 2013, p. 130-135.

Field, D. J.; Yates, D.; Koppi, A.J.; McBratney, A. B.; Jarrett, L. Framing a modern context of soil science learning and teaching. **Geoderma**, v. 289, p. 117-123, March 2017. http://dx.doi.org/10.1016/j.geoderma.2016.11.034

Giannakis, G. V.; Nikolaidis, N. P.; Valstar, J.; Rowe, E. C.; Moirogiorgou, K.; Kotronakis, M.; *et al.* Integrated critical zone model (1d-Icz): A tool for dynamic simulation of soil functions and soil structure. *In* **Quantifying and Managing soil functions in earth's critical zone: Combining experimentation and mathematical modelling**. London: Academic Pres, 2017, p. 277-314.

Greenland, D. J. The contributions of soil science to society - Past, present, and future. **Soil Science**, v. 151, p. 19-23, January 1991.

Hartemink, A. E. Soil science in tropical and temperate regions - Some differences and similarities. **Advances in Agronomy**, v. 77, p. 269-92, 2002. https://doi.org/10.1016/S0065-2113(02)77016-8

Hartemink, A. E. The depiction of soil profiles since the late 1700s. **Catena** v. 79, n. 2, p. 113-27, 2009. http://dx.doi.org/10.1016/j.catena.2009.06.002

Hartemink, A. E. On global soil science and regional solutions. **Geoderma Regional** v. 5, p. 1-3, August 2015. http://dx.doi.org/10.1016/j.geodrs.2015.02.001

Hartemink, A. E., Balks, M. R.; Chen, ZS.; Drohan, P.; Field, D. J.; Krasilnikov, P.; *et al.* The Joy of Teaching Soil Science. **Geoderma**, v. 217-218, p. 1-9, April 2014. http://dx.doi.org/10.1016/j.geoderma.2013.10.016

https://journals.lww.com/soilsci/Abstract/1991/01000/The_Contributions_of_Soil_Science_To_Society_Past,.4.aspx

Jónsson, J. Ö. G.; Davíðsdóttir, B. Classification and valuation of soil ecosystem services. **Agricultural Systems**, v. 145, p. 24-38, June 2016. http://dx.doi.org/10.1016/j.agsy.2016.02.010

Krupenikov, I. A. **History of soil science: from its inception to the present**. Rotterdam, Netherlands: A.A. Balkema, 1993. 352 p.

McBratney, A.; Field, D. J.; Koch, A. The dimensions of soil security. **Geoderma**, v. 213, p. 203-13, January 2014. http://dx.doi.org/10.1016/j.geoderma.2013.08.013

Mermut, A. R.; Eswaran, H. Some major developments in soil science since the mid-1960s. **Geoderma** v. 100, n. 3-4, p. 403-426, 2001. http://dx.doi.org/10.1016/S0016-7061(01)00030-1

Morgan, C.; McBratney, A.; Field, D.; Koch, A.; Bouma, J. Report on 2015 global soil security symposium. **CSA News**, v. 60, n. 9, p. 34-38, 2015. http://dx.doi.org/10.2134/csa2015-60-9-13

Retallack, G. J. Rocks, views, soils and plants at the temples of ancient greece. **Antiquity**, v. 82, n. 317, p. 640-57, 2008. http://dx.doi.org/10.1017/S0003598X00097283

Robinson, D. A.; Hockley, N.; Cooper, D. M.; Emmett, B. A.; Keith, A. M.; Lebron, I.; *et al.* Natural capital and ecosystem services, developing an appropriate soils framework as a basis for valuation. **Soil Biology and Biochemistry**, v. 57, p. 1023-1033, February 2013. http://dx.doi.org/10.1016/j.soilbio.2012.09.008

Savio, H. L. **Sustainable agriculture in ancient Rome**. Last modified 2011. Available in https://digitalwindow.vassar.edu/senior_capstone/2/. Accessed 11 November 2018.

Shelley, S.; Homburg, J.; Orme, A. R.; Brevik, E. Environment, soils, and stratigraphy. *In* **At the base of the bluff: archaeological inventory and evaluation along lower Centinela Creek, Marina Del Rey, California**. California: Statistical Research Inc., 2003, p. 77-99.

Sparks, D. L. **Soil physical chemistry**. 2 ed. London: Taylor & Francis,1998. 432 p.

Tandarich, J. P.; Darmody, R. G.; Follmer, L. R.; Johnson, D. L. Historical development of soil and weathering profile concepts from Europe to the United States of America. **Soil Science Society of America Journal** v. 66, n. 2, p. 335-46, 2002. http://dx.doi.org/10.2136/sssaj2002.3350

Tinker, P. B. Soil science in a changing world. **Journal of Soil Science**, v.36, n. 1, p. 1-8, 1985. https://doi.org/10.1111/j.1365-2389.1985.tb00308.x

United Nations - UN. United Nations Conference on Environment and Development, Agenda 21. **United Nations** Last modified 1992. Available in https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf. Accessed 11 November 2018.

Wessolek, G. Some reflections on the future of soil science. *In* **The Future of Soil Science**. Wageningen, Netherlands: International Union of Soil Sciences, 2006. p. 150-152.

Yaalon, D. H. On the importance of international communication in soil science. **Eurasian Soil Science**, v. 32, n. 1 p. 22-24, 1999. https://www.iuss.org/files/intcommunication.pdf

CAPÍTULO 24

TRICENTENÁRIO DA ESCRAVIDÃO: A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA PARA A SENSIBILIZAÇÃO DO EDUCANDO

Data de aceite: 23/06/2021
Data de submissão: 06/05/2021

Diogo da Silva Roiz
Professor associado dos cursos de pedagogia e ciências sociais e do programa de pós-graduação em educação
Paranaíba
http://lattes.cnpq.br/3488251835180213

Mirian Roberta Fernandes Pereira
Professora da rede estadual de ensino no Colégio Estadual Dr. Onério Pereira Vieira, Mestranda em Educação, Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS
Paranaíba
http://lattes.cnpq.br/7048744222800367

RESUMO: O presente resumo versa sobre a relevância da aquisição da consciência crítica para a sensibilização quanto ao processo tricentenário da escravidão. Objetiva-se contribuir para a construção da afirmação identitária em relação à etnia afrodescendente e a cultura afro-brasileira além de estimular os educadores a buscarem informações acerca do cruel processo de escravidão brasileira, o qual obteve por fundamento o terrorismo físico e psicológico dos afrodescendentes para se manter por um longo período como modo de produção, estruturando a sociedade no período colonial. A hipótese consiste no enfoque de que os sujeitos brasileiros ainda não possuem consciência acerca das consequências políticas e sociais que a escravidão acarretou, estigmatizando/marginalizando os afrodescendentes e idolatrando o "homem branco", sem reconhecer que o país foi construído com a mão de obra escravista. A problemática situa-se: o processo da libertação escravocrata deve, neste milênio, ganha um novo reconhecimento mediante as práticas da Consciência Crítica do aprendiz, porém como desenvolvê-las no âmbito escolar? Justifica-se a partir da percepção de que os educadores deem importância às políticas públicas em defesa da igualdade racial, para construir uma ideologia positiva e humanista em relação ao povo e à cultura afrodescendente. Quanto à metodologia a investigação é de cunho bibliográfico/exploratória. Constatou-se que o Brasil foi o país mais escravocrata da história e isso acarretou em um contingente populacional de matriz africana.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência crítica. Escravidão. Construção identitária.

TRICENTENNIAL OF SLAVERY: THE IMPORTANCE OF ACQUISITION OF CRITICAL CONSCIOUSNESS FOR THE AWARENESS OF EDUCATING

ABSTRACT: The present summary deals with the relevance of acquiring critical awareness for raising awareness of the three-hundred-year process of slavery. The objective is to contribute to the construction of the identity affirmation in relation to Afro-descendant ethnicity and Afro-Brazilian culture, in addition to encouraging educators to seek information about the cruel process of Brazilian slavery, which was based on

the physical and psychological terrorism of Afro-descendants for to remain for a long period as a mode of production, structuring society in the colonial period. The hypothesis consists of the focus that the Brazilian subjects still do not have conscience about the political and social consequences that the slavery had, stigmatizing / marginalizing the people of African descent and idolizing the “white man”, without recognizing that the country was built with labor slave. The problem is: the process of slave liberation must, in this millennium, gain a new recognition through the practices of the Critical Consciousness of the apprentice, but how to develop them in the school scope? It is justified based on the perception that educators give importance to public policies in defense of racial equality, in order to build a positive and humanist ideology in relation to people and Afro-descendant culture. As for the methodology, the investigation is bibliographic / exploratory. It was found that Brazil was the most slave country in history and this resulted in a population contingent of African origin.
KEYWORDS: Critical awareness. Slavery. Identity construction.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um fragmento da África, sendo assim é de suma importância o conhecimento da História Afro-Brasileira, tanto em aspectos de tomar consciência acerca da história proveniente da origem do país, quanto em relação a uma maior caracterização continental, devido à sua dimensão e padrões físicos e morfológicos.

A hipótese consiste no enfoque de que os sujeitos brasileiros ainda não possuem consciência acerca das consequências políticas e sociais que a escravidão acarretou, estigmatizando/marginalizando os afrodescendentes e idolatrando o “homem branco”, sem reconhecer que o país foi construído com a mão de obra escravista. A situação-problema consta: O processo da libertação escravocrata deve, neste milênio, ganhar um novo reconhecimento mediante as práticas da consciência crítica do aprendiz, mas como desenvolvê-la no âmbito escolar?

A raiz da prevenção deste problema, preconceito racial, situa-se na escola, local apropriado para iniciar o conhecimento cartográfico e, consequentemente, histórico, político e cultural sobre a África, sendo assim o caráter do sujeito se consolida na instituição escolar, os professores têm que formar opiniões construtivas em relações à história da África vinculada, intimamente, ao Brasil Colonial e contemporâneo.

Justifica-se este, pois é preciso que os professores de História saibam acerca da relevância do ensino de História afro-brasileira ensinado na educação básica ao construir uma ideologia positiva e humanista em relação ao povo e à cultura afrodescendente.

Este trabalho objetiva contribuir para a construção da consciência crítica do educando quanto ao universo cultural afrodescendente a partir da apresentação de formas de resistência, uma vez que é mediante a intervenção do professor de história que se formará a consciência crítica em relação à etnia afrodescendente. O intuito é que se trate este povo de forma igual perante a Lei e sem discriminação, pois é o suporte da construção

de toda a estrutura brasileira. Objetiva-se também estimular os educadores a buscarem informações históricas tanto no currículo quanto no contato direto com os afro-brasileiros a fim de fornecer subsídios teóricos para o conhecimento historiográfico do espaço brasileiro sob a égide das matrizes curriculares provenientes do território africano.

Para a absorção de informações foi necessário adotar a pesquisa de caráter bibliográfico-exploratória a partir de leituras, técnicas-reflexivas em livros, resumos, resenhas, sites, artigos e monografias. Quanto ao método de abordagem ou teórico optou-se pelo dialético, vez que possibilita um ensino mais libertador para oportunizar a contextualização que propõe pensar criticamente. Ademais é uma investigação de natureza qualitativa numa abordagem subjetiva com um ensino significativo para a formação de sujeitos críticos no processo histórico.

REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com o Instituto Brasileiro de História e Estatística (IBGE, 2014) conceitua-se História como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, a partir dos fundamentos dos resultados de observações diretas ou da análise de documentação, convergem para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, assim como a sua utilização em diferentes contextos.

Nesse diapasão é imprescindível iniciar o ensino da cultura afro-brasileira desde a origem da Educação Infantil até o Ensino Médio, a Secretaria de Educação Básica deve se comprometer com a institucionalização desse ensino na práxis escolar, desenvolvendo cursos de formação continuada aos educadores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, a qual estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos que apoiam a Educação Básica se referem à Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2019).

Em consonância com Anjos (2009, p. 339) "o território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e identitárias da população". Nessa perspectiva, constrói-se o território étnico que se consubstancializa sob os pilares das referências e identidades de pertencimento territorial, ou seja, a população forma vínculos afetivos e culturais. No entanto, no Brasil, esta informação se dificulta devido ao preconceito velado distribuído pelo território. As exigências históricas e os conflitos com o sistema dominante têm atribuído ao território étnico requisitos de organização e a instituição de uma afirmação sócio-politico-econômica e espacial (ANJOS, 2009).

Nessa via, a relevância do ensino de História afro-brasileira a partir da Educação

Básica possui importância no sentido de promover um maior conhecimento e consequente minimização de toda forma de preconceito e discriminação contra a Cultura Afro-brasileira, uma vez que aos educandos é possibilitado desenvolver o sentimento de solidariedade e igualdade perante a população afrodescendente e afro-brasileira que, segundo o Instituto Brasileiro de História e Estatística (IBGE, 2014) representam 53% dos brasileiros, os quais se declararam pardos ou negros.

A população brasileira que se reconhece como afrodescendente mostra uma elevação nas estatísticas contemporâneas e dois fatores confirmam esta tese – o primeiro diz respeito ao aumento da fecundidade entre sujeitos negros, enquanto o segundo se define a partir do reconhecimento da cor da pele ou características afrodescendentes, pois, devido o Brasil ser proveniente de uma miscigenação que se fundamenta no tripé branco-negro e índio, o reconhecimento étnico se verifica mediante autodeclararão do sujeito. Sendo assim, nos estados brasileiros não existe uma homogeneidade étnica, mas sim a predominância de diversas etnias, miscigenação e/ou diversidade cultural, porém ainda há uma forte desigualdade social e econômica, sendo a principal classe marginalizada na sociedade - a negra.

É recente, no Currículo escolar, o processo de ensinagem de História quanto aos saberes da cultura africana, tanto cartográfica quanto em outros campos do conhecimento. Foi somente com a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que se tornou compulsório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as instituições escolares, da rede pública ou particular, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Nesse sentido, o ensino de História afro-brasileira na educação básica é indispensável ao prevenir os conflitos de origem étnica racial, lutar contra a invisibilidade dos quilombos, abolir o processo de estigmatização e marginalização da classe afrodescendente e /ou afro-brasileira.

No processo de docência da História afro-brasileira é visto que a imagem possui bastante influência, vez que o aspecto cartográfico visual propicia melhor aprendizagem e um forte impacto, sobretudo na educação básica, na qual se fundamenta o caráter humano, sendo o professor o principal responsável por formar opiniões e conscientizar os discentes acerca do território africano e sua vinculação ao espaço brasileiro. A manipulação do espaço tem a função social de manutenção do território quilombola, além da sobrevivência desses povos e de suas culturas. A reminiscência dos quilombos constitui a identidade da formação brasileira, por isso a escola e sua equipe multidisciplinar têm o compromisso de se comprometer com o ensino de História afro-brasileira; este processo educacional de formação da consciência crítica fará embate com séculos de preconceito. Paradoxalmente, o preconceito é proveniente da falta de informação, surgindo assim à função do professor em aprimorar o pensamento dos discentes numa perspectiva reflexivo-crítica e sem preconceito étnico-racial, ou de outra espécie (BANDEIRA, BATISTA, 2002).

O racismo e a discriminação racial são impasses ao crescimento humano, social e econômico de uma nação, aliás, não se pode falar em nação unida se há discórdia e

preconceito camuflado entre os participantes desta. É preciso estabelecer um lugar mais justo, com dignidade e respeito aos direitos humanos para todos a partir de uma afirmação identitária brasileira.

O ensino e a aprendizagem dos estudantes na Educação Básica referente ao ensino de História contextualizado com a cultura afrodescendente tem por finalidade a formação do sujeito e o seu despertar em relação à consciência crítica. A intenção dos professores nesta disciplina é promover nos estudantes a descoberta sobre si mesma como agentes de transformação social para que façam intervenções positivas na sociedade desigual, a qual data de séculos de um Brasil escravocrata. Ainda poderão torná-la mais humanizada e menos discriminatória mediante a afirmação de políticas públicas e do respeito ao próximo.

A história afro-brasileira deve ser ministrada com exemplos materiais a fim de que o discente melhor compreenda que as formas de resistência ocorreram em todo o período colonial até o final do Império no Segundo Reinado em 1988 com a assinatura da Lei Áurea. Permitindo-o entender o presente que se vive, as estatísticas das importações escravistas, o tempo demasiado da utilização a mão e obra escrava no Brasil, o sofrimento dos escravos neste árduo processo de libertação, bem como a não aceitação ativa da abolição escravista em 1888, gerando assim o preconceito velado que se constitui contemporaneamente, visto que esta classe não foi incorporada na sociedade.

O professor de História deve despertar no estudante a importância de se respeitar o próximo com suas diferentes culturas e diversidade étnica, compreender a importância do patrimônio cultural, assimilar e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia de forma a proporcionar uma atuação consciente do sujeito ativo no convívio social. É preciso absorver o processo histórico de ocupação dos portugueses no Brasil, das imigrações, do tripé colonial: monocultura trabalho escravo e latifúndio, o poder das elites no controle das revoltas sociais e também as conquistas brasileiras como a política de cotas, pois é este o retrato do Brasil africanizado presente.

Em consonância com Valett (1989, p.272) “a única organização escolar sensata é aquela que atende às necessidades múltiplas de cada criança, de forma que ela seja ensinada naquilo que necessitam saber e que sejam premiadas por fazerem progressos contínuos”. Nesse enfoque, é prioridade do professor ensinar os alunos conhecimentos significativos quanto à sua cultural, desde o início de sua educação, saberes relacionados à sua origem, responsáveis por formar sentimentos positivos em relação ao outro, mediante projetos de intervenção, aulas dinâmicas e flexíveis.

A África, apesar de suas dificuldades em enfrentar a extrema miséria, pobreza e origem de doenças dizimadores com alto poder de contaminação, continua sendo o continente mais importante na garantia e manutenção da estruturação do mundo nos últimos cinco séculos, particularmente na formação do Novo Mundo, a América e no enriquecimento e fortalecimento da Europa moderna. Os professores de História têm a função primordial de formação da consciência crítica dos alunos quanto ao universo cultural

afrodescendente a partir da apresentação de formas de resistência numa comparação entre o Brasil contemporâneo, ou antes, mesmo do processo de colonização de exploração.

Anjos (2014a) afirma que apesar do fim da escravidão os negros não foram inseridos na sociedade e a tendência de quatro séculos de escravidão contribui para a formação étnico-racial e espacial do território brasileiro; o povo é de genética afrodescendente, quanto seus hábitos estão fortemente arraigados à cultura africana, até mesmo o hábito de fazer as refeições com a comida quente é uma herança dos africanos.

Por séculos o negro não pode estudar e muito menos adquirir um curso superior, e mesmo assim, uma parcela da população não admite a Lei de cotas, possuem resistência, e ainda boicotam a lei e a utilizam em benefício de sujeitos que não tem descendência afro-brasileira. As ações políticas, como as cotas, são uma tentativa de minimizar os impactos das consequências de quatro séculos de escravidão, como a exclusão social, o menor índice de afro-brasileiro com curso superior, ou mesmo alfabetizados e incluídos no mercado de trabalho. Além disso, a violência física e simbólica contra o a etnia negra é alarmante.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão africana.

> A História afro-brasileira é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial. A História de Matriz Africana que tratamos nesta oportunidade resgata um dos principais 'Brasis invisíveis' secularmente, ou seja, povos e territórios que existiram e se mantém sobreviventes, mas de uma maneira marginal, não oficial na sua plenitude. Esta 'História da exclusão' justificada é o que questionamos aqui e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente resistente no Brasil seja considerada devidamente (ANJOS, 2014, p. 334).

Esta contundente argumentação de Anjos (2014) traz à tona um passado inacabado e incompleto que se esconde nas periferias brasileiras. O objetivo de Portugal era explorar o Brasil e como resultante de séculos de importação escravista acabou trazendo uma parcela territorial que se materializa na população brasileira abaixo da linha do Equador, especificamente o Brasil contemporâneo. Anjos (2014) afirma que o Brasil possui uma paisagem invisível, um sistema que não fora planejado, ou seja, não era pra existir uma África brasileira, porém instalou-se aqui um quilombo contemporâneo. Sendo assim, o desafio dos professores de história no âmbito escolar é ensinar a história afro-brasileira com o objetivo de não comprometer a matriz africana, assumir que o Brasil é negro, portanto preconceitos e exclusões devem ser abolidos a partir da formação cognitiva dos pequenos aprendizes até atingirem o nível intelectual de reconhecer a importância dos afrodescendentes e afro-brasileiros.

O autor retrata a importância em se trabalhar a História afro-brasileira como um instrumento didático-pedagógico que consolidará a formação de uma identidade

afrodescendente, a partir do descobrimento de um território que foi construído, principalmente pelo suor do trabalho compulsório escravista. O professor deve estimular o aluno a desenvolver o pensamento crítico-reflexivo e o respeito pela diversidade étnico-racial existente no país, a luta dos escravos pela sua libertação e evidenciar que a abolição não fora resultado de uma simples autorização de um superior como a Princesa Isabel, mas sim de um processo histórico-dialético de conflitos, revoltas, insurreições, mortes, terrorismo psicológico, pressão dos países exteriores ao Brasil pela abolição, dentre outros fatores.

De acordo com a literatura de Anjos (2014) a cultura europeia sempre foi mais trabalhada nos currículos e se exaltou o herói europeu, a etnia branca e seus aspectos, entretanto, a partir do início do século XXI o Estado adotara como constitucional a docência da cultura africana nos espaços escolares. Nesse contexto, é recente no ensino brasileiro a introdução da lei que obriga os professores a ministrar o ensino de História e história africanas nas instituições escolares. A História afro-brasileira, inserida neste contexto da nova matriz curricular, é importante ao contribuir para maior reconhecimento da origem do Brasil e seu povo alicerçado no africano.

Não obstante, o preconceito étnico-racial ainda é muito mascarado no Brasil, assim devem ser feitas muitas interferências e o início acontece na escola, lugar onde se fundamenta e/ou se consolida o caráter do sujeito, além da responsabilidade desta de cumprir com a sua função basilar social.

O Brasil foi o país mais escravocrata da história da humanidade – mais de três séculos construídos mediante este regime de trabalho, no entanto, a sociedade dissimula esta realidade, apesar das raízes étnicas da população ter uma forte interferência da etnia afrodescendente. Este país, devido ao seu forte atrelamento ao contexto da escravidão, em que os escravos ocupavam diferentes cargos e foram responsáveis, mediante o trabalho compulsório, pela economia do café, do cacau, do açúcar, do ouro, do charque, do gado, do algodão em diversas fases econômicas, todavia, infelizmente não puderam partilhar os lucros obtidos e o mais questionador é reconhecer que em todos estes “ciclos” o próprio escravo foi o que mais forneceu lucro para a economia europeia, afinal eram vendidos como uma simples mercadoria, trocados por cachaça, expostos ao comércio. Não eram pessoas, eram peças, fôlegos humanos, instrumentos com alma (ARISTÓTELES, 2001).

A cultura brasileira possui fortes vínculos com a descendência africana construída a partir da aculturação e miscigenação étnico cultural; as tradições indígenas e europeias também exerceram influência. Entre outros legados podem ser citados a feijoada, o samba, o candomblé e a capoeira música, culinária, dança e as religiões de matrizes africanas.

É preciso reconhecer que o negro lida rotineiramente com conflitos e conjunturas de racismo estrutural e segregação social. Daí a necessidade de um resgaste histórico do país mediante a formação da consciência crítica nos educandos.

Restaurar e valorizar a relevância do conhecimento em relação ao continente africano

no processo de ensino do Brasil é fundamental para a população adotar o comprometimento e uma postura de valorização das culturas africanas na formação do povo brasileiro, principalmente porque o Brasil atual possui o maior contingente populacional migrado compulsoriamente, além da maioria da população se declarar afrodescendente. A política de embranquecimento praticada pelo Estado para camuflar a importação de escravos por séculos (teses eugenistas) não se concretizou e nem impediu que o Brasil se tornasse uma parte da África, porém o preconceito recrudesce na sociedade (ANDREWS, 1998).

É fundamental ao estudante compreender que todas as ações em prol do homem na história foram resultado de luta e de trabalho no intuito de garantir a sobrevivência e prática da justiça, usufruindo dos direitos universais dos cidadãos, propiciando ao homem o atendimento de suas necessidades básicas como saúde e educação. No entanto, é preciso que os educandos compreendam que o meio ambiente deve ser preservado, restaurado na intenção de garantir às gerações futuras as mesmas potencialidades que eles detêm no presente momento. É imprescindível ao educando reconhecer que o homem constrói a realidade e a modifica de acordo com as suas necessidades, logo, os educandos devem avaliar quais ações humanas realmente contribuem para que traga o equilíbrio em sociedade e quais são capazes de aperfeiçoar a desigualdade social e a própria degradação do homem.

A História é a ciência que deve possibilitar ao educando a formação de novas ideologias e práticas que promovam o bem comum, no intuito do aluno se tornar um adulto consciente e provedor de recursos humanos que possam criar laços entre as populações e minimizar os impactos ambientais. Outrossim, o professor tem papel fundamental nesse quesito como afirma Alarcão (2003, p. 41):

> [...] a noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano criativo e não como mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores. É central, nesta conceptualização, a noção do profissional como uma pessoa que, nas situações profissionais, tantas vezes incertas e imprevistas, atua de forma inteligente e flexível, situada à reativa.

Nesse sentido, o educador do âmbito das disciplinas humanas deve utilizar em suas práticas educativas recursos tecnológicos como vídeos, jornais, revistas e músicas de forma dinâmica e estimulante a fim de sensibilizar os educandos acerca da condição atual do afro-brasileiro, vez que o alvo de interesse do educador é a formação da consciência crítica, reformulando e criando conceitos sobre o que poderão fazer para mudar e transformar a realidade humana.

Além disso, é imprescindível ao professor elucidar aos alunos que os escravos negros foram os principais responsáveis pela edificação e construção do Brasil. Logo, o afro-brasileiro e o índio, devem ter o acesso à universidade facilitado devido à sua imensa contribuição para a formação do país, tendo em vista como essa se produziu por meio do

trabalho compulsório e ausente de gratificações de qualquer espécie. É preciso que os estudantes compreendam que o negro foi utilizado por séculos como uma instrumentação humana e o objetivo da formação da consciência crítica dos discentes é a erradicação das diversas formas de preconceito e o reconhecimento dos movimentos atuais de resistência.

O professor deve evidenciar aos aprendizes que a História dos homens se irradia nas diferentes representações e relações de poder. É essencial compreender os processos sociais utilizando o saber histórico-geográfico, a função da sociedade no decorrer de produção do espaço geográfico alterado conforme os interesses humanos, estimulá-los a compreender a relevância do patrimônio cultural, sempre respeitando a riqueza étnica presente no país. É necessário ainda assimilar e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia de modo a propiciar uma atuação consciente do futuro sujeito inserida de forma economicamente ativa na sociedade.

O estudo afro-brasileiro contribuirá para a formação do estudante no sentido de fazê-lo identificar representações da cultura afrodescendente em textos científicos, fotos, gráficos, paisagens, vez que os instrumentos e recursos que os educadores podem utilizar no contexto escolar são múltiplos, tais com a tecnologia audiovisual, iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas. Nesse enfoque, o professor deve selecionar os conteúdos contidos no currículo de História e História que melhor se adaptem ao contexto do estudante, respeitando os seus estágios cognitivos e sua "leitura de mundo" já concebida antes de frequentar o meio acadêmico.

Fernandes (1971) afirma que o estereótipo, ou rótulo do negro que possui uma espécie de lugar inferior, subordinado e subserviente delimitado na sociedade e que não é aceito em lugares chamados "bem frequentados", uma vez que sua cor é um "sinônimo de baixa condição social". Nesse sentido, o ideal de branqueamento ainda muito forte na sociedade brasileira, o mulato ou o mameluco formam uma classe intermediária no triângulo das três raças (branco-negro-índio), porém, a etnia afrodescendente é majoritária no espaço territorial brasileiro. Infelizmente, os africanos capturados por via do tráfico negreiro eram tratados como mercadoria, como animais, e devem, ter o devido reconhecimento no contexto atual.

Buscar por uma educação de consciência histórica, é antes de tudo, exercer práticas democráticas, o que é uma forma de vida que se caracteriza pelo papel do professor que se faz "luz" no processo de conscientização, não lhe cabendo impor sobre o aprendiz sua visão de mundo. O diálogo é fio condutor no ensino-aprendizagem.

A história africana empregada no currículo, infelizmente, embora seja um avanço, ainda possui vertentes do pensamento eurocêntrico. O pensamento do homem brasileiro foi colonizado, não foi produzido, o brasileiro tornou-se dependente e não valoriza a própria cultura. Nesse aspecto, é possível tomar por fundamento as palavras de Freire (2014) ninguém aprende fora da História, ninguém aprende sozinho, uma vez que o homem é um ser sócio histórico ou seres histórico-sociais e culturais, assim, o aprendizado se

concretiza na prática social. É fazendo História que se aprende a História, caso não tenha esse reconhecimento é como esquecer o papel da consciência (FREIRE, 2014).

Freire (1981, p.221): "a tomada de consciência, específica do homem, é consequência de sua confrontação com o mundo como algo objetivo da unidade dialética da subjetividade humana e da objetividade do mundo". "O homem é um corpo consciente" (Idem, 1981, p.74). Nesse aspecto Freire mostra o eixo para reflexão quanto à intencionalidade da consciência e a ação conscientizadora. A consciência intencional provoca uma aproximação reflexiva à realidade, criando a possibilidade das práxis com a ação e a reflexão. É sempre uma consciência historicamente condicionada sem ser apenas uma reprodução da realidade (FREIRE, 1967).

A consciência intencional provoca uma aproximação reflexiva à realidade, criam-se possibilidades da prática com a ação e a capacidade de repensar. No processo de aquisição da consciência, a realidade não pode ser encerrada como uma realidade pré-concebida, estática, entretanto como um processo, ou seja, em constante evolução e transformação, a qual resulta a interação realizada pelo homem, por meio de sua prática, entre a permanência e o movimento, o atual e o antigo. A práxis humana não pode ser vista como absoluta, visto que pode ser revelada a partir de teorias, pela criticidade. O mecanismo da conscientização é inerente à realidade objetiva. A conscientização pressupõe a capacidade de ter a percepção do que se passa no "eu" de cada sujeito, posto que a realidade não seja pronta nem determinada, mas que "está sendo", o que caracteriza a interpretação elaborada pelo sujeito aprendiz diante a prática entre permanecer e movimentar. A prática humana é sempre uma possibilidade entre várias outras. Não pode ser categórica, entretanto que seja desmistificada ao longo do tempo histórico pela teoria e reflexão (BRASIL, 1998).

De acordo com Moura (1959) no Brasil, na região da Bahia o reconhecimento o movimento negro é mais recorrente desde os tempos da escravidão, da abolição e pós-abolição. O autor se conecta em retratar acerca do racismo sob a ótica numa abrangência nacional associado ao capitalismo ao imperialismo. Após 130 anos da Abolição, o mito da democracia racial, ainda questiona a respeito das políticas reparativas. A obra de Clóvis Moura pautou-se na temática das desigualdades raciais.

O caráter violento da sociedade escravagista utilizava-se da violência física, cultural e simbólica para a manutenção do poder e do domínio sobre os escravizados (MOURA, 1959).

Em um diálogo com *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre publicado em 1933 reafirma-se a resistência e coloca a reação dos cativos em multivariáveis que organizadas em grupos revelavam conflitos. Seu foco incidiu sobre as ações violentas que ocorreram desde o século XVI numa prática constante. Era uma ação que despertava manifestações resistentes, "como foi o caso do Quilombo de Palmares formado na Serra da Barriga na Capitania de Pernambuco, hoje, Alagoas" (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2019, p. 161).

Na primeira edição de rebeliões da Senzala expõe sua identidade negra ao

mencionar suas origens: pai mulato e mão de origem europeia, o que veio direcionar seus escritos dos Quilombos. Moura interpreta a escravidão sob a ótica de Marx e Engels, referindo-se ao período Colonial no Brasil, o que caracteriza a luta de classe dominada pela colônia portuguesa no Império independente, visto que “o negro não foi elemento dócil ou adaptável à escravidão” (MOURA, 1988, p. 18). Os escravos eram constituintes de Casta, um conceito empregado mediante forma interpretativa dessa sociedade. A existência de Quilombos cuja escravatura existiu é que alimenta a interpretação quanto à forma de resistência ao trabalho escravo, o que comprova a inaceitação do negro frente à escravidão que lhes impuseram. As revoltas coletivas ocorriam mediante ataques aos engenhos, vilas e povoados, morte de feitores e capitães do mato. Os exemplos de Palmares e da Revolta dos Malês ilustravam bem a participação dos escravizados em movimentos políticos, como a Sabinada na Bahia e a Balaiada no Maranhão (MOURA, 1959). Entre outras formas de resistência pode-se destacar também o aborto, o suicídio, a fuga, o movimento corporal da capoeira e a organização de levantes contra os senhores de escravos (OLIVEIRA, 2008).

A historiografia cultural dos afrodescendentes se manifesta, incorporada ao marxismo em suas análises que caracterizam religiões e culturas afro-brasileiras, especificamente, o candomblé, uma manifestação que se tornou destaque culturalmente em importantes trabalhos apresentados em congresso afro-brasileiro que se realizou na cidade de salvador em 1937, organizada pelos antropólogos Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz que estão na coletânea “o negro no Brasil” em que Carneiro, um pesquisador ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) incorpora o Marxismo em suas análises que caracterizam religiões e culturas afro-brasileiras.

Posteriormente, a partir de 1930 teve seu foco na rebeldia dos escravos como a Revolta dos Malês e a historiografia do quilombo dos Palmares como episódio fulcral e emblemático dessa existência (MOURA, 1959). Outros trabalhos como o de Aderbal Jurema, intitulado *Insurreições Negras* no Brasil publicado em 1935. Dez anos depois, Carneiro (1947), publicou o livro *O Quilombo dos Palmares*, tendo como norte a obra de moura em seus diálogos historiográficos com a historiografia baiana desse período. O autor reconhece a relevância de como aborda as formas e lutas dos escravos, enquanto sobre as revoltas por eles estruturadas para a tomada de poder, insurreição armada e fuga para o mato, o eu veio resultar os quilombos (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2019).

> Apreendidos como expressão de uma posição duplamente oprimida, como negro e como proletário, os escravos africanos e seus descendentes resultavam ser, aos olhos desses autores, as encarnações exemplares de certas pedagogias da revolta que teria se manifestado constantemente através de sua literatura de símbolos, santos e deuses afro-americanos (ROSSI, 2015, p. 209).

Torna-se explícito que Moura foi além de Carneiro ao centralizar na interpretação da história quanto às guerrilhas dos quilombolas, como uma nova visão sobre a historiografia

da época. O Brasil é um país que não pode negar os estigmas daqueles que tiveram braços fortes e coragem para as práticas do labor nas lavouras e engenhos que enriqueciam os "donos" de terras e se acabavam no abandono, tentando refugiar-se, em algum lugar que lhes permitisse viver.

Durante o Brasil colônia muitos escravos afro-brasileiros foram livres ou libertos. No final do período cerca de 42% da população negra ou mulata constituía essa categoria. Na prática, mesmo livres se tornavam escravos arbitrariamente, devido não poderem participar do Senado ou a Ordem Terceira de São Francisco, mas a liberdade do escravo podia ser revogada por motivo de desrespeito em relação ao antigo senhor. A escravidão transformou-se numa instituição nacional. Passou a fazer parte de toda a sociedade, o que dominava o modo de agir e pensar. O desejo de ser dono de um escravo se estendia desde a classe dominante ao moderno artesão branco das cidades (FAUSTO, 2001).

Conforme explicam Munanga e Gomes (2006) a história acerca da escravidão revela que muita luta e organização foi caracterizada por atos de coragem, o que foi denominado de "resistência negra" em que aos poucos já demonstravam variadas formas de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas e até mesmo a identificação de comunidades/sociedades denominadas mocambos ou quilombos. Nesse enfoque, a diversidade cultural, religiosa e étnica a ser estudada exige certo nível de conhecimento quanto à cultura afro-brasileira para que não fique na inércia dentro dos livros dialéticos ou que se resuma apenas em datas comemorativas.

CONCLUSÃO

Destaca-se, então, a importância da construção de uma prática reflexiva mediante a assimilação da História afro-brasileira no espaço escolar que possibilite a reformulação de conceitos assim como a contestação de conhecimentos que favoreça a participação crítica do educador, bem como uma posição ativa do educando, desmistificando a concepção de que o professor é um mero possibilitador da aprendizagem de conteúdos tradicionais contidos nos currículos, renovando, portanto, sua identidade enquanto profissional. E estas mudanças, de fato, só serão possíveis se estiver explícito neste ato a reflexão crítica da própria prática.

Relacionar-se com o discente de modo horizontal e admitindo a sua participação ativa no processo de ensino e aprendizagem de História afro-brasileira, permite aos alunos formas de questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los a partir do raciocínio lógico, da criticidade, criatividade e intuição, selecionando procedimentos e verificando adequação.

Portanto, o ensino de História afro-brasileira no decorrer da educação básica deve ser ministrado com atividades práticas que suscite no aluno o despertar do senso crítico, a percepção espacial dos fenômenos e das infraestruturas construídas no decorrer do

tempo pelos escravos negros. É necessário discutir conjunturas do exercício cotidiano relacionados a preconceitos étnicos, culturais, religiosos, culturais ou provenientes de outra natureza que ao longo do tempo foram construídos contra a etnia afrodescendente.

Nesse sentido, as práticas educacionais de História devem estar voltadas para a graduação de sujeitos que se percebam ativos no tempo e no espaço, de modo que tenham recebido da instituição escolar uma educação humanitária, crítica e reflexiva que capacita o educando para observar e modificar conscientemente o meio que o cerca. Outrossim, será capaz de intervir em ações negativas com as quais se deparará e criará ferramentas benéficas a toda à sociedade e ao meio físico e natural. O educador deve comprometer-se com o saber histórico de índole científica, com reflexões que se processam no nível pedagógico e a promoção de uma identidade social pelo estudante, articulada às complexidades inerentes ao universo real com o qual convive. A escola tem a função de corroborar na mente dos sujeitos em toda a educação básica noções e condições de interpretar a formação e organização do espaço geográfico brasileiro de acordo com diferentes parâmetros escolares e contextualizado com a História afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. A formação do professor reflexivo, In:______. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva.** São Paulo: Cortez, 2003.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edusc, 1998.

ANJOS, R. S. A. **A História, os negros e a diversidade cultural.** O Pensamento Negro. Coleção África-Brasil: História para o ensino-aprendizagem v. II Brasília: Consultoria, 2007.

ANJOS, R. S. A. **Atlas Geográfico África Brasil**. Brasília: mapas, 2014a.

ANJOS, R. S. A. **Quilombos:** História Africana-História Étnica-Território Tradicional. 190p. Brasília, Consultoria, 2009.

ARISTÓTELES. Ética a **Nicômaco**. 4. ed. Brasília: UnB, 2001.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressão de violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; Brasília. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-eadolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf. Acesso em: 6 jan. 2020.

BRASIL. História, História e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de História. São Paulo**, v. Cartogeo. p. 332-350, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n.9394**, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela **Lei Federal n.10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005b.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Introdução ao ensino de História e História no ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEP, 1998.

CARNEIRO, Édison**. O quilombo dos palmares, 1630-1695.** São Paulo: Brasiliense, 1947.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo:** ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista. São Paulo, Nacional, 1971.

Freire, P. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra: 1967.

FREIRE, P. **A educação e mudança.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo, FREIRE, Nita e OLIVEIRA Walter. **Pedagogia da Solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E ESTATÍSTICA. **Brasil:** 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2014.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **Hist. cienc. saúde-**Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 15, n. 2, p. 371-388, June 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2020.

OLIVEIRA, Ueber José de; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Entre o cânone e a margem:** intelectuais e pensamento político brasileiro. Coleção pensadores do Brasil, v. 1. Vitória: Milfontes, 2019.

ROSSI, Gustavo. **O intelectual feiticeiro**. Campinas: EdUNICAMP, 2015.

VALLETT, Robert E. **Dislexia:** uma abordagem neuropsicológica para a educação de crianças com graves desordens de leitura. São Paulo: Manole, 1989.

CAPÍTULO 25

UM OLHAR SOBRE O URBANISMO E EDIFICAÇÕES NO MEDIEVO

Data de aceite: 23/06/2021

Damião Amiti Fagundes
Professor da rede pública da ensino no Estado do Espírito Santo(SEDU), professor do Curso de Licenciatura em História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES e mestre em Ciências da Educação (Universidad San Carlos, PY)

RESUMO: O presente artigo visa fazer uma revisão de literatura sobre a urbanização e as principais edificações do medievo, durante o período da História Universal conhecido como Idade Média. Tal monte faz-se necessário na medida em que ao longo do desenvolvimento dos períodos históricos, em especial da época medieval, para atender a demanda de construções de castelos e casas, a Engenharia Civil, ainda que pouco eficiente, contribuiu para resolver as necessidades de habitação e de organização urbanística naquele período. Conclui-se que na medida em que ocorreu o aprimoramento de materiais utilizados nas construções das cidades medievais, a urbanização foi modificada e adaptada às transformações que ocorriam no campo político, econômico e social e que analisar a história das artes a partir das construções ainda existentes é uma forma do professor ampliar o conteúdo em sala de aula e promover uma maior relação dos alunos com a realidade daquele período histórico.
PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo. Idade Média. Cidades.

ABSTRACT: This article aims to review the literature on urbanization and the main buildings of the media, during the period of Universal History known as the Middle Ages. Such a hill is necessary to the extent that throughout the development of historical periods, especially of medieval times, when to meet the demand for castle and house constructions, civil engineering, although inefficient, contributed to meet the need for housing in that period. It is concluded that to the extent that there was the improvement of materials used in the constructions of medieval cities, urbanization was being modified and adapted to the transformations that occurred in the political, economic and social field.
KEYWORDS: Urbanism. Middle Ages. Cities.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Idade Média vêm passando por várias revisões historiográficas nos últimos anos, incorporando novos estudos, contudo, ao trabalhar o conteúdo relacionado à História das Artes, os professores precisam contextualizar a representatividade de alguns estilos de arquitetura que marcam características da era medieval.

Este artigo tem como objetivo analisar como as construções arquitetônicas do período do medievo podem ser interpretadas pela História das Artes, contextualizando o período e retratando significados de um tempo histórico.

O método do estudo é a revisão de literatura com base em autores que estudam o

período histórico da Idade Média e na própria história da arquitetura, além de busca de imagens para ilustrar as construções daquele período.

A História da Engenharia Civil se confunde com a História da evolução da Ciência e das Técnicas da humanidade. Desde a origem das primeiras civilizações da Antiguidade, a utilização de matérias para construções de casas, fortificações ou canalizações de córregos e rios para o abastecimentos dos locais, levou ao homem a desenvolver técnicas que o permitisse melhorar seu cotidiano e o bem-estar social.

É através do aprimoramento de materiais e técnicas que as edificações vão ganhando novas formas e representando, ao mesmo tempo, o contexto histórico sobre o qual estão sendo projetadas.

O estudo do tema se justifica pela necessidade de professores da educação básica inserirem em seus estudos e na prática em sala de aula, as novas tendências da historiografia medieval.

2 | A ARQUITETURA NA ANTIGUIDADE

Antes de apresentar o desenvolvimento das construções arquitetônicas na Idade Média, que é o objeto de análise deste artigo, é necessário compreender um pouco da história antes, na Antiguidade, até para que se compreenda parte de suas influências presentes nas construções medievais.

É possível afirmar a substancial importância da Engenharia Civil como parte do desenvolvimento de grandes civilizações desde a antiguidade.

De acordo com pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP:

> As obras mais antigas de que se tem notícias sãos as fortificações da cidade de Jericó, construídas aproximadamente há 8.000 anos a. C. Nessa época, os materiais mais utilizados para construções eram as pedras. Por volta dos anos 3.000 a. C., na Mesopotâmia, os sumérios utilizavam tijolos de barro cozido nas construções (INEP, 2010, p.23).

É possível observar na Figura 1, um Zigurate, exemplo de construção de milênios de anos, bastante reproduzida em livros didáticos, site e blogs referindo-se às construções da antiguidade.

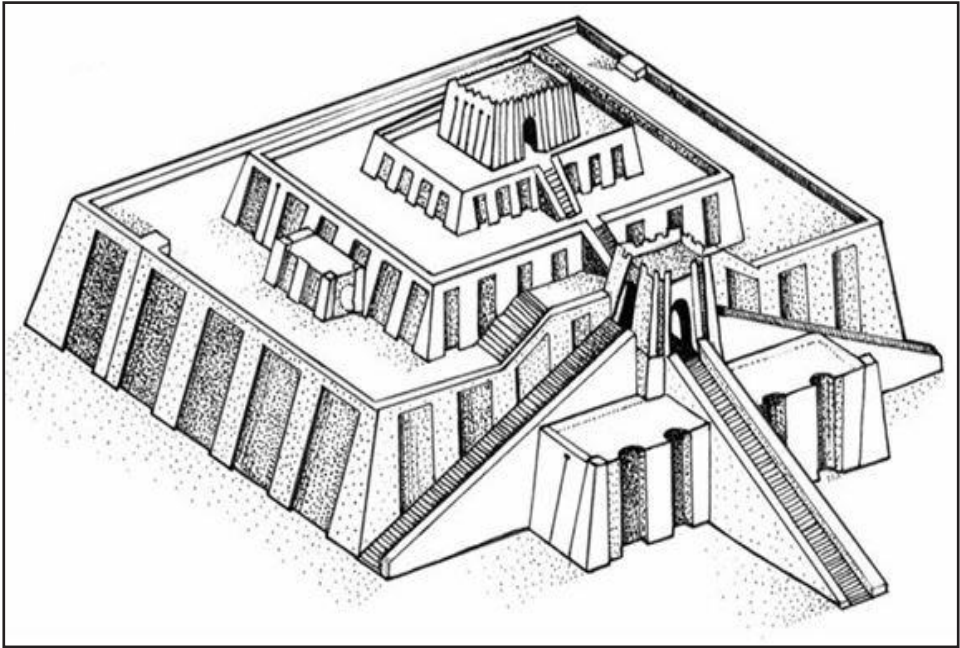



Figura 1: Zigurate (Arquitetura Mesopotâmica).

Fonte: Site Cola da Web.

Foi na Antiga Grécia, por exemplo, que iniciou-se a utilização de cimento hidráulico como revestimento dos grandes monumentos arquitetônicos, voltados para os reis e as classes ricas dos patrícios e da nobreza. Os pobres, homens livres e escravos que eram a maioria, continuavam em suas casas feitas sem projetos arquitetônicos, sem a orientação dos grandes mestres de obras e homens sábios que eram os engenheiros da época. A engenharia estava na categoria de arte, só tornaria-se uma ciência muitos séculos depois, já na época Moderna, por volta do século XVII d. C.

A figura 2 apresenta um modelo arquitetônico da Grécia Antiga.

Figura 2: Aspecto exterior do Panteão de Atenas, na capital da Grécia.

Fonte: Site Toda Matéria.

O Coliseu, apresentado na Figura 3, embora hoje esteja parcialmente arruinado devido a terremotos e saques, exemplifica um dos principais símbolos da arquitetura do Imperio Romano:

Figura 3: Coliseu (Roma, Itália).

Fonte: Educa mais Brasil.

A arquitetura romana foi caracterizada pelo luxo, sentido de utilidade de seus monumentos, com uma variedade de edifícios e soluções arquitetônicas sofisticados, cujas principais características eram as construções sólidas, luxuosas, sóbrias e funcionais,

utilização de arco nas construções e uso das abóbadas.

Com o passar dos séculos a arte da engenharia desenvolveu-se com o avanço do conhecimento humano, principalmente a especialidade da Engenharia Hidráulica e Militar.

3 | CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO DA IDADE MÉDIA

A Idade Média é o período compreendido entre os séculos V e XV, que se divide em em duas fases: a Alta Idade Média e a Baixa Idade Média.

Durante o período da Idade Média a Igreja Medieval Católica exercia uma influência muito grande na sociedade. Mais adiante será possível observar que a arquitetura medieval é bastante religiosa.

A sociedade medieval era bastante estratificada e com suas bases fundadas em relações feudais, com uma camada nobre, que eram os donos de terras, chamados de feudos, tinha o direito de explorar o trabalho no campo, e de outro lado, os camponeses e servos que trabalhavam nas terras e recebiam pagamento tributário, e o clero, que eram os membros da Igreja Católica (integrantes da igreja local e monges).

A nobreza era composta em uma relação hierárquica de vassalos, que eram os nobres inferiores economicamente, os quais ofereciam mão de obra e fidelidade ao suserano. E os suseranos que são justamente os economicamente fortes que doavam benefícios.

A queda do império romano por volta de 476 d. C, quando os bárbaros tomaram o poder na Europa Ocidental, ficou conhecido como o marco do início da Idade Média, que vai de 476 a 1453. Nessa época houve uma fuga da população para o interior e deu-se o processo de ruralização europeia. Pode-se dizer que a população se limitava à vida simples no campo e ao trabalho servil em função de atender os senhores feudais.

3.1 Alta idade média e baixa idade média

A Alta Idade Média, conforme historiadores como Le Goff (1980) e Pernoud (1997), foi o período em que se constituiu o sistema denominado feudalismo, um modelo de organização social de relações entre suserano e vassalos, economia agrária e sociedade rural estratificada.

Nesse contexto da ruralização na Europa foi que se deu a formação dos chamados reinos feudais. No Império Romano o imperador detinha todo o poder central, no novo sistema feudal houve a fragmentação e descentralização do poder político e econômico.

Os senhores feudais, donos de terras, tinham total direito sobre os seus feudos, ou seja, suas grandes propriedades de terras eram cultivadas pelos servos e camponeses e o lucro era deles, os senhores. O clero era basicamente a organização Católica Medieval, responsável pelo zelo espiritual da sociedade, contudo exercia forte influência sobre esta.

Por muitos anos a Europa ficou mergulhada em guerras, períodos de fome e no

trabalho árduo dos camponeses e servos, que fortaleciam, especialmente, as classes senhorias, clerical e nobreza.

Já a Baixa Idade Média trata-se do período compreendido entre os séculos XI e XII em que se deu o grande crescimento populacional, com as inovações agrícolas e o surgimento das relações comerciais. Esse período compreende do século XI ao XII.

A grande transformação ocorre no século XII, momento de maior estabilidade econômica e social em toda a Europa Ocidental, onde as guerras foram minimizadas e pode florescer um comércio entre os colonos e os habitantes dos burgos.

Alguns historiadores, como Proença (2010), salientam que este foi o início de um novo momento histórico medieval:

> (...) tem início uma economia fundamentada no comércio. Isso faz com que o centro da vida social se desloque do campo para as cidades e apareça a burguesia urbana. Novamente é a cidade o lugar onde as pessoas se encontram, trocam informações e ampliam seus contatos (PROENÇA, 1998, p.62).

Na Baixa Idade Média surge uma legislação mais organizada, os contratos comerciais, a contabilidade, fabricação de moedas de ouro, tudo marcando um cenário de grande desenvolvimento comercial.

É nesse contexto, conforme narram os historiadores citados, que surgiram os burgos, que são as primeiras constituições de cidades de que se tem notícia. É nesse contexto também que surgem as construções da arquitetura medieval, como igrejas, basílicas, catedrais, mosteiros, marcando as características religiosas pela influência e poder que a Igreja exercia na Idade Média.

4 I A ARQUITETURA NA IDADE MÉDIA

A Idade Média marca um pequeno aperfeiçoamento da Engenharia, como salienta alguns autores, passaram-se a utilizar materiais como concretos de pedregulhos e argamassa de cal para construções de castelos e mosteiros na Idade Média (INEP, 2010).

Com o desenvolvimento do comércio ocorrido na Baixa Idade Média, houve também o crescimento demográfico europeu e nesta fase, pode-se dizer que ficou marcado o início das cidades. Embora o nascimento das cidades seja um aspecto muito controvertido pelos historiadores.

> Com o crescimento demográfico, a cidade medieval, de início uma cidade estritamente campesina, reflexo da sociedade feudal, pouco a pouco vai tomando um papel que se contrapõe ao feudalismo, especialmente após o aparecimento da burguesia (ABICO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995, p.29).

Ressalta-se que com o crescimento do comércio e o surgimento de uma classe economicamente abastada, sendo esta, a classe social que habitava os monumentais castelos, locais de entretenimento e moradia, é um momento propício para se considerar

como o surgimento das cidades.

Destaca-se ainda a necessidade de construírem as grandes fortificações para proteção contra as invasões de povos inimigos. Mais uma vez a Engenharia Civil se faz presente tanto nas construções palacianas como nas fortificações daquela época.

Macedo (2007) relata o seguinte sobre os estudos do período do medievo:

> O universo medieval pode ser retratado, contudo, por meio da iconografia, quer dizer, das imagens de pinturas e esculturas, e da arquitetura. Na Idade Média, ninguém duvidava que, além de serem belas, as obras de arte tinham também uma função didática. Na opinião dos letrados, aquilo que as pessoas simplesmente não pudessem entender por meio da escrita, deveria ser aprendido com as figuras. Para Honório de Autun, respeitável pensador do século XII, o objetivo da pintura era triplo: servia, antes de tudo, para embelezar a casa de Deus (as igrejas); mas também para rememorar a vida dos santos e por fim, para o deleite dos incultos, porque a pintura, em suas palavras, era a "literatura dos laicos". As imagens, desse modo, revestiam-se de caráter educativo, pedagógico. A linguagem adotada procurava colocar em evidência símbolos e signos dotados de mensagens explícitas, traduzindo o sistema ideológico do qual a Igreja se fazia a guardiã (MACEDO, 2007, p.120).

A Carcasone, que fica no sul da França, na fronteira com a Espanha, apresentada na Figura 4, é um exemplo de fortificação que marcou o surgimento das cidades na Idade Média.

Figura 4: Fortificação.

Fonte: Site - Guia Viajar Melhor.

O historiador Franco Júnior (2001), em suas pesquisas, salienta sobre o período medieval o seguinte:

> Nos sete primeiros séculos medievais, toda moradia, de nobres ou de camponeses, era feita de madeira. Apenas os palácios monárquicos e as igrejas, e nem todos, podiam ser erguidos em pedra. O plano interno era simples, geralmente com um único cômodo — maior ou menor conforme a categoria social do proprietário e o número de moradores — no qual se desenrolava toda a vida familiar. Ali se nascia, ali se cozinhava, ali se comia, ali se amava, ali se dormia, ali se morria. No máximo, uma espécie de cortinado separava precária e provisoriamente os espaços. Com a feudalização da sociedade a partir do ano 1000 e a necessidade de regionalizar a defesa, muitos castelos foram levantados por toda parte. Sua função militar levava-os a ser construídos sobre uma elevação, natural ou artificial, e a estar cercados de muralhas ou fossos. Destacavam-se, portanto, dos demais edifícios locais (FRANCO JÚNIOR, 2001, p.183).

Esta diferença entre as edificações só viria a ser nítida na Baixa Idade Média, quando os nobres passaram a utilizar a pedra em suas construções. Nas palavras de Franco Júnior (2001):

> Os grandes castelos de pedra que podemos visitar ainda hoje ou são posteriores ou pertenciam a grandes personagens, reis, duques, condes. Ainda assim, o espaço interno era multifuncional. Apenas na Baixa Idade Média os diferentes aposentos foram clara e definitivamente separados, materialização arquitetônica do espírito individualista que se desenvolvia desde o século XII. A ocupação daqueles espaços era pobre: arcas para guardar diferentes objetos e que serviam também de bancos, cavaletes e tábuas que eram montados quando se precisava de mesa, uma cadeira de espaldar alto colocada sobre um estrado no caso de castelo de um senhor importante. O piso de terra batida ou pedra e as janelas estreitas por motivo de segurança tornavam o interior dos castelos frio e escuro (FRANCO JÚNIOR, 2001, p.183).

Os castelos, casas e moradias refletem a ocupação do espaço topográfico e geográfico da cidade, onde muitas vezes os ricos senhores feudais construíam seus castelos, casas e igrejas, edificados em uma topografia irregular. Tudo isto representava uma questão de defesa de possíveis inimigos vizinhos ou estrangeiros que vinham de lugares distantes para pilharem as cidades e seus citadinos.

Neste sentido, a urbanização das cidades medievais era precária e pouco atendia às necessidades básicas dos seus moradores.

Abico, Almeida e Barreiros (1995), estudando sobre a topografia espacial das cidades medievais, narram o seguinte:

> Em relação ao traçado medieval, (...) fato de ter, muitas vezes, que se adaptar a uma topografia irregular condicionou a fisionomia especial e o pitoresco da cidade medieval. O traçado das ruas tinha que resolver as dificuldades da localização, o que fazia com que elas fossem irregulares e tortuosas. As ruas importantes partiam em geral do centro e dirigiam-se radialmente para as portas do recinto fortificado. Outras ruas secundárias, frequentemente em circulo a volta do centro, ligavam as primeiras entre si. Em linhas gerais, este padrão, chamado radio concêntrico, repete-se muito na cidade medieval" (ABICO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995, p.32).

Sobre o aspecto urbanístico podemos então destacar que as cidades medievais, por suas características de construções desordenadas, sob terrenos muitas vezes íngremes e perto de vales fluviais, pouco contribuíram para um ordenamento urbanístico que favorecesse os seus habitantes com um acesso rápido e salubre.

Sobre a forma como as cidades medievais representavam as características sociais daquele tempo destaca-se a seguinte narrativa:

> O importante, nas cidades medievais, não era apenas o quão rica era uma família, mas também a forma como ela utilizava a sua riqueza. E fazia parte do conjunto de obrigações não escritas do grupo dominante o cuidado com os pobres, com a defesa e manutenção das cidades. Desta forma os mecanismos de exercício de poder proporcionavam uma espécie de "distribuição de riqueza"44, base do acordo entre dirigentes e dirigidos. E nisso, talvez, resida uma das maiores diferenças entre as sociedades urbanas pré-industriais e as posteriores (ALMEIDA, 2000, p.17).

Nessa fase de crescimento das cidades e de luta pela sobrevivência, as cidades representavam o desenho delineado pelo poder do Estado Feudal, construído por uma cidade que se mostrava aos seus visitantes e moradores, como precárias e sofríveis; com suas ruas mau cheirosas, esgotos abertos por todo lado e muita sujeira.

Diante desse cenário, ao trabalhar com esta temática deve-se procurar repensar os aspectos urbanos como um mundo construído por meio de uma ideologia dominante, nesse caso, a religiosa que não valorizava a higiene pessoal e nem a nobreza feudal tinha controle sobre os dejetos que eram produzidos diante do crescimento das cidades. Por outro lado, graças ao crescimento das cidades é que a liberdade impôs novos costumes aos seus citadinos.

Pernoud (1997) narra sobre a pressa da organização e seus reflexos na origem das cidades:

> Seja como for, o que é comum a todas as cidades é o empenhamento que puseram em fazer confirmar essas preciosas liberdades que acabavam de adquirir e a sua pressa em se organizarem, em pôrem por escrito os seus costumes, em regular as suas instituições sobre as necessidades que lhes eram próprias. Os seus usos diferem conforme aquilo que faz a especialidade de cada uma delas: tecelagem, comércio, forragens, curtumes, indústrias marítimas ou outra. A França conservaria durante todo o Antigo Regime um carácter muito especial devido à existência destes costumes particulares a cada cidade, fruto completamente empírico das lições do passado, e, além disso, fixados com toda a independência pelo poder local, portanto o mais possível de acordo com as necessidades de cada uma. Esta variedade, de uma cidade para a outra, dava ao nosso país uma fisionomia muito sedutora e das mais simpáticas; a monarquia absoluta teve a sabedoria de não tocar nos usos locais, de não impor um tipo de administração uniforme; foi uma das forças — e um dos encantos — da França antiga. Cada cidade possuía, num grau difícil de imaginar nos nosso dias, a sua personalidade própria, não somente exterior, mas interior, com todos os detalhes da sua administração, em todas as modalidades (PERNOUD, 1997, p.49)

O estilo marcante na arquitetura medieval é o romântico, que surge na Itália e na França e se desenvolve na Alta Idade Média (entre os séculos XI e XIII) na Europa, com suas construções feitas em pedra, agregando características singulares como a espessura das paredes, pouca iluminação nos interiores e poucas janelas.

O estilo românico responde a muitas variantes que marcam a localidade e o momento histórico das construções. Para Le Goff a arte românica é tanto produto como expressão do desenvolvimento da cristandade na era medieval.

Contudo, alguns aspectos são basilares para se fazer a definição de um estilo românico. Conti (2004) cita quatro características principais, sendo elas: Igrejas, a cobertura em abóbada, que além do motivo estilístico representou um avanço da arquitetura ocidental, construções extremamente maciças e articuladas com pequenas e escassas janelas; demonstração de uma hierarquia entre as artes: a pintura, escultura e por último o mosaico.

Estas características possibilitam, segundo o autor, reconhecer uma construção de estilo românico.

As igrejas eram com um formato de cruz, tinha um único portal de entrada. Usava-se abóbodas e arcos de volta-perfeita nos interiores pouco ornados.

A Igreja de Notre-Dame, na França, apresentada na Figura 5, é um exemplo desse estilo.

Figura 5: Igreja de Notre-Dame (França).

Fonte: Site Toda Matéria.

Não se pode resumir melhor a natureza da vida urbana medieval sem citar um grande historiador das cidades medievais, Pirenne (1977), o qual considera que a economia urbana é digna da arquitetura gótica de que dispõe.

A arquitetura românica apresenta um caráter mais austero e inflexível, formada de planos maciços e fortes, com construções em padrão horizontal.

O estilo gótico surge na França e faz paralelo com o estilo romântico que era herdado do Império Romano, podendo ser considerado um marco da cultura medieval que se desenvolveu na Baixa Idade Média entre os séculos XII e XV.

Na arquitetura gótica, as construções são geralmente mais altas, e tem uma verticalidade, que se contrapõe à horizontalidade românica, isto demonstra uma necessidade de se estar mais perto de Deus.

Foram muitas as igrejas construídas nesse estilo gótico, parte delas existem até hoje, como a Basílica de Saint Denis, na França, apresentada da Figura 6:

Figura 6 - Basílica de Saint Denis, na França.

Fonte: Site Toda Matéria.

Conforme já narrado a Idade Média é marcada pela criação de uma legislação social mais completa do que em qualquer outra época, inclusive do que a atual. Assim assegurava-se aos burgueses o benefício de uma vida barata, suprimindo intermediários entre vendedores e compradores; combatendo veementemente as fraudes e protegendo os trabalhadores da concorrência e da exploração a partir da regulamentação do seu trabalho e de seu salário, velando também pela higiene e aprendizagem dos trabalhadores, além de

proibir o trabalho da mulher e das crianças.

Dessa forma, como destaca Pernoud (1997, p. 59): “ao mesmo tempo conseguiu reservar para a cidade o monopólio de fornecer com os seus produtos os campos envolventes e de encontrar lá longe saídas para o seu comércio” (PERNOUD, 1997, p. 59).

Com o crescimento das cidades e o florescimento do comércio na Idade Média, a arquitetura urbana foi modelando a paisagem com castelos e projetos arquitetônicos cada vez mais arrojados.

CONCLUSÃO

Como foi destacado no estudo, as transformações técnicas pelas quais passaram as civilizações ao longo da história se confundem com a história da Engenharia. Embora ela só tenha surgido na Modernidade enquanto profissão e campo de estudo, com suas diferentes áreas e divisões.

No período medieval, dito para muitos pesquisadores como um momento de “trevas” e de pouco desenvolvimento tecnológico, as obras tanto públicas como as residências se faziam presentes, apesar dos problemas de organização e de expansão desordenada das áreas urbanas é possível relacionar o desenvolvimento da época com o desenvolvimento das construções analisando como elas representam o contexto social vigente.

Um ponto que se destaca é uma desorganização desde o surgimento das cidades. Ainda hoje conservamos muitos dos problemas encontrados nas cidades medievais, e que necessitam de um reordenamento do tecido espacial das cidades, principalmente nos grandes centros, para que se tenha uma urbanização voltada para o bem-estar social dos citadinos, o que sugere, que ao abordar estudos sobre esse período histórico, se busque também relacionar aspectos locais, do nosso país e de outros países, como se fez no presente estudo tomando por base a Europa que foi o polo de maior desenvolvimento da arquitetura medieval.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Topografia e estratificação social: representações e mecanismo de poder na cidade medieval. Revista Anos 90: **Revista do PPG em História/UFRGS**, Porto Alegre, n.14, dezembro de 2000, p. 294-311. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtestudosmedievais/artigos/topografia.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ABICO, Alex Kenya; ALMEIDA, Marco Antonio; e BARREIROS, Mário Antonio Ferreira. **Urbanismo**: História e desenvolvimento. USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, 1995.

COLA DA WEB. **Arquitetura Mesopotâmica**. Disponível em: <https://www.coladaweb. com/artes/arquitetura/arquitetura-mesopotamica>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CONTI, Flávio. **Como reconhecer a arte românica**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p 273. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/veralima/historia_arte/Hil ario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP. **Trajetória e estudo da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia**/Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Brasília: 2010.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2005.

MACEDO, José Rivair. **Repensando a Idade Média no ensino de História**. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007.

PERNOUD, Regine. **Luz sobre a idade média**. São Paulo, Europa América PT, 1997.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. Lisboa: Europa-América, 1977.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 1998.

RAMALLO, Germán. **Saber ver a Arte Românica**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TODA MATÉRIA. **Arte Grega**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/arte-grega/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

______. **Arquitetura Romana**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/arquitetura -romana/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG). Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria Ead e Especialista em Gestão Educacional. (FABRAS) Graduada em História (UEPG) e Graduada em Pedagogia (IBRA)

JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO - Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

L

M

P

R

S

T

HISTÓRIA:
Consensos e dissensos engendrados

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

facebook.com/atenaeditora.com.br